Norma Oviedo
Alexandre Bergamin Vieira
Kamila Madureira da Silva
Bruno Rogério Silva Cavalcante
(Orgs.)

Entre Espaços de Fronteiras



Pedro & João editores

Entre Espaços de Fronteiras

Pedro & João editores
20 anos

Norma Oviedo
Alexandre Bergamin Vieira
Kamila Madureira da Silva
Bruno Rogério Silva Cavalcante
(Organizadores)

Entre Espaços de Fronteiras

Pedro e João editores
20 anos

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Norma Oviedo; Alexandre Bergamin Vieira; Kamila Madureira da Silva; Bruno Rogério Silva Cavalcante [Orgs.]

Entre Espaços de Fronteiras. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. 463p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-2009-6 [Digital]

1. Fronteiras. 2. Identidade. 3. Cultura. 4. Pesquisa interdisciplinar. I. Título.

CDD – 370

Capa: Marcos Della Porta
Arte da capa: elaborada por Kamila Madureira da Silva, a partir de IA
Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828
Diagramação: Diany Akiko Lee
Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:
Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).

Pedro & João Editores
www.pedroejoaoeditores.com.br
13568-878 – São Carlos – SP
2025

AGRADECIMENTOS

Pensar as FRONTEIRAS para além de espaços normatizados, de vigilância e controle, bem como, buscar entende-las como um território usado pelos sujeitos fronteiriços e suas gentes, é essencial para superar a definição de fronteira enquanto limite, passando a compreendê-la enquanto FRONTEIRAS dos ENCONTROS, que precisam ser concebidas e pensadas por uma lógica TRANSFRONTEIRIÇA, no qual "os de lá" e "os de cá" sejam considerados sem distinção. Este livro contou com recursos oriundos do Edital PPGG/UFGD Nº 56, de 23 de setembro de 2024 (Recursos PROAP/UFGD) e busca trazer reflexões de pesquisadores que tem a perspectiva TRANSFRONTEIRIÇA de integração, entre os diferentes países, autores estes, que concebem e vivenciam diferentes realidades de fronteira..

SUMÁRIO

PREFÁCIO **11**
Jones Dari Goettert

APRESENTAÇÃO **15**
Bruno Rogério Silva Cavalcante

SEÇÃO I: IDENTIDADES E CULTURAS TRANSFRONTEIRIÇAS

Capítulo 1 O DIREITO À PLURINACIONALIDADE E IDENTIDADE TRANSFRONTEIRIÇA NO CONTEXTO DA TERRITORIALIDADE GUARANI NO CONE SUL DA AMÉRICA **21**
Clovis Antonio Brighenti

Capítulo 2 FRONTEIRA: ENTRE A NEGAÇÃO E A ALTERIDADE **53**
Leonardo Martins Maior
Valdelice Pereira da Silva
Kamila Madureira da Silva
Alexandre Bergamin Vieira
Adalberto Vital dos Santos Júnior

Capítulo 3 FAMILIAS, INMIGRACIÓN Y REDES SOCIALES. UN ANÁLISIS A PARTIR DEL POBLAMIENTO DE UNA REGIÓN DE FRONTERA (MISIONES/ARGENTINA, 1900-1940). **71**
Norma Oviedo
Laura Mabel Zang

Capítulo 4 TRÂNSITO DOS ÍNDIGENAS NOS INTERSTÍCIOS DA COLONIZAÇÃO: CAÇADORES, PEÕES OU MALFEITORES HABITANTES NAS MARGENS FRONTEIRIÇAS **107**
Norma Oviedo
Kamila Madureira da Silva
Alexandre Bergamin Vieira

Capítulo 5 EL ARCHIVO COMO OBJETO: MÁS ALLÁ DE LA FUENTE, UN AGENTE CULTURAL EN LA PRODUCCIÓN DE ETNOGRAFÍAS FRONTERIZAS **133**
Ana Belén Medina
Carla Melisa Páez

SEÇÃO II: ECONOMIA, TRABALHO E MOBILIDADE NAS FRONTEIRAS

Capítulo 6 O MERCADO DE TRABALHO NO PARAGUAI E NA FRONTEIRA: MIGRACIONES, ECONOMÍA FRÁGIL Y RETROCESOS DEL EMPLEO **157**
Miriam Cristina Franco Mateu
Leandro Baller

Capítulo 7 LOS ENTRETELONES DE LA ECONOMÍA AGRO-GANADERA Y DE LAS FAMILIAS EN LOS MÁRGENES DE LA FRONTERA MISIONERA-CORRENTINA (SIGLO XIX-XX) **195**
Norma Oviedo
Alejandra Aurora Zorrilla

Capítulo 8 MOVILIDAD FRONTERIZA Y REDES SOCIALES: LAS FAMILIAS PARAGUAYAS EN GARUHAPÉ (MISIONES, ARGENTINA) EN LA SEGUNDA MITAD DEL SIGLO XX **215**
Gabriel Horacio Leal

SEÇÃO III: COOPERAÇÃO, CONFLITOS E GOVERNANÇA TRANSFRONTEIRIÇA

Capítulo 9 REDES TRANSFRONTEIRIÇAS ESTABELECIDAS NO SEGMENTO DE FRONTEIRA DE GUAÍRA, PARANÁ – BRASIL E SALTO DEL GUAIRÁ, CANINDEYÚ – PARAGUAY **257**
Ana Paula Azevedo da Rocha
Maristela Ferrari
Anderson Wesley de Lima Souza

Capítulo 10 FRONTERAS GEOPOLÍTICAS Y RECURSOS COMPARTIDOS: DESAFÍOS PARA LA GOBERNANZA TRANSFRONTERIZA DEL ACUÍFERO GUARANÍ EN LA REGIÓN TRINACIONAL AR/BR/PY **275**
Diana Mabel Arellano

Capítulo 11 FRONTEIRAS SUSTENTÁVEIS: A COOPERAÇÃO BRASIL-FRANÇA E O PAPEL DO MANEJO FLORESTAL NA AGENDA CLIMÁTICA DA COP 30 **303**
Bruno Rogério Silva Cavalcante
Luciana Uchôa Ribeiro

Capítulo 12 FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAY: TERRITÓRIO DO CRIME E DA VIOLÊNCIA? **341**
Tiago Madureira Araújo
Luci Meire Corrêa Anastácio
Kamila Madureira da Silva
Alexandre Bergamin Vieira
Bruno Rogério Silva Cavalcante
Leonardo Martins Maior

SEÇÃO IV: DESAFIOS SOCIAIS, SAÚDE E OPORTUNIDADES DE TRANSFORMAÇÃO NAS FRONTEIRAS

Capítulo 13 O ATENDIMENTO AO ESTRANGEIRO NO SETOR DE HEMODIÁLISE NA SANTA CASA DE CORUMBÁ/MS **373**
Juliana Ferreira Hurtado
Edgar Aparecido da Costa
Cláudia Araújo de Lima

Capítulo 14 A CONSTRUÇÃO DA REGIÃO FRONTEIRIÇA. OS ESTUDOS DE CASO E AS IMPLICAÇÕES DA HISTÓRIA EM UMA PERSPECTIVA REGIONAL **395**
Norma Oviedo
Kamila Madureira da Silva
Edevagno Pereira da Silva
Alexandre Bergamin Vieira

Capítulo 15 LA FRONTERA COMO MOTOR DE CAMBIO Y DIVERSIFICACIÓN TURÍSTICA EN MISIONES. HACIA UN DESARROLLO SOSTENIBLE Y EQUITATIVO **421**
Carla Cossi

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES **449**

ÍNDICE REMISSIVO **461**

PREFÁCIO

FRONTEIRAS PARA ALÉM DOS LIMITES: POR ÉTICAS DO ENCONTRO

Toda fronteira é plural.

Em cada díade fronteiriça-territorial – para além das dimensões limítrofes entre dois países – se desenrolam relações abarcadoras das *coisas* humanas e não-humanas (animais, vegetais, ambientais etc.). E se tudo parece *igual* é porque ainda nossos olhares, leituras e análises – ou nossas andanças, conversas e percepções – se mantém *presas* em uma concepção *nomotética*, isto é, aquela que – digamos – *lê* o mundo sem suas *mundanidades* – ou, para o nosso caso, suas *fronteiridades*.

Da mesma forma, toda fronteira, nos últimos anos, vem passando por um "des-locamento" importante: das "bordas" dos estados-nações para o "centro" deles [as questões (e/i)migratórias, por exemplo, nos Estados Unidos, na Europa e na América do Sul expressam esses emblemáticos *novos lugares*]. Nesse sentido, a militarização/*milicialização* de limites internacionais são *apenas* formas de poder e controle das novas expressões/práticas da objetivação-subjetivação do mundo, ao mesmo tempo em que uma reprodução cínica do duo "perigo estrangeiro" – nacionalismo extremado se faz política de Estado, de "para-Estado" e ainda de Estado nenhum. Em lugares assim o que temos é a produção cada vez mais acentuada de relações de vigilância, violência e morte – onde qualquer ética há muito perdeu seu espaço.

Mas nada nunca estará perdido.

Porque, como este livro mostra, todo território de hoje, mesmo que peremptoriamente definido em suas *linhas* que definem o dentro e o fora, carrega suas *ancestralidades*, sejam ameríndias ou latino-americanas, sejam africanas, europeias, asiáticas e *oceânicas* –

ou a inevitabilidade do encontro entre *fronteiras étnicas* nacionais e àquelas há muito "enterradas" nos territórios. Assim, a negação de qualquer alteridade é sempre negação de parte de nós mesmos, individual e/ou coletivamente.

Podemos aludir, em aproximação, a fronteiras e territórios *moventes*, todos os quais tecendo-se em limites e linhas *tortas*, *flexíveis*, como uma *rede* sempre em *artesania*. Se a América Latina são os múltiplos (des)encontros dos últimos 533 anos (1492-2025), são também aqueles de um *antes* e de um *agora* em migrações e mobilidades que reatualizam as *perambulações* como uma de suas principais características de sua formação, inclusive, muito antes de Colombo. Compreender tais movimentos é também *vasculhar* todo arquivo, e compreender cada um deles como *territórios* vivos, muitas vezes à espera de nossos olhares e de nossas sensibilidades.

Movimentos que, quase sempre, são implicados pela busca de novos lugares de vida, onde o trabalho toma a centralidade mas sem deixar que outras relações marquem também a existência. Nesses novos *estados*, sejam de controle ou de produção de *atos* de (re)existência, *lugares deixados* ainda por muito tempo permanecerão "grudados" nos *lugares chegados*. Ali, nessas novas *sínteses* de (des)encontros, as vidas se desenrolam em contextos *ambientais* em profunda mudança, entre *momentos* amistosos mas também entre *crimes* e *violências*, *saúdes* e *doenças*, *histórias* e "*contra-narrativas*", entre *trocas* de reprodução do "estado de coisas" e *trocas* de produção do novo.

Parece-nos crível, por isso, pensar que toda fronteira é "trans", pois que é trânsito, transporte, transnacional, transcultural, "trans-identitária", "trans-econômica", "trans-política", transgressora, transversal, transacional, "transtornada", "(in)transigente", "(in)transponível", transmissível, transfigurada, "transcendental", "transmigratória", transbordada, "trânsfuga", transcodificada, transfazimento, "transfinita", transumana, transformativa, "transfóbica"... mas também transformadora.

Todos os adjetivos, também entendemos, carregam em si sentidos de encontros e desencontros *fronteiriços*. Nossa

expectativa é, sempre, que os encontros assumam sempre a centralidade, nos quais *imoralidades* da xenofobia, do racismo, da violência e da morte deem lugar a *éticas* da solidariedade, da reciprocidade e da amizade.

Jones Dari Goettert
Reitor UFGD

APRESENTAÇÃO

As fronteiras, ao longo da história da humanidade, sempre foram espaços de encontro e conflito, onde identidades, culturas, economias e políticas se entrelaçam de maneira complexa e dinâmica. Em um mundo globalizado, marcado por fluxos intensos de pessoas, mercadorias e informações, as regiões fronteiriças ganham relevância não apenas como limites territoriais, mas como zonas de interação e transformação. No contexto latino-americano, e especialmente no Cone Sul, essas áreas assumem características únicas, moldadas por processos históricos, sociais e ambientais que refletem tanto as tensões quanto as oportunidades geradas pela convivência entre nações.

O livro "***ENTRE ESPAÇOS DE FRONTEIRAS***" surge como uma obra coletiva que reúne pesquisas interdisciplinares sobre as múltiplas dimensões das regiões de fronteira, com foco nas dinâmicas entre Brasil, Argentina, Paraguai e outros países da região. A proposta central é discutir, analisar e revelar as múltiplas dimensões das fronteiras, desde as construções identitárias até os desafios de governança e sustentabilidade. Essa abordagem interdisciplinar permite compreender como esses espaços são moldados por histórias de resistência, adaptação e cooperação, oferecendo insights valiosos para o desenvolvimento de políticas públicas e práticas sustentáveis.

A primeira seção, **"Identidades e Culturas Transfronteiriças"**, mergulha nas construções identitárias e nas dinâmicas culturais que definem as regiões de fronteira. Em um mundo onde as identidades nacionais são frequentemente reforçadas por discursos políticos e midiáticos, as fronteiras emergem como espaços de hibridismo e resistência. Um dos capítulos analisa historicamente como o Brasil imputou ao povo

Guarani o estigma de estrangeiros, contrapondo-se às lutas desse povo pelo reconhecimento de sua identidade e plurinacionalidade.

Essa análise é complementada por estudos que exploram as contradições e tensões que caracterizam as fronteiras, destacando a importância da alteridade na construção desses espaços. Além disso, a seção investiga as trajetórias de famílias migrantes em Missões durante a primeira metade do século XX, revelando o papel das redes sociais e familiares na integração desses grupos. Por fim, discute a presença de populações indígenas nos interstícios da colonização e o papel dos arquivos como agentes culturais na produção de etnografias fronteiriças, ressaltando a importância da documentação histórica para a compreensão das dinâmicas culturais.

Na sequência, a segunda seção, **"Economia, Trabalho e Mobilidade nas Fronteiras"**, aborda as dinâmicas econômicas e as transformações no mercado de trabalho que moldam as regiões de fronteira. Em um contexto global marcado pela desigualdade e pela busca por oportunidades, as fronteiras tornam-se espaços de mobilidade e sobrevivência. Um dos capítulos analisa as migrações, a fragilidade econômica e os retrocessos no emprego no Paraguai e nas regiões fronteiriças, destacando os desafios enfrentados pela legislação local. Outro estudo explora as práticas agropecuárias das famílias na fronteira entre Misiones e Corrientes, revelando como a produção rural configura esses espaços. A seção também investiga as migrações de famílias paraguaias para a região de Garuhapé, em Misiones, destacando o papel das redes sociais e familiares na integração desses grupos. Esses estudos mostram como as dinâmicas econômicas e migratórias moldam as fronteiras, com destaque para a informalidade e as estratégias de sobrevivência das populações locais.

Além disso, a terceira seção, **"Cooperação, Conflitos e Governança Transfronteiriça"**, aborda os desafios da governança e da cooperação transfronteiriça. Em um mundo onde recursos naturais e questões ambientais transcendem fronteiras políticas, a cooperação internacional torna-se essencial. Um dos capítulos

analisa as redes de interação entre Brasil e Paraguai, destacando suas escalas de abrangência e impactos no espaço fronteiriço. Outro estudo discute os desafios da gestão transfronteiriça do Aquífero Guarani, um dos maiores reservatórios de água doce do mundo, enfatizando a importância da cooperação internacional para garantir a sustentabilidade desse recurso.

A seção também explora as relações transfronteiriças entre o Brasil e a Guiana Francesa, com foco no manejo florestal sustentável e nas implicações da COP 30 para a agenda climática regional. Por fim, um capítulo questiona a construção discursiva da fronteira como um espaço de crime e violência, propondo uma análise crítica dessas representações.

Por fim, a quarta e última seção, **"Desafios Sociais, Saúde e Oportunidades de Transformação nas Fronteiras"**, foca nos desafios sociais e de saúde, assim como nas oportunidades de transformação. Em um contexto global onde as desigualdades se acentuam, as fronteiras tornam-se espaços de exclusão e, ao mesmo tempo, de resistência e inovação. Um dos capítulos analisa as barreiras e estratégias de acesso à saúde enfrentadas por estrangeiros, com destaque para os bolivianos que buscam tratamento no Brasil. Outro estudo investiga a construção histórica das regiões de fronteira, destacando as implicações sociais e políticas que moldam esses espaços. A seção também propõe um modelo de turismo sustentável e equitativo para a região de Misiones, destacando o potencial dessa atividade como agente de transformação. O autor discute a necessidade de diversificar a oferta turística, integrando comunidades locais e promovendo um desenvolvimento mais equilibrado e respeitoso com o meio ambiente.

"ENTRE ESPAÇOS DE FRONTEIRAS" é, portanto, uma obra essencial para compreender as dinâmicas das regiões de fronteira no contexto contemporâneo. Ao reunir pesquisas que abordam desde as lutas históricas dos povos indígenas até os desafios atuais de governança e sustentabilidade, o livro oferece um panorama abrangente e crítico desses espaços. Sua principal contribuição é a capacidade de integrar diferentes perspectivas disciplinares,

destacando a importância das fronteiras como espaços de conexão, conflito e transformação. Em um mundo cada vez mais interconectado, mas ainda marcado por desigualdades e tensões, esta obra é uma referência indispensável para acadêmicos, gestores públicos e todos aqueles interessados nas complexidades e potencialidades das regiões de fronteira.

Através de uma abordagem interdisciplinar, o livro revela como as fronteiras são muito mais do que linhas geopolíticas: são territórios vivos, marcados por histórias de resistência, adaptação e cooperação. Ao explorar temas como migração, identidade, saúde, economia e meio ambiente, "***ENTRE ESPAÇOS DE FRONTEIRAS***" convida o leitor a refletir sobre o papel desses espaços na construção de um futuro mais inclusivo e sustentável para o Cone Sul da América e para o mundo.

Bruno Rogério Silva Cavalcante
Macapá-AP, fevereiro de 2025.

SEÇÃO I:
IDENTIDADES E CULTURAS TRANSFRONTEIRIÇAS

Capítulo 1

O DIREITO À PLURINACIONALIDADE E IDENTIDADE TRANSFRONTEIRIÇA NO CONTEXTO DA TERRITORIALIDADE GUARANI NO CONE SUL DA AMÉRICA[1]

Clovis Antonio Brighenti

Resumo

Pelo presente artigo analisaremos historicamente como o Brasil imputou ao Guarani o estigma de estrangeiros contrapondo as ações e manifestações desse povo pelo reconhecimento do direito a identidade e plurinacionalidade transfronteiriça. O uso do termo estrangeiro, que remete a categoria xenofóbica, é acionado no século XX em momentos específicos, no geral quando os Guarani intensificam as ações pela garantia dos territórios. Porém, esse mesmo processo não é percebido com a mesma intensidade em outros casos de povos transfronteiriços. Constatamos que tanto os Guarani como o território ocupado por eles foram objeto de disputas geopolíticas coloniais entre as coroas Ibéricas, e entre colonos, mercenários paulistas e religiosos da Companhia de Jesus. Identificamos também que, durante o século XIX, o Brasil exalta o Guarani como herói fundador da nação, porém em sua versão passiva, subjugada e voluntariamente morta, para fazer emergir uma nova nação, branca e ocidental. Porém, esse lugar ocupado pelo Guarani vai aos poucos esmorecendo, em especial com a guerra da Tríplice Aliança, quando o Paraguai passa a ser identificado como a "Nação Guarani" e, com o fim da Guerra o Brasil abandona definitivamente o Guarani, seja no ideário, seja no dever de "proteger" essa gente. O Guarani vai aparecer agora na

[1] Esse artigo é uma versão modificada e atualizada que publicamos na Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, denominado "Fronteiras meridionais e transfiguração territorial: gênese e permanência do estigma de estrangeiros atribuído aos Guarani no Brasil". 2021.

literatura antropológica como o "índio integrado". O movimento indianista também abandona o Guarani e passa a considerar o Tupi e sua antropofagia, a nova face de um Brasil moderno. No tempo presente os Guarani iniciaram processos para o reconhecimento **à plurinacionalidade e identidade transfronteiriça a fim de garantir a reparação histórica e acessar** as políticas públicas no âmbito do Cone Sul da América**.**

Introdução

Pelo presente artigo desafiamo-nos a pensar o sentido da nacionalidade para um povo que nos últimos 500 anos passou à condição de transfronteiriço quando seu território foi recortado pelas fronteiras dos Estados nacionais, sendo-lhes imputado o estigma de estrangeiro. Nos referimos ao povo Guarani, que habita mais de 1.400 *Tekoha Kuéra* (aldeias ou terras indígenas) desde o litoral Sul brasileiro aos pés da Cordilheira dos Andes. O sentido do nacional, aplicado aos povos indígenas, é tomado de distintas perspectivas pelos diferentes segmentos sociais, porém, praticamente todos o conceituam levando em consideração as experiências das sociedades ocidentais, desprezando as concepções indígenas. A etnologia e a história indígena já superaram essa errônea concepção ao evidenciar que esse povo não se integrou e não deseja se integrar às sociedades nacionais. Também demonstraram, através de novas teorias, que, por mais que esses povos tenham se mesclado às sociedades nacionais e aparentemente "*perdido a cultura*", eles não desejam ser parte das mesmas - entendendo que a cultura é produto histórico e dinâmico (Thompson, 1981) – e experienciaram ao longo das décadas um processo de resistência adaptativa (Stern, 1987). Essas teorias ajudam a entender como as sociedades se ajustam ao momento histórico para manterem-se enquanto unidade sociopolítica autônoma. No campo jurídico também houveram mudanças conceituais significativas, em especial com o novo constitucionalismo latino-americano e com a Convenção 169 da

Organização Internacional do Trabalho (OIT) que reconheceu e mandou respeitar a territorialidade dos povos transfronteiriços.

Nas últimas décadas os Guarani iniciaram processos de incidência junto aos governos do Cone Sul da América para que seja reconhecido o direito à plurinacionalidade e identidade transfronteiriça. Mecanismo que garantiria o direito à livre circulação nas fronteiras dos Estados Nacionais e a garantia da isonomia ao tratamento no acesso às políticas públicas. Essa iniciativa, quando concretizada, garantirá aos Guarani maior autonomia perante os Estados e contribuirá pela reparação histórica das graves violações de direitos.

O estigma de estrangeiros atribuído aos Guarani foi criado fundamentalmente no final do século XIX início do século XX e se mantém no senso comum fomentado tanto pelos meios de comunicação como pelo Estado. Essa ignomínia é acionada em momentos particulares a fim de atender interesses específicos. De todo modo, apesar de fortemente combatida pela arqueologia, história, antropologia e pela própria cosmologia Guarani, a ideia de estrangeirismo Guarani no Brasil ainda aparece transvestida como verdadeira, resultando na negação dos direitos desse povo. Essa concepção tem sido utilizada como elemento central em manifestações contra o reconhecimento dos direitos territoriais.

Por outro lado, em termos de Cone Sul da América, não se vislumbra por parte do poder público iniciativas no sentido de pensar políticas comuns com os demais países com presença desse povo.

Constatamos que no caso de outros povos que vivem em zonas transfronteiriças com o Brasil, e que estão desenvolvendo processos de conquista de terras não lhes é atribuído o estigma de estrangeiros. Povos como os Kaingang, cujo território abarca porções da Argentina; Yanomami entre Brasil e Venezuela; Tikuna entre Brasil e Colômbia; Chiquitano entre Bolívia e Brasil; Galibi entre Brasil, Guiana Francesa, Suriname e Venezuela etc. Chamamos atenção para o caso do povo Galibi, que segundo o Instituto Socioambiental (ISA, 2020), seriam de Maná, na Guiana Francesa, mas se consideram brasileiros. Teriam migrado para o

Brasil em meados do século XX, e, apesar das autoridades francesas quererem levá-los de volta, eles prefeririam permanecer no Brasil. O Instituto Socioambiental (ISA) explica ainda que foram bem recebidos pelas autoridades brasileiras, em especial pelos servidores do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), "*como Eurico Fernandes, primeiro inspetor deste órgão na região e Expedito Arnaud, um antropólogo, e também da amizade dos militares estabelecidos em Clevelândia do Norte. Por essas razões, suas terras foram rapidamente homologadas*" (ISA, 2020, s/p).

Nas pesquisas de campo que realizamos, na região Oeste do Paraná, sobre a presença Guarani na segunda metade do século XX, quando a região foi densamente ocupada pela agropecuária moderna, eliminando quase que totalmente a mata atlântica, ouvimos dos "pioneiros" que naquele período não existiam indígenas, apenas alguns poucos "paraguaios", numa referência aos Guarani. A presença, em 2020, de pelos menos 24 comunidades ocupando a região[2] entre os municípios de Foz do Iguaçu e Guaíra, gera inquietações nesses ditos "pioneiros" e seus descendentes que se perguntam, de onde vieram essa gente? Eles mesmos respondem, que só pode ser do Paraguai. Estão tão seguros desse estrangeirismo que recentemente na região de Guaíra (PR), foi impetrada uma Ação Judicial (5000651-34.2016.4.04.7017) pela Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Paraná pedindo a Justiça Federal que determine à Funai o controle da entrada de Guarani paraguaios na aduana, localizada na cabeceira da ponte Ayrton Senna, que liga os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul ao Paraguai.

> O ajuizamento foi movido pela Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Paraná contra a União (Advocacia Geral da União) e contra a FUNAI, por meio da qual a parte autora requer o reconhecimento da obrigação das rés em realizarem o controle do número de indígenas no local pretendentes à demarcação, bem como o controle dos indígenas vindos do Paraguai para a

[2] Dados colhidos em campo com os próprios Guarani em 2022.

> demarcação de terras nos Municípios de Guaíra e Terra Roxa, tendo em vista a confissão do influxo de indivíduos para essa finalidade, a fim de resguardar a segurança e soberania nacionais (BRASIL, JUSTIÇA FEDERAL 2016, s/p).

Nessa mesma região encontramos outras versões do mesmo discurso. Nos argumentos utilizados pela Itaipu numa ação judicial contestando o pagamento de *royalties*, a mesma justificava que "*para agravar a situação, parece cada vez maior a vinda de índios Avá Guarani do Paraguai e Argentina para as Aldeias do Ocoy, Itamarã e Añetete*" (BRASIL, JUSTIÇA FEDERAL, 2018, p. 329). Esse argumento, totalmente discursivo, sem fundamento na dimensão sociocultural do povo, foi acolhido pela Justiça Federal que negou aos Guarani o direito sobre os *royalties* gerados pela produção de energia da Binacional, bem como para conceder a Itaipu a reintegração de posse em terras retomadas pelos Guarani.

O Oeste do Paraná não é o único local em que manifestações dessa natureza ocorrem. No Mato Grosso do Sul não foram poucas as manifestações insinuando que os Guarani/Kaiowa seriam estrangeiros, associadas às manifestações de que nas ações contemporâneas movidas pelos Guarani para reaver a posse das terras há presença de indígenas paraguaios.

Atualmente, tanto no Oeste do estado do Paraná como no Mato Grosso do Sul, argumenta-se que os Guarani estariam vindo em massa ao Brasil para beneficiar-se das políticas públicas, como do programa Fome Zero[3] e da demarcação das terras. Esse argumento funda-se numa visão errônea de que a assistência social oferecida pelo Brasil é melhor da que é ofertada pelo país vizinho, e que, os Guarani são movidos por interesses econômicos, numa

[3] O programa Fome Zero foi criado em 2003, pelo governo federal brasileiro, durante o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Esse projeto substituiu o Programa Comunidade Solidária, no mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Um conjunto de atividades foram desenvolvidas para combater a fome, dentre eles a doação de cestas básicas.

autoimagem dos brasileiros que ocuparam terras no Paraguai nas décadas de 1970 e 1980.

Distante da região de fronteira, mas perto do discurso preconceituoso, os Guarani Mbya no litoral Atlântico também são vítimas do estigma de estrangeiros. No dia 10 de março de 2007 a revista Veja[4] atendendo a demanda de parte do setor empresarial catarinense, publicou uma matéria de quatro páginas intitulada "*Made in Paraguai - A Funai tenta demarcar área de Santa Catarina para índios paraguaios, enquanto os do Brasil morrem de fome"* (Edward, 2007, s/p). De autoria do jornalista José Edward, a revista usou como fonte, pessoas declaradamente contrárias às demarcações das terras. As lideranças das comunidades Guarani da região litorânea exigiram reparação por danos morais, mas foi negado pela justiça. Além da referida Ação Judicial, protocolada via Procuradoria da República em Florianópolis, às comunidades também enviaram ofício à revista Veja pedindo direito de resposta, mas sequer receberam respostas.

Três anos mais tarde, em 05 de maio de 2010, a revista requentou o tema, desta vez fazendo um ataque mais frontal aos antropólogos, com matéria intitulada "*A farra da antropologia oportunista*". Na nova matéria a revista ampliou a desinformação para outros casos e voltou a atacar os Guarani definidos pela Veja como paraguaios: "*Made in Paraguai*: *Critérios frouxos para a delimitação de reservas indígenas e quilombos ajudam a engordar as contas de organizações não governamentais e diminuem ainda mais o território destinado aos brasileiros que querem produzir"* (Coutinho, et al, 2010). Essa nova matéria atacava os pesquisadores, pessoas e entidades que apoiam os Guarani, acusando-os de "importar" Guarani para justificar suas teses e trabalhos. O ataque a pesquisadores e aliados era uma forma de eximir os Guarani da polêmica, porém, tratando-os como objetos históricos, agindo no interesse dos outros. O Ministério Público Federal (MPF) ingressou

[4] Semanário brasileiro da Editora Abril. Tem se notabilizado por reproduzir conteúdo voltado contra os direitos sociais e defesa aberta da elite brasileira.

com uma ação judicial de número 0015210-17.2014.4.03.6100, somente quatro anos após a reportagem. Em 2018 o processo foi extinto sem que a empresa sofresse qualquer tipo de penalidade.

A difamação contra os Guarani no Morro dos Cavalos tinha como propósito atingir sua expressão de territorialidade. Apenas no litoral brasileiro são mais de 100 *Tekoha Kuéra*[5] Guarani cujas terras não estão totalmente regularizadas e que a todo instante necessitam justificar sua existência como "brasileiros" para garantir o direito às terras. Compreender, então, esse tema, passa a ser um desafio e urgência não apenas para a academia e movimento indígena, mas para a sociedade e o Estado brasileiro. Afinal, a formulação e aplicação de políticas públicas no marco dos Estados Nacionais passa por entender a dimensão e o significado do nacional, e, antes de tudo, passa pela dimensão das territorialidades dos povos.

O território Guarani a partir de fontes históricas e de presença contemporânea

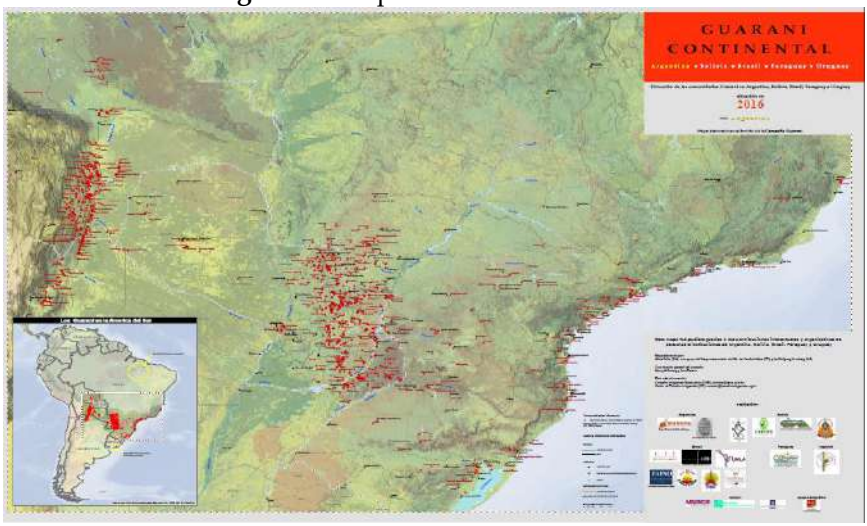
Os dados mais recentes, publicados no *Caderno do Mapa Guarani Continental*, estima uma população Guarani de 280.000 pessoas (CMG, 2016, p.06). Porém, esse número representa cerca de 1/7 da população que existia no século XVI, estimada em 2 milhões de pessoas (Melià, 1988). Vivem em 1.416 comunidades, aldeias, bairros urbanos e núcleos familiares, desde o litoral Atlântico até os pés da Cordilheira dos Andes. O Brasil concentra a maior população, com 85.255 pessoas. A Bolívia está com a segunda maior população – 83.019 – seguida por Paraguai – 61.701 – e Argentina com 54.825 (CMG, 2016, p.06).

Trata-se de um povo com particularidades linguísticas e culturais regionais. Os organizadores do Caderno classificaram em 08 (oito) diferentes subgrupos linguísticos assim distribuídos: 1 -

[5] *Tekoa* ou *Tekoha* como aldeia ou comunidade e *Kuéra* para plural = aldeias. Os Mbya pronunciam *Tekoa*, já os Ava e Kaiowa preferem *Tekoha*.

Mbyá (Argentina, Brasil e Paraguai + uma comunidade no Uruguai); 2 - *Avá-Guaraní* (Paraguai), conhecidos também como *Ñandeva, Guarani ou Chiripá* (Brasil e Argentina); 3 - *Paĩ-Tavyterã* (Paraguai), conhecidos como Kaiowá (Brasil); 4 - *Ava-Guarani e Isoseño* (Bolívia e Argentina), conhecidos como Guarani Occidental (Paraguai), e também como *Chiriguanos ou Chahuancos* (Argentina); 5 - *Gwarayú* (Bolívia); 6 - *Sirionó, Mbía ou Yuki* (Bolívia); 7 - *Guarasug'we* (Bolívia), *Tapieté ou Guarani-Ñandeva* (Bolívia, Argentina y Paraguai); 8 - *Aché* (Paraguai) (CMG, 2016, p.06).

Figura 1 – Mapa Continental Guarani



Fonte: CMG, 2016.

No Mapa Continental (figura 1) estão representadas em pontos vermelhos os 1416 *Tekoha* (aldeias e terras indígenas) que haviam em 2016 (certamente em 2025, quando finalizamos esse artigo eram mais). Os dados demonstram que há três núcleos com maior concentração de *Tekoha Kuéra:* 1 – A Oeste - nos pés da Cordilheira dos Andes, Noroeste argentino, Sul boliviano e Oeste paraguaio, com predominância na Bolívia; 2 – Na parte central do Mapa Continental - Nordeste argentino, Leste e centro paraguaio e Oeste do Brasil, em especial nos estados do Paraná e Sul do Mato

Grosso do Sul; 3 – O terceiro núcleo se localiza na parte Leste e Litoral atlântico, todo ele em solo brasileiro, com presença Guarani desde o estado do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul.

O Mapa revela ainda que *"os Guarani seguem vivendo onde sempre têm vivido"* (CMG, 2016, p. 09). Pela proximidade dos *Tekoha Kuéra* é possível seguir caminhando do litoral Atlântico até a Bolívia, quase que sem pernoitar fora de aldeias. É um território não exclusivo, nem no período pré-colonial e nem na contemporaneidade. Se observarmos a localização dos *Tekoha Kuéra*, constatamos que a maioria deles estão situados em região de terras baixas, várzea dos grandes rios e litoral atlântico. São poucos os *Tekoha Kuéra* situados acima dos 400 a 500m do nível do mar.

A partir de documentos históricos e evidências arqueológicas é possível visualizar um território básico ocupado por essa nação no momento da invasão Ibérica. Para Melià (1988, p. 294) *"esses grupos que conhecemos como Guarani passaram a ocupar as selvas subtropicais do Alto Paraná, do Paraguai e do Uruguai Médio"*. Esse pesquisador afirma que os Guarani não eram nômades que dependiam exclusivamente da caça, pesca e coleta, *"porém, agricultores que sabem explorar eficazmente essas terras de selva, cujas árvores derrubam e queimam, plantam milho, mandioca, legumes e muitas outras culturas"*. Afirma ainda que os Guarani são também hábeis ceramistas, fabricam os artefatos que necessitam para preparar e servir os alimentos. *"Como colonos dinâmicos, os Guarani continuarão sua expansão migratória até os tempos da invasão europeia no Rio da Prata (na década de 1520) e ainda em plenos tempos históricos até nossos dias"*.

A historiadora Branislava Susnik (1979-1980, p. 09) ao referir-se aos Guarani, destaca sua ocupação num vasto território que abrangia desde a base da cordilheira até o litoral atlântico. Comenta que *"no início da conquista espanhola, os Avá-Guarani achavam-se nucleados na área compreendida entre os rios Paraguai, Miranda, Paraná, Tietê-Anhembi, Uruguai, Jacuí, e com alguns assentos no litoral atlântico"*. Embora se visualize um amplo espaço ocupado, os pesquisadores alertam que não se tratava de um território contínuo e densamente povoado e que a população não era compacta e

homogênea. Preferiam os locais com florestas tropicais e subtropicais, no litoral e entre os principais rios formadores da bacia do Paraná/Paraguai. Já o planalto com seus extensos campos abertos e as florestas de araucária, que cobriam uma considerável parte da região, era habitado por grupos de tradição linguística Macro-Jê, destacando-se os ancestrais dos Kaingang e Xokleng e, mais para o sul, os Charrua e Minuano, entre outros.

Não é consenso entre pesquisadores que os Guarani formam um único povo ou nação, apesar da proximidade sociolinguística e cultural entre os diferentes grupos. Dos oito povos identificados acima é visível as diferenças linguísticas existentes, produzindo desafios de comunicação. Em partes essa diferença é resultado da influência da língua nacional, mas também do distanciamento no interior da própria língua Guarani. Também é possível perceber diferenças na organização sociopolítica, representada a partir das práticas de mobilidade específica em cada grupo ou subgrupo linguístico. Raramente um Kaiowá migra para a região leste do Brasil, da mesma forma que raramente um Mbya migra para o nordeste paraguaio ou sul do Mato Grosso do Sul. Portanto, compreender a mobilidade linguística e territorial de cada subgrupo Guarani é uma das chaves para compreender a articulação política continental e o sentimento de pertencimento a um dos grupos Guarani.

A denominação ou autodenominação dos povos tem gerado muitos debates. Inclusive para a confecção do Mapa Continental, foi consensuado oito agrupamentos linguísticos, mas é provável que não seja consenso com todos os pesquisadores que não participaram da elaboração do Mapa e dos próprios indígenas. Esse tema tem gerado controvérsias pelo fato de que a atribuição dos nomes no geral foi exógena ao grupo, como no litoral atlântico que se encontravam os Carijó, Mbya, Patos etc., nomes atribuídos a partir de fora, do interesse dos colonos. O nome Guarani tem registro já em 1538 por Luís Ramirez, tripulante da expedição de Sebastião Caboto, quando navegavam pelo rio Paraná. De toda forma não se tem informações de quantos povos ou grupos

Guarani existiam. Melià (2011, p.116) comenta que a destruição de povos na bacia do Prata é um fenômeno de amplo espectro.

> ¿Que se hizo de los Arechanés y Cariyós? ¿Dónde están los Chandules y Querandíes, los Charruas, Yaros, Bohanes, Chanáes y Mepenes? ¿en qué acabaron los famosos Agaces y Payaguáes de río arriba? Podría entrar aquí la lista interminable de pueblos indígenas que aparecen en los relatos de conquista.

Observa o pesquisador que é certo que nem todos foram exterminados nos primeiros anos da conquista, a maioria foi extinta durante o período colonial e outros tantos no início do século XX, outras vezes são apenas os nomes que desapareceram. Isso nos permite pensar que os Carijó ou Mbya do litoral tenha desaparecido apenas o nome (não menosprezando que a população foi quase que toda escravizada pelos vicentinos), ressurgindo como Guarani em suas diferentes variantes dialetais. A arqueologia não tem dúvidas de que o padrão arqueológico encontrado em todo território Guarani foi produzida por uma mesma população.

O fato que importa nessa construção historiográfica, é perceber que os Guarani seguem vivendo onde se encontravam em 1500. Nesse espaço geográfico, com predominância da mata atlântica, seguem mantendo a dinamicidade de um povo que caminha, que tem nas migrações ou mobilidade uma característica peculiar, sejam migrações de cunho religioso ou migrações para fugir de contextos de opressão descrito por Clastres (1978), Melià (1988), Ladeira (2007), Post Darella (2004), Brighenti (2010), Montoya (1985), Monteiro (1992), Noelli (1999).

Fronteiras nacionais, reconfigurações e transfiguração territorial

O território Guarani registrado pelos cronistas no século XVI se estendendo do "*Chaco até o Atlântico, das capitanias do Sul até o rio da Prata, a presença Guarani abrangia, no século XVI, uma imensa área que hoje inclui os estados brasileiros do Rio Grande do Sul, Santa*

Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, além de partes de países vizinhos" (Monteiro, 1992, p. 476 e 477), foi recortado diversas vezes pelas disputas territoriais ibéricas, dos países independentes e até mesmo internamente na formação das unidades da federação.

Se atualmente essa região abarca importante extensão do território brasileiro, nos primórdios da invasão ibérica pertencia quase que exclusivamente ao domínio da coroa espanhola. Pelo Tratado de Tordesilhas, apenas a pequena fração do território Guarani, no litoral atlântico entre Santa Catarina a São Paulo pertencia a coroa portuguesa.

Os escravocratas paulistas foram os grandes responsáveis por modificar os limites da colônia portuguesa na América na zona meridional. Os ataques às missões dos padres jesuítas que haviam sido fundadas a partir de 1610, tanto no Guairá como no Tape (região próxima a Porto Alegre - RS) e Itatin (sudoeste do Mato Grosso do Sul), além das cidades espanholas como *Ciudad Real del Guairá* e *Villa Rica del Espíritu Santo*, alargaram os limites das possessões portuguesas.

O território onde se encontravam as reduções do Itatim (ao menos parcialmente) e as reduções do Guayra estão em território brasileiro; Acaray ficou dividido entre Brasil, Paraguai e Argentina; e, o território das reduções do Tape e Uruguai estão todas em possessão do Brasil. Foram porções consideráveis do território Guarani que, devido a ação dos bandeirantes paulistas, passou do domínio espanhol para o português, tendo sido um dos argumentos para serem considerados como heróis nacionais no Brasil do século XX.

A coroa espanhola tinha total interesse em manter o território sob sua possessão, mesmo não sendo regiões de interesse econômico imediato. O estuário do Prata e os acessos navegáveis pelos rios Uruguai, Paraná e Paraguai permitam o controle de extensos territórios meridionais, motivando disputas intestinais. Os Guarani das reduções, juntamente com os Jesuítas estavam acossados e vendo a população se transformar em escrava. Mesmo com a fuga do Guairá para o Sul, dos 12 mil Guarani e alguns padres em 1629,

abandonando o território do Guairá, os paulistas não desistiram de atacar as Reduções (Montoya, 1639). Por intermédio de Montoya, a coroa espanhola concedeu aos Guarani a possibilidade de formar exército (milícias) e fazer uso de armas de fogo "*para proteger as fronteiras do império espanhol*" (Monteiro, 1992, p. 480).

As fronteiras sul continuaram instáveis, mas a partir de 1676 as reduções não foram mais alvo dos ataques de escravocratas ou encomendeiros quando é registrada a última bandeira (Wilde, 2009, p. 92). No entanto, as reduções do Tape, Itatim e Guayra, bem como as cidades espanholas no Guayra e Villa Rica del Espíritu Santo não serão mais reorganizadas. Esses territórios (com exceção do Tape) não foram ocupados nem por espanhóis e nem por português, ficando livres aos Guarani que sobreviveram a investida colonial. A partir de então, os Guarani reduzidos viverão sob a coroa espanhola, mesmo restando Guarani não reduzidos em território sob o domínio português. Nem todos os Guarani foram reduzidos ou escravizados, uma pequena minoria dessa população seguia vivendo sua vida autônoma, em especial nas regiões de menor pressão dos colonos.

Na reorganização dos impérios – tanto com as Reformas Bourbônicas na Espanha como as Reformas Pombalinas em Portugal – um dos propósitos era redefinir as fronteiras na colônia sul-americana. A instabilidade não era de interesse dos ibéricos e além do mais, as reduções não eram bem vistas pelos governos locais tampouco pelos portugueses. Para dar fim ao impasse, é firmado em 1750 o tratado de Madri,

> que, entre otros puntos, comprometía a Portugal a renunciar al puerto de Colonia de Sacramento, ubicado en el Rio de la Plata, en favor de España, mientras ésta, por su parte, cedía un territorio en donde se encontraban situadas siete de las treinta doctrinas de guaraníes (Wilde, 2009, p. 157).

Cerca de 29 mil Guarani deveriam ser transladados. Apesar da obediência dos Jesuítas, os Guarani recusaram a transferência,

resultando em nova guerra, desta vez os Guarani enfrentando os exércitos Ibéricos unificados.

Apesar do Tratado de Madri, os conflitos por fronteiras não cessaram, levando, 17 anos mais tarde, a assinatura de outro acordo, tratado de Santo Ildefonso, assinado em 1777. Esse novo Tratado foi motivado também por interesses de outras potências europeias como França e Inglaterra, que tinham interesse comercial e territoriais nas colônias. Por esse tratado, Espanha manteve a Colônia do Sacramento em seu poder sendo restituído também às Redução do Uruguai (chamado 7 povos). Mas, os acordos na metrópole, na prática eram relativizados pelas colônias.

Posteriormente, ocorreram mais dois momentos em que as fronteiras no Prata foram alteradas: 1 – Durante as independências, quando o império português ocupou os setes povos do Uruguai; as Províncias Unidas do Prata tomaram as 15 redução da mesopotâmia dos rios Paraná e Uruguai; e, o Paraguai se apropriou das 08 reduções da margem direita do rio Paraná. Por um breve momento o exército Guarani missioneiros, liderados por Andrés Guacurary, mais conhecido como Andresito, tomou a cidade de Corrientes e com apoio de José Artigas, proclamou uma república independente. Seu projeto durou poucos anos, mas foi suficiente para perceber como os *criollos* independentistas não tinham interesse nos indígenas em seus processos de independência. 2 - Após a Guerra da Tríplice Aliança -1864 a 1870 – o território Guarani novamente é recortado, em especial as porções ocupadas pelos Guarani no Cone Sul do Mato Grosso do Sul, terra dos Guarani e Kaiowá.

Um novo recorte das fronteiras, desta vez com menor impacto sobre o território Guarani, vai ocorrer em 1895, quando Brasil e Argentina disputavam espaços territoriais localizados nos atuais estados de Santa Catarina e Paraná, conhecida na historiografia como a Questão de Palmas, quando o presidente dos Estados Unidos da América Grover Cleveland arbitrou favorável aos argumentos do Brasil. O Brasil não hesitou em instalar Colônias Militares para garantir o domínio dos territórios fronteiriços, como

a Colônia do Iguaçu em 1889, Alto Uruguai (RS) 1879, Xapecó (SC) 1880, Chopim (PR) 1882 e a manutenção das que haviam sido criadas anos antes, como a de Dourados (MT) 1856.

Imaginário, idealização e projeção do Guarani do passado

O Brasil independente (1822) buscou no Guarani sua inspiração para o herói mítico e fundador das bases ideológicas da Nação. Ao separar-se politicamente da Europa, o Brasil buscava em terras americanas referenciais heroicos similares aos cavaleiros medievais que construíram a "grandiosidade" da Europa.

> Para isso, seria preciso marcar essa identidade no campo da cultura. O Brasil deveria ter, ao mesmo tempo, uma literatura que o colocasse no mesmo patamar da Europa, que vivia a fase do romantismo, e ser ele próprio um novo que emergia após os séculos de domínio português (Blun, 2019, s/p).

Dos sujeitos presentes no Brasil, base para a formação "nação" brasileira, que pudesse se diferenciar da Europa, eram os indígenas e os negros, que aliás representavam mais de 70% da população no período de 1822. O negro escravizado, considerado raça inferior pelas teorias eugenistas da nova ciência que surgia e substituiria os dogmas eclesiais para a classificação dos sujeitos, não servia. O indígena é tomado como o elemento próprio, autêntico passando a ser a referência da nova nação. Mas, nesse momento o Brasil vivia um conflito com os grupos indígenas denominados genericamente Tapuias, como os Kaingang em todo centro sul do Brasil e parte do interior de São Paulo; os Xokleng ao leste dos Kaingang, desde os campos gerais até o litoral atlântico; os Maxacali e Krenak no leste de Minas Gerais e em partes do Espirito Santo. Tanto que esses indígenas são justamente os que foram vítimas da chamada "guerra justa" declaradas por Dom João VI em 1909 e 1910, porque se recusavam deixar suas terras para a oligarquia agrária ávida por expandir suas posses.

O Brasil buscou no indígena Guarani, considerado extinto, sua referência, porque esse já não poderia modificar a narrativa que estava sendo criada. O Guarani passa então a ser considerado o herói fundador do Brasil. A historiadora Lilia Moritz Schwarcz (2019, p.164) observa que foi o próprio imperador Pedro II, que

> financiou pessoalmente, nas artes plásticas, na literatura, na ficção e na historiografia a formação de um 'indianismo romântico', que idealizou a imagem de um país composto de raças diferentes, mas cujo destino era serem todas dominadas ou desaparecerem, como no caso dos nativos, e do mito criado pelo naturalista Von Martius, diante da superioridade europeia.

São produzidas diversas obras nas quais o Guarani é exaltado como sujeito central da narrativa, mas com papel coadjuvante na história. Assim surge o Peri, personagem de José de Alencar na obra *O Guarani* (1857), indígena fiel ao conquistador, que entrega sua vida em defesa da oligarquia agrária, mas apesar de ser herói, não lhe é permitido mesclar-se com o "branco", no caso casar-se com a filha do fazendeiro (Ceci). Obra que inspirou gerações, foi tema da ópera homônima de Carlos Gomes (1870), influenciou marcas de produtos, equipes e clubes esportivos, tema obrigatório de vestibular até os dias de hoje, também pela dimensão literária, mas especialmente pelo que simbolizou esse pensamento do Brasil do século XIX, a criação de uma suposta identidade nacional.

Outra obra de bastante realce desse imaginário é *Iracema*, de José de Alencar (1865). Schwarcz (2019) observa que essa obra é repleta de simbolismo, cujo nome da heroína – Iracema -, que na língua Tupi (...) queria dizer 'saída do mel', foi traduzida por 'lábios de mel', numa referência a 'docilidade' e torpor das nativas e das 'virgens' do Brasil. Iracema se enamora de um guerreiro europeu e dá luz a um menino, - Moacir – "filho do sofrimento". "*Como num jogo de metáforas, é a indígena que morre para que seu filho sobreviva e, com ele, se inaugure uma nova nação, mestiça conquanto dominada pelo europeu colonizador*" (Schwarcz, 2019, p. 165). Na tela

de Rodolfo Amoedo denominada *O último Tamoio (1883)*, Schwarcz observa que a morte é a própria submissão do valente guerreiro que de forma voluntária, prosta-se perante ao mundo ocidental para fundar a nova nação. Era o indígena, que em seu "sacrifício voluntário" "reconhecia" a superioridade do europeu.

A literatura indianista pensa o Guarani apenas como indígena do passado, que apesar da bravura e bondade reconhece na cultura europeia a superioridade e a civilidade. Resta ao indígena aceitar que precisa morrer para que uma nova civilização floresça. "*Mais uma vez, a violência praticada pelos homens é transformada em destino, ocorrendo uma clara inversão: o extermínio vira desejo, contando com o Estado e a Igreja a justificá-lo*" (Schwarcz, 2019, p. 166). Era uma América prostrada diante da Europa, sendo salva e redimida mesmo que custasse sacrifícios. A Nação brasileira surge assim, de um indígena idealizado, morto e convicto de que esse era seu destino.

Ainda no século XIX, a guerra contra o Paraguai (1864-1870) vai evidenciar novas relações com os Guarani. O Brasil cria em seu imaginário um Paraguai como "país dos Guarani". O Guarani deixa de pertencer ao Brasil para ser o estrangeiro. Naquele final do século XIX o "guarani" é o inimigo que precisa ser combatido pela "sua tirania". O território sul mato-grossense, de ocupação tradicional Guarani e *Kaiowa/Paĩ-Tavyterã*, pertencia ao Paraguai. Os Guarani são forçados a se alistar nas fileiras do exército paraguaio para lutar contra o Brasil, afinal a guerra acontece em solo Guarani. Os Guarani passam de heróis fundadores para inimigos do Brasil.

Os literários brasileiros a partir da década de 1870 passam a questionar a concepção do Brasil proposta a parir do ideário do Guarani de José de Alencar. Ângela Alonso anota que 1875, a nova geração representada por Joaquim Nabuco adotara um discurso científico que exprimia a conjuntura social, política e intelectual. Ataca o romantismo de Alencar, "*anunciando o desconforto da geração nova em relação a uma tradição intelectual já bem fundada. Para Nabuco, a literatura indianista de Alencar sofreria o ranço de um modo de pensar já não adequado aos tempos modernos*" (Alonso, 1995, p. 241). Dentre

outras questões, ele é acusado de negligenciar outros temas nacionais importantes, como a escravidão, o caipira, enfim, outra cultura brasileira. Entre 1871 e 1872 Franklin Távora, pseudônimo de Semprônio, rechaçaria a literatura alencariana em artigos sobre O Guarani e Iracema. "*Começava aqui o processo pelo qual a concepção alencariana de identidade nacional será substituída por uma outra, mais afeita aos novos tempos*" (Alonso, 1995, p. 249).

Com o fim da guerra da Tríplice Aliança, o empresário Thomaz Larangeira, financiador da Guerra ao governo brasileiro recebe concessões de terras na região dos ervais sul-mato-grossense e paranaenses, justamente nas terras ocupadas pelos Guarani ainda de maneira independentes, sem tanta influência da sociedade regional. Essa população é forçada a trabalhar em condições análogas à escravidão. Como não podiam ser transladados para o outro lado da fronteira, são de certa forma punidos com o roubo de suas terras e exploração de sua mão de obra. Quando a exploração da erva-mate é substituída pelas fazendas de gado, no Mato Grosso do Sul, essa população é forçada a se confinar em oito pequenas reservas criadas pelo Estado brasileiro no início do século XX. Apenas a título de comparação, os Kadiwéu que se aliaram ao império brasileiro, contra o Paraguai foram "agraciados" com o reconhecimento de ao menos 150 mil hectares de terra, já os Guarani, considerados inimigos, ficaram confinados em 8 pequenas reservas.

É a partir desse momento que o Guarani passa a ser considerado estrangeiro e rejeitado pelo Brasil. Não importa que mais de 50% do território ocupado pelos Guarani no período da conquista ibérica pertencia à coroa portuguesa (ao Brasil) e que o país tenha uma população Guarani numericamente superior ao Paraguai. Eles continuam sendo considerados estrangeiros. Mesmo figuras marcantes na história, como o bravo lutador Sepé Tiaraju, líder guarani na guerra guaranítica da banda oriental das Reduções Jesuítas (1775), foi rejeitado como herói fundador do estado do Rio Grande do Sul pelo fato de ser "espanhol" e ter lutado contra portugueses. Popularmente é reconhecido e aclamado como herói

que fez ressoar o brado de que "essa terra tem dono", mas para as elites intelectuais que influenciam na formulação dos conceitos de identidade e pertencimento, ele é estrangeiro.

A literatura que se produzirá sobre os Guarani no século XX se encarregou de manter os Guarani ligados exclusivamente ao Paraguai. A Semana da Arte Moderna que ocorreu em São Paulo, em 1922, rompeu com o conceito de arte e estética elitista e trouxe para a cena nacional, a valorização do próprio, alterou também a referência do indígena Guarani do século XIX. Na Semana da Arte Moderna é o Tupi, em referência ao Tupinambá, que é exaltado como o próprio, o nacional. Da mesma forma que o Guarani do século anterior, o Tupinambá também é o indígena do imaginário, os fantasmas que assombram o pensamento do Brasil, porque era considerado naquele momento como extinto. O Manifesto Antropofágico *Tupi or not Tupy, that is the question*, bem como o *Abaporu*, de Tarsila do Amaral, são em referência a antropofagia praticada pelos Tupinambá. John Monteiro anota com propriedade essa projeção do Tupinambá na literatura brasileira do século XX, em detrimento do Guarani:

> De fato, porém, uma grande parte das "diferenças" existentes entre os Guarani e os Tupi da costa advém de uma questão de abordagem: se para a etnologia a guerra constituía o motor da sociedade Tupinambá, os estudos guarani sublinham a religião como elemento unificador. Do mesmo modo a antropofagia guarani aparece com pouco destaque na bibliografia. Neste caso talvez possamos debitar a culpa por este enfoque seletivo à "projeção etnográfica", pois se a guerra e o canibalismo já haviam deixado de existir há muito entre os Guarani, no caso dos Tupinambá, estes desapareceram junto com a guerra, ainda nos séculos XVI e XVII (Monteiro, 1992, p. 480-481).

No imaginário Brasileiro o Paraguai passou a ser oficialmente o país dos Guarani. Por ocasião da inauguração da Ponte da Amizade entre Brasil e Paraguai, ligando as cidades de Foz do Iguaçu (PR) a Puerto Stroessner hoje Ciudad del Este (PY) em 1965, a Agência Nacional – que era o órgão oficial de comunicação da

ditadura militar brasileira, mas que teve papel decisivo na propaganda política, produzindo filmes exaltando os militares e suas obras - produziu um filme que exaltava o evento. Nele, é mostrada a travessia do rio Paraná por balsa, seguindo da narrativa do locutor: *"o turista Paulista deixou o último obstáculo e agora já é estrangeiro na* ***terra Guarani****"* (grifamos) (BRASIL, 1965). Na cena do corte da fita inaugural da ponte, é mostrado o presidente ditatorial do Brasil, marechal Castelo Branco e do outro lado o presidente ditatorial do Paraguai, general Alfredo Stroessner, que é apresentado como "o chefe da nação Guarani" (BRASIL, 1965). Nos minutos seguintes, Stroessner é apresentado como "chefe de Estado Guarani" (BRASIL, 1965). Assim, o Brasil transforma não apenas o povo paraguaio em guarani, mas o próprio Paraguai.

A etnologia indígena brasileira do século XX contribuiu para criar a ideologia do Guarani estrangeiro. Curt Nimuendaju Unkel (1987), inovador de seu tempo, como destacou Viveiros de Castro, foi o primeiro a produzir informações que corroboravam com o novo imaginário criado no Brasil de que os Guarani seriam estrangeiros. Partido de um conceito estático de território e desconsiderando a historicidade desse povo, produziu argumentos a partir de um pequeno grupo Guarani, tomados e aplicados a todos os Guarani. Nimuendaju Unkel etnografou os Apapokuva, como designou ele a esse grupo que teria convivido no início do século XX no interior de São Paulo. Ele menciona que esses Guarani teriam um "habitat originário" que estaria situado em território que pertencia ao Paraguai, mas que após a Guerra da Tríplice passou a pertencer ao Brasil. Situava-se na margem direita do Baixo Iguatemi, no extremo sul do MS. Na sequência descreve brevemente os grupos Guarani que habitavam aquela região que pertencia ao Paraguai e destaca as migrações: "*No princípio do século XIX começou entre as tribos Guarani daquela região um movimento religioso que até hoje ainda não está completamente extinto*" (Nimuendaju Unkel, 1987, p.08). Essas migrações, segundo o etnógrafo, seriam de caráter religioso, "*pajés, inspirados por visões e sonhos, constituíam-se em profetas do fim iminente do mundo (...)*

partiram (...) em busca da 'Terra sem Mal'. (...) a maioria a punha a leste, além do mar." (Nimuendaju Unkel, 1987, p. 08 e 09). Descreve que os primeiros a abandonar sua "pátria", migrando para leste, foi a horda dos Teñyguá. Vejamos que o autor, apesar de escrever um século depois do ocorrido, está seguro que esse era o habitat ordinário ou a pátria desse grupo.

Em 1954, Egon Schaden publicou a primeira edição de seu trabalho de campo entre os Guarani no Brasil, denominado "*Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani*", dispomos no momento a terceira edição publicada em 1974. A obra de Schaden foi bastante influenciada por Nimuendaju Unkel. Reproduz o senso comum de que os Tupi da costa estavam extintos desde o período colonial e que este estaria sendo ocupado pelos Guarani "*provenientes do Oeste*" (Schaden, 1974, p. 4). Destaca que o motivo das migrações é o *Yvý Opá*, o fim do mundo, e que essas migrações do Oeste teriam como objetivo a terra sem mal. No mais é um trabalho etnográfico bastante referenciado em estudos sobre Guarani em especial na classificação dos grupos Guarani baseada na língua e cultura material, utilizada até os dias de hoje – Mbya, Kaiowá e Ava.

Os estudos de Héléne Clastres sobre o profetismo tupi-guarani, tendo como centro a Terra sem Mal, seguiu as pegadas de Nimuendaju Unkel. Embora descreve ela que "*os tupis-guaranis situavam a Terra sem Mal no seu espaço real, às vezes a leste, outras a oeste*" (Clastres, 1978, p. 31).

Uma obra que também contribuiu para a perspectiva do estrangeirismo Guarani foi a classificação dos Guarani feita por Métraux (1948 apud Melià, 1987, s/p) entre Guarani históricos e Guarani modernos. Para os Históricos, esse autor classificou os Guarani do período colonial (séculos XVI-XVIII) como suas múltiplas denominações, como Carijó, Itatim, Tape, Caaró, Tarumã, Chiriguano, Chandules etc; já os Guarani Modernos seriam os Guarani que coincidem com o fim das Reduções e a criação dos Estados Nacionais na América Latina (Séculos XIX e XX), com 4 grandes línguas e suas variantes: Kaynguá; Pai-Tavyterã; Ava-Katu-Eté; Mbyá; e, Chiriguano.

Métraux com isso faz uma separação radical daqueles Guarani que teriam habitado o espaço português e foram dizimados e os Guarani que resistiram ao processo colonial e teriam se concentrado no "Paraguai". Por essa classificação os Guarani contemporâneos deixam de ser brasileiros, justamente porque os brasileiros estariam exterminados, eram os Históricos. Essa classificação temporal excluiu e relativizou elementos importantes da cosmologia, da historicidade e territorialidade Guarani. São tratados como se fossem dois Guarani sem vínculos entre si. Os Guarani refutam essa perspectiva (Ortega et al, 2012, s/p).

Outro elemento importante da etnologia Guarani, em especial encontrado em Darcy Ribeiro (1970), é a classificação enquanto "*pureza étnica*". Para esse autor os Guarani, mesmo os Guarani modernos, "*vindos ao Brasil pelas migrações do Paraguai*", já estariam integrados a sociedade nacional, não seria mais "*índios puros*". A esses, tanto a etnologia, a história e em especial as políticas públicas não deram assistência. Foram relegados à própria sorte, e quando localizados pelas frentes colonizadoras, que poderia significar alguma ameaça, eram logo transferidos para "*o lugar de índio*", no geral as terras reservadas para os Kaingang e Xokleng Laklãnõ no Sul e Sudeste do Brasil, e/ou agrupando diversas unidades locais – famílias extensas – numa única reserva como ocorreu no Mato Grosso do Sul. São diversas denúncias de violências praticadas pelo SPI e Funai na transferência dessas populações (Tommasino, 2001; Brighenti, 2010).

Estudos posteriores seguiram essa perspectiva, de que os Guarani contemporâneos teriam migrado do Oeste em direção a Leste. A lacuna historiográfica não está em perceber que essa população migrou de Oeste para Leste, mas de separar aquilo que não podia ser separado, a cosmologia e a territorialidade dessa população que segue mantendo sua perspectiva histórica.

Monteiro (1992, p. 482) observa que as migrações Guarani não teriam ocorrido apenas a partir do século XIX, como frisou Nimuendaju Unkel, mas são resultado, em grande medida, das pressões coloniais e pós-coloniais. "(...) *A experiência colonial, ao*

cercear a liberdade de movimento, teria provocado uma profunda ruptura na dimensão espacial da história guarani. Favorecendo o desenvolvimento de estratégias migratórias e ameaçando a sobrevivência física e cultural dos Guarani".

Estudos contemporâneos vêm reforçando a percepção de Monteiro, ao destacar que os movimentos migratórios são resultados de diversos fatores, mas se destacam dois: a dimensão religiosa – a busca de um "solo intacto, não edificado", como entende Melià (1989) e Noelli (1999) para a Terra sem Mal, relacionado cosmologia e demanda social – a criação e novos *Tekoha Kuéra* a partir do empoderamento de um líder religioso ou às vezes político; e, a dimensão social, as pressões resultantes das invasões das terras, ameaças, como tem ocorrido desde o período colonial até nossos dias. Os Guarani denominam de "sarambi" ou esparramo geral, que anteriormente ocorria pela dimensão cosmológica e no período pós colonial pela pressão exercida pelo avanço das pressões econômicas.

Conceitos, ações e reações Guarani

A mobilidade Guarani em seu espaço territorial é uma demonstração inequívoca que o conceito de fronteiras nacionais não segue o padrão imaginado pelos primeiros etnólogos dos séculos XX. Além da demonstração prática, através da mobilidade, os Guarani manifestam-se discursivamente sobre o conceito próprio de territorialidade.

> Na verdade, hoje em dia estão falando que nós viemos do Paraguai [Yvy Mbyte, o meio da Terra], e é verdade sim. Mas não agora, há pouco tempo. Antes que Pedro Álvares Cabral descobrisse essa terra, nós já estávamos por aqui [no litoral]. O governador do Estado de Santa Catarina diz que nós, Guarani, temos que descobrir onde estão os cemitérios antigos, porque se mostrarmos onde tem e sabendo onde é, podemos ganhar a terra. Bem antes de tudo isto estar acontecendo, os Guarani já vinham do lugar onde, hoje, é o Paraguai. Para nós, a

> Terra é uma só. Naquela época, não tinha ninguém, não tinha brancos por aqui, então, foram vindos e foram morrendo, enquanto outros passaram, seguiram mais e chegaram até lá em Porto Seguro. Então, por aqui, na beira do mar, está cheio de cemitérios guarani. Isso eles não sabem. Mas eu ouvi falar, porque os nossos avós, bisavós, tataravós contavam. Então, foi passando para nós nos lembrarmos e acreditarmos (Karai Tataendy, 2017, p.57).

A referência a um lugar denominado *Yvy Mbyte* (centro da terra) é mais expressiva entre os Mbya, que são também os que mais tem migrado. O centro da terra também pode ser associado ao lugar de surgimento do povo Guarani, na região do Alto Paraná, que abrange porções do Brasil, Argentina e Paraguai, coincidindo com as pesquisas arqueológicas publicada por Bonomo conjuntamente com outros arqueólogos (2015), ou seja, um espaço que foi recortado pelas fronteiras.

> Esse mundo, Nhanderu Tenonde fez pra nós, lá em Yvy Mbyte, o centro do mundo. Lá que dividiu pra nós. Só campo deixou ao Paraguaio. Então, a nação Paraguaia pegou só campo. E nós Guarani pegamos só mato. Deixou só mato para nós. Mas desde o começo fazíamos plantações. Os Guarani se entendiam com os Paraguaios. Levavam e trocavam aipim, batata doce; trocavam por facão, por foice, machado, e aí já Guarani usava essas coisas. Naquela época, esses Paraguaios já eram jurua (Karai Tataendy, 2015b, p. 18).

Por paraguaios, Karai Tataendy refere-se aos não indígenas, não necessariamente a uma nacionalidade, quase como um conceito étnico de "brancos". Karai Jekupe por sua vez refere-se a transmissão oral do sentido das migrações, demonstrando o quanto a oralidade ainda está presente como sustentáculo da memória.

> Eu vou contar aquilo que os xeramõi (avôs, mais velhos, conhecedores) já contaram também. Se eu falar por mim mesmo será da mesma forma que os xeramõi falaram, porque eu soube deles. Nós falamos realmente que nós viemos do Paraguai, mas onde Nhanderu gerou mesmo o índio Guarani? Quando Nhanderu o

> colocou, ele não denominou aquele local, onde ele gerou o Guarani, não chamou de nada. [...] Por isso, não podemos falar que viemos do Paraguai ou coisa parecida, não tem nome o local onde nos originamos. Nós sabemos que eles, os xeramõi mais antigos, sempre falam que nós viemos do Yvy Mbyte, que é o centro do mundo, é isso que eles explicam (Karai Jekupe, 2015, p.19).

Coletivamente os Guarani também se manifestaram sobre o tema. Localizamos manifestações que corroboram com a conceituação de que a história Guarani não está dividida em pedaços e que a terra segue sendo o lugar sagrado.

No III Encontro Continental Guarani, que reuniu os povos Guarani das diferentes regiões, em novembro de 2011, em Assunção (PY), os Guarani reunidos produziram um documento que expressa, por um lado o sentimento de pertencimento, unidade e diversidade e por outros as violências que estão sendo cometidas pelos Estados ou com a conivência dos mesmos:

> Que a Nação Guarani sempre teve um espaço territorial próprio o "Yvy maraê'y" ou Terra Sem Mal que extrapola fronteiras dos Estados Nacionais.
> Que desde a cosmovisão da Nação Guarani, parte de nossas milenárias culturas: o fogo, o ar, a terra e a água, constituem uma unidade e são elementos vitais para a vida; a Terra Sagrada é a vida para nossos povos.
> Que a Nação Guarani a partir da sua cosmovisão sempre buscou evitar confrontações com os que se apropriaram de seu Território, de forma violenta na maioria das vezes.
> Que desde a demarcação das fronteiras nacionais a Nação Guarani ficou fragmentada e dividida geopoliticamente em etnias, comunidades, aldeias, famílias, condição esta que enfraqueceu significativamente seu projeto espiritual, cultural e linguístico como Nação.
> As transnacionais e/ou multinacionais, com o apoio dos diferentes governos no poder não respeitam os direitos consuetudinários e coletivos da Nação Guarani, destruindo Territórios, expulsando comunidades.

> Os diversos governos não atendem as demandas da Nação Guarani apesar da existência de normas nacionais e internacionais que protegem e promovem os direitos dos povos indígenas; como o Convenção 169 da OIT, a Declaração das Nações Unidas e as leis nacionais, Constituições e Leis dos Estados (CCNAGUA, 2011, s/p).

Os países com presença Guarani aprovaram Constituições Nacionais (Federais) que reconhecem os indígenas como sociedades anteriores aos próprios Estados. O Brasil foi um dos primeiros países a modificar sua Constituição (1988) e incluir o reconhecimento dos povos indígenas em praticamente todas suas expressões; a Bolívia inovou com o reconhecimento da plurinacionalidade. Destacamos do Paraguai a unificação da legislação indigenista em nível nacional; e, da Argentina destacamos a força das legislações provinciais, concorrentes e às vezes em choque com a nacional.

Com exceção do Uruguai, os demais países são signatários da convenção 169 da OIT (Convenção n° 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais).

> PARTE VII - CONTATOS E COOPERAÇÃO ATRAVÉS DAS FRONTEIRAS
> Artigo 32
> Os governos deverão adotar medidas apropriadas, inclusive mediante acordos internacionais, para facilitar os contatos e a cooperação entre povos indígenas e tribais através das fronteiras, inclusive as atividades nas áreas econômica, social, cultural, espiritual e do meio ambiente.

Desse modo constatamos que já existem instrumentos jurídicos para criação de mecanismos de reconhecimento da plurinacionalidade Guarani identidade plurinacional Guarani.

Instrumento internacional também importante nesse reconhecimento, é a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas aprovada na 107ª Sessão Plenária 13 de setembro de 2007:

> Artigo 36
> 1. Os povos indígenas, em particular os que estão divididos por fronteiras internacionais, têm o direito de manter e desenvolver contatos, relações e cooperação, incluindo atividades de caráter espiritual, cultural, político, econômico e social, com seus próprios membros, assim como com outros povos através das fronteiras.
> 2. Os Estados, em consulta e cooperação com os povos indígenas, adotarão medidas eficazes para facilitar o exercício e garantir a aplicação desse direito.

Em 2024, o Conselho Continental da Nação Guarani (CCNAGUA) oficiou a presidente da Reunião de Autoridades sobre Povos Indígenas (Rapim) no âmbito do Mercosul, a Ministra do Ministério dos Povos Indígenas Sônia Guajajara, para iniciar as tratativas diplomáticas para efetivar esse reconhecimento.

É uma iniciativa que vem ao encontro de, diplomaticamente e juridicamente, desconstruir os equívocos históricos e iniciar medidas de reparação ao povo Guarani, reconhecendo o direito de livre circulação em seu território e serem atendidos pelas políticas públicas nesses países. Além de um reconhecimento do status de uma condição supranacional do povo Guarani, também ajudaria a dirimir inúmeros problemas cotidianos práticos, relacionados a educação escolar, atendimento à saúde e outros serviços públicos como o funeral, que tem causado inúmeros transtornos a essa população.

É uma medida diplomática que já existe entre Brasil e outros Estados, no reconhecimento da cidadania de imigrantes e seus descendentes, evidentemente aqui não se trata de imigrantes, mas de população que já estava antes da existência dos Estados.

Considerações Finais

Em uma recente e belíssima obra, o historiador francês Jacques Le Goff (2015, p.132) debateu se a história deve ser "*dividida em pedaços*", ou seja, organizada por períodos históricos. O autor observa que para as mentalidades ocidentais sim, faz todo sentido,

"*a periodização justifica-se por aquilo que faz da história uma ciência, não uma ciência exata, indubitavelmente, mas uma ciência social, que se funda em bases objetivas a que chamamos de fontes*". Para a mentalidade ocidental faz todo sentido, mas para as sociedades indígenas o tempo e o espaço não são separáveis, fazem parte de um todo. A singularidade presente no tempo/espaço/território dos Guarani não pode ser transplantada ou transportada para os conceitos das sociedades ocidentais a fim de encontrar similitudes. Ele precisa ser compreendido dento do conceito próprio desse povo. Esse elemento nos leva questionar a separação entre Guarani históricos e contemporâneos, proposto por Métraux, que para a historiografia ocidental faz todo sentido, mas não pode ser tomado como padrão para os Guarani.

A forma Guarani de estar e fazer história questiona as fronteiras nacionais, motivo de disputas e guerras entre as coroas Ibéricas e posteriormente entre Estados independentes, não faz qualquer sentido para a territorialidade Guarani, só produz transtornos. Cumpre-nos, enquanto pesquisadores, pensar o mundo Guarani a partir da dinamicidade entre economia, profecia e cosmologia. Um povo agricultor, que faz uso de terras agricultáveis e produtivas e que se permite migrar para locais ecologicamente preservados a fim de estabelecer o vínculo com o sentido cosmológico e com o conceito de plenitude.

O Guarani do século XXI não é mais nem menos Guarani daquele de século XVI, é apenas diferente, em virtude das violências e limites impostos a das negociações estabelecidas com a sociedade não indígena.

A partir da exposição acreditamos que o estigma de estrangeiro atribuído ao Guarani não é um conceito contemporâneo e não está associado exclusivamente à questão fundiária. Porém, é acionado no momento de maior interesse de setores conservadores, especialmente na disputa pela terra. Por esse estigma, sofreram e continuam a sofrer toda sorte de violência, uma vez que grande parte de suas terras não estão demarcadas. Nada mais oportuno que apelar para o sentimento nacionalista quando se deseja negar o

direito dessas sociedades. No caso, para os Guarani se torna algo incompreensível porque como destacou Viveiros de Castro (2016, s/p) "os povos indígenas originários viram cair-lhes sobre a cabeça uma "Pátria" que não pediram, e que só lhes trouxe morte, doença, humilhação, escravidão e despossessão".

Essa forma de conceber o espaço territorial permite e legitima aos Guarani demandar dos diferentes Estados Nacionais direitos sobre as terras e usufruto dos recursos naturais, bem como as demais garantias legais da assistência e proteção, independentemente do país onde nasceram e onde vivem. Porém, não o fazem em virtude da existência da legislação que os ampara, mas, ao contrário, a legislação está sendo alargada em sua interpretação para garantir a tradicionalidade da ocupação bem como para reconhecer a organização social. Mas, esse alargamento não é feito sem tensões e conflitos. E é exatamente no contexto da consciência da existência das tensões e conflitos, especialmente na busca de espaços que possam minimamente viver suas experiências, que os Guarani buscam romper com o conceito de fronteira.

A práxis Guarani demonstra cabalmente que o conceito de estrangeirismo não pode ser aplicado a esse povo, e o reconhecimento de uma cidadania transfronteiriça, transnacional e supranacional é elemento fundamental para reparação e superação de parte das violações de direitos em tempos pretéritos.

Referências

ALONSO, Ângela, O nacionalismo romântico de José de Alencar. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI Luís Donizete Benzi (org.) **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

BONOMO, Mariano; ANGRIZANI, Rodrigo C.; APOLINAIRE, E.; NOELLI, Francisco S. A "Model for the Guaraní expansion in the La Plata Basin and littoral zone of southern Brazil". 356, **Quaternary International**, 2015, pp. 54 e73.

BRASIL. JUSTIÇA FEDERAL. **Processo nº 5000651-34.2016.4.04.7017**. Guaíra, Paraná. 2016.
BRASIL. Justiça Federal. Procedimento Comum Nº 5000836-49.2018.4.04.7002/PR. In: BRASIL: Justiça Federal. **Processo 5007585-82.2018.4.04.7002/PR**. Foz do Iguaçu, 2018.
BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL. A Ponte da Amizade: Brasil - Paraguai. ***Youtube*.** 1965. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VnyWeEVzg7U. Acesso em 23-09-2020.
BRIGHENTI, Clovis A. **Estrangeiros na Própria Terra**: Presença Guarani e Estados Nacionais. Chapecó-Florianópolis: Argos/EdUFSC, 2010.
BRUM, Eliane. **O chanceler quer apagar a história do Brasil**. El Pais, 16 janeiro 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/16/opinion/1547664512_125565.html?%3Fid_externo_rsoc=FB_BR_CM&fbclid=IwAR3xeR3AZ5daHP0Q2L8UPr9h70Iom_Cxg3x2TgtSsUgNrwULzbX_x-9K2ks. Acesso em: 21 jan. 2019.
CLASTRES, H. Terra sem mal. **O profetismo tupi-guarani**. São Paulo: Brasiliense, 1978.
CCNAGUA. **Declaração do III Encontro Continental do Povo Guarani.** Assunção, Paraguai, 15 a 19 de novembro de 2011.
CMG - CADERNO DO MAPA GUARANI CONTINENTAL. **Pueblos Guaraníes en Argentina, Bolivia, Brasil y Paraguay.** 2016. Campo Grande, MS. Disponível em: <http://pt.calameo.com/read/0051616073a2a906ef0d6>. Acesso em: 02 fev. 2018.
COUTINHO, Leonardo. et al. A farra da antropologia oportunista**.** São Paulo, **Revista Veja**, especial, 05/05/2010. p. 154-161. (Artigo em periódico físico).
EDWARD, J. Made in Paraguai: A Funai tenta demarcar área de Santa Catarina para índios paraguaios, enquanto os do Brasil morrem de fome. São Paulo, **Revista Veja**, Edição 1999 – 14.03.2007.p.56-58 (Artigo em periódico físico)
ISA. **Galibi do Oiapoque.** Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Galibi_do_Oiapoque. Acesso em 20-09-2020.

KARAI TATAENDY, (Augusto da Silva). Depoimento. In: CTI. **Guata Porã/Belo Caminhar**. São Paulo: CTI, 2015a.
KARAI TATAENDY (Timoteo Oliveira). Depoimento. In: CTI. **Guata Porã/Belo Caminhar**. São Paulo: CTI, 2015b.
KARAI JEKUPE (Adriano Morinico). Depoimento. In: CTI. **Guata Porã/Belo** CTI. **Guata Porã/Belo Caminhar**. São Paulo: CTI, 2015.
LE GOFF Jacques. **A história deve ser dividida em pedaços**? São Paulo: Editora Unesp, 2015.
LADEIRA, Maria I. **O caminhar sob a luz***:* território Mbya a beira do oceano. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
MAGALHÃES, E. (org). **Legislação Indigenista Brasileira e normas correlatas** 2. Ed. Brasília: Funai/CGDOC, 2003. (Obra completa)
MELIÀ, Bartomeu. **Mundo Guarani**. Asunción: BID; Ministerio de hacienda. 2011. (Obra completa)
MELIÀ, Bartomeu. A experiência religiosa Guarani. In: MARZAL, Manuel M. **O Rosto Índio de Deus.** Petrópolis: Vozes, 1988. p. 293-357. (Col. Teologia da Libertação, série VII, v. 1).
MELIÀ, B.; et al**. O Guarani**: Uma bibliografia etnológica. Santo Ângelo: Fundames, 1987.
MONTEIRO, John Manuel. Os Guarani e a história do Brasil meridional séculos XVI-XVII. In: CUNHA, Manuela C. da. org. **História dos Índios no Brasil.** São Paulo: Cia da Letra e Secretaria. Municipal da cultura, Fapespe, 1992.
MONTOYA, A. R. **Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape.** Madri (1639). Tradução Vernácula: Arnaldo Bruxel . Rev. do Texto, apres. e notas: Arthur Rabuske. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1985.
NIMUENDAJU UNKEL. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1987.
NOELLI, Francisco S. Silva. Curt Nimuendajú e Alfred Métraux: a invenção da busca da "terra sem mal". **Suplemento**

Antropológico, Asunción, 34 (2): 123-166, dez.1999. **p.123-166.** (Artigo em periódico físico)
ORTEGA, D.; CARVALHO, E. FERREIRA, P. CARELLI, V. **Tava: a casa de Pedra**. *Youtube.* 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yF5hUU9AvA**c**. Acesso em 23-09-2020.
POST DARELLA, M. D. **Ore Roipotayvy Porã**: Territorialização Guarani no litoral de Santa Catarina – Brasil. 405 f. Tese (Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2004.
RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
SCHWARCZ, Lilia M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
SCHADEN, Egon. **Aspectos fundamentais da cultura Guarani.** 3. ed. São Paulo, 1974.
SUSNIK, Branislava. **Los Aborígenes del Paraguay**. Etnohistória de los Guaranies. Época colonial. II. Asunción: Museo Etnografico Andres Barbero, 1979-1980.
STERN, Steve J. **Resistance rebellion and consciousness in the Andean Peasant World**, 18th to 20th. Madison: The University of Wisconsin Press, 1987.
THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
WILDE, Guillermo. **Religión y poder en las misiones Guaraníes**. Buenos Aires: SB, 2009.
TOMMASINO, Kimiye. **Relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Guarani de Araça'í**. Coordenadora e Antropóloga do Grupo Técnico constituído pela Portaria 928 – 06/09/2000. Brasília/DF. Funai/MJ. 2001.
VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Povos indígenas**. Os involuntários da Pátria. 2016. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/554056-povos-indigenas-os-involuntarios-da-patria. Acesso em 12-03-2020.

Capítulo 2

FRONTEIRA: ENTRE A NEGAÇÃO E A ALTERIDADE

Leonardo Martins Maior
Valdelice Pereira da Silva
Kamila Madureira da Silva
Alexandre Bergamin Vieira
Adalberto Vital dos Santos Júnior

Resumo
Perscrutar a realidade fronteiriça necessita, de uma vasta constelação conceitual para uma profícua investigação. O presente trabalho busca apresentar alguns conceitos que possibilitem tal intento. Além da revisão de literatura, que visa estabelecer uma confiável base bibliográfica, servir-se-á de entrevistas e apresentação de imagens, no intuito de buscar fazer tais dimensões dialogarem. A cinemática fronteiriça é permeada por contradições, as quais são reveladoras, proporcionam diferentes perspectivas do mesmo fenômeno, que enriquecem a investigação científica e oferecem compreensões mais amplas e reveladoras da questão em análise. Utilizar-se-á como recorte empírico dessa investigação as cidades de Pedro Juan Caballero – PY e Ponta Porã – BR. No intuito de estabelecer um lugar da alteridade, um catalisador das relações de acolhimento e hospitalidade, será observada a Escola Estadual Coronel Ramiro Noronha, localizada no lado brasileiro da fronteira e que acolhe inúmeros alunos provenientes do Paraguai.

Introdução

Essa investigação fronteiriça, debruça-se sobre o recorte empírico da fronteira entre o Paraguai e o Brasil, mais precisamente

entre os municípios de Pedro Juan Caballero, pertencente ao departamento de Amambay, subdivisão administrativa semelhante aos estados do Brasil, e Ponta Porã, município do estado de Mato Grosso do Sul.

Analisar o fenômeno fronteiriço implica, necessariamente, saber caminhar pela magnífica constelação conceitual, que além de proporcionar diferentes perspectivas a respeito da realidade, impele o ser humano em uma jornada genuinamente humana, de encontros com o Outro e consigo mesmo, e de construção, ao menos relacional, de pontes e, consequentemente, à crítica aos muros.

O cotidiano fronteiriço é permeado por contradições, ora lugar da alteridade ora como lócus da exclusão, acolhimento do Outro ou sua negação, situações *mui* distintas do observado simplesmente pela ótica dos meios de informação e comunicação, que a seu turno destacam em primazia fatos trágicos que ocorrem na fronteira, obscurecendo e até invisibilizando os sinais epifânicos da alteridade. Como se lê em Albuquerque (2010, p. 37), *"A região de fronteiras é também geralmente vista pela imprensa e pelo imaginário popular como um lugar perigoso, espaço da ilegalidade, da contravenção e da violência"*.

Corroborando com essa ideia, Faisting (2018) revela que os aspectos privilegiados pela imprensa quando da análise dos espaços fronteiriços são: contrabando de mercadorias e de armas, narcotráfico, exploração de recursos naturais, populações camponesas e indígenas, segurança, defesa, controle, dominação e hegemonia nas fronteiras.

Perceber o sublime no banal, na simplicidade do dia a dia das gentes, torna-se possível utilizando os conceitos adequados. À luz desses majestosos, astros pode-se perceber as maravilhas do singelo. Logo torna-se imperativo enunciá-los, no intuito de estabelecer o "sul" dessa empreitada, este debruçar-se sobre a terra da fronteira, um lugar semelhante a "Terra Santa" ou como o

"Sheol[1]", tanto para quem investiga o fenômeno fronteiriço como para quem está inserido nessa cinemática, ou seja, nos movimentos, independentemente da origem, do país.

Os astros conceituais que sulearão essa investigação são, a saber: o conceito de fronteira como biossocial em Claude Raffestin, no intuito de extrapolar o entendimento do fenômeno fronteiriço apenas sob a ótica de limite do Estado, ou ainda como frente pioneira, consequentemente compreendê-la através de diferentes perspectivas, que abranjam o geográfico, o social e o biológico. Nas palavras de Raffestin (2005, p.11):

> (...) mais do que um fato geográfico e um fato social, a fronteira é um fato biológico incrustado no hipotálamo. Espaço-temporal, a fronteira é também bio-social: ela delimita um "para cá" e outro "para lá", um "antes" e um "depois", com um limite marcado e uma área de segurança.

Utilizar-se-á a ideia de rizoma em Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995), na tentativa de compreender as contradições oriundas de um só fenômeno; de outro modo, a heterogeneidade e a multiplicidade provenientes de um só "caule", a fronteira. Manifestações dissemelhantes de um mesmo fato, como a alteridade e a exclusão, mesmo que antagônicas, coexistem no cotidiano fronteiriço.

A alteridade em Emmanuel Levinas (1980), compreendida como relação entre o Mesmo e o Outro, na qual esse é acolhido e hospedado por aquele e, simultaneamente, quem acolhe é acolhido pelo Outro, num mútuo acolher. Ao observar as relações entre os predrojuaninos e os ponta-poranenses, estabelecer quem acolhe e quem é recebido confunde-se, pode-se também pensar o território limítrofe como o lugar de encontro com o *outro* por excelência:

---

[1] Segundo a tradição judaica, o lugar para onde se dirigiam os mortos, sepultura, submundo.

> Abordar Outrem no discurso é acolher a sua expressão onde ele ultrapassa em cada instante a ideia que dele tiraria um pensamento. É, pois, receber de Outrem para além da capacidade do Eu; o que significa exatamente: ter a ideia do infinito (Levinas, 1980, p. 38).

As representações sociais, segundo Serge Moscovici (2021), construídas dialogicamente são teorias acerca do cotidiano e a partir deste. Nas representações sociais estarão acomodadas contradições e os modos de familiarizar-se com o Outro.

Na tentativa de perscrutar a dinâmica da alteridade no contexto fronteiriço de Pedro Juan Caballero e Ponta Porã, observar-se-á a Escola Estadual Ramiro Noronha, a qual dista, aproximadamente, 100 metros da linha internacional entre o Paraguai e o Brasil, que ao seu turno atende inúmeros alunos que residem em território paraguaio. Optou-se em realizar uma análise mais restrita à comunidade escolar, no sentido de entendê-la como um catalisador das dinâmicas sociais.

Nesse diapasão, faz-se mister trazer à baila Silvio Gallo (2008), mais precisamente suas ideias de educação maior e educação menor, no intuito de analisar como essas dimensões contribuem, ou não, para uma genuína escola de fronteira, a qual verdadeiramente atenda aos anseios e necessidades dos sujeitos fronteiriços, independentemente de qual lado da divisa residam, bem como se se proporciona terreno propício para o florescer intercultural. Gallo (2008, p. 65) assim define essas duas educações: *"Se a educação maior é produzida na macropolítica, nos gabinetes, expressa nos documentos, a educação menor está no âmbito da micropolítica, na sala de aula, expressa nas ações cotidianas de cada um"*.

Fronteira da Negação ou da Alteridade?

Os relatos desse subtítulo, apresentado de modo interrogativo, devido as contradições inerentes nessas dimensões antagônicas, são frutos da experiência fronteiriça, de quase dois anos, de um sujeito não brasiguaio, mas sim um brasileiro, que embora tenha

suas raízes genealógicas paraguaias, ainda não havia tido uma experiência *in loco*. Entretanto, tendo sido criado pela avó materna, nascida em Pedro Juan Caballero, cresceu respirando manifestações paraguaias e relatos vivenciais da fronteira.

O cotidiano fronteiriço é permeado por contradições, momentos trágicos e momentos sublimes, exemplos de acolhimento e negação do Outro e até do Mesmo. Contradições comuns aos dois lados da fronteira e nela própria, todas acomodadas nas representações sociais (Moscovici, 2021) de quem as experiencia. O dia a dia revela esses momentos de modo deveras sutil, no trânsito, por exemplo, quando alguém demonstra imperícia na condução, de súbito olham a placa do veículo, caso esse seja oriundo do Paraguai, a resposta geralmente é: *"Tinha que ser paraguaio mesmo"* corroborando Martins (1997) que categoriza a situação de fronteira como de conflito e fricção.

É possível ouvir também falas negativas quanto à higiene dos paraguaios, brasileiros que alertam pessoas que não conhecem o país vizinho sobre os "perigos" da culinária paraguaia, referindo-se a suposta falta de higiene deles, contraditoriamente é possível observar uma multidão deliciando-se na praça de alimentação do Shopping China[2], principalmente brasileiros.

A negação perpassa também pelos aspectos culturais, por exemplo, o tereré[3] que foi declarado Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, embora de origem paraguaia, foi incorporado na cultura sul-mato-grossense, pois tem um forte valor simbólico nesse estado; contudo, na representação social, é tomado como exemplo da "preguiça" dos paraguaios, principalmente na

[2] Trata-se da maior loja de departamentos de Pedro Juan Caballero – PY, a qual atraí inúmeros turistas, devido a variedade de produtos importados, que dificilmente encontrariam nos shoppings convencionais.

[3] O tereré, ao contrário dos demais bens registrados, é bastante conhecido e consumido em qualquer localidade do estado. A bebida, por certo, representa também, há várias décadas, uma importante fonte econômica para o MS. Apesar de sua presença antiga nessas paragens, é possível afirmar que a bebida demorou a ser reconhecida como patrimônio cultural do estado (Gonçalves, 2023, p. 53).

construção civil, pois os pedreiros, serventes, os trabalhadores desse setor de modo geral, que ostentam a identidade paraguaia, consomem, quase que religiosamente, o tereré, em certos horários do expediente, com pausas no trabalho para a "roda de tereré".

Quanto a negação de alteridade frente aos brasileiros, paraguaios também expressam contradições no contexto fronteiriço, através da aversão da língua portuguesa. Relatos da minha avó corroboram essa afirmativa, a Dona Francisca Pereira que apesar de ter nascido na cidade de Pedro Juan Caballero no Paraguai e vivido lá alguns anos, aprendeu a língua portuguesa desde bem jovem, no contexto fronteiriço. Ainda na juventude mudou-se da fronteira; alguns anos depois realizou uma viagem junto com seu companheiro, paraguaio, destino à Assunção, capital paraguaia, e, durante uma abordagem realizada pela Caminera (semelhante a Polícia Rodoviária Federal do Brasil) respondeu aos questionamentos do policial na língua portuguesa, no mesmo instante foi repreendida pelo companheiro, que a alertou o quanto isso poderia causar problemas, logo deveria falar apenas em guarani.

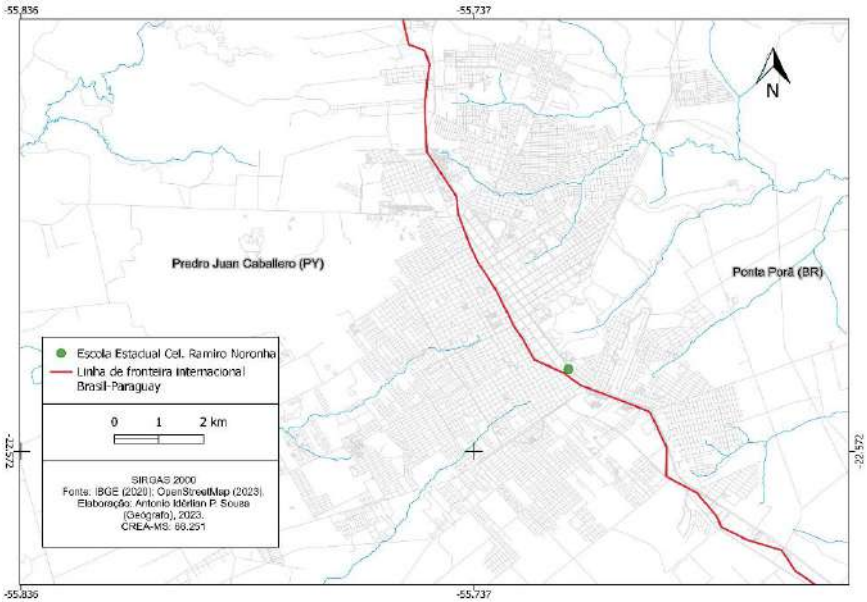
Jonas Ariel Cantaluppi de Souza (2018), em sua dissertação de mestrado em Geografia, apresenta inúmeros relatos que explicitam a negação. Dentre eles, o fato dos brasileiros se sentirem em um patamar superior em relação aos paraguaios, percepção proveniente dos comentários proferidos por alguns brasileiros no cotidiano, como por exemplo: vangloriarem-se de terem vencido a guerra da Tríplice Aliança, com comentários até pejorativos, a situação econômica do Brasil em detrimento da do Paraguai. Ou seja,

> Ainda percebe-se uma tensão nessa relação, entre brasileiros e paraguaios, neste caso se denuncia uma imposição do brasileiro ao paraguaio nas relações econômicas. Está construído no imaginário de muitos brasileiros a dependência econômica do paraguaio em relação ao brasileiro. (Souza, 2018, p. 43).

Apesar das percepções supracitadas, é possível contemplar lampejos de alteridade, tanto no ordinário como no extraordinário,

sinais de esperança por uma comunidade fronteiriça verdadeiramente fraterna, acolhedora, hospitaleira, que seja a par da mercantilização da vida, para além dos movimentos impelidos pelo capital, das relações estritamente comerciais pois *"Fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si"* (Martins, 1997, p. 150).

Mapa 1 – Localização Escola Estadual Coronel Ramiro Noronha



A epifania da alteridade na fronteira, ocorre também pelos movimentos de relacionamentos familiares, ou seja, famílias cujos membros são provenientes dos dois países, facilitando a construção de um ambiente fraterno, no qual os laços, o ser família, possibilita extrapolar a visão nacionalista. A constituição genuína de uma família é capaz de tornar Mesmo até o Outro, os diferentes em iguais.

Em suma, é verossímil que o cotidiano da fronteira revele sobremaneira a negação ao invés da alteridade, todavia é imperativo lançar luz à comunidade escolar, mais precisamente da

Escola Estadual Coronel Ramiro Noronha, a qual atende principalmente brasiguaios (nesse caso, paraguaios com documentação brasileira que residem no Paraguai). Devido a sua localização fronteiriça, aproximadamente cem metros da linha internacional, observar essa escola é observar a genuína reação da alteridade catalisada pelo ambiente escolar, nesse caso, universal, fraterno e acolhedor.

O Catalisador[4] da Alteridade

Na tentativa de encontrar na fronteira um lugar da alteridade, um ambiente que realmente propicie e emane acolhimento, que de fato o Outro seja hospedado enquanto outro, com seu discurso, seu conhecimento, tudo que de fato é e faz dele diferente, buscou-se observar as relações estabelecidas na Escola Estadual Ramiro Noronha.

Através da universalização dada pelo contexto escolar, as particularidades estão mediadas pela alteridade solicitada, enquanto pressuposto à condição dos aprendizes e dos docentes. Nesse diapasão, a escola, não apenas reproduz as dinâmicas da sociedade, na qual se encontra, é constituinte, mas também, pode ser capaz de catalisar, ou seja, acelerar as "reações" dessa. Logo, propõe-se nesse texto, apresentar exemplos de como essa escola catalisa a alteridade no contexto fronteiriço, primeiramente em seu âmago e quiçá em toda a fronteira.

Tal escola, como dito anteriormente, acolhe em sua maioria, alunos provenientes do lado paraguaio da fronteira, muitos falantes do guarani e do espanhol, cujos traços fisionômicos revelam deveras sua origem. Alunos esses que socializam representações oriundas do seu lado de origem na fronteira, coexistem junto ao mesmo calendário escolar, sob o mesmo projeto

[4] Utiliza-se aqui o conceito de catalisador proveniente da Química, entendido como uma substância que acelera uma reação química ou biológica.

pedagógico, estudam com colegas brasileiros e revelam na fisionomia e na fala, claramente, as origens paraguaias.

Devido ao fato de a escola em questão estar em território brasileiro, ser mantida exclusivamente com recursos desse Estado, denomina-se o mesmo o aluno brasileiro e o aluno paraguaio, como que por antonomásia, o *outro*. O *mesmo* e o *outro* convivendo diariamente, um contato que, considerando a negação já abordada, deveria ser de negação, excludente, violento. Entretanto, a imersão nessa escola, a convivência com a comunidade escolar, a criação de laços, possibilitam contemplar verdadeiramente a epifania da alteridade, a convivência pacífica e até fraterna do Mesmo e o Outro. Embora como seja de se esperar de uma instituição de ensino, existem problemas, porém não motivados pela proveniência.

Observando principalmente os alunos do ensino médio, nota-se harmonia, acolhimento, pois apesar das dificuldades com a língua, por parte dos alunos provenientes do Paraguai, os colegas, os Mesmos, ajudam os Outros no desenvolvimento das atividades propostas pelos docentes; os trabalhos de Sala de Aula Invertida, são apoteóticos, pode-se perceber o acontecer da hospitalidade. Isso ecoa o que propõe Derrida sobre o sentido das relações entre Mesmos e Outros: *"Não compreenderemos nada da hospitalidade se não entendermos o que pode querer dizer "interromper-se a si mesmo", e a interrupção de si por si mesmo como outro"* (Derrida, 2008, p. 69).

A escola deveria atender às normativas impostas pelo Estado, que infelizmente distanciam-se sobremaneira da realidade fronteiriça por serem elaboradas pelo centro, impostas por ideologias hegemônicas, por uma lógica verticalizada, a qual Silvio Gallo (2008) denomina de Educação Maior. Mas o "chão da escola", a educação menor, segundo o mesmo pensador, possibilita e promove o acolhimento, pavimenta a estrada para a alteridade.

O fato de não existir uma legislação específica que verse sobre e estabeleça uma escola de fronteira[5] faz com que, da perspectiva legal, a escola na fronteira apenas esteja presente nesse lugar, nada além disso. Ultrapassando a perspectiva estatal, a condição fronteiriça impele a educação menor a adotar medidas que visem proporcionar acolhimento aos alunos fronteiriços, principalmente aos Outros.

Dentre as medidas adotadas pela educação menor ressaltam-se: a valorização da cultura e dos símbolos dos Outros, a compreensão e o apoio nas dificuldades decorrentes da língua, o enaltecimento dos aspectos positivos da realidade fronteiriça, na qual a escola está inserida (figuras 1 a 3 a seguir), a promoção de um ambiente fraterno, acolhedor e de genuína integração entre os alunos. Todos esses gestos e providências ilustram o que Derrida apresenta como a *"implacável lei da hospitalidade"*:

> O hospedeiro que recebe *(host),* aquele que acolhe o hóspede, convidado ou recebido *(guest),* o hospedeiro, que se acredita proprietário do lugar, é na verdade um hóspede recebido em sua própria casa. Ele recebe a hospitalidade que ele oferece *na* sua própria casa, ele a recebe *de* sua própria casa - que no fundo não lhe pertence. O hospedeiro como *host* é um *guest. (*Derrida, 2008, p. 57).

[5] Fica evidente que há esforços no intuito de reconhecer as particularidades da fronteira no âmbito educacional. Algumas experiências no território nacional demonstram isso. Igualmente, o caso do PEIF na fronteira de Ponta Porã expõe uma tentativa em considerar a diversidade existente neste cenário territorial. Ao mesmo tempo, tais experiências acabam por expressar uma série de limitações que representam verdadeiros desafios quando se trata do tema educação e fronteira (Anastácio 2018, p. 75).

Figura 1 – Logo da Escola Estadual Coronel Ramiro Noronha

Fonte: EE Cel. Ramiro Noronha (2025).

O logo da Escola Estadual Coronel Ramiro Noronha ostenta a bandeira do Paraguai e do Brasil, em uma explícita alusão tanto à localização da escola, quanto ao público que esta atende, reconhecendo assim a importância do país vizinho na composição da comunidade escolar.

Figura 2 – Alunas da E. E. Coronel Ramiro Noronha no desfile cívico militar de 07 de setembro de 2022



Fonte: Autores (2022).

Alunas com o banner da escola, cuja frase representa o direito ao acesso universal à educação, independentemente da nacionalidade.

Ainda, a presença da bandeira da República do Paraguai, símbolo nacional do país vizinho, no desfile cívico-militar do 7 de setembro, alude à coexistência de ambas as cidades fronteiriças, acolhimento mútuo, reconhecimento das nacionalidades, da identidade dos alunos paraguaios que fazem parte da comunidade (grupo) escolar, isso num momento em que está se performando a nacionalidade brasileira.

Figura 3: Estacionamento das motos dos alunos dentro das dependências da escola



Fonte: Autores (2023).

Exemplo genuíno da educação menor, pois se for considerado apenas a perspectiva da legislação de trânsito brasileira, como se pode aceitar alunos, que têm menos de 18 anos, não possuem

habilitação, conduzirem um veículo automotor? Porém a escola, considerando o contexto no qual está inserida, o público que atende e suas vicissitudes, acolhe e hospeda tal realidade.

Resumindo, para muito além da expectativa estritamente institucional, a educação menor busca acolher seu alunado, por mais diverso que seja, não apenas atender às normativas vigentes. Quanto à realidade fronteiriça, percebe-se que a escola acaba também acomodando o outro e o mesmo, ao extrapolar as diretrizes do Estado, principalmente no tocante ao acolhimento dos alunos paraguaios e tudo que isso implica na prática cotidiana. Destarte, pode-se pensar em uma fronteira maior e consequentemente uma fronteira menor?

Na tentativa de perscrutar, fidedignamente, o recorte empírico da E.E. Ramiro Noronha, através de diferentes perspectivas, optou-se em realizar três entrevistas, um professor desempenhando a função de coordenador pedagógico; um aluno residente no Paraguai, que sabidamente é paraguaio; e um aluno brasileiro, cujos laços familiares mais próximos sejam de brasileiros. Tais entrevistas, realizadas no mês de junho de 2023, tiveram como objetivo específico, verificar se de fato a escola em questão, funciona como um catalisador da alteridade, consciente das especificidades fronteiriças, ou é apenas uma escola situada próximo à linha internacional.

Observou-se prática da alteridade para contrapor desigualdades entre os Mesmos e os Outros.

O professor entrevistado tinha 53 anos, natural de Santana do Livramento - RS, fronteira com o Uruguai, residente em Ponta Porã – MS há 25 anos, sempre atuou na educação básica pública pela Rede Estadual de Educação. Seguem os trechos da entrevista que colaboram com essa investigação.

- O Sr. é falante de guarani e espanhol? *"Guarani não, embora tenha tentado, porém falo, entendo e escrevo bem em espanhol".*

- Existem escolas de fronteira? *"Não, o que existem são escolas, em Ponta Porã, próximas à linha internacional, algo que não existe em Sant'ana do Livramento".*

- Como o sr. vê o fato de escolas brasileiras, mantidas com recursos do Estado atenderem alunos que sabidamente são paraguaios? *"A educação não tem fronteiras".*

- Por que jovens em idade escolar, residentes no Paraguai, vêm estudar no Brasil? *"Devido às melhores condições".*

- Como a escola promove o acolhimento desses alunos? *"Acolhe materialmente, com material escolar, alimentação, transporte (alguns alunos que moram no Paraguai, atravessam para o lado do Brasil para utilizar o transporte escolar). A escola Ramiro Noronha tem tradição em receber alunos provenientes do Paraguai, o preconceito tem diminuído muito com o tempo e nunca ouvi aluno algum reclamar que o professor foi preconceituoso.*

A Alteridade também é observada para o convívio (dos vínculos) entre os mesmos e os outros.

O aluno natural de Ponta Porã, filho de brasileiros, tinha 17 anos de idade, cursava o segundo ano do ensino médio.

- Você gosta de morar em Ponta Porã? *"Gosto, meus familiares são daqui, gosto da dinâmica de idiomas diferentes, é bom poder comprar as coisas mais baratas no Paraguai".*

- Como é estudar com colegas do Paraguai? *"É legal, posso aprender palavras de outro idioma, gosto de poder ajudar meus colegas que tem dificuldade com o idioma (língua portuguesa)".*

- Você fala o guarani? *"Não, sei apenas algumas palavras".*

- Você tem parentes que falam o guarani? *"Sim, são brasileiros e sabem guarani".*

- Você tem amigos paraguaios, se sim, vai na casa deles? *"Sim, tenho e vou na casa deles".*

- O que você entende por fronteira? *"Uma oportunidade de enxergar o que é bom e ruim das duas nações".*

- Você acha que os alunos que são do Paraguai sofrem preconceito na escola, por serem de lá? *"Não, pois grande parte dos meus colegas são paraguaios, não faz sentido isolar eles".*

Alteridade como condição para adaptar-se e ser produtivo dentro do contexto contraditório e fronteiriço.

Outro aluno entrevistado é filho de paraguaios, 18 anos de idade, cursava o segundo ano do ensino médio. Natural de (dúvida entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero).

- Você mora em Ponta Porã ou Pedro Juan Caballero? *"Moro em Pedro Juan"*.

- Você gosta de morar lá ou gostaria de morar em Ponta Porã? *"Gosto de morar lá, estou acostumado, acho que não me acostumaria aqui"*.

- Por que você estuda no Brasil ao invés do Paraguai? *"Minha mãe que decidiu, ela acha que terei mais futuro aqui, a educação do Brasil é melhor"*.

- Desde quando você estuda no Brasil? *"desde o segundo aninho, do fundamental"*.

- Você se sente acolhido na escola do Brasil? *"Sim, tive dificuldades com a escrita no começo, tinha um pouco de dificuldade com a língua portuguesa, os professores me ajudaram a me adaptar, superar as dificuldades.*

- Você tem amigos brasileiros, se sim vai na casa deles? *"Tenho amigos brasileiros, nos reunimos no parque (dos ervais), no cinema, já fui na casa de um amigo também.*

- O que você entende por fronteira? *"Um país que está perto do outro, que compartilha cultura, comidas. Em Pedro Juan, as pessoas entendem o português, mas em Ponta Porã, não compreendem o guarani, apenas um pouco de espanhol"*.

As entrevistas corroboraram com o entendimento da escola funcionar como um catalisador da alteridade; evidenciaram também o fato da importância do idioma na tentativa de fomentar a alteridade na fronteira. Apesar de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero serem consideradas cidades gêmeas, percebe-se, em uma das falas, suas particularidades, que fazem com que o sujeito se identifique e seja parte do lugar.

Seguindo a esteira de Nunes (2019) em que *"os olhos do sonhador não se dividem por muros, não enxergam cercas"*, a comunidade da Escola Estadual Coronel Ramiro Noronha, de fato, explicita essa máxima de

modo concreto, no cotidiano, através de um ambiente hospitaleiro, que acolhe verdadeiramente seu alunado.

Contemplar o contexto fronteiriço, implica necessariamente como que uma observação da própria ideia de contradição, logo, é imperativo aprimorar o olhar, no intuito de que não deixe a brisa leve, quase imperceptível, da epifania da alteridade passar despercebida, ou seja, ver apenas o trágico, de forma totalizante.

Considerações Finais

Após o percurso percorrido ao longo dessas linhas, pode-se compreender o quão cinemático é o cotidiano fronteiriço e as implicações práticas disso. Para aqueles que quiserem se debruçar sobre tal realidade, tanto pelo interesse científico, quanto pelo fato de estarem imersos na fronteira.

Apesar da escassez de exemplos de alteridade do cotidiano da fronteira, comparados à vastidão de casos e relatos de negação do Outro pelo Mesmo, a escola propicia a esperança, de um idealismo, embora utópico, mas que proporciona um ânimo genuinamente humano, à espera de uma fronteira que realmente integre ao invés de segregar.

Os relatos das entrevistas e as imagens apresentadas corroboram com a perspectiva da importância *sine qua non* da educação para a fertilização do solo da alteridade, o chão da escola é a terra santa cultivada pelos alunos e professores que convivem, estudam, colaboram uns com os outros, buscando aprender o conhecimento, o discurso do Outro, na tentativa de construir uma realidade fraterna.

Quanto à perspectiva rizomática, como que lança as bases para uma profícua investigação, que possibilite perceber a alteridade apesar das negações, cotidianas, enxergar nas contradições a epifania da alteridade, mesmo quando a negação salta aos olhos, como que de maneira totalizante.

Em suma, a cinemática fronteiriça é assombrosa, causa espanto, estupefação, mostra o humano nu, intentando, como que às

apalpadelas se aprimorar, construir um mundo melhor, mesmo que por muitas vezes errando, mas dificilmente desistindo de tentar.

Referências

ALBUQUERQUE, José L. C. **A dinâmica das fronteiras:** os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. São Paulo: Annablume, 2010.

ANASTÁCIO, Luci Meire Corrêa. **Fronteira e educação pública:** o programa escolas interculturais de fronteira (PEIF) em Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY). Campo Grande, MS: UEMS, 2018. (Mestrado)

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. **Mil platôs, capitalismo e esquizofrenia vol. 1**. Tradução: Ana Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DERRIDA, Jacques. **Adeus a Emmanuel Lévinas**. Tradução Fábio Landa com a colaboração de Eva Landa. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FAISTING, A.L. Representações da Violência na Fronteira: um estudo a partir das regiões da Grande Dourados (MS) e do Oeste Paranaense (PR). In.: **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza: UFC. v. 49 n. 3_Nov/Fev (2018). p.131-174

GALLO, Silvio. Deleuze & a Educação. **Coleção Pensadores & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GONÇALVES, Carlos Barros. **Tereré:** Patrimônio cultural de Mato Grosso do Sul. 1a ed. Cacoal: Karywa, 2023.

HOLLMAN, Verónica; NUNES, Flaviana G. Fronteiras e nação: (in)tens(ç)ões em imagens artísticas. **Revista Cardinalis**, Año 7, N° 13, 2do. Semestre 2019. p. 32-59.

LEVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Tradução: José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, Ltda, 1980.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais:** investigações em psicologia social. ed 11, Petrópolis, RJ: vozes, 2021.

RAFFESTIN, Claude. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: OLIVEIRA, Tito C. M. de (Org.). **Território sem limites** – estudos sobre fronteiras**.** Campo Grande: Ed.UFMS, 2005.
SOUZA, Jonas Ariel Cantaluppi de. **"No soy de aqui, ni de ali. Yo soy**!": Identidade territorial na fronteira entre Pedro Juan Caballero – Paraguai e Ponta Porã – Brasil. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2018.

Capítulo 3

FAMILIAS, INMIGRACIÓN Y REDES SOCIALES. UN ANÁLISIS A PARTIR DEL POBLAMIENTO DE UNA REGIÓN DE FRONTERA (MISIONES/ARGENTINA, 1900-1940)

Norma Oviedo
Laura Mabel Zang

Resumen
Esta investigación estudia las trayectorias de un conjunto de familias durante la primera mitad del Siglo XX, dentro de la sociedad regional en Misiones. Nuestro enfoque, en perspectiva regional, parte de un análisis microhistórico e interdisciplinario y busca comprender las relaciones interétnicas y las prácticas de una composición social altamente compleja y heterogénea; integrada por grupos de establecidos y grupos de foráneos en el contexto de colonización e inmigración, que promueve una acelerada movilidad social en la Región de Frontera. Concebidas dentro del marco de una compleja red de vínculos basados en amistad, paisanaje y parentesco, las familias cobraron especial relevancia dentro del escenario migratorio y pos-migratorio en la medida en que articularon y activaron el proyecto migratorio, posibilitando las conexiones entre ellos y con otros grupos. A su vez, se constituyeron como grupos fundamentales de contención social y como espacios de socialización individual y colectiva con especial poder en el armado de redes sociales en tanto aseguraban y acumulaban riqueza económica dentro y entre ellas. El hecho de migrar y los vínculos gestados dentro de la sociedad receptora nos interesa especialmente: aquí podemos distinguir entre aquellos que migraron desde otros continentes –mayormente provenientes de Europa y en menor medida de Asia– y aquellos que, ya establecidos en Argentina o en la zona fronteriza de Paraguay y Brasil, se movilizaron para re-establecerse en la sociedad local. La situación particular de Misiones como núcleo de la región promueve una alta movilidad migratoria que, en cierta manera,

está regida por la dinámica de las redes familiares dentro, entre y por sobre los límites jurisdiccionales de las naciones involucradas configurándose, así, una territorialidad transfronteriza: la frontera argentino-paraguaya-brasileña. Mediante el análisis de fuentes escritas de época, especialmente de un conjunto de biografías publicadas por Tschumi (1948), fue posible observar este proceso que muestra el funcionamiento de las familias y la geografía de sus vinculaciones en la región, hasta radicarse en Misiones.

Introducción. Una vuelta de tuerca en la perspectiva para estudiar el impacto de la colonización en Misiones

La historiografía regional que se ha ocupado de producir textos sobre la historia de Misiones, específicamente nos convoca la etapa territoriana (1881-1953)[1], en relación al proceso de ocupación territorial y el poblamiento, contextualizado en la Región de Frontera[2] y/o Nordestina[3], periodo en el que se ha privilegiado a la inmigración europea como suceso relevante y al inmigrante como sujeto social productor de la economía agrícola y de la

[1] Es un periodo de la Historia Argentina (1880-1950) en el que, fundamentalmente, se logró la consolidación del Estado Nacional integrando definitivamente las dos terceras partes del territorio situado en el nordeste y sur del mapa actual de nuestro país –lugares recónditos, lejanos, desconocidos y poblados, en mayoría, por aborígenes; en definitiva fronterizos y marginales – como tierras fiscales o nacionales que, a partir de este momento están disponibles para la colonización. Así surgen los llamados Territorios Nacionales, entre ellos Misiones.

[2] El territorio de la actual Provincia de Misiones (Argentina) integra el núcleo de lo que denominamos una Región de Frontera, a la que históricamente observamos constituyendo indistintas y variadas configuraciones territoriales; sustentada en diversas dinámicas de organizaciones sociales y culturales de las que fue y aún es parte: dentro del estado español, entre las posesiones español-portuguesa (S. XV-XVIII), dentro del estado nacional argentino y entre los estados nacionales fronterizos (S. XIX a la actualidad) de los estados brasileño y paraguayo.

[3] Misiones se constituyó en provincia (1953) y, luego, pasa a conformar la Región del NEA (Nordeste) con las provincias de Corrientes, Chaco, Formosa y parte de Santa Fe a partir de un reordenamiento y planificación de las economías regionales impulsadas por el gobierno nacional.

urbanización; es decir, al colono como hacedor del progreso en el marco del proceso civilizatorio y de la argentinización. En términos generales y desde esta perspectiva, el relato que atañe a las historias regionales y locales está sujeta a lineamientos socio-temporales acotados, a espacialidades limitadas por normativas y determinaciones jurídicas que, fundamentalmente, son productos de la acción de grupos de hombres blancos e inmigrantes; involucrados en las modalidades de colonización oficial, estatal o privada, minimizando el accionar de comunidades y grupos preexistentes y el impacto de la movilidad social fronteriza -en los bordes o lindes estatales.

Es decir que, en el abordaje de la problemática de la colonización en el contexto inmigratorio, el punto de vista historiográfico aún mantiene una mirada estadocéntrica y, si bien reconoce la existencia de poblaciones constituidas por grupos y conjuntos de establecidos, negros, aborígenes y criollos, considera a las diversas comunidades de foráneos o inmigrantes europeos como el prototipo de ciudadano que representa a la Argentina Moderna, trabajadores y de preferencia agricultores. Es así que proponemos pensar el proceso inmigratorio y de ocupación de la tierra en Misiones durante la primera mitad del Siglo XX, en el que las familias se constituyeron como principales protagonistas impulsoras del proyecto migratorio y el sostenimiento de las redes sociales, sean del grupo de las establecidas como de las foráneas en un contexto de transición/inclusión/transformación de la sociedad regional en la que múltiples grupos de europeos, asiáticos y fronterizos de nacionalidades diversas confluyeron, de manera ininterrumpida al territorio de Misiones, comprando parcelas y/o recorriendo los pueblos de sur a norte, hasta asentarse definitivamente (Oviedo, 2021).

Este capítulo analiza las trayectorias de un conjunto de familias dentro de la sociedad regional en Misiones durante finales del siglo XIX y la primera mitad del Siglo XX. Partimos de un abordaje microhistórico que pretende comprender las relaciones interétnicas y las prácticas de una composición social altamente

compleja y heterogénea contextualizada dentro del período de colonización de Misiones (1880-1940) y como resultante del impacto inmigratorio en un escenario de acelerada movilidad social. Nuestra perspectiva historiográfica, que posiciona lo regional y lo local en un contexto transfronterizo, orienta el análisis de los procesos sociales que giran en torno a comunidades, grupos socio-económicos y familias, es parte de las nuevas formas de hacer historia social y habilita una desconstrucción de los saberes generalizados mediante una aproximación lograda desde otras realidades y posicionamientos desde más cerca (intentando explicar) lo más denso (Pons y Serna, 2007); ello significa:

> una mayor complejización en la forma de construir el conocimiento histórico y la forma de comprender e interpretar la realidad social, sino que, también, contribuye a explicitar sobre la visualización de sujetos sociales variados que anteriormente emergieron muy soslayadamente (Oviedo, 2024, p. 21).

Partimos de un abordaje anclado en tres vertientes teórica-metodológicas: a- la perspectiva regional, entendiendo a Misiones como epicentro de la Región de Frontera en la que se reconocen las vinculaciones que un grupo de inmigrantes entreteje en esa territorialidad, b- el aporte del microanálisis (Man, 2012) identificando las prácticas de un conjunto de familias suizas con el propósito de comprender las relaciones interétnicas y las prácticas de las mismas en una estructura social altamente compleja y heterogénea; desde esta premisa las *"comunidades locales ya no pueden subsumirse sin más en el itinerario prescrito de la vida colectiva"* (Pons y Serna, 2002, p. 41) y c- la historia local, en tanto análisis de una localidad, pueblo, ciudad, comunidad determinadas en las que se reconoce, además, las singularidades de un grupo humano estudiado, es decir que *"comprende las relaciones de un singular colectivo, esto es, el devenir particular de un grupo humano con una*

relativa interdependencia" (Acevedo Tarazona, 2021, p. 3)[4]. Es en este proceso, cuando se reconocen las divergencias o diferencias al interior del colectivo humano estudiado, los establecidos y los foráneos, en relación al grupo seleccionado – los suizos y sus descendientes.

En definitiva y desde este posicionamiento que considera lo anterior, nos situamos desde y en el territorio de pertenencia para hacer una lectura sobre el objeto en estudio, es decir que estamos presenciando, como habitantes y como académicos, una territorialidad transfronteriza caracterizada por redes de relaciones socio-económicas que se mantienen y reactualizan permanentemente, trazando y generando vínculos de parentesco, amistad, paisanaje, etc. entre los sujetos y grupos involucrados en prácticas de la vida cotidiana; en ese contexto y en un periodo histórico determinado nos encontramos con las familias suizas,

[4] La historia local, historia regional y la microhistoria suelen confundirse, con frecuencia se asocian a lo mismo pero, si bien poseen similitudes y comparten algunos elementos consustanciales o aspectos en común en tanto se posicionan como alternativas a la historia hegemónica oficial, no se definen de igual manera; por un lado la historia regional es el abordaje problemático de un espacio transformado, es decir, que su enfoque reside en el anclaje de divisar la generalización y la particularización – lo contextual y lo especifico –, en la que se inscriben y establecen espacializaciones sociales como principio y resultado de la investigación dando sustento a la afirmación de Eric Van Young (1987) respecto a que las regiones "son buenas para pensar" (p. 2) en términos de "hipótesis a ser demostradas" (p. 3). La historia local, por su parte, es la caracterización de un punto determinado y ubicado en el espacio, "que tiende a funcionar como un sistema semicerrado en el que acontecen situaciones que, si bien están ligadas con procesos ocurridos en otras partes, no dependen necesariamente de ellos" (Acevedo Tarazona, 2021, p. 12). Mientras que la microhistoria se coloca como herramienta y mirada historiográfica, ya que "al reducir al máximo la escala de observación y valorizar el análisis de lo indiciario desde un enfoque relacional, también aporta en la re-discusión y desmitificación del paradigma tradicional dominante […] visibilizando a grupos e individuos que aparecen en fuentes excepcionales, por contradecir la norma o puntualizando el análisis e interpretación de los silencios o distorsiones contenidas en las fuentes" (Oviedo, 2021, p. 35). En definitiva, tres enfoque que ayudan a contener en perspectiva analítica y empírica la multiplicidad de escalas a modo de territorialidades en diálogo.

específicamente, para analizar sus prácticas en Misiones. El trabajo está organizado en tres apartados: el primero de ellos analiza la situación de Misiones dentro del contexto regional-fronterizo, altamente dinámico y cambiante. El segundo apartado, centra su atención en el rol de las familias y las redes de relaciones que se entablaban con vínculos de parentesco, amistad e identitario-étnico dentro del escenario colonizador del Territorio Nacional de Misiones[5]. En el último apartado, el interés fue puesto en el proceso de movilidades suizas hacia Misiones durante la primera mitad del siglo XX y analiza la consolidación de redes sociales y las actividades desplegadas por estos migrantes.

La región de frontera y las familias en la dinámica del proceso de poblamiento.

Entre finales del siglo XIX y comienzos del siglo XX, la actual provincia de Misiones se consolidó como un espacio abierto al proceso de colonización en vistas a lograr la explotación y ocupación rural de la tierra. Su ubicación geográfica favoreció una constante movilidad de distintos grupos étnicos, negros, aborígenes, criollos e inmigrantes y, por sobre estas categorías, imperaban comunidades e identidades nacionales europeas, asiáticas y sudamericanas. Una sociedad múltiple y heterogénea en la que cabían, siguiendo sus trayectorias en uno y otro continente, dos grupos con profundas diferenciaciones internas: los establecidos y los foráneos, quienes se involucraron en un proceso de etnogénesis de larga data y representaron socialmente a la realidad fronteriza (Oviedo, 2020b), conformada con *"sociedades contiguas que se establecen en un escenario donde múltiples prácticas se combinan, se mezclan, se superponen, se oponen, se contradicen y se*

[5] Entre 1881 y 1953/5, las tierras actualmente localizadas en Misiones –al igual que el caso de otras provincias del Nordeste y de la Patagonia argentina– eran Territorios Nacionales, tierras fiscales o nacionales ganadas a las poblaciones aborígenes a fin de transformarlas en productivas e integrar sus producciones al mercado nacional.

excluyen" (Abinzano, 2019, p. 27) en territorialidades que se expanden por encima de las jurisdicciones nacionales.

Territorialidades, limitadas jurídicamente como unidades político-administrativas y otras trazadas por vínculos sociales de diversa naturaleza, alcance y extensión, que se entrecruzaron y fusionaron, cada una como *"un campo de fuerzas; donde la frontera es el elemento sustancial en la dinámica del proceso de construcción y conformación de la misma"* (Oviedo, 2021). Ello desprende la existencia de formas y configuraciones territoriales diversificadas en disputa permanente, es decir, fronteras entre los pueblos, dentro y entre los grupos y comunidades nacionales como entre los países, etc. en tanto resultados de las acciones de los sujetos que lograban dar solución a los problemas cotidianos; esta situación daba cuenta de los procesos y estrategias de adaptación y transformación del mundo en el que vivían y se insertaban.

Las transformaciones del capitalismo a nivel mundial impusieron nuevas orientaciones en la regionalización de las economías para la integración de los mercados nacionales y la circulación económica internacional, la ampliación de la urbanización, el incremento demográfico, las contiendas bélicas y las crisis económicas derivadas del mismo proceso orientaron las vías de escape o salvación de variados grupos poblacionales desde Europa y Asia a América y otros lugares. En ese contexto, el hecho de migrar y los vínculos gestados dentro de la sociedad receptora nos interesan especialmente: aquí podemos distinguir entre aquellos que emprendieron la movilidad desde otros continentes – mayormente desde Europa y desde Asia – y aquellos que, ya establecidos en Argentina o en Paraguay y Brasil, se movilizaron para reestablecerse en las sociedades locales. En este sentido, la ruta trazada por los migrantes, los itinerarios particularizados, los condicionantes en el proceso de adaptación y asimilación, los roles y la participación en los espacios de interacción, etc. fueron aspectos que complejizaron la problematización en el estudio de la colonización y el proceso inmigratorio de Misiones. El análisis de los vínculos y redes sociales tejido entre las familias migrantes es

de gran importancia pues *"constituyen un nivel relacional, intermedio entre el plano micro de la adopción de decisiones individuales y el plano macro de los determinantes estructurales"* (Arango, 2003, p. 20).

La implosión inmigratoria fue impactante en la Región de Frontera y en Misiones y transformó la vida y las relaciones sociales al convertir el espacio fronterizo en un centro de movilidad y dinamismo vertiginoso. Si bien históricamente esta región estuvo abierta a la afluencia de un continuo trajinar de personas –comunidades de aborígenes, grupos de negros y familias criollas– la llegada de diferentes grupos y comunidades nacionales de lugares y culturas muy distantes impuso otra lógica a los vínculos y relaciones sociales, con la impronta de definir y reconstruir nuevas redes. Durante la primera mitad del Siglo XX, ese movimiento inmigratorio se intensificó, agregándose a las constantes migraciones fronterizas desde Paraguay y Brasil que, movilizaba no solo a inmigrantes sino también a una porción de sus descendientes que, paulatinamente, iban insertándose como ciudadanos adscriptos a las nacionalidades de los países de pertenencia en esta región.

El aumento de las movilidades fronterizas y de los desplazamientos internacionales puede ser atribuido a diferentes factores tanto coyunturales como relacionales: gran parte de los inmigrantes foráneos o migrantes establecidos llegaron a Misiones debido a las dificultades económicas y sociales suscitadas al interior de sus respectivos países de origen, sean europeos o americanos, con el propósito de poder consolidarse como grupo con posibilidades de acceso a la tierra e inserción laboral. En este sentido, los factores estructurales por sí mismos no podrían aportar una explicación satisfactoria de la movilidad internacional de personas, pero si inciden en las estrategias adoptadas por los migrantes y sus familias frente a una situación coyuntural en particular.

Colonización e inmigración fueron, de este modo, dos elementos fundamentales que influyeron en la recomposición de la sociedad misionera y la ocupación territorial en la región de frontera. Estos procesos fueron complementarios entre sí e

impulsados por factores de orden interno como externo: en el primer caso, las políticas gubernamentales de los Estados Nacionales sudamericanos implicados –Argentina, Paraguay y Brasil– propiciaron el arribo de población inmigrante para emprender la colonización agrícola de extensas áreas productivas. En el segundo caso, el contexto internacional fue crucial para la configuración de grandes zonas expulsoras de población; en efecto, la mayor parte de los países europeos estaban económicamente desbastados por los conflictos bélicos – Primer y Segunda Guerra Mundial– y por las repercusiones de la crisis de 1929 y vieron en la emigración un mecanismo de alivio a la presión social causada por la desocupación (Zang, 2020).

En Argentina, las políticas estatales de colonización enfatizaron la re-ocupación territorial de los antiguos pueblos jesuíticos misioneros y promovieron la formación de nuevos poblados (Eidt, 1971) – parajes y luego colonias que se convertían en localidades al momento de llegar a 3000 habitantes – a través de una planificación del asentamiento poblacional con la inserción de inmigrantes europeos[6], preferiblemente con cultura y tradición agrícola. Sin embargo, una fracción de los pobladores criollos fue incorporada al entramado social y se dedicaban a diversas actividades de la economía extractiva-agrícola-ganadera como en ocupaciones del comercio, servicio y transporte. Esta inserción no contempló a los aborígenes y negros, quienes fueron marginados territorial y socialmente al estar imposibilitados para acumular riquezas y, por lo tanto, impedidos en la construcción de poder (Oviedo, 2020b). Es decir que, a excepción de estos grupos:

[6] Para ese momento histórico, fue fundamental la inclusión de los inmigrantes a la economía del país pues promovieron el crecimiento del poblamiento rural como bastión de la expansión cerealera y el incremento de las ciudades e impulsaron la construcción de la infraestructura urbana y de los sistemas de transportes y comunicación portuarios desde la región pampeana hacia las demás regiones (Devoto, 2007).

> "los migrantes (en general) y los inmigrantes (en especial) emergen como actores privilegiados […] porque al transponer continuamente, en uno u otro sentido, fronteras geográficas, culturales, políticas, étnicas y en el proceso de establecer y desarrollar múltiples relaciones sociales, económicas, tienen oportunidad de crear campos sociales transnacionales" (Benencia, 2004 en Demarchi, 2007) y posicionarse, particularmente, en esta región de frontera.

De manera que centralizar la atención en la historia familiar para descolonizar el pensamiento respecto de la configuración de diversas territorialidades de las prácticas sociales es una acción pertinente para no afincarnos en territorios delimitados taxativamente, ya que la conformación y trayectorias de las familias:

> "no reconoce un territorio preciso sino márgenes inestables que responden a los requerimientos de sus propias inversiones como también a una serie de conflictos que se cruzan e interrelacionan con el ciclo de la familia, en sentido estricto con los avatares y especificidades de la organización familiar y un puñado de situaciones particulares" (Bragoni, 2001, p. 340) que hacen, también, a construcciones colectivas, de grupo, de comunidades y de localidades.

Nos ocupamos de estudiar a las familias suizas que formaron una compleja red de relaciones donde se *"entretejen vínculos no solo basados en el parentesco y la consanguinidad, sino también en la amistad, el interés, el paisanaje"* (Quiñones, 2009, p. 2-3); las familias fueron fundamentales en la contención social, la socialización individual y colectiva y, por lo tanto, sostuvieron, en gran medida los proyectos migratorios mediante el armado de redes sociales y, de esta forma, habilitaron la acumulación de riquezas económicas dentro y entre ellas y proyectaron alianzas entre sí al capitalizar los vínculos filiales y asociativos – así ampliaban el poder en torno a las familias.

En este sentido, la microhistoria aquí está vinculada a la reducción mínima de escala en torno a las trayectorias de cada

sujeto, que nos lleva hacia la contextualización social, al analizar los vínculos y redes de relaciones que las familias sostuvieron. Al respecto, Grendi[7] sostiene que ello no significa la negación de criterios explicativos y/o analíticos de un contexto histórico en particular, sino que destaca el agenciamiento de *"un grupo reducido, aún la del individuo [en una mirada que] es la más iluminadora, porque es la más compleja y porque se inscribe en el mayor número de contextos diferentes"* (Revel, 1994, p. 154-158). Desde el corpus documental analizado, las biografías publicadas por Tschumi (1948) en la que los itinerarios transcurren entre fines del S. XIX y mitad del S. XX, nos adentramos a recomponer una panorámica de la geografía de los vínculos y los itinerarios de las familias y sus integrantes, a modo de cartografiado social, en el que se inscribieron las acciones y actividades de las familias involucradas.

Es a partir de la puesta en diálogo de las biografías que construimos la evidencia empírica de la trama de lazos interfamiliares, en territorialidades fronterizas, signada por la interacción, el intercambio y la circulación permanente, que atravesaron los límites estatales, es decir, desandamos el tejido de las redes sociales hilvanada en un entorno inmigratorio regional complejo, fenómeno al que algunos autores han denominado *"transnacionalismo desde abajo"* (Demarchi, 2007, p. 13).

Los sentidos de la colonización y la construcción de redes en torno a las familias

Tras la Federalización de Misiones (1881), el Estado buscó concretar objetivos tanto económicos como políticos y ellos determinaron la planificación del ordenamiento territorial mediante la ocupación y el poblamiento, en tierras disponibles que quedaron bajo la esfera estatal de manera definitiva por lo que había que promover el asentamiento permanente, a fin de asegurar

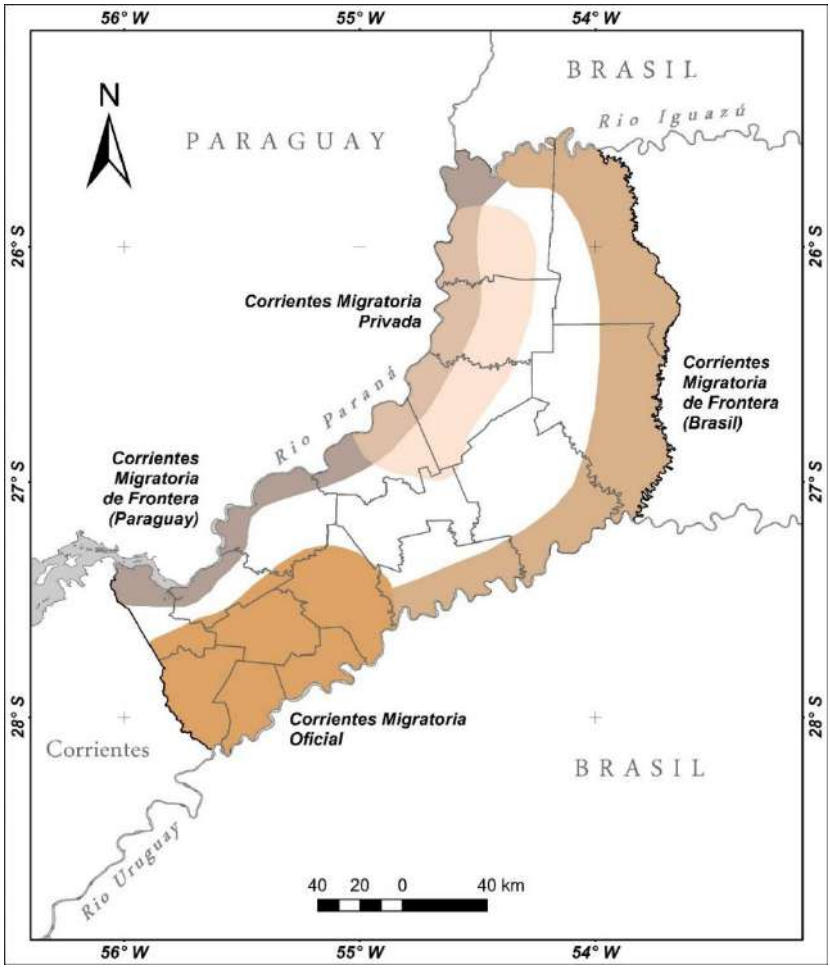
[7] Entiende que la densidad de las relaciones sociales solamente podría ser captado partiendo de la reducción de la escala de observación (Grendi, 1996, pp. 131-140).

la defensa del área fronteriza, sumamente vulnerable a las incursiones de otros países en el entre siglo (Eidt, 1971).

Las modalidades de colonización fueron de dos tipos principales: la estatal y la privada[8]. En el primer caso, la ocupación espacial estuvo a cargo del Estado y en tierras del fisco. En Misiones, esta modalidad cobró fuerza a finales del siglo XIX con la refundación de antiguos poblados jesuíticos –Apóstoles, San José, San Ignacio, Santa Ana, etc. – y en la denominada región del Alto Uruguay-San Javier, Concepción de la Sierra, etc. – tierras estas que escaparon a la "venta" realizada por los correntinos tras la creación del Territorio Nacional de Misiones (1881). En tanto, en las colonias privadas, las tierras eran administradas por capitales privados que vendían las unidades económicas a los colonos que deseaban instalarse. Los emprendimientos colonizadores del Alto Paraná – Compañía Alto Paraná Culmey y Cía. y luego la Compañía Eldorado, Colonización y Explotación de Bosques – que nuclearon las colonias de Eldorado, Montecarlo y Puerto Rico fueron los más grandes de este tipo en Misiones y fueron las principales receptoras de inmigrantes alemanes, alemanes-brasileños y suizos (Gallero, 2009) y grupos fronterizos provenientes de Paraguay (Véase figura Nº 1). La venta de lotes fue factible en función a la disponibilidad de tierras, es decir, a partir de la legitimación de ocupaciones preexistentes y distribución de otras, según el conocimiento que se tenía de las mismas (véase Mapa Nº 1). Otras empresas, luego darían lugar al surgimiento de Wanda, Jardín América, El Alcázar, Panambí y Alba Posse.

[8] A estas formas es posible sumar otras. De este modo, las colonias de Puerto Esperanza, Puerto Libertad y Caraguatay fueron fundadas empresarios yerbateros y forestales no implicados directamente con la actividad colonizadora (Gallero y Zang, 2024).

Mapa Nº 1 – Distribución geográfica de las corrientes migratorias en Misiones

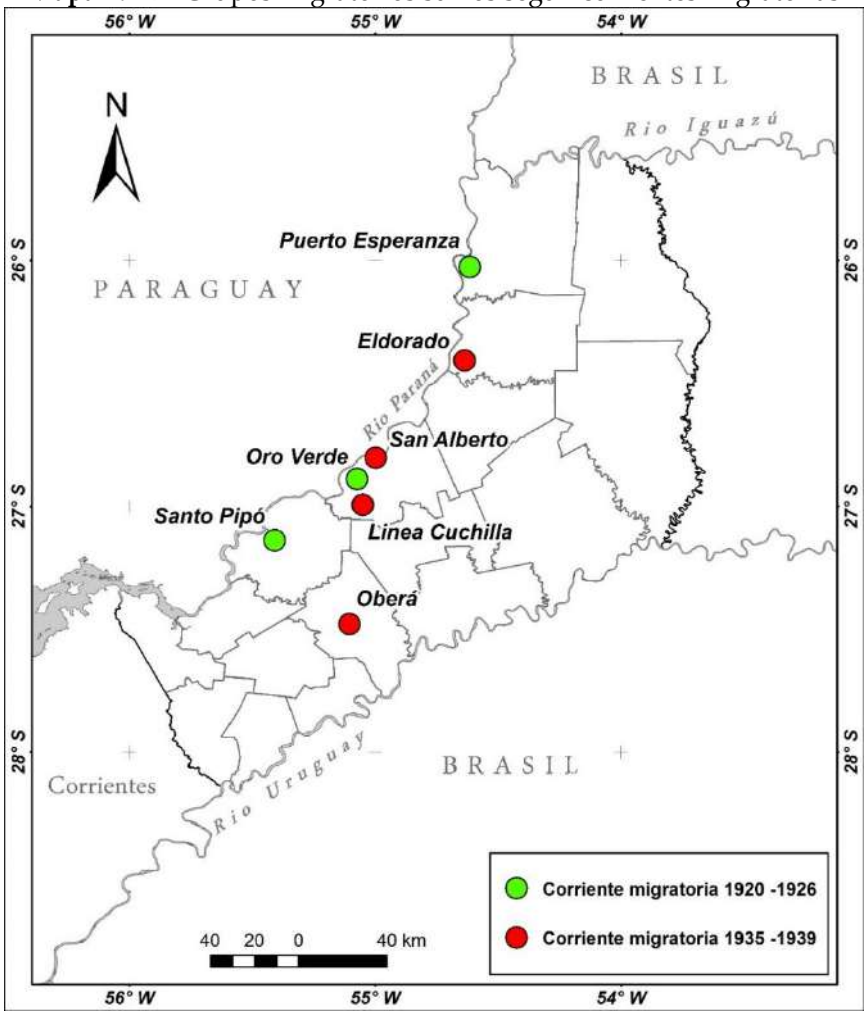


Fuente: Elaboración propia, con apoyo técnico del Lic. Humberto Smichowski

Las compañías colonizadoras compraron grandes extensiones de tierra que fueron parceladas y vendidas a los inmigrantes y los empresarios expandieron de este modo sus negocios y acentuaron su objetivo colonizador en base a dos criterios: a- origen étnico en torno a los alemanes y suizos aunque incluyeron otros de origen

nórdico y anglosajón (Schwelm) y, específicamente, de origen alemán-brasileño y alemán (Culmey) y b- territorial, en tanto operaron exclusivamente en las tres primeras colonias (Zang, 2022). Paralelamente, la concreción con éxito de las primeras plantaciones de yerba mate en Misiones, en las primeras décadas del siglo XX, marcó un antes y un después no solo en la historia económica agraria del territorio –ya que permitió el paso de un sistema económico basado en la extracción de recursos naturales a uno orientado a la producción primaria– sino también en la forma y modalidad de las movilidades internacionales. A comienzos de la década de 1920, gran parte de los inmigrantes y migrantes que se radicaron en Misiones fueron impulsados por el *boom* yerbatero conocido como el "oro verde" en la región (Zang, 2020). En este contexto, se consolidaron las colonias de Santo Pipó (1920-1924), Oro Verde (1925) y Puerto Esperanza (1926) con presencia de suizos (Véase Mapa N° 2).

Mapa N° 2 – Grupos migratorios suizos según corrientes migratorias



Fuente: Elaboración personal a partir del trabajo de campo realizado. Con apoyo técnico del Lic. Humberto Smichowski

En la confluencia de estos dos modelos colonizadores oficiales, surgió un empresario "intermediario" – cuentapropista ad hoc –, foráneo o establecido, que también adquirió y revendió tierras, además de ocuparse del traslado de adquirentes hacia las propiedades desocupadas y de la gestión sobre la tenencia y titularidad del bien. Esta acción de particulares con recursos

económicos menores propicio la inversión y la acumulación y circulación de capital económico, apropiándose de las formas y sentidos de ocupación planificadas institucionalmente, reorientando y multiplicando las rutas migratorias. En esta acción estuvieron involucradas algunos inmigrantes suizos: Eugenio Lagier con su emprendimiento en Santo Pipó, Julio Ulises Martin en Oro Verde[9] y Gustavo Keller, Alfonso Scherer, Gustavo Ernst y Enrique O. Bucher en Puerto Esperanza[10].

La circulación y el consecuente asentamiento de la población fueron fenómenos que respondieron a la normativa relacionada al tipo y forma de ingreso que, a su vez, regía la lógica de registro de los inmigrantes que llegaron en barco. Sin embargo, la posibilidad de incluirse y movilizarse como poblador fronterizo sin haber sido registrado al momento era un hecho cotidiano que sucedía por tierra en los bordes limítrofes, lo que amplió el margen de inserción llamado *espontáneo*, sean inmigrantes provenientes de ultramar ingresados a los países contiguos como de sus descendientes. Esta dinámica tuvo gran influencia en la creación, expansión o ensanchamiento y autonomización de las unidades territoriales en Misiones y ello da cuenta de la variabilidad estadística de tales ingresos: por picadas antiguas hacia colonia consolidadas, por

[9] "Para la formación de esta colonia el Sr. (Julio) Martín encomendó al agrimensor Pablo Hasselbach la mensura y división de unas cuatro mil hectáreas de su finca y en ella se instalaron en 1924 los primeros colonos suizos que fueron los Sres. Juan Wiss, Walter Herzog, Juan Riesler, Alberto Reiss, Federico Krauch, los hermanos Toumaniann, Juan Silva y Rogelio Machón" (Tschumi, 1948, p. 304).

[10] Gustavo Keller fue uno de los principales promotores de esta colonia. Luego de una estancia en Brasil y en Misiones, Keller volvió a Suiza donde en Zurich obtuvo ayuda financiera de la "Sociedad Plantagen A.G." empresa centrada hasta ese momento exclusivamente a la explotación y administración de plantaciones de caucho en Sumatra y te y café en Java. Esta empresa se interesó en la producción de yerba mate y, a tal efecto, formó la sociedad "Yerba Mate *Aktiengesellschaft*" a partir de la inversión de capitalistas suizos que lograron reunir medio millón de francos para la inversión en "yerba mate y colonización" en Misiones (Ziman Y Scherer, 1976, p. 168).

nuevas picadas hacia zonas aun desocupadas, desde las colonias hacia otras como a parajes emergentes, etc.

Como advertimos, la colonización y el poblamiento de Misiones fueron reconocidos desde la acción oficial -estatal y privada- y privilegió el proceso inmigratorio con europeos; esta situación vino a complejizar la composición y la dinámica social fronteriza, donde una diversidad de contingentes y de comunidades vinieron y donde, paulatinamente, fueron diferenciándose según momentos de arribo, situaciones, objetivos e intereses particulares y grupales. Ello complejizó aún más la movilidad social promovida por grupos de fronterizos, paraguayos, brasileños y argentinos pertenecientes al conjunto de establecidos, sean nativos preexistentes o descendientes de inmigrantes y los efectos de este movimiento motivaron a las corrientes de ingreso espontáneo.

En el contexto de esta pluralidad de acciones fue que los diferentes modelos colonizadores se ejecutaron y combinaron territorialidades compartidas –aunque prevalecieran ciertos grupos étnicos y nacionalidades–. En términos de Eric Tschumi, fue una mezcla de "hombres de todas las nacionalidades [que] construyeron una realidad económica [transformando la] realidad social y cultural. Suizos, franceses en Santo Pipó y algunas familias en Oberá y Yerbal Viejo, alemanes sobre el Alto Paraná, en Puerto Rico, Monte Carlo, Eldorado, consignándose también en Oberá y Yerbal Viejo, suecos, noruegos y finlandeses, precursores de Oberá y la colonia Yerbal Viejo, abriendo picadas que re-significaron con claridad la nacionalidad de los pioneros (Tschumi, 1948, pp. 229-231). Allí, los foráneos solo tenían la opción de afincarse definitivamente y, en casos muy particulares, volver a sus lugares de orígenes; sin embargo, estas alternativas dependían de la predisposición, las capacidades y las situaciones económicas de las familias. La movilidad social fue un aspecto constitutivo que afectó la vida de los inmigrantes en la crucial necesidad de establecerse y mejorar sus condiciones socio-económicas y laborales y, en muchas

ocasiones, fue un componente fortuito y obligado en el derrotero de las familias.

La familia fue una institución fundamental que formalizó, reguló y consolidó las redes sociales[11] y era sostén de la comunidad; no obstante, las necesidades y los intereses individuales y colectivos orientaban y revitalizaban otras formas de interacciones sociales, interfamiliares e interétnicas, en pos de proyectos y objetivos comunes. Así es que el paisanaje, el compañerismo y la amistad se constituyeron en relaciones vitales, incluso sorteando las desigualdades y divisiones sectoriales, regionales, laborales, económicas y culturales. Las redes sociales se fortalecieron conectando a los inmigrantes con su grupo familiar y dentro de su propio grupo étnico y, en cierta, medida con las otras familias con las que interactuaban, a partir de los escenarios de socialización como la escuela y la iglesia.

Las migraciones de suizos: abordaje a partir de la conformación de redes sociales

La inmigración suiza al Territorio Nacional de Misiones fue continua desde fines del Siglo XIX, pero recién luego de la Primera Guerra Mundial la movilidad de personas de ese origen fue más destacada numéricamente y organizada. En términos comparativos respecto a otros grupos migratorios que llegaron al país en diferentes etapas, las movilidades de suizos no alcanzaron rasgos de masividad pues, dentro del conjunto migratorio, solamente representaron un 0,02% respecto a otros grupos; no obstante, Misiones fue el principal lugar elegido por ellos con el 60% de personas que se establecieron durante las primeras cuatro décadas

[11] La red es concebida como "un conjunto de conexiones entre actores relacionados de un modo u otro a través de interacciones efectivas que se producen en un momento dado" (Imizcoz Beunza y Arroyo Ruiz, 2011, pp. 98-138). En este contexto, pudimos identificar dos tipos de redes sociales, las afectivas ancladas en al ámbito de la familia y la escuela y las efectivas instituidas en el grupo de pares, conocidos y compatriotas.

del siglo XX. En este período, la mayor afluencia fue en dos oleadas: en la década de 1920 y en el transcurso de 1935 a 1939.

Durante la primera de estas etapas, el traslado de suizos a Misiones estuvo en estrecha vinculación a la difusión de los yerbales de cultivo; dentro de este grupo migratorio, podemos reconocer una composición mayoritaria de jóvenes universitarios graduados en agronomía en la Escuela de Altos Estudios Politécnicos de Zürich [Eidgenössische Technische Hochschule Zürich- ETH]; allí el Prof. Dr. Andreas Sprecher von Bernegg los motivó a emigrar para convertirse en yerbateros. Después de la Primera Guerra Mundial, Suiza atravesó graves problemas económicos y sociales que desembocaron en una fuerte huelga general (1918)[12]. Esta situación repercutió en el aumento de los desplazamientos de suizos hacia otros países. En la siguiente etapa, una nueva corriente migratoria de suizos llegó a Misiones; esta, a diferencia de los grupos anteriores, estuvo conformada por familias de obreros afectadas por la fuerte crisis en su país, eran mayormente de habla germana y con pocas posibilidades de empleo puesto que no tenían formación o educación.

En 1937, el gobierno suizo firmó el Tratado suizo-argentino de Colonización y Emigración (1937) para el establecimiento de migrantes en Argentina y Misiones fue receptora de casi un 75% de estos migrantes (Glatz, 1997). Entonces, ellos fueron beneficiados en carácter de préstamo con una ayuda económica de entre 4 mil y 10 mil francos, según el núcleo familiar, para solventar los principales gastos en el proceso de traslado y las necesidades en el

[12] El 12/11/1918 aprox. 250.000 personas, entre ellos un grupo importante de empleados ferroviarios, fueron convocados a huelga por el Comité de Olten –cuyos miembros integraban el Partido Socialista y grupos de sindicalistas–. La paralización del país que sobrevino a ello generó graves disturbios registrados principalmente en el cantón de Solothurn, donde murieron tres huelguistas en el enfrentamiento con el Ejército a dos días de iniciadas las movilizaciones. Ante las bajas sumada a la "intransigencia del Consejo Federal, que amenazaba con dar la orden al ejército de disparar a los huelguistas, el Comité de Olten cedió y la gente volvió a sus lugares de trabajo el 15 de noviembre" (https://www.swissinfo.ch /spa/economia/100-a%C3%B1os-desde-la-huelga-general-suiza/43871816).

período inicial de radicación. Si bien en estos contextos particulares las migraciones internacionales aumentaron, en la decisión de migrar y en la elección del lugar de radicación intervinieron también las redes sociales que los suizos consolidaron; estas son entendidas como *"el agregado de los recursos reales o potenciales que se vinculan con la posesión de una red duradera de relaciones más o menos institucionalizadas de conocimiento o reconocimiento mutuo"(*Bourdieu, 1985, p.248). (Véase Figura Nº 1).

Figura Nº 1 – Inmigrantes suizos volteando un monte en Oberá-Misiones



Fuente: swissinfo.

Las redes son, pues, un mecanismo facilitador del proceso migratorio pues permiten lograr el acceso a ciertos bienes e información. En igual sentido, los vínculos gestados y mantenidos con familiares y amigos en los contextos migratorios operaron como un nacionalismo a larga distancia (Anderson, 1993) a partir de la [re]creación de *"tradiciones inventadas"* (Hobsbawm y Ranger, 2002); en efecto, las relaciones de los migrantes se mantuvieron y consolidaron más allá de las fronteras nacionales y entre aquellos que se conocieron en el contexto de arribo, la idea de una gran

"comunidad imaginada"[13] los unió en determinadas acciones y prácticas.

Según el conjunto de biografías de Tschumi (1948), un conjunto de familias suizas se dirigió a pueblos de colonización privada, Eldorado, Montecarlo, Santo Pipó, Puerto Rico, Oro Verde, Puerto Esperanza y Puerto Mineral mientas que otras se distribuyeron en tierras de colonización oficial, San José, San Ignacio y Candelaria, Olegario V. Andrade, Oberá y Posadas (véase Tabla Nº 1).

[13] La nación "es imaginada como comunidad, porque, obviando la actual desigualdad y explotación que puede prevalecer en cada una, la nación siempre se concibe como una camaradería profunda y horizontal" (Anderson, 2006: 9; Calhoun, 2016, PP.)

Tabla Nº 1 – Inmigrantes suizos en el Territorio Nacional de Misiones hacia finales del siglo XIX y comienzos del siglo XX

INMIGRANTES SUIZOS				
ORIGEN Y FECHA DE NACIMIENTO	**ESTADO CIVIL ESPOSA**	**TRABAJO/S**	**FECHA y LUGAR DE ASENTAMIENTO /EDAD DE INGRESO**	**ACTIVIDAD ECONÓMICA Y/O LABORAL**
PABLO BARTH Suiza, 1894	**Esposa**	Agricultor	1922: **ELDORADO,** 28 años de edad	20 has. yerba, 60 has. tung y 8 has. citrus
ADOLFO BLASER Berna – Suiza, 1869	**Casado con Emma Rieser**	Empleado de comercio	1924: **ELDORADO,** 55 años de edad	Compra tierra y planta yerba mate, hotel Bella Vista
JULIO GUALTERIO BOSSY Neuchatel – Suiza, 1896	**Casado con Francine Scule**	Construcción Administrador	1926: **MISIONES,** 30 años de edad	Varias propiedades y plantación de yerba y tung
GUSTAVO ERNST Winterthur – Suiza, 1903	**Casado**	Agrónomo	1927: **PUERTO ESPERANZA,** 24 años de edad	808 has., 25 has. yerba y 150 has. Tung
JORGE FAUSCH Seewis – Suiza, 1900	**Casado con Paula Fuczek**	Capataz Constructor	1924: **MISIONES,** 24 años de edad; **MONTECARLO**	25 has. mate, 16 has. tung, 12 has. potrero y 120 has. de monte,

				Hotelería Helvetia, casa y ganado
CONRADO GASSMAN Suiza, 1895	**Casado con Emilia Fang**	Manejo de tambo	1926: **ELDORADO,** 31 años de edad	1ra. Lechera, 20 has. yerba, 30 tung y algo de citrus
GUALTERIO GESSNER Flavie –Suiza, 1901	**Casado con Elisabeta Vendland**	Dr. filosofía	1926: **SANTO PIPÓ,** 25 años de edad	120 has. de yerba mate y 200 has. de tung
LEO HERMANN Ragaz – Suiza, 1876	**Casado con Emma Bolliger**	Importador	1927: **ELDORADO,** 51 años de edad	Extensas plantaciones de naranjos, limones y pomelos
TEODORO HERSPERGER Meilen (Zurich-Suiza), 1903	**Casado con Julia Grunder**		1938: **OBERÁ,** 35 años de edad	8 has. yerba y 3 has. Tung
FEDERICO HEUER Suiza, 1906	**Casado con Elsa Schmitz**		1928: **ELDORADO,** 22 años de edad, **ORO VERDE**	95 has. 10 has. yerba y 50 has. Tung
EUGENIO P. LUIS LAGIER Suiza, 1875	**Esposa Alicia Wagniere**		1912: **CANDELARIA,** 37 años de edad,	Socio Cia. de J. P. RouleT y L. Leyva

GUIDO LANINI Locarno – Suiza, 1896		Estudios Univ.	1923: **SAN JOSÉ,** 37 años de edad,	150 has. de yerba
SILVIO LESNINI Locarno – Suiza, 1887	**Casado con Anny Simona**	Ing. Civil	1921: **SAN JOSÉ,** 34 años de edad,	750 has. (450 has. de yerba)
BASILIO LUTZ Suiza, 1898	**Casado con Dora Rodríguez de Olivera**	Ayudante. Agr. Colono	1917: **O. V. ANDRADE,** 19 años de edad, **YERBAL VIEJO**	Soc. c/Sr. Olivera, moderno aserradero, chacra con yerba, tung, citrus, etc. y explotación forestal
LEO LUTZ (hno.) Bekenried - Suiza, 1892	**Esposa Marta**	Técnico Electricista Colono	1919: **YERBAL VIEJO**, 27 años de edad	bodega de vino una de las pocas que comercializa Misiones
WALTER LUTZ (hno.) Basilea – Suiza, 1895	**Esposa**		1935: **OBERÁ**, 40 años de edad,	Estudio de cultivo diversificado: yerba, vivero (eucaliptus, pinos, acacias, etc.), citrus y 12 has. de palta
JULIO ULISES MARTIN La Chaux (Sainte Croix - Suiza), 1862	**Esposa Sofía Ángela Joostens**	Exportación	**ARGENTINA; PARAGUAY;** 1901: **MISIONES,** 39 años de edad; **SAN IGNACIO**	Propietario Martin S.A.

PEDRO MAUHOURAT Prechaca – Navarreux, 1978	**Casado con María Capdevielle**	Contador	1917: **SAN IGNACIO,** 39 años de edad**; ROSARIO; PUERTO MINERAL; POSADAS**	Chacra (225 has.), Contador Martin y Cia.
EMILIO MEILI Laufenburg – Suiza, 1899	**Casado con Ana Gung**	Est. Sec. Empleado	**PUERTO RICO**	Ferretería
ADOLFO OSTERWALDER Suiza, 1897	**Casado con Berta Landolt**	Agricultor	1928: **ELDORADO,** 31 años de edad	12 has. yerba, 35 has. tung y 5 has. Limones
ALBERTO ROTH Basilea – Suiza, 1901	**Casado con Margarita Wargner**		1925: **SANTO PIPO,** 24 años de edad	26 has. yerba, 11 has. frutales y el resto monte y potrero
ESTEBAN ROULET Neuchatel, 1895	**Casado con Salome Georgeadis**	Capataz	1917: **CANDELARIA,** 22 años de edad	Administrador del Establecimiento de Lagier
JUAN PEDRO ROULET (hno.) Neuchatel, 1899	**Casado con May Bourquin**	Administrador Establecimiento yerbatero	1919: **MISIONES,** 20 años de edad	Administrador Urquiza y Anchorena
EDUARDO ROULET (hno.)	**Casado con Verina Masey**	Estabelecimento Blosset	**POSADAS**	Plantación de limoneros

Neuchatel, 1902				
PABLO ROULET (hno.) 1905	**Casado con Nora Errecaborde**		1929: **MISIONES,** 24 años de edad **CORRIENTES**	Ganadero
GODOFREDO SCHENKEL Basilea – Suiza, 1898	**Casado con Lina Notz**	Ing. aviador	**HOLANDA; ARGENTINA; E.E.U.U.; SUIZA;** 1930: **ELDORADO,** 32 años de edad	9 has. yerba, 25 has. tung y citrus
ALFONSO SCHERER Soleure- Suiza, 1904	**Casado con Matilde Elmiger**	Agrônomo	1926: **PUERTO ESPERANZA,** 22 años de edad,	Ernest, Scherer & Cía. 808 has. (125 has. yerba y 150 has. tung)
EDWIN B. WOHLGEMUTH Suiza, 1887	**Casado con Alicia Fischer**	Ing. Técnico	**INDIAS HOLANDESAS; SUIZA;** 1934: **MISIONES,** 47 años de edad	41 has. yerba mate, 40 has. tung y 15 has., de citrus
JUAN WYSS Suiza, 1892	**Casado con Lina Wachter**	Estudios secundarios	1925: **ORO VERDE,** 33 años de edad	Establecimiento con todas las comodidades, almacén y agencia de Y.P.F.

Fuente: Elaboración propia en base a Tschumi (1948) y entrevistas a informantes.

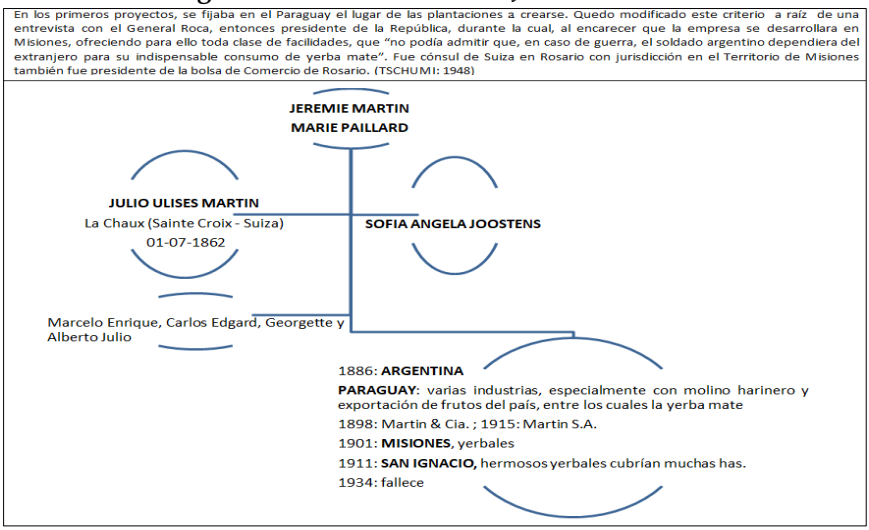
En general, las actividades desarrolladas fueron determinadas en gran medida por el contexto de arribo y a los lugares de asentamiento; de este modo, entre los que arribaron en la década de 1920 predominó el cultivo de yerba mate, en cambio, los que ingresaron en la década de 1930 – condicionados por las determinaciones de la Comisión Reguladora de la Yerba Mate-CRYM[1] – no se destacaron en la producción yerbatera; además se asentaron en colonias con predominio de migrantes de origen alemán y alemán brasilero adoptando de ellos las particularidades de la organización de las unidades económicas; orientadas a la diversificación productiva y las actividades hoteleras y comerciales.

Los suizos se movilizaban en grupo, algunos biografiados por Tschumi eran productores agrícolas, pequeños comerciantes y medianos y grandes empresarios, como, por ejemplo, Julio Ulyses Martín, Eugenio Lagier, Esteban Roulet y Basilio Lutz. Julio Ulyses Martin (Véase Figura Nº 2), luego de recorrer el país entre 1885 y 1895, se estableció en Paraguay como industrial harinero. A comienzos del siglo XX, se vinculó con el Gobernador de Misiones Rudecindo Roca y a pedido de este se estableció en Misiones; en efecto, Martin compró tierras en San Ignacio [situada sobre el río Paraná, a 70 km de la ciudad de Posadas hacia el norte] para la formación de un establecimiento que tuvo por principal propósito la implantación de yerbales de cultivo (Tschumi, 1948)[2].

[1] Creada por ley Nº 12236 (4/10/1935), su objetivo era regular la cantidad de yerba mate producida a partir de la prohibición de nuevas implantaciones y podas de las plantas ya en producción.

[2] La recuperación de la práctica de siembra de yerba en almácigos – desarrollada por los jesuitas (siglos XVII y XVIII) se perdió con la expulsión (1767) – tuvo un profundo impacto en la historia migratoria de Misiones y en el devenir económico de toda la región; ya que fue el cultivo poblador por excelencia.

Figura Nº 2 – Familia del Sr. Julio U. Martin



Fuente: Elaboración propia en base a Tschumi (1948).

Sobre el accionar del Sr. Martin en Misiones, el Dr. Francisco Machón decía:

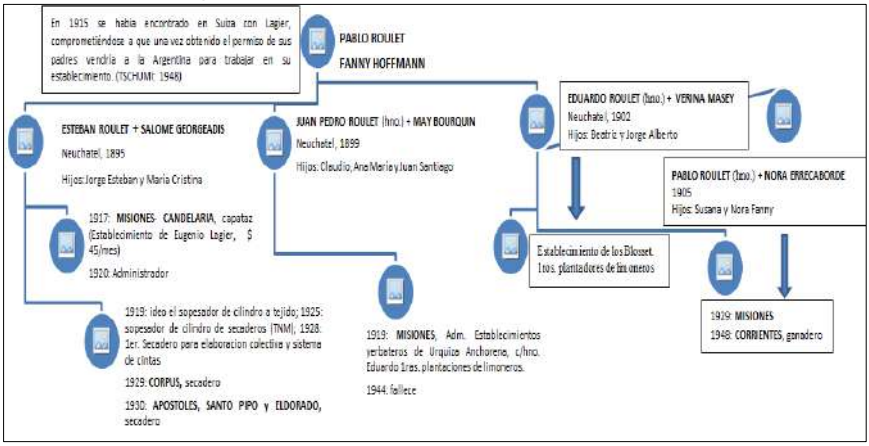
> nadie contribuyó más que él al desarrollo de Misiones […] Nuestros jóvenes suizos que hoy aprenden pacientemente en dos meses las reglas y secretos del cultivo de la yerba mate jamás le agradecerán lo suficiente. Es a él a quien se le debe la colonización de la ruta que siguen (Machón, 1926, s/p).

Desde 1911, su empresa agregó la molienda y la comercialización de yerba mate y así, logró verticalizar la producción: desde ese momento, las plantaciones crecieron vertiginosamente y la fama del "oro verde" se propagó por todo el territorio con el arribo de nuevos inmigrantes. Para 1934, Martin falleció dejando una empresa coronada por el éxito (Tschumi, 1948).

Eugenio Lagier ingresó al país en 1900 y para 1912 se radicó en Candelaria-Misiones, sin embargo, sus vinculaciones con los hnos. Roulet eran previas (véase figura Nº 3); tales contactos reanudaron con el fortalecimiento de lazos laborales ya que Esteban Roulet fue

capataz y Administrador de su establecimiento. Los hnos. Roulet ingresaron escaladamente a Misiones en 1917, 1919 y 1929, asentándose en colonias estatales y privadas; desarrollando actividades agrícola-ganaderas en Candelaria, Apóstoles, Santo Pipó y Eldorado.

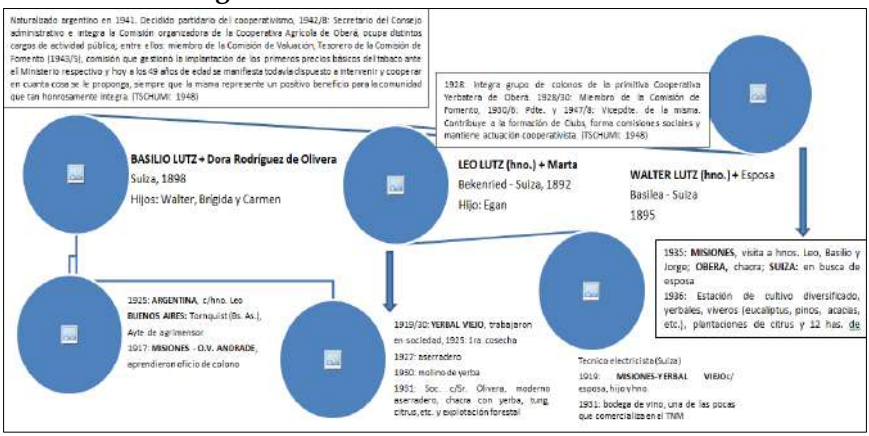
Figura Nº 3 – Familia del Sr. Esteban Roulet



Fuente: Elaboración propia en base a Tschumi (1948).

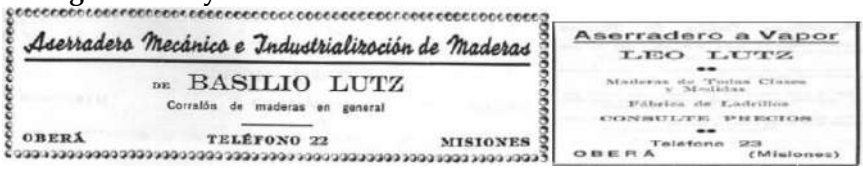
Los hnos. Lutz (Véase Figura Nº 4) llegaron a Misiones en 1915, 1917 y 1935, donde tuvieron que aprender el oficio de ser agricultores y lograron tener una activa participación militancia cooperativista (Tschumi, 1948). En esta instancia, formaron asociaciones entre ellos y con otros hasta que forjaron su empresa particular; producción yerbatera, aserradero y molino y una estación de cultivos diversificados, vivero y una bodega de vino en Oberá – una de las pocas en la época –, además de industrialización de madera y fábrica de ladrillo (Véase Imágenes Nº 1 y 2).

Figura Nº 4 – Familia del Sr. Basilio Lutz



Fuente: Elaboración propia en base a Tschumi (1948).

Imágenes Nº 1 y 2 – Publicidades de las actividades de los Hnos. Lutz



Fuente: Wickstrom (1939).

Como es de observar, a pesar de ser atractiva la posibilidad de plantar yerba mate, en la orientación laboral de estas familias suizas varios factores socioeconómicos e históricos direccionaron su inserción en múltiples ocupaciones; no obstante, estas impusieron rasgos distintivos a las colonias formadas por ellos y a las relaciones al interior de sus comunidades, en torno a los lazos interfamiliares. Como componente de un complejo engranaje, las continuas migraciones permitieron un sostenido crecimiento demográfico, la expansión de la frontera agraria y un proceso de urbanización que promovió la diversificación de la economía que fue complementada con la ganadería y la explotación forestal. Las consecuencias inmediatas de esta situación pueden verse en el aumento de la circulación comercial y la emergencia de sectores de servicio, por un lado, y un campo laboral multivariado en los

pueblos de Misiones y la región, por el otro. Si bien los inmigrantes se radicaron principalmente en escenarios ruralizados, se constituyeron también en sujetos que habitaron pequeños núcleos urbanizados desempeñándose en profesiones muy variadas, de acuerdo a sus experiencias y habilidades.

Conclusiones

El presente trabajo estudió los fenómenos de la colonización y las movilidades de personas en el espacio de la actual provincia argentina de Misiones. Desde una perspectiva regional, el análisis de los vínculos y redes familiares permitió discutir la cuestión fronteriza de Misiones y debatir sobre las dinámicas de territorialización, regionalización y fronterización. A partir de la reducción de la escala de análisis empleado para abordar las trayectorias familiares y las redes sociales consolidadas entre ellas, fue posible constatar la dinámica de las vinculaciones entre migrantes y reconocer la diversidad de sujetos y trayectorias plurales que históricamente caracterizaron la vida cotidiana en estos lugares.

Dentro del complejo marco de la movilidad de personas, la población de la región no necesariamente migró definitivamente de un país a otro, sino que exploró todas las posibilidades que las riquezas naturales del territorio le permitieron, tejiendo una densa trama de prácticas transfronterizas para maximizar las oportunidades laborales, económicas o políticas. En efecto, a pesar de los conflictos y dificultades, los migrantes se mantuvieron vinculados mediante redes de parentesco y de múltiples relaciones interpersonales que atravesaron, cruzaron y definieron variadas formas y configuraciones espaciales de relaciones humanas.

Dentro de este marco, estudiamos algunas de las familias suizas y la consolidación de redes sociales parentales, amicales e identitaria-étnicas entre ellas. En ese sentido, hallamos a estos inmigrantes insertos en una compleja encrucijada histórica, condicionados al alejamiento y a la elección de otro lugar para

vivir, luego presionados a adscribirse a una nueva nacionalidad y reconstruir los vínculos y las redes sociales en el nuevo entorno de arribo, **que fortalecieron la cohesión grupal y familiar.** En este sentido, el derrotero de los trayectos cobró importancia porque funcionaban según la lógica y la dinámica de la organización económica, social y cultural.

Referencias

ABÍNZANO, Roberto Carlos. **La integración de los pueblos a pesar de todo**. Conferencia Inaugural del V Seminario Internacional de los Espacios de Frontera (V Geofrontera). Posadas, Misiones, Argentina, 2019.

ACEVEDO TARAZONA, Álvaro. La historia local, la historia regional y la microhistoria como experiencia y posibilidad para la historia pública. **Ciencia Nueva, revista de Historia y Política**, 2021, v. 5, n. 2, p. 1 – 17.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas:** reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1993.

ARELLANO, Diana y OVIEDO, Norma. Territorialidades vividas, dinámicas fronterizas en la región misionera. Dossier **Revista Intellector**, CENEGRI (Centro de Estudos em geopolítica & relacoes internacionais), 2017, v. 13, n. 26.

BENENCIA, Roberto. Redes sociales, información y oportunidades en la conformación de mercados laborales de inmigrantes. **ASET, 8vo Congreso Nacional de Estudios del Trabajo** 8 al 10 de agosto de 2007, Buenos Aires, 2007.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In.: RICHARSON, J. G. (ed.). **Handbookof theory and research for the Sociology of Education.** Nueva York: Greenwood, 1985.

BRAGONI, Beatriz. Asuntos de familia: matrimonio, practicas sucesorias y protección del patrimonio durante el siglo XIX. **Anuario IEHS 16,** 2001.

CALHOUN, Craig. La importancia de Comunidades imaginadas y de Benedict Anderson. ***DEBATS*** · 2016, Volum 130/1 ·.
DE MARCHI, Mariela. Redes sociales de migrantes bolivianos: Interacción con el ambiente y conformación de territorios transnacionales: Distritos de Recreo y Monte Vera. Provincia de Santa Fe. IX. **Jornadas Argentinas de Estudios de Población. Asociación de Estudios de Población de la Argentina**, Huerta Grande: Córdoba, 2007.
DEVOTO, Fernando. La inmigración de ultramar. En: S. TORRADO (comp.), **Población y bienestar en la Argentina del primero al segundo Centenario¨,** Tomo I. Buenos Aires: Editorial EDHASA, 2007.
EIDT, Robert. **Pioneer settlement in Northeast Argentina**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1971.
GALLERO, María Cecilia. La colonización privada en Misiones y el accionar de la Compañía Eldorado (1919-1959). **Folia Histórica del Nordeste**, Resistencia, 2008, Nº 17, pp. 63-84.
GALLERO, María Cecilia. **Con la patria a cuestas. La inmigración alemana-brasileña en la Colonia Puerto Rico, Misiones.** Buenos Aires: Araucaria editora, 2009.
GALLERO, María Cecilia y ZANG, Laura Mabel. Colonización agrícola (Misiones, Argentina, segunda mitad del siglo XIX - primera mitad del siglo XX). **Diccionario del agro iberoamericano,** Buenos Aires: TeseoPress, 2024.
GLATZ, Markus. **Schweizerische Einwanderer in Misiones.** Frankfurt am Main: Peter Lang Europäischer Verlag der Wissenschaften, 1997.
GRENDI, Edoardo. Repenser la micro-histoire?. JACQUES REVEL, Jeux D'Échelles. **La microanalyse a I'expérience,** 1996, pp.233-243.
HOBSBAWM, Eric. y RANGER, Terence. **La invención de la tradición**. España: Crítica Barcelona, 2002.
IMIZCOZ BEUNZA, José María y ARROYO RUIZ, Lara. Redes sociales y correspondencia epistolar. Del análisis cualitativo de las relaciones personales a la reconstrucción de redes egocentradas.

REDES- Revista hispana para el análisis de redes sociales, 2011, Vol. 21, pp. 98-138.
MACHÓN, Francisco. La carrera y la obra de un vaudois. **La Gazette de Lausanne,** 13 de junio de 1926, Lausanne, Suiza.
MAN, Ronen. La microhistoria como referente teórico-metodológico. Un recorrido por sus vertientes y debates conceptuales. **Historia Actual Online**, Universidad de Cádiz, Facultad de Filosofía y Letras, 2013, pp. 167- 173.
OVIEDO, Norma y ARELLANO, Diana. Posadas (Misiones-Argentina) y Encarnación (Itapúa-Paraguay) en las relaciones de la región de frontera. Los sujetos y las experiencias en los márgenes. FERRARIA, Maristela et. Al. (orgs) **Fronteira, Território e Ambiente: diálogos entre América Latina e Europa** Brasil, Cascavel, 2020.
OVIEDO, Norma. **Historia de Cerro Corá. Aportes para la reconstrucción histórica de un municipio del sur de Misiones, Argentina (Fines del S. XIX y mediados del S. XX).** Posadas: EDUNAM Editorial Universitaria de la Universidad Nacional de Misiones, 2017a.
OVIEDO, Norma. Configuraciones familiares, territorialidad y relaciones de poder en Misiones. **Geografia em Questão**, *[S. l.]*, v. 13, n. 2, 2020b, pp. 24-51. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/24738.
OVIEDO, Norma. Familias y hombres trazando un mundo nuevo: Las biografías como registro y fuente para el estudio del poblamiento en Misiones. ***Dossier Revista Dos puntas:*** **Familias, redes y socialización en espacios del interior desde tiempos coloniales a la consolidación del Estado Nacional en Argentina.** Coedición Universidad Nacional de San Juan, Facultad de Ciencias Sociales (Argentina) y Universidad de La Serena, Facultad de Ciencias Sociales, Empresariales y jurídicas (Chile), 2020c, Año XII, N° 21, ISSN 1853-9297, pp. 166/198 1er. semestre 2020. Disponible en: http://revistadospuntas.com/gallery/Dos%20Puntas%2021a%20edici%C3%B3n.pdf

PONS, Anaclet y SERNA, Justo. Más cerca, más denso. La historia local y sus metáforas. FERNÁNDEZ, Sandra (Comp.) **Más allá del territorio: la historia regional y local como problema. Discusiones, balances y proyecciones.** Rosario: Protohistoria, 2007, p. 17 – 30.
QUIÑONES, María Mercedes. **Familia y red social. La elite salteña en las primeras décadas del siglo XIX.** San Fernando del Valle de Catamarca; Universidad Nacional de Catamarca, 2009.
REVEL, Jacques. Microanálisis y construcción de lo social. **Quaderni Storici, Nuova Serie** 86, # 2, Agosto 1994 cito en Entrepasados. Revista de Historia, Año V, # 10, 1996, p.154-158.
TSCHUMI, Eric. **Tierra Colorada. Síntesis agraria, industrial, comercial, cultural, turística y biográfica del Territorio Nacional de Misiones**. Buenos Aires: Talleres Gráficos Alemann y Cía. S.A.G.I, 1948.
VAN YOUNG, Eric. Haciendo historia regional. Consideraciones metodológicas y teóricas. **Anuario IEHS,** Nº 2, Tandil, Universidad Nacional del Centro de la Pcia. de Buenos Aires, 1987.
WICKSTROM, Lloyd Jorge. **Del Yerbal Viejo a Oberá (los suecos en Misiones)**. Posadas: Skanata Industria, 1939
ZANG, Laura Mabel. Redes sociales y trabajo agrario: un estudio a partir de la inmigración de suizos a Misiones-Argentina (1920-1939). **Revista Universitaria de geografía**. [online]. 2020, vol.29, n.2, pp. 51-73.
ZANG, Laura Mabel. **Las migraciones suizas a Misiones, Argentina. Un análisis a partir de la conformación de redes migratorias y sociales (1920-1939)**. Resistencia: Ed. Contexto, 2022.
ZIMAN, Ladislao y SCHERER, Alfonso. **La selva vencida**. Buenos Aires: Ediciones Marymar, 1976.

Capítulo 4

TRÂNSITO DOS ÍNDIGENAS NOS INTERSTÍCIOS DA COLONIZAÇÃO: CAÇADORES, PEÕES OU MALFEITORES HABITANTES NAS MARGENS FRONTEIRIÇAS[1]

Norma Oviedo
Kamila Madureira da Silva
Alexandre Bergamin Vieira

Resumo
Durante o processo de colonização iniciado no início do século XX, os imigrantes desempenharam um papel central na configuração das novas dinâmicas econômicas e sociais, especialmente no que tange ao avanço da agricultura e à urbanização. Nesse contexto, construiu-se no imaginário social a ideia de um território vazio, que, embora sugerisse a ausência de populações nativas, na realidade ocultava a presença de indígenas, afrodescendentes e crioulos, considerados incapazes de transformar essas terras em zonas produtivas, conforme as exigências do mercado. Os indígenas foram, nesse processo de colonização, marginalizados como grupo social, uma vez que lhes era negado o acesso à propriedade da terra, o que os impedia de acumular riquezas e, por conseguinte, de exercer poder. A terra, enquanto bem de produção essencial à regionalização e à diversificação da economia, foi tratada como um recurso de valor estratégico. Apesar disso, a presença dos indígenas, frequentemente

[1] Este texto é uma versão revisada do texto original OVIEDO, Norma (2023). Trajinar de indios en los intersticios de la colonización. cazadores, peones o malevos habitando en los bordes fronterizos. In. RUSSO DE MORAES, N.; REBOUÇAS PORTO Jr., F. G.; GOMES DA SILVA, L.; BAPTAGLIN, L. A.; CASTRO CAMPOS, A. Y SANTOS DA COSTA OLIVEIRA, I. (Orgs.) **Povos originários e comunidades tradicionais.** Trabalhos de pesquisa e de extensão universitária, vol. 12. Cachoeirinha:Fi, 2023. (p. 179 – 206). Disponível em: http://www.editorafi.org

invisibilizada, pode ser identificada em registros fragmentados e indiretos, que revelam sua participação nas dinâmicas territoriais e coloniais. A partir da análise de diversas fontes da época, o presente estudo tem como objetivo examinar a inserção dos indígenas no contexto da imigração, buscando responder às seguintes questões: Quais locais eram habitados pelos indígenas e em quais atividades eles se inseriram dentro desse processo colonizador? Quais eram as percepções e as relações que outros grupos sociais e comunidades tinham a respeito dos indígenas e de sua participação nas dinâmicas sociais e econômicas do período? Este estudo visa, assim, não apenas visibilizar a presença indígena nas dinâmicas coloniais, mas também compreender as formas como os diferentes atores sociais construíam suas identidades e relações através do contato com as populações indígenas, revelando os complexos processos de interação e transformação sociocultural no contexto da colonização.

Introdução

No contexto da imigração e da colonização, as políticas dos governos da Região da Fronteira — que abrange Argentina, Brasil e Paraguai — buscaram integrar a sociedade regional por meio da construção da imagem do cidadão trabalhador. Esse cidadão personificava a identidade nacional e transformava terras públicas disponíveis em áreas produtivas dentro de uma economia que visava integrar os Territórios Nacionais (TN) recentemente anexados à Nação Argentina, territórios que, por serem limítrofes e habitados majoritariamente por povos indígenas, eram considerados periféricos. Entretanto, esses povos raramente eram incluídos em registros estaduais (como censos ou guias turísticos e comerciais nacionais e locais), principalmente porque viviam em áreas florestais isoladas, mudavam-se com frequência e habitavam regiões rurais que só ocasionalmente apareciam nas áreas urbanas estudadas, permanecendo, portanto, fora dos grupos registrados.

Portanto, durante o processo de colonização impulsionado pelos Estados-nação que atuavam na região de fronteira, os imigrantes tornaram-se protagonistas substanciais e, portanto, a

pesquisa destacou a presença de estrangeiros, tanto europeus quanto asiáticos, entre os quais já haviam grupos de colonos fronteiriços descendentes dos países receptores dos imigrantes. Assim, a ideia de um território vazio persistiu no imaginário social, negando a presença da população nativa, principalmente os indígenas, considerados incapazes de transformar esse espaço em produtivo e de responder às demandas do mercado e às transformações socioculturais regionais/internacionais.

Os povos indígenas foram excluídos como grupo social nesse processo, e *"trajinar"* consistia em como eles conseguiam encontrar um lugar para viver ou sobreviver. Eles não conseguiram acumular riqueza porque não tinham acesso à propriedade da terra e, portanto, foram impedidos de construir poder, já que a terra era uma mercadoria necessária para a regionalização e diversificação econômica. No entanto, algumas referências a grupos indígenas aparecem indicativamente nos registros e isso nos permite revisitar a problemática, possibilitando intersecções disciplinares e abordagens teóricas no campo das ciências sociais, da história em geral e da perspectiva regional e micro-histórica para reconhecer a história pública e tornar público um interesse coletivo atual, visibilizando o papel de um grupo humano, a partir de sua singularidade e de suas possibilidades de ser e existir no mundo (Tarazona, 2021).

Nesse sentido, podemos destacar que o estudo da história das comunidades indígenas tem variado, oscilando conforme a abrangência dos problemas abordados a partir das perspectivas historiográficas e do interesse social que cada época marcou como tal. Atualmente os avanços são significativos, pois não só revelam os ocultamentos quanto à continuidade de sua presença no processo de ocupação e povoamento de nossa região fronteiriça, como também colocam em questão a natureza das interações com outros grupos e comunidades nacionais. Assim, as lacunas historiográficas quanto à presença indígena na província de Misiones, especialmente no que se refere às etapas de surgimento e consolidação dos Estados Nacionais na chamada região missioneira jesuítica, adquiriram

características específicas, distintas daquelas observadas em outros territórios – como a Patagônia, onde a chamada "Conquista do Deserto" resultou no extermínio de comunidades indígenas. Na região de Misiones, tratava-se de populações indígenas anteriormente "civilizadas", especializadas em diversas formas de trabalho, que, embora reconhecidas por sua utilidade econômica, foram integradas de forma subordinada, sem o devido reconhecimento de sua diversidade étnica nem de sua capacidade de organização autônoma. Em outras palavras, esses grupos foram excluídos como identidades étnicas específicas, mas incorporados à sociedade nacional como mestiços e como elementos funcionais na construção do novo corpo social, num processo que se estendeu pelos séculos XIX e XX.

Assim, consolidou-se no imaginário social a representação de um "território vazio", negando-se a existência de populações nativas, em especial os povos indígenas, considerados incapazes de transformar o espaço em território produtivo e de responder às demandas do mercado e às mudanças socioculturais regionais e internacionais. Nesse contexto, os povos indígenas foram sistematicamente excluídos como grupo social ativo no processo de colonização.

Vale destacar que os grupos indígenas que permaneceram móveis no período analisado foram, em grande parte, aqueles que escaparam dos processos de "civilização" impulsionados pelas cidades espanholas ou pelos assentamentos missionários. Essa dinâmica evidencia não apenas a complexidade das estratégias indígenas de resistência e adaptação, mas também a necessidade de rever o papel dessas populações no processo de formação nacional, considerando suas características singulares e a forma como foram invisibilizadas nas narrativas oficiais.

A circulação dos indígenas nos interstícios do processo de colonização: caçadores, trabalhadores ou "marginais" situados nas zonas limítrofes da fronteira

O Território Nacional de Misiones (TNM, 1881-1953) constituiu uma região fronteiriça predominantemente rural, cujo processo de urbanização e consolidação de centros urbanos teve origem em diversas colônias. Nesse contexto, a disponibilidade de terras, a diversificação das atividades econômicas e a ampliação das oportunidades de emprego foram fatores decisivos que orientaram a expansão territorial, servindo como polos de atração para colonos – tanto estrangeiros quanto nativos – que buscavam se estabelecer, adquirir propriedades ou se estabelecer como proprietários de terras (Oviedo, 2021).

No tecido social dos séculos XIX e XX, as populações indígenas foram amplamente marginalizadas e excluídas dos processos formais de integração socioeconômica. Embora alguns indivíduos participassem de atividades econômicas locais, os povos indígenas, como grupo social, foram sistematicamente invisibilizados, pois a impossibilidade de acumular riqueza e construir poder político e econômico os impedia de afirmar sua presença de forma institucionalizada. Em relação à população originária, é possível identificar três dinâmicas distintas: uma parcela conseguiu sobreviver preservando aspectos significativos de sua cultura, refugiando-se em áreas inóspitas e de difícil acesso; outra parte, já mestiça, fixou-se nas periferias urbanas; enquanto um terceiro grupo mantinha padrões de mobilidad –, circulando por áreas rurais, colônias e zonas de fronteira – nas divisas de províncias, departamentos e estados – demarcando uma territorialidade com configuração internacional e regional.

Durante a fase de consolidação e integração territorial do Estado argentino – marcada pela incorporação de terras públicas (Territórios Nacionais) e pela organização social por meio de modelos de colonização oficiais e privados – a produção de fontes históricas estabeleceu um campo de validação seletiva de dados,

em que certos registros adquiriram maior legitimidade em detrimento de outros (Ginzburg, 2004). A documentação oficial e a historiografia nacional convergiram para reproduzir o discurso hegemônico dos Estados-nação, em que a unificação e a homogeneização socioculturais correspondiam aos interesses e aspirações das elites dominantes. Como resultado, o papel de alguns representantes indígenas excepcionais – especialmente figuras heróicas como Andresito Guacurarí – foi reconhecido, enquanto coletivamente, as populações indígenas foram relegadas a uma posição secundária, invisíveis nas narrativas oficiais.

Em outras palavras, no quadro da colonização, fontes estatais destacaram os imigrantes como sujeitos sociais necessários, como colonos agrícolas, capazes de se tornarem proprietários e cidadãos, preferencialmente em terras recentemente incorporadas, como os TNM. Esta situação foi exposta, por exemplo, em uma das obras mais representativas sobre a província, em que o autor afirma que Misiones é:

> la tierra legendaria de los mensú, los tigres y las cataratas (…) de narraciones inverosímiles de luchas entre el medio agreste, entre el hombre y las tierras, entre el gendarme y el bandido [sin embargo] en los últimos treinta años constituye una esperanzada profecía del futuro americano" impulsado por "el hombre, con todas las virtudes y todos los defectos de ser hombre simplemente, transformando la selva y levantando ciudades (…) hombres en acción, hombres luchando para sí, para sus hijos, para la patria (…) Hombres de todos los países, rubios y morenos" como forjadores del progreso (Tschumi, 1948, presentación).

De modo geral, os registros oficiais do período analisado indicam uma exclusão e marginalização sistemática das populações indígenas, minimizando suas referências e, em muitos casos, omitindo-as quase completamente. As estatísticas oficiais evitavam reconhecê-los como um grupo ou setor social distinto, enquanto os censos priorizavam a identificação de famílias nucleares, descartando outras formas de organização, como relações de

coabitação, que poderiam incluir povos indígenas. Tanto nos censos quanto em outros registros, podemos observar a prescrição de uma identidade nacional que suprimia as origens étnicas, formando uma estratégia deliberada de ocultação. Em vários documentos, a população indígena ainda era frequentemente representada como "intrusa" ou "ocupante ilegal" das terras.

A documentação territorial – produzida entre 1881 e 1953, período em que Misiones permaneceu como Território Nacional até sua elevação à categoria de província — assim como outras fontes nacionais contemporâneas, compartilham essa matriz de pensamento hegemônico. Esta documentação está repleta de omissões e lacunas semelhantes, oferecendo pouca evidência direta da presença indígena. Entre as fontes utilizadas neste estudo estão: o Álbum Escolar (1916), os Guias de Misiones (1928 e 1943), o Anuário Social e Econômico de Oberá (1939), as obras de Tschumi (1948) e Newton (1951), bem como as memórias de Schedler de Schweri (2003) e Nobs (2008).

Apesar dessas limitações, essas fontes oferecem evidências valiosas e constituem ferramentas relevantes para a compreensão das percepções de imigrantes e crioulos em relação aos povos indígenas. De fato, tanto em Misiones quanto em outras regiões fronteiriças, os registros fotográficos são extremamente escassos, o que torna ainda mais significativo o uso de fotografias encontradas em documentos oficiais e álbuns de família. Nessas imagens, nas quais indígenas aparecem, ainda que incidentalmente, é possível identificar aproximações e contatos que se estabeleceram entre comunidades indígenas e outros grupos sociais – sejam eles nativos, crioulos, imigrantes ou estrangeiros – (Cebolla Badie & Gallero, 2011, 2016; Oviedo, 2021).

O Álbum Escolar de 1916, criado para comemorar o primeiro centenário da independência argentina, oferece um detalhado levantamento estatístico, fotográfico, cartográfico e informativo de cada comunidade educacional e da população escolar do TNM (Zorrilla, 2021). Assim como os Guias de Misiones e os anuários locais, este material concentra um volume considerável de

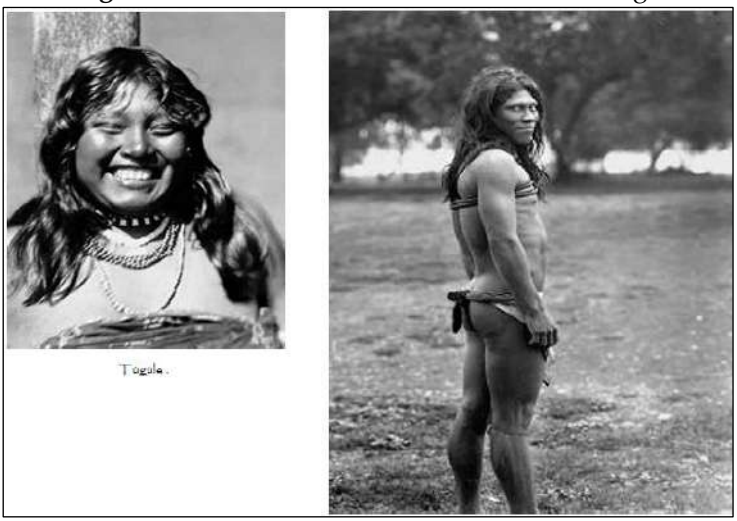
informações sobre localidades, recursos econômicos e atrativos turísticos, voltado para públicos específicos, como educadores, servidores públicos, produtores rurais, industriais, comerciantes e turistas. Embora se concentrem na dinâmica migratória e no progresso econômico, esses registros contêm alusões esporádicas à presença indígena, muitas vezes acompanhadas de imagens que os posicionam em diferentes espaços sociais. Por exemplo, o colono Heriberto G. Ferreyra, estabelecido em Yerbal Viejo (próximo a Oberá), refere-se à entrada de imigrantes suecos do sul do Brasil em 1913 por *"caminhos acidentados de índios e contrabandistas"* (Wickstrom, 1939). Da mesma forma, Perié de Schiavoni (2002) destaca a *"agitación de indios, cazadores o contrabandistas"* como um traço característico do surgimento dos primeiros núcleos urbanos, estruturados a partir de caminhos abertos pelos imigrantes.

Nessa documentação, fotografias e anúncios funcionam como paratextos que acompanham e complementam o discurso escrito. A partir da análise desses materiais, é possível reconhecer a presença contínua dos povos Guarani nos Territórios Nacionais e em áreas de fronteira, tanto entre comunidades estabelecidas em lados opostos das fronteiras internacionais quanto entre jurisdições localizadas dentro dos Estados nacionais. Nesse contexto, grupos indígenas aparecem como assalariados, enquanto seus descendentes mestiços aparecem como estudantes em instituições de ensino.

As legendas das imagens analisadas registram diferentes momentos históricos: entre 1896 e 1900 (imagens 1 e 2), em 1900 (imagem 3) e em 1916 (imagem 4). Nas duas primeiras fotografias, os indígenas estão localizados no Paraguai, integrados às suas próprias comunidades. No terceiro, intitulado "Os Deslocados", eles aparecem trabalhando nos ervais de Misiones, realizando atividades extrativas em áreas de difícil acesso (Warenycia, 2011, p. 30). Na última imagem, de 1916, eles aparecem retratados como parte do setor crioulo de uma escola da cidade de Profundidad, no departamento de Candelaria (Misiones), evidenciando processos de integração educacional. A epígrafe destaca um *"aluno [com]*

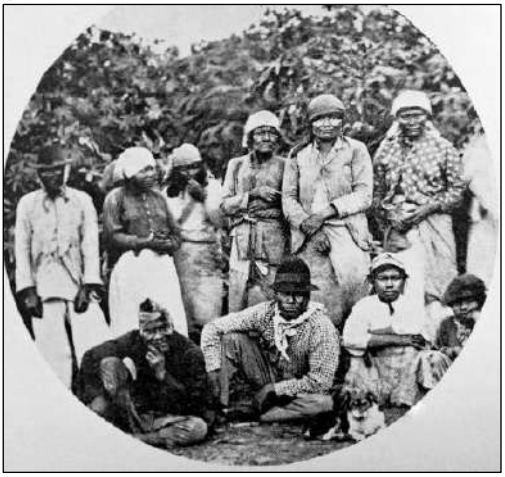
aptidões especiais para o trabalho manual com güembé" (Álbum Escolar de Misiones, 1916, p. 105), revelando, ainda que de forma específica, a continuidade das práticas culturais indígenas no contexto da educação escolar.

Imagens 1 e 2 – Comunidade de Guarani no Paraguai



Fonte: Warenycia (2011)

Imagem 3 – Peões Guarani dos ervais de Misiones



Fonte: Warenycia (2011)

A partir da análise gráfica e das imagens registradas, podemos observar, de acordo com o deslocamento dos grupos indígenas, o grau de mestiçagem, as variações geracionais, entre outros aspectos, as transformações e permanências nos costumes dessas comunidades (Imagens n.º 3, n.º 4 e n.º 5). Essas representações ilustram elementos significativos como as vestimentas utilizadas, a recriação de atividades produtivas e o trabalho envolvido, bem como o ambiente ecológico em que essas populações interagem. Esta análise gráfica também revela diferentes estágios do processo de adaptação cultural das comunidades indígenas, já no século XX.

Por meio das imagens e anúncios, conseguimos identificar grupos que se estabeleceram em áreas rurais dentro dos novos povoados, como em Campo Viera (no departamento de Oberá) (Imagem n.º 5), enquanto outros grupos passavam esporadicamente pelas cidades, como em Posadas (Imagem n.º 4), comercializando produtos ou vendendo artesanato. Essas imagens mostram uma movimentação heterogênea entre diferentes faixas etárias, com destaque para a movimentação de jovens em áreas urbanas, ainda marcadas pela presença de florestas e montanhas ao fundo. Um desses grupos, identificado pelo editor como uma "família" (Imagem nº 5), é mostrado vestindo uma combinação de itens tradicionais, como uma cesta, um colar e uma tornozeleira, juntamente com roupas de origem estrangeira, como uma camisa, uma calça e uma saia, sugerindo um processo contínuo de intercâmbio cultural e adaptação.

Imagem 4 – Aluno da cidade de Profundidad



Fonte: Álbum Escolar (1916)

Imagem 5 – Família de Indígenas em Campo Viera



Fonte: Sosa (1928)

Os anúncios (Figuras 1, 2 e 3), recorrentes em todos os Guias publicados entre 1920 e 1940, relembram a presença dos Guarani na cidade. Contudo, o registro dessa presença é ainda mais discreto, pois seus vestígios são indiretos, expressos por meio de breves depoimentos que destacam sua origem comum e utilizam um repertório identitário, muitas vezes representado por nomes de estabelecimentos comerciais, como lojas, cafés, armazéns, farmácias, entre outros. Ao mesmo tempo, as empresas de turismo começaram a associar os indígenas ao trabalho artesanal, promovendo *"Obras de indígenas de la región"* (Bordón e Valdovinos, 1943, p. 182). Dessa forma, os guarani se posicionaram no mercado como um produto voltado para um público específico – o turista – que demandava serviços turísticos de cunho internacional (Figura 4).

Figuras 1 a 4 – Publicidades com referências aos indígenas



Fontes: Sosa (1928) e Bordón e Valdovinos (1943).

Publicações e relatórios da época, como o trabalho de Eric Tschumi (1948), descrevem a situação geral do Território Nacional de Misiones (T.N.M.). Este texto é de fundamental importância, pois o Capítulo IX, intitulado *"Forjadores de Misiones"*, é composto por biografias de imigrantes e seus descendentes. Esses relatos incluem experiências sobre o relacionamento com povos indígenas localizados na região central de Misiones e nas fronteiras entre Argentina, Paraguai e Brasil. Entre os agricultores migrantes, um comentou: *"supuse que en Misiones solo encontraría indios, y después de un largo viaje en auto por caminos intransitables, noté que todos eran rubios"*.

Por outro lado, o depoimento de José Faubel, imigrante australiano nascido em 1901 e residente em Eldorado, destacou sua paixão pela pesca e pela caça, atividades que praticava em seu tempo livre nas montanhas. Faubel afirmava ser amigo de uma *"tribu de indios en Paraguay"*, que ele visitava periodicamente para

organizar caçadas. Einar Nilsson, um imigrante sueco nascido em 1900 e residente em Yerbal Viejo, indicou que até 1920 *"sólo se podían encontrar indígenas para trabajar"* e que, posteriormente, houve escassez de mão de obra, sendo os poucos trabalhadores restantes, em sua maioria, *"fugitivos malévolos de Brasil y Paraguay"* (Tschumi, 1948, s/p).

Também foram biografias de Tschumi Ernesto Rodolfo Mayntzhusen, de origem argentina, nascido em Buenos Aires (1898), e Pedro Pablo Monzón, nascido em Posadas em 1898, ambos estabelecidos em Eldorado e Posadas, respectivamente. Eram profissionais dedicados à antropologia: Mayntzhusen, especializado em indígenas paraguaios, e Monzón, colecionador de artefatos indígenas. Ambos alegaram ter formado seus próprios museus, com objetos de valor histórico de interesse para a Diretoria de Parques Nacionais e o Museu de La Plata, respectivamente (Tschumi, 1948, s/p).

Simultaneamente à coleta de informações fornecidas por informantes nacionais, o Conselho de Estudos Históricos estava compilando material arqueológico, histórico, cartográfico e fotográfico relacionado aos povos indígenas. Um dos seus representantes, Abelleyra, referiu-se aos *"hospitales de Caaguapé [Garuhapé] y Cuña-Pirú, en Misiones, donde había niños y mujeres afectados de malaria, cubiertos con harapos"* (Boletín de la Junta de Estudios Históricos de Misiones – JEHM – 1944; citado em Cebolla Badie e Gallero, 2016, p. 95). Após esta conferência, o presidente da JEHM, Casiano Carvallo, apresentou o *"Proyecto de Protección de los Indios en Misiones"*, baseado em *"objetivos sociales"* e na *"conveniencia de incorporar al núcleo étnico originario a la formación de nuestro pueblo*". Entre as medidas propostas estavam a realização de um censo da população indígena, a criação de reservas fiscais de terras e o registro de crianças no Registro Civil (Boletín de la Junta de Estudios Históricos de Misiones – JEHM – 1944; citado em Cebolla Badie e Gallero, 2016, p. 96).

Até 1950, informações sobre comunidades indígenas, extraídas de obras de intelectuais contemporâneos e produzidas

por membros do JEHM, como Tschumi, e jornalistas contratados por governos nacionais, mencionavam a presença de grupos dispersos em diferentes regiões do que hoje é a província de Misiones. Esses grupos ainda utilizavam o guarani como língua de comunicação entre si, tinham dificuldade de entender o espanhol, eram desconfiados e mantinham certo distanciamento nas interações com outros setores da população (Imagem nº 6). Neste contexto, Newton relata um encontro, fortuito, com dois jovens Kaingang, que se encontravam distantes do seu local original de moradia, durante o qual eles mencionaram que haviam:

> levantado una vivienda cerca del camino [eran] procedentes de una propiedad particular situada en la costa del Alto Uruguay, de donde no explicaban porque habían salido [y que] estaba sorprendido de haberlos encontrado porque en esos lugares ya no quedaban indios (Newton, 1951, p.178).

Imagen 6 – Os Kaingang



Fonte: Newton (1951)

O autor relata que, a poucos quilômetros dali, um antigo morador das Serras Misioneiras, que teve contato com os Kaingang, descritos como retraídos e rebeldes, afirmou que esses grupos tinham costumes semelhantes aos dos Guarani, pois pertenciam à mesma família. Sobre a extinção deles, o morador afirmou que "*no los mataron*" e que alguns deles migraram do Alto Uruguai, acrescentando que:

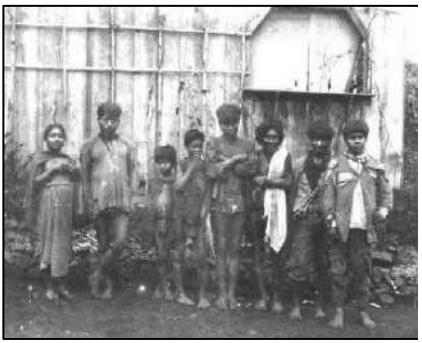
> los pobres empezaron a irse cuando el gobierno inició la apertura de la Ruta 14. Seguramente no les pareció bien la nueva forma de vida, ya que ellos estaban acostumbrados a otra cosa. Les gustaba vivir aislados sin que nadie los vigilase (por eso) aunque tuvieran una vivienda a orillas del camino, se hacían otra en medio del monte para ir a refugiarse (y que) aunque eran fuertes eran poco amigos del trabajo y no cultivaban mucho la tierra, pero siempre tenían plantaciones de mandioca y tejían gorros, fajas y hasta chiripas de algodón… (Newton, 1951, p.179-180).

Enquanto isso, as memórias dos imigrantes e seus descendentes evocam suas próprias experiências, incluindo algumas interações com povos indígenas, com poucas fotografias documentando tais encontros (Imagens nº 7 e nº 8). As memórias de Nobs mencionam uma aldeia Kaingang em Cuña Pirú, no início da colonização, descrevendo-os como caçadores e pescadores que usavam cocares e faziam cestos que, junto com cascas e erva-mate, trocavam no mercado de frutas do país por arroz, açúcar, farinha, entre outros produtos, itens que inicialmente desconheciam, mas aos quais logo se afeiçoaram (Nobs, 2008, p. 19). O autor acrescenta ainda que esses indígenas conheciam apenas algumas moedas, obtidas como pagamento, com as quais se abasteciam. Ocasionalmente, eles apareciam, trabalhavam por alguns dias nas chácaras dos colonos e depois desapareciam.

Imagem 7 – *Una belleza salida del monte*



Imagen 8 – Clientes indígenas de Don Teófilo



Fonte: Nobs (2008)

O autor também chama a atenção para o caso de um indígena que, acompanhado da esposa e do recém-nascido, fixou residência temporária para cultivar milho, pois pretendia permanecer ali por um período prolongado. Este indígena trabalhou durante seis meses consecutivos colhendo vários hectares de milho, ensinando os colonos a fazer diferentes tipos de armadilhas. No entanto, ele se retirou mais tarde, alegando que, caso contrário, não seria mais aceito por seu chefe na tribo, e nunca mais retornou (Nobs, 2008). O imigrante destaca a importância da honestidade dos indígenas durante essa interação e o interesse deles em se tornarem agricultores, pela necessidade de garantir a subsistência do grupo.

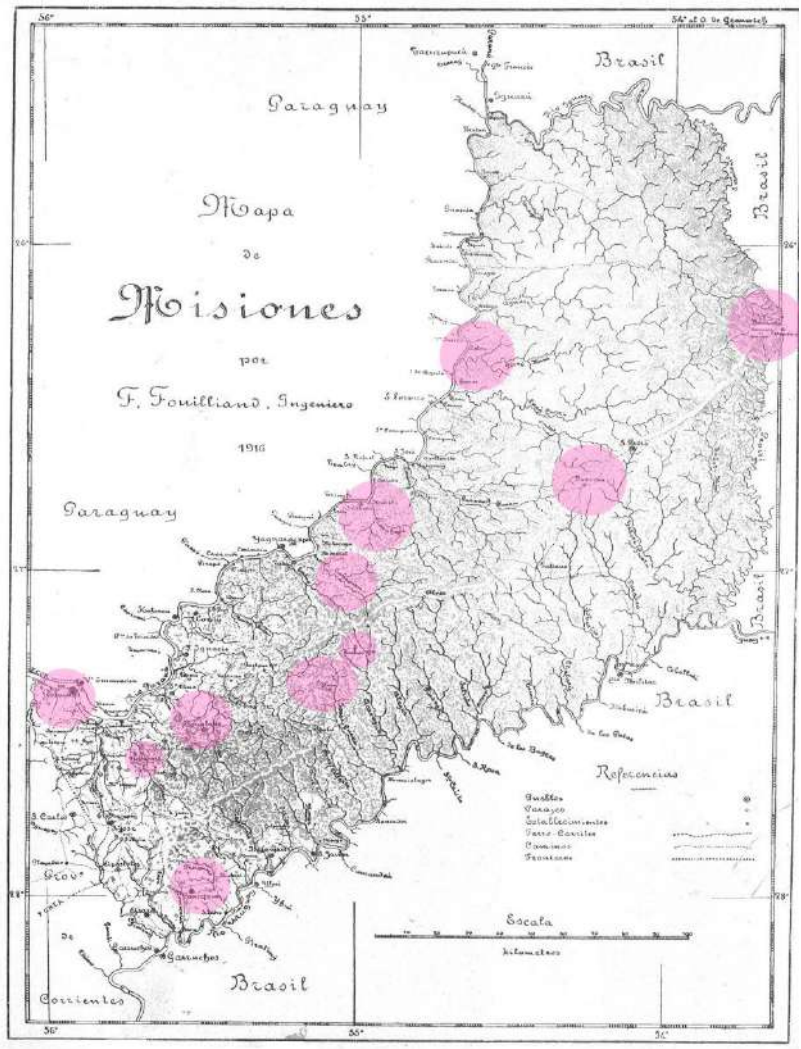
São poucos os estudos que colocam os indígenas no centro da cena durante o período estudado, e a maioria destaca a relação entre indígenas e brancos a partir da perspectiva dos imigrantes (Frías, 2013; Cebolla Badie e Gallero, 2016), sejam eles colonos, empregados ou informantes técnicos. As fontes disponíveis são escassas, além de dispersas e fragmentadas. O aspecto fundamental dessas fontes é colocar em diálogo as evidências registradas em documentos escritos, gráficos e fotográficos e contrastá-las com o material existente em arquivos particulares, especialmente álbuns de família. No entanto, é preciso adotar uma postura crítica em relação a essa análise, pois a percepção dos colonos ou imigrantes

geralmente reflete o imaginário social da época, predominante na historiografia. Esse imaginário é alimentado, por um lado, pela ânsia de redescobrir os povos indígenas ou, por outro, por uma perspectiva teórica que tende a negligenciá-los. Muitas vezes é mais vantajoso identificar os povos indígenas dentro de um passado glorioso, subordinando-os à experiência jesuíta. Neste contexto colonizador, as memórias dos imigrantes repetem constantemente afirmações que:

> no quedaban más que insignificantes grupos, dispersos y sin nombres, sumidos en el abandono y la miseria, sobre los que apresuraba sus pasos la tremenda agonía de la estirpe (…) El escenario, otrora tumultuoso y deslumbrante, de su otrora historia había quedado prácticamente vacío (Schedler de Schweri, 2003, p.18).

Em síntese e seguindo as indicações das fontes, podemos fazer um mapeamento aproximado dos locais por onde circularam e, portanto, foram habitados por diferentes grupos de indígenas; sempre reconhecidos pelos demais colonos com quem compartilhavam o território e certas atividades (Mapa nº 1).

Mapa 1 – Misiones e suas fronteiras: lugares habitados por diferentes comunidades indígenas



Fonte: Elaboração própria, com base no mapa do TNM publicado no Álbum Escolar (1916) e nas informações mencionadas nos registros utilizados neste artigo.

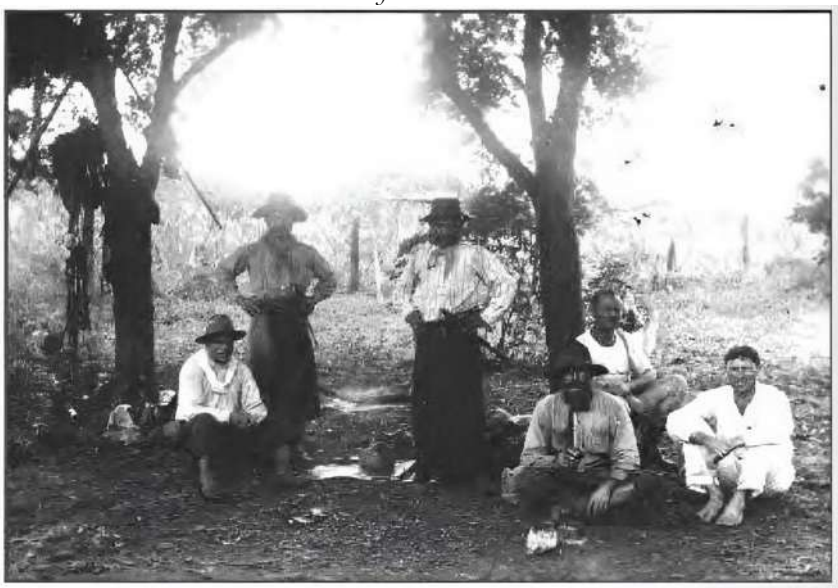
Entretanto, essa visão das comunidades indígenas variava de acordo com as circunstâncias, o tempo, os lugares e os interesses que cada um colocava em jogo nas situações de encontro (Zang,

2013). A partir das descrições de costumes fornecidas por fontes escritas e testemunhais, podemos supor que os indígenas estavam sendo classificados como parte de grupos mestiços ou crioulos, ocupando o papel de habitantes de fronteira, com a seguinte caracterização:

> moradores casi nómadas, de origen brasileño que hablan portugués y guaraní, con costumbres primitivas, que sentían gran pasión por el baile y la música¨ (asimilado al) criollo guaranítico, cuyo idioma se ha generalizado, argentinos que no tenían la menor noción de su nacionalidad y que era común oírles decir que eran brasileños o paraguayos habiendo nacido en Misiones y desconociendo el idioma nacional (Álbum Escolar, 1916, p.187).

Os traços físicos observados nas fotografias, bem como as referências à situação de marginalização e pobreza em que se encontravam os moradores das áreas periféricas das zonas urbanizadas, evidenciam essa mistura social que envolvem comunidades indígenas (Imagem nº 9).

Imagem 9 – *El bolichero Teófilo Werlen con el tropero Santiago Álvarez y sus ayudantes*



Fonte: Nobb (2008).

Os relatórios escolares indicam a presença de grupos indígenas em diversas localidades, como Barracón, localizado em Bernardo de Irigoyen (situado no Departamento do General Manuel Belgrano), Concepción de la Sierra (no sul de Misiones, às margens do rio Uruguai) e Picada km. 19. Nesses locais, destacavam-se a maneira peculiar como eram construídas suas fazendas e a simplicidade de seus móveis, assim como as atividades agrícolas das quais participavam e os instrumentos que utilizavam para a caça. Essas práticas revelavam necessidades próprias desse grupo, como o costume de retornar aos comércios locais para vender antecipadamente sua produção agrícola em troca de álcool (Álbum Escolar, 1916, p. 262). Tal comportamento foi reconhecido por outros como uma característica recorrente de uma figura social que se destacou em toda a região (Imagem nº 10).

Imagem 10 – Morador característico da região



Fonte: Álbum Escolar (1916)

Conclusão: As marcas dos indígenas nas histórias e memórias de outros sujeitos

Este estudo permitiu observar e reconhecer a presença constante, ainda que esporádica, de povos indígenas em diversas colônias e cidades, especialmente em áreas da fronteira misionera, entre o final do século XIX e meados do século XX. Esses grupos faziam parte de um grupo populacional associado tanto aos crioulos – frequentemente rotulados como criminosos, contrabandistas ou bandidos – quanto aos imigrantes e seus descendentes. Marcas toponímicas, como estradas, trilhas e cidades (Perie de Schiavoni, 1985, 2002), os mencionam como trabalhadores de fazendas, colaboradores de atividades de caça e pesca e produtores de artesanato (Tschumi, 1948). Eles também são identificados como clientes frequentes nas lojas da região (Nobs, 2008). Além disso, sua presença foi registrada em fotografias e objetos culturais que fazem parte de arquivos oficiais e privados, bem como nas coleções de museus como o Museu Nacional de La Plata e o Museu Regional Aníbal Cambas.

Na questão das relações de trabalho, os indígenas, mestiços ou não, foram parcialmente incorporados como mão de obra nos trabalhos dos colonos e nas fazendas dos diversos povoados que surgiram no território misioneiro, especificamente nas regiões do Alto Paraná e Alto Uruguai. Embora esteja documentado que nas fases iniciais da colonização os povos indígenas eram a principal força de trabalho, sua presença nas unidades de produção de imigrantes começou a declinar a partir da década de 1920. Entretanto, não há certeza definitiva sobre sua ausência das atividades rurais, embora seja provável que sua participação tenha se tornado menos frequente ao longo do tempo. Em áreas mais urbanizadas, como Posadas e algumas cidades vizinhas, onde os negócios estavam se expandindo, os povos indígenas também tiveram um impacto significativo na economia local, tanto como produtores artesanais quanto como comerciantes. Esse papel transformou sua integração social, posicionando-os como vendedores, compradores e consumidores de produtos manufaturados.

A historiografia regional clássica destacou a importância das comunidades indígenas, especialmente os guaranis, nas fases pré-colonial e colonial, particularmente na chamada região Misiones-Guarani. No entanto, a perspectiva sobre a questão indígena evoluiu, passando da ocultação à redescoberta, com os povos indígenas cada vez mais reconhecidos como sujeitos sociais ativos, tanto na historiografia argentina quanto na regional. Esse processo dependeu do desenvolvimento da pesquisa histórica e das abordagens adotadas em diferentes estágios. Os avanços neste campo de estudo, que adota uma abordagem interdisciplinar e considera Misiones como parte de uma região de fronteira, iniciaram uma revisão da história a partir de uma perspectiva regional (Oviedo, 2020). Esta revisão destaca a mobilidade e a presença constante dos Guarani no território Misiones, tanto aqueles que foram reduzidos quanto aqueles que permaneceram afastados do contato com os colonos.

Partindo dessa lógica, partimos de uma premissa fundamental para a compreensão da proeminência histórica dos Guarani: a visibilidade desse grupo indígena sempre foi mediada pelo registro e pela percepção do outro, que tendia a escapar ao seu reconhecimento. Portanto, uma observação focada e interescalar permite complexificar a narrativa da história nacional, resgatando e visibilizando as ações de sujeitos historicamente negligenciados, neste caso, a comunidade indígena. Esta comunidade, como Pons e Serna (2003) apontam, *"ya no puede ser subsumida sin más en el itinerario prescrito de la vida colectiva"*. Assim, a história local (regional) desempenhou um papel crucial na subversão de certas hierarquias impostas pela história tradicional.

Referências

ÁLBUM ESCOLAR DE MISIONES**. Homenaje al 1er. Centenario de la Independencia. 1816 -9 de Julio – 1916**. Buenos Aires: Editorial Maucci Hnos, 1916.

ARELLANO, Diana; OVIEDO, Norma. Territorialidades vividas, dinámicas fronterizas en la región missionera. **Revista Intellector**, Brasil, [CENEGRI], [S. l.], v. 13, n. 26, p. 111–123, 2017. Disponível em: http://www.revistaintellector.cenegri.org.br/index.php/intellector/article/view/127. Acesso em: 9 maio. 2023.

BOGADO, Nazario. **Garuhapé, La historia de un pueblo**. Garuhapé: Ediciones del autor, 2018.

BORDON, Arturo y VALDOVINOS, Elías. **Guía General de Misiones. Descripción geográfica, Histórica, Política, Económica, Cultural y Social de Misiones**. Posadas – Misiones, Ed. América, 1943.

CEBOLLA BADIE, Marilin y GALLERO, Cecilia. "Eran sólo indios…" La construcción de la alteridad mbya en el Alto Paraná de Misiones, Argentina (1920-1960). **Revista Cadernos do LEPAARQ do Laboratorio de ensino e pesquisa em antropologia e arqueologia de Universidade Federal de Pelotas,** Brasil, n. 26, p. 87-

105, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/8400/6496. Acesso em: 9 maio. 2023.
CEBOLLA BADIE, Marilyn y GALLERO, María Cecilia. Las relaciones blanco-indio a través del registro fotográfico en Misiones, Argentina (1920-1960). *In* GIORDANO, Lilián y REYERO, Alejandra (Comp.) **Identidades en foco: fotografía e investigación social**. Resistencia: Inst. de Investigaciones Geohistóricas; Universidad Nacional del Nordeste, Facultad de Artes, Diseño y Ciencias de la Cultura, 2011. p. 91 – 110.
FOGELER, María Rosa. **Etnografía y red de parentesco de los colonos escandinavos en las sierras centrales de Misiones**. 2007. Tesis (Doctorado en Antropología Social) – Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales – Universidad Nacional de Misiones, Posadas, 2007.
FRIAS, Liliana. **Apuntes para una Historia Regional. La versión de los guaraníes contemporáneos de Misiones (1970/80-2012)**. 2013. Monografía de Grado (Licenciatura en Historia) – Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales – Universidad Nacional de Misiones, Posadas, 2013.
LEVINTON, Norberto y SNIHUR, Esteban. **Misiones. Territorio de Fronteras (1609-1895).** Buenos Aires: Contratiempo Ediciones, 2015.
NEWTON, Jorge. **Misiones Oro Verde y Tierra Colorada**. Buenos Aires, El Gráfico Imprenta, 1951.
SOSA, Atanasio. **Guía General de Misiones**. Posadas-Misiones, s/d, 1928.
NOBS, JUAN. **Misiones, recuerdos y anecdotas 1922-1947**. Posadas: Ediciones del Autor, 2008.
OVIEDO, Norma (2020). Configuraciones familiares, territorialidad y relaciones de poder en Misiones. **Geografia em Questão**, v. 13, n. 2, p. 24 – 51. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/24738. Acesso em: 9 maio. 2023.
OVIEDO, Norma. **Fronteras, territorialidades y familias. Misiones en la primera mitad del siglo XX**. 2021. Tesis (Doctorado en Ciencias Humanas y Sociales) – Facultad de

Humanidades y Ciencias Sociales – Universidad Nacional de Misiones, Posadas, 2021.
OVIEDO, Norma. **La ocupación paraguaya en la región misionera argentina y el origen de la Trinchera**. 1994. Monografía de Grado (Licenciatura en Historia) – Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales – Universidad Nacional de Misiones, Posadas, 1994.
OVIEDO, Norma. **Relaciones comerciales y conflictos fronterizos. Siglo XIX, Misiones en la red platina.** Posadas: EDUNaM, 2014.
PERIÉ DE SCHIAVONI, Ángela y SOUVI, S. **La colonización en Misiones: contexto internacional, nacional y sus antecedentes.** Posadas: EDUNAM, 1985.
PERIÉ DE SCHIAVONI, Ángela. **100 años de cultura en Misiones.** Posadas – Misiones, Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, 1982.
PONS, A. y SERNA, J. Más cerca, más denso. La historia local y sus metáforas. In. FERNÁNDEZ, Sandra (ed.) **Más allá del territorio: la historia regional y local como problema. Discusiones, balances y proyecciones**. 1. ed. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2007. p. 17 – 30.
SCHEDLER de SCHWERI, Marie. **Vivencias y recuerdos de familia.** Posadas: Ediciones del Autor, 2003.
SCHIAVONI, Angela; OVIEDO, Norma y JAQUET, Héctor. Tras los pasos de los guaraníes perdidos. De la integración de las Misiones a la movilidad étnica en una etapa de transición (1768-1870 aprox.) In JAQUET, H. (ed.) **En otra historia. Nuevos diálogos entre historiadores y educadores en torno a la construcción y enseñanza de la historia de Misiones**. Posadas, Editorial Universitaria de la UNaM, 2001. p. 61 – 98.
TARAZONA, Álvaro A. La historia local, la historia regional y la microhistoria como experiencia y posibilidad para la historia pública. **Ciencia Nueva, revista de Historia y Política**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 1–18, 2021. Disponível em: https://revistas.utp.edu .co/index.php/historia/article/view/24623. Acesso em: 9 may. 2023.

TSCHUMI, Eric. **Tierra Colorada. Síntesis agraria, industrial, comercial, cultural, turística y biográfica del Territorio Nacional de Misiones**. Bs. As., Talleres Gráficos Alemann y Cia. S.A.G.I, 1948.
VASSALLO, Jaqueline (compiladoras - editoras) **Historia, mujeres, archivos y patrimonio cultural, t. 2**: tejidos de tipos documentales para una historia de mujeres con perspectiva de género. Rosario: ISHIR – Instituto de Investigaciones Socio Historicas Regionales del CONICET, 2021. p. 217 – 231
WARENYCIA, Teresa. **Posadas des Memorial. Una construcción visual de lo que ha sido.1830-1930**. Posadas: Ediciones de la autora, 2011.
ZANG, Laura Mabel**. El falso llamado del oro verde:** El proceso inmigratorio en la Colonia de Ruiz de Montoya, Misiones (1920-1945). Posadas: EDUNaM, 2013**.**
ZORRILLA, Alejandra Aurora. El Álbum escolar de Misiones: una mirada para estudiar la historia de la educación en perspectiva de género, Misiones, 1916. In.: CALDO, Paula; de PAZ TRUEBA, Yolanda; VASALLO Jaqueline (Comp.) **Historia, mujeres, archivos y patrimonio cultural**, T. 2. 1a ed.- Rosario : ISHIR - Instituto de Investigaciones Socio Historicas Regionales del CONICET, 2021.

Capítulo 5

EL ARCHIVO COMO OBJETO: MÁS ALLÁ DE LA FUENTE, UN AGENTE CULTURAL EN LA PRODUCCIÓN DE ETNOGRAFÍAS FRONTERIZAS

Ana Belén Medina
Carla Melisa Páez

Resumen
Dado que hay hechos que no se pueden observar directamente debido al paso del tiempo, en este estudio partimos desde una problematización de la propia práctica etnográfica para recuperar la centralidad del territorio de los archivos en tanto objeto portador de categorías nativas. Es decir, trabajamos una problemática histórica, pero desde una investigación antropológica, vista "desde abajo" y como una tentativa de superar los convencionalismos propios de las disciplinas Histórica y Antropológica. Para ello, tomamos la lente guberiana, guinzburgdiana y muzzopapiana, focalizando el análisis en un conjunto de archivos que comparten la característica de contener documentación específica y especializada sobre el Centro de Estudios Históricos y Culturales[1] (1982–2024), ubicado en una Región de Frontera (Argentina-Paraguay-Brasil) y desde el cual se originan y producen conocimientos, saberes y múltiples relaciones humanas fronterizas, vinculadas a los archivos. Partimos del método cualitativo, transitando por la experiencia etnográfica entendida desde su triple acepción de enfoque, método y texto (Guber, 2001), y a través de la reflexividad antropológica. En nuestra condición de nativas del CEHyC, esta práctica nos permite desnaturalizar no solo las relaciones sociales establecidas históricamente entre los integrantes en términos institucionales, académicos, afectivos y políticos, sino también explorar

[1] Centro de Estudios Históricos y Culturales de ahora en más se utilizarán indistintamente las siguientes abreviaturas CEHyC, Centro, Centro de Estudios.

cómo esos vínculos configuran el proceso de producción de conocimiento en un contexto transdisciplinario y fronterizo.

Hacia un ejercicio de reflexión antropológica sobre el *"momento del archivo"*

En la presente producción, proponemos un ejercicio de reflexión crítica desde la propia práctica etnográfica, recuperando la centralidad del territorio de los archivos (Gomes da Cunha, 2004), los cuales consideramos parte intrínseca de nuestro trabajo de campo, caracterizado por ser del todo indiciario en sentido amplio, es decir, todavía nos encontramos de alguna manera en esa "habitación oscura" moviéndonos a tientas, chocándonos con objetos, sujetos y realizando conjeturas de diferente orden, pero fundamentalmente epistemológico, teórico y metodológico (Ginzburg, 2004; Becerra, 2011).

En ese marco, destacamos que la proliferación de propuestas teórico-metodológicas que han problematizado el archivo ha sido notoria en los últimos años y ha tenido diversos efectos en distintas disciplinas; esta tendencia, denominada *"momento de los archivos"* (Caimari, 2020, p. 223) nos lleva a pensar a *"los archivos no como lugares de recuperación del conocimiento, sino de producción del mismo"* (Stoler, 2010, p. 469). Es decir, una perspectiva que problematiza la visión del archivo como contenedor de datos y lo entiende como parte inherente del *"hacer etnografía"* (Muzzopappa y Villalta, 2022, p.224), considerándolos campos etnográficos, donde se entrelazan la construcción de saberes, relaciones de poder y la configuración de narrativas históricas y culturales.

Para hacer y deshacer las viejas ideas limitantes en torno a las posibilidades del archivo, en primer lugar, se focalizará en la identificación de un conjunto de archivos que comparten la característica de contener documentación específica y especializada, que da cuenta del proceso de consolidación del Centro de Estudios Históricos y Culturales como un espacio

fronterizo que fue mutando desde una mirada más disciplinaria con base histórica a la inter-transdisciplinaria, desde su génesis en 1982 hasta la actualidad. En ese sentido, se remarca que ciertos acontecimientos y actividades no se pueden observar directamente debido al propio paso del tiempo, situación que habilita a pensar y repensar a los archivos como portadores de categorías nativas (Medina y Páez, 2024b; Muzzopappa y Villalta, 2022). De modo que la reflexividad estará puesta en los archivos, como productores de conocimiento que permiten caracterizar desde sus propios actores que forman/formaron parte del espacio, como un Centro donde se originan y producen conocimientos, saberes y múltiples relaciones humanas, vinculadas a los archivos (Muzzopappa y Villalta, 2022).

La línea de trabajo *"archivo como objeto"*, en detrimento del *"archivo como fuente"* permite situarlos como *"agentes culturales de producción de hechos"* en un determinado tiempo histórico específico (Stoler, 2010; Medina y Páez, 2023a, 2024b) producidos en un contexto de Región de Frontera atravesados por el poder. En este sentido, en las territorialidades fronterizas, las relaciones de poder se entrecruzan en los espacios y los sujetos que producen conocimiento, particularmente desde instituciones como el Centro. Entendemos que el poder no se obtiene o posee, sino que se ejerce, esto significa que el poder se constituye en un dispositivo que supone un agenciamiento en el que los sujetos actúan, y no a la inversa (Foucault en Deleuze, 2015). De ahí, que los agenciamientos concretos que efectúan las relaciones de fuerza entre y más allá de las investigaciones, situadas entre la frontera y las instituciones, consolida en los intersticios del propio tejido social agenciamientos que producen y tensionan las miradas disciplinares tradicionales, a partir de enfoques inter-transdisciplinarios.

En segundo lugar, se pretende realizar el abordaje de una problemática histórica, pero desde una investigación antropológica, vista desde abajo y como una tentativa a superar los convencionalismos propios de las disciplinas Histórica y Antropológica, tomando varias lentes guinzburgdiana, guberiana y muzzopappiana (Medina, 2024). Dichas decisiones, se enlazan

con nuestro "lugar privilegiado" a decir de Brugaletta (2018) de acceso al campo y rapport; es decir, nuestra condición de nativas del CEHyC, la cual, nos permite/permitió en diferentes momentos habitar y poner el cuerpo en un contexto institucional de producción y construcción de redes académicas, donde las relaciones y las prácticas sociales, se consolidan en las diferentes instancias de las que formamos parte como estudiantes-investigadoras, insertas en el marco de una/varias dinámica/s de un campo institucional, intelectual y académico en estudio.

Consideramos entonces, desde una aproximación aún muy indiciaria, que la etnografía a través de los archivos, no es simplemente una variante, sino más bien una renovación que enriquece y amplía las herramientas tradicionales de nuestra disciplina antropológica y, las pone en relación entre, a través y más allá de otras disciplinas, como la Historia y la Archivística. Específicamente, siguiendo a Guber y Ferraro (2020, p.15) *"las decisiones que fuimos haciendo – más que ´tomando´–"* desde un proceder metodológico cualitativo, nos fueron llevando, dados nuestros objetivos vinculados con los archivos -boletines, actas, reglamentos, resoluciones, notas, informes finales de proyectos, currículum vitae de las directoras, los artículos, libros e informes producidos desde los proyectos de investigación; a puntualizar acciones concretas, propias de la etnografía documental, tales como: a) identificar el referente empírico de la investigación, y, al mismo tiempo considerar que es posible aplicar allí tales procedimientos analíticos, así como considerar las diferencias, b) establecer una interlocución con esas "voces", considerando sus condiciones de producción, reconstruyendo cómo los archivos han sido constituidos, alimentados, mantenidos y, eventualmente, reformulados, por personas, grupos sociales e instituciones, y c) entender cómo los archivos y los distintos documentos son formas específicas de ordenamiento que permiten dar cuenta y entender diferentes maneras de establecer jerarquías, así como identificar valores y formas de clasificación (Muzzopappa y Villalta, 2022, p. 214).

Debido a que nuestro espacio-tiempo dentro de la Frontera, está revestido de una temporalidad extensa (1983-2023), como también de una materialidad, subjetividad e intersubjetividad específica atribuidas por las personas que lo habitan, es necesario un juego de escalas de observación entre los archivos y, a partir de la relación con la observación en campo y las entrevistas antropológicas. Es decir, en el tránsito por la experiencia etnográfica (entrevistas antropológicas, observación participante, participación observación, trabajo en archivo) ejercitaremos el proceso de extrañamiento anclados en una práctica etnográfica entendida desde su triple acepción de enfoque, método y texto (Guber, 2001). Lo que nos permite a través de la reflexividad antropológica, desnaturalizar las relaciones sociales establecidas entre los integrantes del CEHyC en términos institucionales, académicos, afectivos y políticos, en la búsqueda del conocer y reconocer, a partir de la selección cuidadosa de informantes, nuestra propia posición como investigadoras en formación dentro del espacio (Bogdan y Taylor, 1994; Medina y Páez, 2024).

Estas acciones intelectuales, nos conducen al ejercicio de caracterizar al CEHyC desde el punto de vista de los nativos y las categorías nativas en los archivos, como un espacio que se ubica en la ciudad de Posadas, Provincia de Misiones, que tiene la particularidad de ubicarse en la Triple Frontera de Argentina, Paraguay y Brasil. Entiéndase, al Centro formando parte de la Región de Frontera, es decir, territorios que se presentan dinámicos y revestidos por contradicciones propias de las sociedades contemporáneas. De modo que la interacción entre el espacio, la cultura y la ciencia, donde la delimitación construida en tanto límite que separa territorial y jurisdiccionalmente los espacios desde los Estado-Nación, aquí se los entiende como un punto de encuentro históricamente consolidado y enraizado en una herencia cultural compartida. Parafraseando a Oviedo y Arellano (2017), las fronteras son espacios de intercambios de diversa índole entre pueblos que en su cotidianidad y a lo largo de la historia, trascienden estos límites porque poseen un pasado común. En este

contexto, el CEHyC se destaca por su búsqueda científica y territorial, en torno a significar desde lo microscópico por sobre los macroprocesos, puntualizando en *"la línea del afuera"* (Foucault en Deleuze, 2015), es decir, en los puntos de resistencias que entrechocan, en este caso con la historia hegemónica y androcéntrica. Al hacerlo, busca comprender los sentidos de apropiación y los significados que los sujetos plurales y fronterizos asignan a la territorialidad a partir de sus experiencias, vivencias y percepciones; puntualizando desde la inter-transdisciplinaria en problemáticas vinculadas a las Ciencias Sociales y Humanas,y visibilizando las voces y experiencias de los sujetos subalternizados.

En este sentido, creemos necesario poner bajo la lupa la etapa fundacional del Centro a partir de los archivos, que desde sus inicios, en palabras de su primera directora y fundadora, Angela Perié de Schiavoni, en la inauguración oficial planteaba que: *"la creación del Centro de Investigaciones constituye un hecho festivo a pesar de las circunstancias dramáticas que vive el país"* (CEH/C-FHyCS, Boletín Nº 2, Año 2, 1983), siendo las circunstancias la última dictadura militar argentina (1976-1983). Respecto de este momento histórico adjuntamos una brevísima alocución tomada de la CONADEP (1995) y Rodríguez (2010):

> El 24 de marzo de 1976 los integrantes de las tres Fuerzas Armadas organizaron el sexto asalto a un gobierno elegido constitucionalmente, al tiempo que se sucedían otros golpes de Estado de similares características en los países del Cono Sur Latinoamericano (Brasil, Chile y Uruguay). En comparación, la última dictadura militar en Argentina fue la más cruenta de la región. Los organismos de derechos humanos calculan que hubo alrededor de 30 mil "desaparecidos", denominación que define a las personas que fueron secuestradas por las fuerzas de seguridad y de las que no se supo el paradero durante mucho tiempo. Lo cierto es que la mayoría fue torturada en aproximadamente 340 centros clandestinos de detención, distribuidos en todo el país, y/o asesinada. Un gran porcentaje ha sido identificado como trabajador

> de fábrica y militante sindical y casi 6% del total como docente (CONADEP, 1995, p.296; Rodríguez, 2010, p.1252).

En ese contexto tan singular, se observa lo revolucionario que fue la creación del Centro, además de "los porqués" – actividades y líneas de acción – y los "quiénes" – en términos disciplinares –, se encontraron formando parte de las primeras acciones que, en el año 1982, se le atribuyen según la Disposición Oficial al CEHyC consolidándose como un espacio conformado en su mayoría por historiadores/as:

> Se hacía necesaria la creación y organización de una entidad que asumiera en forma sistemática, continua y coherente la investigación de nuestra tan compleja realidad histórica. En respuesta a esa necesidad, por Disposición Nº 023/82 del Decano de la FHyCS, creó dentro de su ámbito un Centro de Estudios Históricos, organismo que tiene por objetivo canalizar y orientar las actividades específicas de investigación, siendo su rol principal el área de Historia. Disposición Nº 29 de fecha 12 de marzo de 1982 (CEH/C-FHyCS, Boletín Nº 1, Año 1, 1982).

Habida cuenta de lo expuesto, se pueden hilvanar como hipótesis a ser demostradas en próximas producciones, que el Centro: 1) configuró un capítulo de la historia institucional de la FHyCS-UNaM, lo que implicó una suerte de revolución en un contexto sensible, con impacto en el campo de la Historia local, regional e inclusive nacional y respectivamente, en el campo de las Ciencias Sociales y Humanas; 2) fomentó, como espacio dentro de las redes académicas fronterizas, la formación de intelectuales que en las diferentes tramas y trayectorias hicieron su carrera como investigadores/as de la Región de Frontera y de la UNaM; y, finalmente, 3) se consolidó como un espacio de estudios académicos que nació histórico, luego fue mutando interdisciplinariamente y que hoy día puede caracterizarse como transdisciplinario, a la vez de ser objeto-sujeto de estudios contemporáneos.

Así, el quehacer antropológico nos impulsa a un constante proceso de leer y releer, escribir y revisar, construir y reconstruir, para lograr comprender, hacia dentro de la frontera, los entretelones donde se originan y producen conocimientos, saberes y múltiples relaciones humanas atravesadas por el poder que fundamentalmente, dejan/dejaron huellas – entendidas como categorías nativas – en los archivos. Este estudio, concebido como un proceso indiciario, lento y denso, abre la posibilidad de explorar un espacio poco investigado en Misiones.

Tejiendo saberes y liderazgos femeninos: Trayectorias y redes académicas en espacios dirigidos por mujeres

Considérese que, como espacio el Centro de Estudios, se ha especializado en la construcción de conocimientos y saberes en torno a la Historia de Misiones como núcleo de la Región de Frontera, desde una perspectiva local/regional y de género, recuperando las historias de los pueblos, desde la microhistoria y focalizando la actividad en comunidades desde una acción orientada a la pluralización de los sujetos sociales estudiados.

Esta forma de mirar y de *"hacer mundo"* como diría Latour (1999) se debe a la labor de las tres directoras que han liderado este espacio a lo largo de su historia. La caracterización de la dinámica socio/intelectual de las mujeres en cuestión, situadas en un ecosistema universitario específico, permitió trazar trayectorias colectivas y tramas particularizadas dentro de las redes académicas en las que ellas, las directoras y la fundadora del Centro, se desempeñan/ron activamente; y a su vez, observar *"más [de] cerca [y desenmarañando lo] más denso"* (Pons y Serna, 2007 en Oviedo, 2022) de las vinculaciones y las prácticas dispuestas en las configuraciones institucionales fronteriza y, las respectivas, redes académicas. Dicho de otra manera *"profundizando en la madeja de relaciones concretas que los sujetos sociales individuales tejen a nivel grupal lo que supone siempre un conjunto social de experiencias colectivas*" (Man, 2013 en Oviedo, 2020) destacamos la estrecha

relación entre la producción de conocimiento, particularmente en espacios dirigidos y fundados por mujeres.

A continuación, destacamos someramente algunas líneas biográficas y académica del trayecto de las directoras del CEHyC:

● **Ángela "Lele" Amelia Perié de Schiavoni:** con una extensa trayectoria vinculada al campo de la cultura, la docencia, la gestión académica y la investigación histórica, fue docente en establecimientos de educación del nivel medio y en la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales de la UNaM. En este último, ocupó el cargo de Profesora Titular Regular de Historia Regional y en 1982 fue designada directora del Centro de Estudios Históricos y Culturales donde se dedicó al estudio e investigación de la historia y la cultura de Misiones. Su compromiso se materializó también en cargos de gestión académica, como Secretaria Académica del Instituto Superior del Profesorado y como presidenta de la Junta de Estudios Históricos de Misiones. Ángela alentó la formación de recursos humanos y la elaboración de trabajos de investigación sobre la historia de Misiones, muchos de los/as becarios/as y tesistas que pasaron por el Centro se convirtieron en destacados investigadores/as e historiadores/as. En síntesis, Lele compartió generosamente sus conocimientos y asesoró a otros/as investigadores/as sobre el pasado regional, destacando su compromiso como ciudadana e historiadora con su tiempo y su región.

● **Yolanda Urquiza:** historiadora con una sólida formación académica, ha obtenido los títulos de Profesora, Licenciada y Doctora en Historia, consolidando su trayectoria como investigadora en la FHyCS-UNaM. Se destaca por trabajar en la historia reciente, uno de los períodos más oscuros de la historia argentina: la última Dictadura Cívico, Militar y Eclesiástica (1976 y 1983). En particular, su enfoque se ha centrado en el contexto de la provincia de Misiones, develando la complejidad de los sucesos ocurridos en esta región durante aquel tiempo. Debido a su rigurosa labor académica y aportes significativos, Yolanda ha sido merecedora de reconocimientos destacados a lo largo de su carrera.

Uno de los momentos que destaca es cuando se graduó como Licenciada en Historia, siendo premiada con la distinción más alta, una medalla de oro.

● **Norma Oviedo:** de profesión historiadora con una amplia formación académica y sólida trayectoria en el campo de las historias regionales. Además de su rol como investigadora y docente especializada en historias regionales, ocupa el cargo de Secretaria de Posgrado en la FHyCS-UNaM. Como directora, lidera varios proyectos de investigación y extensión relacionados con la historia regional y local y la comunicación pública de las ciencias, las historias de los pueblos, las historias de las mujeres, la ocupación y poblamiento, y la colonización e inmigración en la región de frontera, entre otros temas relevantes. Ella participa en importantes programas y asociaciones académicas y ocupa puestos destacados como comité organizador de eventos científicos de gran magnitud. Norma desempeña un papel fundamental en la formación integral de los integrantes del Centro de Estudios Históricos y Culturales, guiándolos a nuevas esferas académicas y brindándoles las herramientas necesarias para su desarrollo profesional. Su compromiso va más allá de la enseñanza, ella impulsa una historia plural que contribuye de manera significativa a la comprensión y reinterpretación de la historia desde perspectivas diversas y enriquecedoras.

La presencia de mujeres al frente de estos espacios de investigación, ha permitido romper con interpretaciones hegemónicas y abrir caminos hacia la construcción de historia(s) más diversas y completas, a su vez, promueve miradas críticas y reflexivas que valoran las voces y experiencias de sujetos que históricamente han sido marginados/as o invisibilizados/as en la narrativa histórica convencional. En efecto, la presencia de mujeres en roles directivos del Centro, ha sido un factor determinante para la inclusión y valoración de diversas perspectivas en la producción de conocimiento y en la construcción de redes académicas, donde la relación entre las mujeres como productoras de conocimiento y los espacios liderados por mujeres, se ve como un componente

significativo para la construcción de una historia más inclusiva y enriquecedora para todos/as. La trayectoria de las directoras nos lleva a pensar y proyectar en futuras producciones que profundicen los desafíos que tuvieron que sortear en un contexto académico donde persisten barreras para las mujeres y ellas se posicionaron/posicionan tendiendo puentes para la construcción de espacios académicos más equitativos, inclusivos y críticos.

Figura 1 – Nuevas y viejas generaciones del Centro de Estudios



Fuente: Fuente: Foto 1 (lado izquierdo) Encuentro Nacional de Juventudes coorganizado por el CEHyC (2024). Foto 2 (lado derecho) Ángela Amelia Perié, Repositorio interno del CEHyC.

Habida cuenta de lo expuesto nuestro estudio se enfrenta a la complejidad del proceso de cajanegrización, entendiéndose como sugiere Latour (1999), que la labor científica implica desentrañar el proceso técnico-científico, revelando la intrincada red de elementos que lo conforman. Poniendo en tensión la cajanegrización, que en este sentido, funciona como una simplificación efectiva que oculta tanto su génesis como la diversidad de actores involucrados en su creación y que operan, en el caso de nuestro campo de estudios en la construcción de las redes académicas, saberes y conocimientos que se desarrollan desde el Centro, tanto a escala micro -redes entre los investigadores del espacio que se encuentran en diferentes trayectorias – como macro – red de relaciones entre, a través y más

allá del equipo y la Universidad de pertenencia-, parte constitutiva de complejos entramados de relaciones, negociaciones y mediaciones, donde se da la intervención de actores (humanos y no humanos).

Entre archivos y frontera: una breve caracterización e historización

Ante la imposibilidad de cambiar el curso de la historia, desde la Región de Frontera y sus respectivos centros de producción de conocimiento que permiten múltiples relaciones humanas fronterizas se solidifican redes académicas que habitan en esta territorialidad caleidoscópica (Oviedo, 2023, p.252), co-construyendo sentido desde la producción científica, la formación de recursos humanos y la gestión pública universitaria. A partir de uno de esos espacios, fue que accedimos a diferentes tipos de archivos sobre el Centro de Estudios Históricos y Culturales de la Secretaría de Investigación de la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Misiones.

Realizar un doble acercamiento, indiciario y etnográfico sobre los diversos archivos, nos conducen al ejercicio en torno a la indagación y el acceso documental en Misiones, una problemática que se puede caracterizar como devenida por tres factores (Medina, 2024) que someramente nos limitaremos a esbozar: en principio, las complicaciones burocráticas y los cruces institucionales que ello implica; en segundo lugar, debido a que las fuentes se caracterizan, en los repositorios documentales, por la atomización, lo que lleva a la dispersión y fragmentación de la documentación, sumado a una desorganización institucional generalizada; en tercer lugar, la cumplimentación de ciertos permisos burocráticos, solicitudes de avales, combinación de horarios y la construcción de un dispositivo de comunicación específico y un trabajo de consenso, mediatizado de forma intersubjetiva por el propio personal del archivo, más que por normativas y criterios generales que, entre otras cuestiones, se

traducen en un complejo engranaje diseñado para dificultar el trabajo del investigador/a, y fundamentalmente, por todo lo expuesto, los repositorios locales-regionales-fronterizos, se transformen en lugares con alto grado de dificultad en lo que refiere al acceso, cuando no limitantes.

No obstante, operando en la resistencia y desde una organización basada en la experiencia que el propio oficio de investigar nos ha proporcionado en el devenir del tiempo, nos permitimos recuperar una pregunta que Terry Eagleton se hacía en 1999 *"¿Cuál es la función social de la crítica más allá de la esfera de lo académico, en la esfera pública?"*, quizá no podamos ofrecer más que algunas reflexiones desde la propia experiencia haciendo investigación a partir y desde la(s) pertenencia(s) a ciertos espacios de formación, como los Centros de Investigación, que de alguna manera, logran neutralizar los obstáculos metodológicos vinculados a la accesibilidad en los archivos y sus documentos, es decir, desde el *"lugar privilegiado"* (Brugaletta, 2018, p. 2) del que ciertos investigadores/as, como en nuestro caso, acceden a su campo etnográfico documental.

Es una cuestión significativa de señalar, puesto que los silencios se han convertido con el tiempo en el telón de fondo, en las descripciones en torno al cómo, con quiénes, qué y con qué criterios se trabajó, en lo que solemos denominar como la trastienda de las investigaciones. En ese sentido, hay cierto oscurantismo respecto de la accesibilidad a los tejidos y las redes documentales, administradas y gestionadas, por personas que forman parte de instituciones públicas y/o privadas, que obstaculizan muchas veces, la reconstrucción de recorridos que deberían ser plurales, como el caso del campo intelectual fronterizo; habida cuenta de los límites y las tomas de decisión interinstitucionales que impactan de forma negativa, como ya lo hemos mencionado. Esta situación, en el devenir de los años, se fue agravando como problemática en la Región de Frontera, territorio en donde nació, se desarrolló, circuló y se estableció nuestro objeto de estudio y donde nos territorializamos como investigadores/as en formación.

En este sentido, nuestra mirada busca ampliar, vincular y dar sentido a los documentos y archivos, desde sus relaciones sincrónicas y diacrónicas, y en sus procesos de producción, administración y gestión. Es decir, observar *"más [de] cerca [y desenmarañando lo] más denso"* (Pons y Serna, 2007 en Oviedo, 2022, p. 21) de las vinculaciones y las prácticas dispuestas en las configuraciones de los archivos fronterizos y, las respectivas, redes académicas. Dicho de otra manera, *"…profundizando en la madeja de relaciones concretas que los sujetos sociales individuales tejen a nivel grupal lo que supone siempre un conjunto social de experiencias colectivas"* (Man, 2013, en Oviedo 2022, p. 21, 22), en este caso, mirar más allá de la información contenida en los documentos en sí y prestar atención al contexto institucional de producción, las relaciones funcionales y las prácticas sociales que se expresan entre estos.

Nos limitaremos a esbozar muy someramente unos antecedente alarmantes en torno a la falta de resguardo de la documentación, como por ejemplo, la destrucción de la memoria documental en Misiones producto de la quema de archivos, que debe distinguirse en términos estructurales por la carencia de una política general y amplia de preservación y sistematización de la documentación, además del incumplimiento de las normativas legales existentes (Ley I - Nº17, antes Ley 355), y en particular según las formas y los responsables de los incendios. Aquí, puesto que no compete a nuestro objeto de análisis, sólo mencionaremos algunos de los casos que consideramos más relevantes: a) incendios autorizados por el Poder Ejecutivo en el año 1990 (Ley Provincial XVIII – Nº17, antes Nº2802), caso del archivo de la Dirección de Inteligencia de Misiones (DIM); b) incendios intencionales, caso de la destrucción del Archivo General de la Municipalidad de Posadas en 1994 o del archivo del Honorable Concejo Deliberante de la ciudad de Candelaria en 2015; c) incendios derivados de manifestaciones sociopolíticas, caso de la Municipalidad de San Vicente (2006) y Oberá (2009) en el interior de la provincia, entre otros.

Figura 2 – El centro de Estudios Históricos y Culturales de la Secretaría de Investigación



Fuente: repositorio interno fotográfico del CEHyC.

Sin embargo, a contraparte de los casos mencionados, se destacan lugares que se podrían considerar de 'resistencia' y que, como enclave de rescate documental, trabajan en la reparación histórica de la atomización de los documentos, específicamente en Misiones. Por ejemplo, desde su creación en 1982, el CECyH se erige como un bastión de conocimiento crítico, desafiando interpretaciones hegemónicas y fomentando una mirada reflexiva y analítica de las Ciencias Sociales y Humanas (Medina; Páez, 2023, p.4). De hecho, en términos de sus actividades y acciones sustantivas, se destacan el sostenimiento de redes académicas que aglutina proyectos de investigación y actividades de extensión, en diferentes escalas de internacionalización, abordando la problemática fronteriza desde una multiplicidad de perspectivas disciplinares: Historia, Antropología, Arqueología, Comunicación Social, Ciencias Económicas, entre otras. Tienen como propósito fundamental transformar los discursos en acción, promoviendo la cooperación y gestión para el desarrollo regional, permitiendo la

convergencia de conocimientos en beneficio de las comunidades situadas en una territorialidad fronteriza, un espacio singular donde se conectan las ciencias, la(s) Historia(s) y las personas que habitan entre, a través y más allá de las fronteras y las disciplinas.

Además se destacan, el resguardo de parte del patrimonio provincial, con la preservación de Diarios de Sesiones de la Camara de Representantes de Misiones (1960 a 1980) y los intercambios interinstitucionales de documentación entre el Centro y el Honorable Concejo Deliberante de la Ciudad de Posadas que si bien son procesos de factura reciente, se constituyen en un antecedente que puede marcar un horizonte de posibilidades en pos de subsanar las dificultades en torno a la articulación entre instituciones, facilitando el acceso a documentos, en gran medida, con las siguientes acciones: a) Procesos de digitalización de la documentación que se encuentra en papel, y b) Creación de repositorios de acceso gratuito y abierto desde la Universidad Pública en los sitios web institucionales.

Por otro lado, entre las diferentes actividades que se realizan desde el CECyH se encuentran las producciones clásicas como artículos, libros, tesis, compilaciones y producciones audiovisuales. A una escala mucho menor, se gestiona documentación digital y física de diversa procedencia y temática, disponible y de fácil acceso en el espacio físico del Centro, ubicado en el centro de la ciudad de Posadas (Misiones, Argentina). Esta documentación es de especial interés para la comunidad científica y la sociedad, en términos de que representa un aporte significativo al resguardo de la memoria colectiva local-regional-fronteriza. En este sentido, las acciones de recuperación de fuentes y el trabajo sobre diferentes tipos de documentación, forman parte del oficio del investigador/a ya sea aquellos/as que se dediquen específicamente a la Historia, como también a la Etnografía de documentos, entre otros.

Reflexiones finales

Aprehender la realidad tan dinámica y contradictoria del ecosistema del Centro de Estudios Históricos y Culturales, a través de una concepción y práctica etnográfica, entendida desde su triple acepción de enfoque, método y texto (Guber, 2001) y puesta en relación con el enfoque guinzburgdiana y muzzopapiana; es un proceso fundamental, para el presente trabajo, porque en el ida y vuelta de los espejos negociados y disputados de la interacción en el devenir de nuestra acción en campo, nos aporta las herramientas necesarias para poder analizar desde la propia reflexividad antropológica, las relaciones sociales establecidas entre los sujetos que forman/formaron parte del Centro, en términos institucionales, académicos, afectivos y políticos. En ese sentido, parafraseando a Latour (2016) lo social no se explica por sí mismo, sino que es precisamente lo que debe ser explicado. Esta premisa, cobra particular relieve cuando nuestras investigaciones guarda relación con los sujetos que forman parte de la esfera académica a través de categorías como el poder y las relaciones que a partir de su ejercicio se desarrollan y cobran una investidura con particularismos propios.

De hecho, el archivo, tradicionalmente concebido como una fuente pasiva de información, se reveló como un objeto de estudio en detrimento de su trato como mera fuente. Es decir, desde una breve historización del Centro y luego de los entretelones de los archivos en zona de frontera, se fue develando una posibilidad, de importancia de darle valor a los archivos y de trabajarlo no como mero repositorio de datos, sino como agentes culturales activos en la construcción de narrativas y en la configuración de la realidad fronteriza. Puesto son poseedores de categorías nativas, propias de un tiempo histórico específico, que moldean nuestra comprensión del pasado y, por ende, influyen en nuestro presente.

El archivo, en su materialidad y organización, refleja las preocupaciones, los valores y las estructuras de poder de la época en que fue creado. Cada documento, cada clasificación, cada omisión, son testimonios de una determinada cosmovisión, que

puesto bajo análisis estos elementos permiten comprender las dinámicas sociales, políticas y culturales que dieron forma a un momento histórico particular. Pero el archivo no se limita a reflejar el pasado; también lo produce activamente. Al seleccionar, preservar y organizar ciertos documentos, y al descartar otros, el archivo construye una versión específica de la historia. Esta versión, a su vez, influye en la forma en que entendemos el pasado y en las narrativas que construimos sobre él. El archivo, por tanto, no es un objeto neutral, sino un actor clave en la construcción de la historia y en la configuración de nuestro mundo.

En definitiva, la ubicación del CEHyC en la Triple Frontera entre Argentina, Paraguay y Brasil refuerza la tensión entre narrativas oficiales y voces subalternas que emergen desde los márgenes. Su constitución, en el contexto de la dictadura militar (1976-1983), puede interpretarse como un acto de resistencia frente a las fuerzas que intentaban silenciar ciertas historias. En este sentido, el archivo, más que un repositorio de datos, es un agente cultural activo, donde se entrelazan la producción de saberes, relaciones de poder y configuraciones históricas. Al abordar los archivos desde la reflexividad etnográfica, reconocemos su papel en la construcción de nuevas formas de conocimiento, permitiendo visibilizar las voces silenciadas y cuestionar las narrativas hegemónicas que moldean nuestra comprensión del pasado y del presente.

Referencias

ARELLANO, Diana y OVIEDO, Norma (2017). Territorialidades vividas, dinámicas fronterizas en la región misionera**.** En: Dossier **Revista Intellector** [En Línea] V. 13, Nro. 26, Agosto 2017. Centro de Estudos em geopolítica & relacoes internacionais.

BOGDAN, Robert y TAYLOR, Steven J. (1994). **Introducción a los métodos cualitativos de investigación. Búsqueda de significados.** Buenos Aires: Paidós.

BRUGALETTA, Federico (2018). **Hilos Documentales** / Año 1, No 1, e008, diciembre 2018 | ISSN en trámite. Archivo Histórico de la Universidad Nacional de La Plata. Disponible en: https://revistas.unlp.edu.ar/HilosDocumentales.
CAIMARI, Lila (2020). El Momento Archivos. **Población & Sociedad** [En Línea], ISSN 1852-8562, Vol. 27 (2), pp. 222-233. DOI: http://dx.doi.org/10.19137/pys-2020-270210.
DELEUZE, Gilles (2015). **Foucault.** Buenos Aires: Paidós.
GOMES DA CUNHA, Olivia Maria (2004). **Tempo imperfeito. uma etnografia do arquivo.** Mana, Vol. 10, N°2. Documento electrónico: https://doi.org/10.1590/S0104-93132004000200003.
GUBER, Rosana (2001). **La etnografía, método, campo y reflexividad**. Bogotá: Grupo Editorial.
GUBER, Rosana y FERRERO, L. (Eds.) (2020). **Antropologías hechas en la Argentina** (Vol. I). Asociación Latinoamericana de Antropología.
JIMÉNEZ BECERRA, A. (2012). Carlo Ginzburg: reflexiones sobre el método indiciario**. Esfera**, 2(2), 21-28.
LATOUR, Bruno (1999). **La esperanza de Pandora: ensayos sobre la realidad de los estudios sobre la ciencia**. Barcelona: Gedisa.
LATOUR, Bruno (2016). Si nunca fuimos modernos, ¿qué nos pasó? En: **Cuadernos de Antropología Social**, Universidad de Buenos Aires [En Línea] Nro 43, Agosto 2016.
MEDINA, Ana Belén y PÁEZ, Carla Melisa (2023a). **Conectando los hilos del tiempo: un análisis antropológico del Centro de Estudios Históricos (FHyCS-UNaM)**. Ponencia presentada en III Encuentro Internacional de Etnografías Colaborativas y Comprometidas.
MEDINA, Ana Belén y PÁEZ, Carla Melisa (2023b). **El Centro de Estudios Históricos: Un entrecruzamiento entre poder y territorialidades fronterizas desde las investigaciones.** Ponencia presentada en Primer Seminario Internacional "Poder y Territorio". Universidad Autónoma de Tlaxcala y el Centro de Investigaciones Interdisciplinarias sobre Desarrollo Regional,

Universidad Nacional de Misiones, Colegio del Estado de Hidalgo y la Asociación Mexicana de Ciencia Política.
MEDINA, Ana Belén y PÁEZ, Carla Melisa (2024c). **Pensar de otro modo entre la cajanegrización y el poder: un análisis antropológico del Centro de Estudios Históricos (FHyCS-UNaM).** Memorias del VII Congreso ALA: ISBN: 978-9915-9643-2-4. Las antropologías hechas en América Latina y el Caribe en contextos urgentes: violencias, privilegios y desigualdades. Rosario, Argentina. 11-15 marzo 2024. Disponible en: https://alacongresos.net/.
MEDINA, Ana Belén. **Modos de hacer y concebir los archivos: una problemática histórica vista desde la antropología.** V Seminário (Des)fazando saberes na frontera: decolonizar o saber, o poder, o saber e o viver. 28, 29 y 30 de agosto de 2024. UNIPAMPA/RS-BRASIL (en prensa).
MUZZOPAPPA, E. y VILLALTA, C. El archivo como nativo: Reflexiones y estrategias para una exploración antropológica de archivos y documentos. **Etnografías Contemporáneas**, 8(15), 202-230. 2022
OVIEDO, Norma. **Fronteras, territorialidades y familias en la primera mitad del Siglo XX.** Tesis de doctorado. Posadas, Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales - Universidad Nacional de Misiones. 2020.
OVIEDO, Norma. Misiones en la región de frontera. Familias, territorialidades y redes sociales en el contexto inmigratorio de la primera mitad del siglo XX. En: BENEDETTI, Alejandro. **Fronteras más allá del borde**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Alejandro Gabriel Benedetti. 2023.
RODRÍGUEZ, L. G. Políticas educativas y culturales durante la última dictadura militar en Argentina (1976-1983). La frontera como problema. **Revista Mexicana de Investigación Educativa**, 15(47), 1251-1273. 2010
STOLER, Ann Laura. Archivos coloniales y el arte de gobernar**.** **Revista Colombiana de Antropología**, 46(2), 465-496. 2010 Instituto Colombiano de Antropología e Historia.

Archivos

CEH/C-FHyCS (1982). **Boletín Nº 1**, Año 1.
CEH/C-FHyCS (1983). **Boletín Nº 2**, Año 2.

SEÇÃO II:
ECONOMIA, TRABALHO E MOBILIDADE NAS FRONTEIRAS

Capítulo 6

O MERCADO DE TRABALHO NO PARAGUAI E NA FRONTEIRA: *MIGRACIONES, ECONOMÍA FRÁGIL Y RETROCESOS DEL EMPLEO*

Miriam Cristina Franco Mateu
Leandro Baller

Resumo
Os anos derradeiros do governo de Stroessner foram marcados por um conjunto de fatores internos e externos que levaram à interrupção do crescimento da economia paraguaia, apesar de o país ter registrado, entre os anos 1970 e 1980, uma significativa expansão dos setores financeiros, da construção civil e do comércio. Nesse período em particular, a economiaparaguaia ampliou seu mercado laboral, gerando significativos postos de trabalho assalariado. No final dos anos 1980, a economia paraguaia, fortemente baseada na agropecuária extensiva e na triangulação ou reexportação de produtos no mercado regional, estagnou seu crescimento econômico. O que inviabilizou o crescimento dos principais setores do país, provocando uma queda substancial na força produtiva e, consequentemente, na capacidade de geração de empregos, empurrando a massa de trabalhadores para a informalidade.

Introdução

A vulnerabilidade da informalidade perpassa a vida produtiva e social da população rural no Paraguai, grupo social em que os índices de alfabetização e pobreza atingem números expressivos quando comparados à população urbana, como vemos na fala de Francisca M., 45 anos, paraguaia, ensino fundamental, residente em Ponta Porã, diarista. Nos mostra, a partir de sua

trajetória pessoal, a dinâmica dos movimentos migratórios do rural ao urbano, no início dos anos 1990. A entrevistada morava em *"la campaña"*, em Paso Barreto, departamento de Concepción, com oito irmãos e os pais, e aos dezessete anos foi para Assunção trabalhar como *niñera* (babá). Contou-nos que o trabalho doméstico foi o caminho dela e de suas irmãs e era comum a prática de levar as jovens da área rural à capital para trabalharem como *niñeras* ou empregadas domésticas, vez que a pobreza impossibilitava a permanência no campo: "*siempre ellos vienen a buscar de la campaña para llevar y por eso era que yo me fui (...) antes solo de la campaña nomás lo llevaba para crear, cuidar de las criaturas, de empleada*" (Entrevista: Francisca M., Ponta Porã, 2020).

O fragmento da entrevista de Francisca M. demonstra as contradições no campo vivenciadas no Paraguai no processo de abertura econômica, em que a pobreza e a falta de perspectivas empurravam seus moradores às cidades, enquanto o país vivenciava um período de crescimento econômico concentrado na produção agrícola extensiva, beneficiando diretamente os médios e grandes produtores rurais, não raras vezes estrangeiros, sobretudo brasileiros. Particularmente, o modelo econômico baseado na produção e exportação agrícola dificultou a oferta de oportunidades de trabalho.

Há que destacar que as vulnerabilidades da população rural são agravadas pelas representações que alguns meios de comunicação e setores produtivos dominantes constroem e reiteram, entre a população em geral. Em *Concentración de tierras y producción en Paraguay - Análisis comparativo de los censos agropecuarios* de 1991 y 2008, Quintín Riquelme e Regina Kretschmer (2016) mostram as narrativas dos setores hegemônicos que atribuem a crise campesina à "cultura" e "mentalidade" desses trabalhadores, com sua falta de capacidade de trabalho, de disciplina laboral, resistência à incorporação de inovações tecnológicas no campo, em contraponto ao modelo do agronegócio, eficiente, moderno, eficaz,gerador de desenvolvimento ao país.

Os autores sustentam que a concentração de terras e o controle da produção agrícola por parte de grupos transnacionais, promoveram o deslocamento do campesinato e sua inviabilidade como setor socioeconômico. Ao se inserir no jogo do mercado livre e da competitividade, o Paraguai não ficou imune às implicações políticas-sociais dessa inserção e nesta relação o campesinato paraguaio foi, e ainda é, o elo fraco na disputa por maior produtividade e mercados consumidores. O *campesino* é relacionado ao atraso, à indolência, à ineficiência. Consideramos que esses discursos são permeados pelos interesses da classe hegemônica agrária e buscam neutralizar os debates sobre as desigualdades sociais existentes no cenário fundiário do Paraguai.

A conjuntura apresentada esboça o processo de *descampesinización*, em que as famílias campesinas perdem suas características socioculturais, como a perda de suas propriedades e a ruptura de redes sociais e simbólicas, o que provoca a desagregação do núcleo familiar campesino. Esse fenômeno marcha junto a outro igualmente impactante, a *desagrarización*, com a diminuição da contribuição das atividades agrícolas na geração de rendas das famílias, o movimento migratório e o envelhecimento da população rural. Os impactos destes movimentos foram imensos e permeados por conflitos. Segundo o PNUD (2010, p.86):

> Entre los Censo de 1991 y 2008 desaparecieron 17.572 fincas (5,7%), con mayor rapidez las menores de 1 ha (18,9% em superficie y 29,1% en cantidad); y las de 20 a menos de 50 ha (27,7 y 27,5% en superficie y número respectivamente). La cantidad de productores individuales decreció en 25.481 (8,4%). Como consecuencia de la caída del número de fincas y del total de superficie detentada por la AF, se redujo la cantidad de miembros residente en el hogar en 521.135 personas (32,6%).

Em *Informalidad y Pobreza en America Latina,* Guilhermo Rosenbluth (1994) contextualizou o Paraguai, no período final dos

anos 1980 e início de 1990, entre os países latino-americanos com menor nível de desenvolvimento e com forte influência do setor agrícola, o que implicou em oportunidades de empregos, qualidade das ocupações e qualificação da mão de obra inferiores aos países com desenvolvimento ancorados no capital financeiro e na industrialização, caso do Brasil e da Argentina. Para o autor:

> Las consecuencias fueron: una estructura productiva poco desarrollada, con débiles articulaciones intersectoriales, y como contrapartida, un elevado contingente de la fuerza de trabajo en trabajos asalariados temporales o actividades por cuenta propia de muy baja productividad. Esta modalidad económica condicionó el desarrollo social, limitando los espacios de participación popular y el alcance de las políticas sociales (Rosenbluth, 1994, p. 165-166).

Há assim uma estrutura produtiva limitada e limitante, que não permitiu a diversificação de atividades econômicas, fiando-se estreitamente no agronegócio, excluindo importantes atores sociais, como *campesinos* e indígenas, do processo produtivo do país. Dessa forma, a população rural pobre e alijada da terra não figurou como um setor ativo e organizado na disputa política do país, vinculando os que permaneceram no campo à informalidade rural[1]. Assim, "*la informalidaden el medio urbano ha resultado de la oferta de mano de obra, determinada por el crecimiento natural y las migraciones (…)*" (Rosenbluth, 1994, p. 168).

Essa análise é partilhada por Fernando Masi (2002), que aponta o aumento do número de trabalhadores no setor informal teria como origem a deterioração dos níveis de rendimentos na área rural, consequência da diminuição da produção de algodão entre

[1] Sobre a população ocupada em atividades informais nas áreas rurais, a *Encuesta de Hogares* 1997/98-2008, mostra que no ano de 1998 atingiu 94,9%, enquanto em 2008 alcançou 93,3%. Dados do Observatorio Laboral (2016) revelam que em 2005 somou 94,1%, enquanto em 2014 alcançou 88,6% do total de ocupados. Segundo o PNUD/2010: "casi la mitad de la población rural trabaja por cuenta propia, una cuarta parte en el sector privado como empleado u obrero y otra cuarta parte como familiar no remunerado" (2010, p. 20).

os campesinos, a falta de diversificação de cultivos para pequena e média produção e aumento da produção extensiva, ao mesmo tempo em que se ampliaram as atividades informais voltadas ao comércio de importação e reexportação de produtos, notadamente de produtos ilegais.

Esta conjuntura particular de importação e reexportação de produtos foi um importante aspecto da economia paraguaia no processo de abertura econômica, na década de 1990. Entre 1991 e 2000 as reexportações superaram as exportações no Paraguai, daí a importância da triangulação comercial no sistema produtivo do país, principalmente em relação ao Brasil[2]. Ao mesmo tempo em que foi um importante elemento na economia nacional nos anos 1990, a triangulação comercial movimentou as fronteiras nacionais com o Brasil e a Argentina, não necessariamente pelos caminhos da formalidade, com a crescente comercialização de produtos ilegais e intensa mobilização de trabalhadores informais na fronteira entres esses países.

Esse movimento é apontado por Rosana Pinheiro Machado (2009) ao analisar a rota transnacional de circuitos informais, seguindo uma cadeia produtiva do começo ao fim, situando a rota China-Paraguai-Brasil. O *boom* da economia chinesa ocorreu a partir dos anos de 1980, materializado na produção de pequenas mercadorias *made in China*, notadamente o mercado de bugigangas e falsificações, com amplas repercussões no circuito econômico do Paraguai. Para a autora:

> Quando trato de informalidade na rota China-Paraguai-Brasil, estou fazendo referência a uma cadeia comercial específica, conectada por redes sociais, que gira em torno de mercadorias singulares e envolvendo níveis de contrabando. Nesse circuito, no qual estão

[2] Verónica Serafini (2008) considera que a triangulação comercial no Paraguai foi favorecida pela proximidade geográfica com o Brasil e a Argentina, principalmente da cidade de *Ciudad del Este* e, ainda, os baixos custos da entrada e saída de produtos, incentivos fiscais e facilidades para instalação de lojas, assim como os câmbios vantajosos.

> produtores de um lado e sacoleiros de outro, é perpassado um sistema em que a informalidade é preponderante devido aos próprios mecanismos ilegais que ele necessita envolver. Em outras palavras,a informalidade e a transnacionalização são da natureza desse mercado, que prima pela larga-escala de produção, exportação e distribuição graças à valorização da quantidade e, sobretudo, do preço baixo (Pinheiro Machado, 2009, p. 120).

Estendemos a análise ao Paraguai, lócus especial da venda de mercadorias *made in China* pelos paraguaios há décadas. É comum nas ruas das cidades paraguaias a comercialização dos produtos chineses, em destaque as cidades que fazem fronteira com o Brasil, a exemplo *Ciudad del Este, Salto del Guairá* e *Pedro Juan Caballero*. A proximidade espacial transformou a região em palco de intensas trocas comerciais, nem sempre inseridas nos trâmites legais, o que faz do contrabando e do descaminho questões problemáticas às autoridades brasileiras. A autora aponta a complexidade envolta nos conceitos de (in)formal, (i)legal e (i)lícito no sistema econômico dos países evolvidos, em especial no Paraguai, em que a linha de ilegal/legal é tênue e porosa, vez que muitas autoridades paraguaias "deixam passar" as mercadorias, pois há a percepção de que essa modalidade de comércio é vital para o país[3].

Alejandro Grimson (2000) ressalta como nas fronteiras a tensão entre legalidade e ilegalidade é parte constitutiva do cotidiano da população. As transações comerciais são abordadas de forma distintas pelo Estado e por quem vive no local. O que o

[3] Sobre esse tema, na tese História de Trabalhadores e do Trabalho na fronteira Brasil - Paraguai (1960-2015), a autora Cíntia Fiorotti (2015) analisou as relações entre o processo e assimilação sobre o significado de fronteira, acriminalização das práticas sociais e organização dos trabalhadores na região de *Salto del Guairá* (Paraguai), Guaíra (Paraná) e Mundo Novo (MS), enfatizando as experiências de vendedores e atravessadores de mercadorias, problematizando os tipos de trabalhos que transitam entre o informal/formal e/ou legal/ilegal, nessa região fronteiriça. Em outra frente, mas também observando a fronteira e a informalidade, temos o trabalho de Luiz Felipe Rodrigues (2019), "*Alho, patrona*?": cartografias da tríplice fronteira Argentina-Brasil-Paraguay entre gentes ambulantes.

Estado considera como contrabando, o popular entende como atividade normal. Assim, constroem-se redes de vendedores ambulantes, atravessadores, passadores, laranjas, que driblam os controles governamentais e contam com a leniência de funcionários públicos com interesses numa fronteira flexível.

A inviabilidade dos pequenos proprietários de terras acentuou a migração interna em direção aos núcleos urbanos nos idos dos anos 1990, que sem a devida estrutura habitacional, saneamento básico, sistema educacional e acesso aos empregos, provocou o aumento desordenado das periferias e das condições insalubres de seus habitantes, configurando o que Sebástian Bruno (2017) denominou *cordones de marginalidad* na periferia dos núcleos urbanos do Paraguai.

Essa nova configuração espacial, com novas modalidades laborais, levou Daniel Mendonça (2007) a esboçar um panorama das condições socioeconômicas do grupo populacional mais pobre do Paraguai, que se distinguia por ser composto por elevado número de membros familiares, elevado número de mulheres como chefes de família, baixo nível de escolaridade e aprendizagem e elevado número de semianalfabetos. Partilhavam, ainda, a falta de acesso aos serviços básicos de saneamento, educação, saúde, moradia e não menos adverso, vivenciavam elevados níveis de desemprego e subemprego tanto na área rural quanto na urbana.

O movimento de migração rural-urbano implicou em maior pressão sobre a oferta por postos de trabalho nas cidades paraguaias, em uma conjuntura de fraco crescimento dos setores econômicos do país, o que deslocou os trabalhadores às relações de trabalho precarizadas, ao subemprego, à informalidade, modalidades de trabalhos possíveis e, para alguns, único meio de sobrevivência nas regiões mais empobrecidas das cidades. O conjunto destas condições socioeconômicas nos ajuda a compreender a extensão de trabalhadoras e trabalhadores paraguaios em ocupações informais no país.

Paraguai e o mercado de trabalho: informalidade e precarização

As abordagens revelam a polissemia envolta na conceituação sobre a informalidade. Anita Kon (2004) observa que as linhas teóricas conceituais sobre a economia informal apontam que esta é uma noção cujas fronteiras sociais e econômicas estão em constante movimento, sendo impraticável uma definição precisa e mensurável. Alguns observam a informalidade como uma estratégia de sobrevivência, sendo decorrência da insuficiência da economia em oferecer empregos à mão de obra disponível no mercado de trabalho. Outro enfoque analisa a informalidade a partir das atividades não legalizadas, que não cumprem as regulamentações, a legislação laboral, tributária, fiscal, comumente denominadas como economias subterrâneas, invisíveis, marginais.

Outros apontam que as modificações ocorridas no mercado de trabalho nas últimas décadas são mudanças provenientes da própria reestruturação do capital, em que o trabalho assume uma nova morfologia, sendo a informalidade uma alternativa de trabalho, gerador de ocupação e renda a parte significativa da população de alguns países, denominada por muitos como nova informalidade.

No contexto da atual fase de produção capitalista, novas formas de produção conduziram a novas relações de trabalho e ao surgimento de tendências como adesregulamentação dos direitos sociais, a precarização das condições de trabalho, o desempregoe o crescimento da presença feminina no espaço laboral. A forma como o emprego era compreendido foi deslocada, rompendo-se com a proteção social que amparara os trabalhadores desde o final da Segunda Guerra, acenando aos trabalhadores com atividades laborais atípicas, flexibilizadas, não regulamentadas. Nesse sentido, Giovanni Alves (2007) observa que o processo de precarização do trabalho possui um sentido de perda de direitos acumulados, pelas mais diversas categorias de trabalhadores assalariados. A precarização atinge os trabalhadorese seus direitos, em um contexto de flexibilização do trabalho.

É o que vemos em "*Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?"*, no qual Ricardo Antunes (2011) esboça uma *fenomenologia* aos modos de ser da informalidade, apontando uma acentuada ampliação de trabalhadores submetidos a contratos temporários, sem estabilidade, sem registro formal, trabalhando dentro ou fora das empresas, sendo o desemprego uma ameaça constante à vida laboral precarizada desses trabalhadores urbanos e rurais. O autor destaca distintos grupos inseridos nesse *modo de ser da informalidade*: os trabalhadores informais tradicionais, os trabalhadores informais assalariados sem registro e trabalhadores informais por conta própria.

Os trabalhadores informais assalariados sem registro compõem o contingente à margem da legislação trabalhista, uma vez que perderam os vínculos contratuais que caracterizam o trabalhador *registrado,* passando da condição de assalariado com contrato para assalariado sem contrato, alijando-se da proteção legal e dos direitos pertinentes à categoria. Para Antunes (2011), essa condição expande-se no mundo do trabalho devido à racionalidade do capital, que impele as empresas à intensa flexibilização do *"trabalho, da jornada e da remuneração, o que aumenta a responsabilização e as competências, criando e recriando novasrelações e formas de trabalho que com frequência assumem feição informal"* (Antunes, 2011, p. 410).

Os trabalhadores informais por conta própria, por sua vez, contam com sua própria força de trabalho ou de familiares e podem, por vezes, subcontratar força de trabalho assalariada. Essa relação vislumbra-se na propagação de pequenos negócios vinculados às grandes empresas, nas áreas de produção, comércio e prestação de serviços, em que os pequenos proprietários informais operam em áreas que não atraem investimentos, atendendo às demandas específicas das grandes empresas. Essa estratégia de funcionamento dos pequenos negócios ocorre devido à impossibilidade de concorrerem com as grandes empresas capitalistas (Alves e Tavares, 2006).

No esforço em compreender a informalidade, Maria Cacciamali (2000) propõe, no início dos anos 2000, o referencial teórico Processo de Informalidade[4] em que investiga a informalidade considerando os vários processos em andamento que tangenciam a estrutura produtiva, o mercado de trabalho e a informalidade. Na abordagem da autora, as atividades informais estão inseridas de forma dinâmica na estrutura produtiva, não cabendo à informalidade a pecha de marginal à produção capitalista. O argumento da autora assinala que os processos de reestruturação produtiva, a internacionalização e expansão dos mercados financeiros, a maior abertura comercial das economias e a desregulamentação dos mercados, criam um ambiente de incertezas nos negócios, o que impacta diretamente o crescimento econômico e de emprego nos países, atingindo de formas distintas o mercado de trabalho, redefinindo as relações de trabalho. Pondera, ainda, que a *"reorganização do trabalho orienta- se para o uso flexível – jornada de trabalho, remuneração e função – e intenso do trabalho em escala global; com isto criam-se, recriam-se e ampliam-se relações e formas de trabalho díspares"* (Cacciamali, 2000, p. 160).

[4] Sobre o Processo de Informalidade, a autora afirma: "é conceituado como o processo de mudanças institucionaisque deriva das transformações estruturais na produção e no emprego, que são impulsionadas pela liberalização docomércio, pela maior integração das economias à economia mundial e pela revolução tecnológica em andamento.Na dimensão do mercado de trabalho, o processo de informalidade se revela por meio da destruição, adaptação e redefinição de um conjunto de instituições, normas e regras – estabelecidas juridicamente ou por meio de práticas consuetudinárias, envolvendo os seguintes aspectos: as relações entre as empresas para organizar a produção e sua distribuição; os processos de produção e de trabalho; as formas de inserção de trabalho; as relações de trabalho; eos conteúdos das ocupações. Essas alterações se mostram por meio de um duplo efeito. De um lado, são os processos de corrosão de determinadas práticas ou instituições que se tornam inadequadas pela perda de sua eficácia e/ou de sua legitimidade política ou por envolver custos diretos ou indiretos elevados. Por outro lado, constituem os processos que definem ou adaptam normas, práticas, procedimentos e instituições às necessidades e interesses da sociedade contemporânea" (Cacciamali, 2000, p. 11).

Estas disparidades são observadas nas novas formas de relações de trabalho e de ocupações laborais, como a contratação ilegal de trabalhadores sem registro em carteira, os contratos flexibilizados de trabalho, o trabalho em domicílio, os autônomos sem inscrição na previdência social, o comércio ambulante e de rua, exemplos da heterogeneidade que caracteriza a economia informal. Desta forma, a informalidade envolve trabalhadores cuja condição tende a ser mais precarizada em razão de estarem em atividades laborais em desacordoà legislação e apartados da proteção social, condição das trabalhadoras que participam desta pesquisa, pois, das doze mulheres entrevistadas, somente uma trabalhadora brasileira contribuía facultativamente à Previdência Social[5].

Exemplificamos as condições de precarização do trabalho com a trajetória laboral de Gladis B., 50 anos, paraguaia, ensino fundamental, residente em Pedro Juan Caballero, vendedora de cosméticos e roupas, que nos disse "*nunca tuve para mi IPS*" (Entrevista: Gladis B., *Pedro Juan Caballero*, 2019). A entrevistada trabalha desde os 14 anos e nunca teve registro no Instituto de Prevision Social (IPS)[6], instituição responsável pela cobertura do seguro social aos trabalhadores paraguaios, mesmo tendo trabalhado mais de 15 anos em uma loja de médio porte, na cidade de *Pedro Juan Caballero*.

Há um maior reconhecimento atual de que a economia informal está interligada à economia formal, contribuindo fortemente à estrutura econômica dos países, notadamente os latino americanos, gerando renda à considerável parcela da

[5] A Ley nº 4933/2013 - Autoriza la incorporación voluntaria de trabajadores independientes, empleadores, amasde casa y trabajadores domesticos al seguro social - fondo de jubilaciones y pensiones del Instituto de Prevision Social (IPS), garante a incorporação voluntária ao IPS de trabalhadores autônomos, empregadores, donas de casae trabalhadores domésticos.

[66] O Instituto de Previsión Social (IPS) foi criado pelo Decreto-ley nº17071/1943 – Por el cual se crea el Institutode Previsión Social e é a instituição encarregada de administrar o Seguro Social no Paraguai, equivalendo ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no Brasil.

população dos países, apesar de ter como condição intrínseca a não regulação pelo Estado. Este elo reforça o interesse pelo tema, endossado pelo reconhecimento dos vínculos entre informalidade e crescimento econômico e, ainda, os vínculos entre informalidade, pobreza e desigualdade. O apoio aos trabalhadores informais mais vulneráveis é vital para a redução da pobreza e das desigualdades.

Particularmente, no contexto da América Latina, o crescimento de empregos não regulamentados e o aumento das taxas de desemprego oferecem uma conjuntura propícia à expansão da informalidade. A maioria das ocupações geradas nas duas últimas décadas do século XX encontravam-se na informalidade, atrelando o trabalhador em atividades com baixa produtividade, empregos instáveis e com baixos rendimentos, atingindo diretamente a qualidade do trabalho. O parco crescimento dos empregos formais não permitiu a melhora na ocupação laboral de grupos específicos, como os de jovens e de mulheres, segmentos em que as taxas de desemprego se mantiveram em ascensão no período pesquisado. Particularmente entre as mulheres, a dificuldade em ascender a postos de trabalhos formais implicou na absorção dessa mão de obra em subempregos ou na informalidade.

O agravamento da pobreza estrutural, da desigualdade e da exclusão na América Latina, estimula as ocupações precarizadas, o que permite compreender os elevados números de trabalhadores informais no continente, como no caso do Paraguai, onde de cada dez trabalhadores, seis estão em condições de informalidade (*Ocupación Informal*, 2018). O trabalho precário escora-se no aumento dos números do desemprego e subemprego nas últimas décadas e se manifesta em diversas configurações como trabalhadores permanentes sem contrato, permanentes com contrato, mas sem a proteção social e legal, prestação de serviços domésticos permanentes ou não permanentes, trabalhadores por conta própria que ganham menos de um salário mínimo, panorama observado por Masi (2002, p.4): *el empleo informal en América Latina se encuentra más*

asociado al concepto de empleo precário entendiéndose este como aquel donde prima la incertidumbre, la inseguridad y los bajos ingresos.

Dessa forma, a informalidade é perpassada por relações de trabalho tangenciadas pelas incertezas e descontinuidades. Comumente, as condições de trabalho insalubres e inseguras, os baixos níveis de qualificação e de produtividade, os baixos rendimentos, as extensas jornadas de trabalho, a falta de acesso à informação e à tecnologia, além dasdificuldades para a obtenção de financiamento e para uma inserção legal no mercado, atam o trabalhador informal a uma condição que Luiz Paulo de Oliveira (2005, p.169) definiu como *"o provisório que se tornou permanente e o permanente que é vivido sob o signo do provisório"*. Apesar das situações de vulnerabilidades e incertezas que abrangem a informalidade, vimos ao longo da pesquisa, a importância da economia informal na geração de renda para as trabalhadoras entrevistadas, significando para muitas a única renda familiar.

Informalidade e a dimensão social no Paraguai

No Paraguai, a informalidade abrange um importante segmento da economia, como vemos nos dados do ano de 2012, em que 65,7% da População Economicamente Ativa (PEA) do país ocupavam atividades informais (*Ocupación Informal*, 2018). As atividades informais trazem implicações negativas no âmbito socioeconômico do país, privando os envolvidos nessa modalidade de trabalho do amparo legal e social pertinentes aos trabalhadores formalizados, excluindo-os do sistema de previdência social. Particularmente, as trabalhadoras informais que participaram desta pesquisa, pontuaram essa situação como a mais problemática, pois transitam em condições de instabilidade e insegurança, sendo a "preocupação com o futuro" expressão comum em suas falas.

Pensando sobre a afirmação de Rosenbluth (1994, p.160), que "*el nivel de desarrollo, la modalidad económica y la dinámica económica son factores que condicionan la situación del empleo y, por lo tanto, inciden en la magnitud y condiciones de vida del sector informal*", notamos o

porquê no Paraguai a noção clássica de informalidade como expressão do baixo dinamismo econômico, de baixa escala, ainda encontra espaço.

Nesse sentido, analisar a conjuntura econômica-política nacional parece-nos apropriado para apreendermos o fenômeno da informalidade no país, destacando como a correlação entre o nível de desenvolvimento econômico e a dinâmica produtiva atuam como geradores de empregos de um país. O gráfico do ciclo econômico do Paraguai destacado por Dionísio Borda (2007) nos mostra os períodos de maior crescimento e crises de estagnação que atingiram o país, ao longo de três décadas.

Figura 1 – Ciclo econômico e político do Paraguai (1974-2004)



Fonte: Borda (2007, p.12).

Vemos que o período de 1973 a 1981 caracterizou-se por um forte incremento econômico do país, notadamente pela construção da Hidrelétrica de Itaipu Binacional e a expansão da fronteira agrícola na porção leste do país. Um segundo momento, de 1982 a 1988, foi marcado por uma crise econômica e política, o que explica, em parte, a deterioração do governo de Stroessner, que mantivera as lealdades políticas atreladas ao crescimento econômico do país, principalmente nos anos de maior fausto com a construção da Hidrelétricade Itaipu Binacional e toda a estrutura envolvida no empreendimento.

No período de 1989 a 1998 temos os anos pós-ditadura e o avanço do processo de democratização no país, iniciado sob uma leve recuperação econômica. Novas diretrizes na política econômica e institucional sinalizaram para uma maior abertura econômica. Os impostos foram simplificados e novas leis no âmbito da política econômica foram criadas com o intuito de promover maior abertura de mercado e a livre concorrência no país. Os anos entre 1999 a 2003 foram marcadas por uma forte estagnação econômica e crises políticas, que dificultaram a governabilidade do país. A queda dos preços no mercado internacional da soja e do algodão, principais *commodities* exportadas pelo Paraguai, atingiram o agronegócio nacional, setor primordial para a economia paraguaia, provocando uma forte retração econômica no país. Isto evidencia como as reformas macroeconômicas realizadas nos anos 1990 não se traduziram em aceleração do crescimento, mas criaram condições para uma gestão aprimorada das políticas macroeconômicas e a introdução de elementos essenciais ao modelo de desenvolvimento do país, entre as quais reformas estruturais na área fiscal, nas finanças públicas e na legislação laboral[7]. Observamos como as políticas econômicas relacionadas à economia de mercado deveriam atrelar-se às políticas de Estado, com vistas a organizar a economia interna, planejando e antecipando as implicações sociais decorrentes das mudanças na organização econômica do país.

E isso nos leva a outro ponto. A instabilidade política como fator de desagregação de políticas públicas a longo prazo, inviabilizando programas que atendessem às demandas sociais mais pertinentes à época, como o acesso a empregos formalizados. O predomínio do Partido Colorado na estrutura governamental e a inabilidade dos partidos de oposição em se articular em prol de um projeto para além do *coloradismo*, aliadas às constantes desconfianças sobre a legitimidade das eleições nacionais e regionais, contribuíram para as sucessivas crises de

[7] Em 1993 foi promulgada a *Ley nº* 213/93 *Que establece el Codigo del Trabajo.*

governabilidade no país. Fernando Masi (2002) destaca que as mudanças no mercado de trabalho não foram acompanhadas de reformas estruturais, tampouco de um processo de modernização do setor industrial, que repercutiriam em crescimento econômico e melhoria nascondições de empregos e empregabilidade do país.

Dessa forma, a migração rural-urbana incidiu na acentuada informalização das relações de trabalho no país, enfatizando uma relação estreita entre migrações e a expansão da informalidade, questão já apontada anteriormente. As taxas de informalidade da economia paraguaia, em parte, são explicadas pela baixa diversificação da produção, pautada em uma monocultura de produção e exportação.

Após o período de estagnação econômica nas décadas de 1980 e 1990, o PIB nacional recuperou-se a partir do ano de 2003, com moderado crescimento. Somente no ano de 2010 o Paraguai registrou um crescimento econômico de 11% e este crescimento vertiginoso ocorreu graças ao ano agrícola favorável, que permitiu duplicar a produção de soja e elevar a produção de outras *commodities*, como trigo, milho, cana de açúcar, carne bovina e, ainda, a expansão do setor de construção civil.

No ano de 2012 o crescimento da economia sofreu novo revés, devido à forte contração do setor agrícola, o que demonstra a dependência econômica do país em um setor específico, o agropecuário. Percebemos como as flutuações econômicas diminuem a previsibilidade, afetando as atividades econômicas do país e diminuindo a capacidade do mercado em gerar empregos regulamentados/formalizados, o que nos mostra os riscos no ajustamento da economia em um único setor produtivo. Para Masi e Borda (2002, p.214):

> La incapacidad del sector público para adecuarse al nuevo rol requerido porla liberalización económica, la integración regional y el régimen democrático, es la mayor responsable del largo estancamiento económico y de las recurrentes recesiones de los últimos años.

Considerando o exposto, abrir-se à economia de mercado não significa abrir mão de planejamentos, tampouco em ausência de políticas públicas que antecipem as mudanças e as repercussões sociais adversas. A falta de planejamento na área econômica e social, associada à escassa coordenação de políticas públicas, dificultou o crescimento econômico do país, o que se constata ao observarmos a história recente do Paraguai, onde os altos níveis de pobreza e má distribuição de renda seguem acentuando as desigualdades sociais. Dados da *Encuesta de Hogares*/1999 (DGEEC) apontaram que no final dos anos 1990, 10% da população paraguaia com maior rendimento concentrava 40% da renda total do país, enquanto 40% da população com menor renda concentrava 10% do total, o que demonstra uma forte concentração de renda.

Ao analisarmos o coeficiente de Gini[8] vemos a evolução do grau de equidade na distribuição de renda no país. O coeficiente de Gini passou de 0,542, em 1997/98, a 0,482 no ano de 2016, uma redução de 11% na desigualdade de renda. Notadamente, os índices de desigualdade de renda na população rural são maiores que os índices urbanos, não apresentandoconsiderável diminuição nas últimas duas décadas, o que nos remete ao quadro de conflitos sociais e migrações na área rural, como apresentado anteriormente. Os números na área urbana revelam como a concentração de renda implica nos índices de pobreza do país.

Em 1997/1998, 40,55 % da população nacional encontrava-se na pobreza, sendo 12% na pobreza extrema. Nos anos posteriores as taxas mantiveram-se altas, atingindo no anode 2002 notáveis 57,72% da população no nível de pobreza, com 16,21% em pobreza extrema. Somente a partir do ano de 2010 os números saem da casa dos 40%, em visível desaceleração dos níveis de pobreza (Indicadores de Pobreza 1997/98-2020/DGEEC). Aqui queremos

[8] O Coeficiente de Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda entre a população, apontando a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Seus valores variam entre 0 e 1. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um está no extremo oposto, assim, quanto mais próximo a um, maior a desigualdade no país.

salientar os dados referentes ao urbano e ao rural, para termos um quadro geral do país. Quando analisados os dados sobre pobreza, os percentuais rurais se sobressaem consideravelmente, o que implica nos altos números de informalidade no campo, 74% no ano de 2017 (*Ocupación Informal*, 2018).

Quando considerados os indicadores como educação, saúde e acesso ao saneamento básico vemos o avanço contínuo dos percentuais da população de ambos os grupos ao passarem a usufruir destes serviços nas últimas duas décadas. O que chama atenção nos números são as disparidades entre o rural e o urbano na área da Educação. Em 2010, 3,3% da população urbana com mais de 15 anos de idade era analfabeta, contra 9,9% da população rural, na mesma faixaetária (*Condiciones de Vida* 2009-2018/DGEEC). Os números apontam uma considerável queda dos percentuais do analfabetismo no campo nos últimos vinte anos, mas que não encobrem as acentuadas desigualdades entre o rural e o urbano[9]. E essas desigualdades foram apreendidas nas falas de nossas entrevistadas, como no relato de Francisca M., diarista:

[9] A abordagem sobre políticas sociais passou a ser tratada como questão de Estado há menos de duas décadas, quando começaram a ser implementadas as primeiras políticas públicas como fomento para melhorias nas condições sociais da população paraguaia, como os programas Tekoporã, Tekoha, Tenonderã. Os três programas sociais são implementados pelo Ministerio de Desarrollo Social abarcando a população em situação de pobreza e vulnerabilidade. O programa Tekoporã, implementado em 2005, tem como objetivo principal melhorar a qualidade de vida da população participante, visando garantir os direitos à alimentação, saúde e educação, mediante o uso deserviços básicos e o fortalecimento das redes sociais, com o intuito de romper a transmissão intergeracional da pobreza. Tekoha é um conjunto de ações jurídicas, urbanísticas, meio ambientais e sociais com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Visa apoiar o desenvolvimento humano dos núcleos populacionais urbanos e suburbanos do país. Tenonderã é um programa deapoio à promoção e inclusão socioeconômica através de estratégias para o aumento de ativos produtivos, que contribuíssem ao desenvolvimento das famílias participantes do programa Tekoporã. Fonte: Ministerio de Desarrollo Social.

> *Porque éramos pobres y nosotros vivíamos en la campaña y nuestros padres no procuraban para hacer estudiar y me quedé a este grado. Pero estoy logrando salir adelante con mis hijos haciendo estudiar a ellos para que no pasen mal lo que yo pasé. Porque sin estudios hoy en día ya no se puede más trabajar, tiene que tener tu estudio.* (Entrevista: Francisca M., Ponta Porã, 2020).

Ao longo de sua fala, em vários momentos, pontuou como a falta de escolaridade limitou suas possibilidades de um trabalho formalizado, sendo um escritório com ar condicionado e cadeira com rodinhas o espaço idealizado por Francisca como trabalho com qualidade e dignidade. No encerramento da entrevista, já com o aparelho de gravação desligado, falou uma frase em guarani que costuma repetir aos filhos, "*Anike cheicha peiko emopotĩ piso ajeno. Peẽ peguapy'ara oficinape, silla ruedape*."[10] (Entrevista: Francisca M., Ponta Porã, 2020). Esse fragmento expressa não só a precarização das relações de trabalho, mas nos mostra como a pouca escolaridade ecoa nas relações laborais e na reprodução das condições de pobreza.

Um importante indicador de pobreza estrutural no Paraguai são as *Necesidades Básicas Insatisfechas* (NBI)[11]. No início da transição democrática, 76,9 % dos domicílios paraguaios tinham ao menos uma NBI registrada, sendo as NBI que mais afetavam os domicílios paraguaios as necessidades relacionadas à qualidade de moradia e à infraestrutura sanitária. Entre os anos 1992 e 2012 os índices de ambas necessidades avançaram, assim como o acesso à educação, o

[10] Traduz-se por: "Não sejam como eu limpando o chão dos outros, vocês devem sentar em um escritório, com cadeira de rodinhas".

[11] *Necesidades Básicas Insatisfechas* – considera-se o conjunto de necessidades consideradas básicas, seus indicadores e níveis mínimos, determinando o nível de insatisfação de cada indicador. Os domicílios ou pessoas se definem como pobres ou não pobres de acordo com o acesso ou não aos níveis mínimos de satisfação. São indicadores: *Calidad de la Vivienda, Infraestructura Sanitaria, Acceso a la Educación, Capacidad de Subsistencia.* Outro método utilizado é denominado Línea de Pobreza, que considera os rendimentos das famíliasparaguaias em relação aos custos da cesta básica de consumo.

que implicou na melhora dos índices de IDH. Porém, a estagnação da NBI referente à capacidade de subsistência manteve-se inalterada, somando 15% da população total em 1992, 14,2 % em 2002 e 14,9% em 2012, apontando a vulnerabilidade das famílias paraguaias, notadamente os lares da área rural (Serafini**,** 2020).

Dados do Índice de Desenvolvimento Humano do Paraguai das décadas de 1970 até os anos 2000 apontam avanços provocados pelo crescimento da expectativa de vida, do nível de escolaridade e da renda *per capita* nacional, mas que não evitam que o país tenha um dos menores IDH da América do Sul[12]. Para Horacio Santander (2017, p.1), "*Paraguay ha experimentado en los últimos 17 años un crecimiento promedio anual del 3,6%, con un incremento del PIB per cápita real del 42% presentando importantes reducciones de la incidencia de la pobreza extrema – de 11,5% en el 2000 a 5,4% en el 2015*".

Ainda que nos últimos anos o país tenha melhorado seu desempenho econômico, os níveis de desigualdades seguem elevados, a pobreza afetando grande parcela da população, sendo o desemprego, o subemprego e a pobreza elementos estreitamente relacionados às desigualdades sociais e porta de entrada às ocupações informais no Paraguai[13]. Às vésperas do final do regime de Stroessner, o desemprego aberto era de 5,4%, enquanto o subemprego aproximava-se dos 19% (Birch, 2011, p. 274). Passadas duas décadas, em 2009, o subemprego representava 8,1%, enquanto

[12] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mede o grau de desenvolvimento de um país a partir de três dimensões: renda, educação e saúde. A criação do IDH foi um contraponto a outro indicador, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O IDH é uma referência numérica que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo ao 1 melhor o desenvolvimento humano do país, enquanto que próximo ao 0 pior o desenvolvimento humano. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2015 (ONU), o Paraguai ocupou o 112º lugar, entre 188 países, com IDH de 0,679, o que o classificava como país de Médio Desenvolvimento Humano.

[13] Segundo a *Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos* (DGEEC), o subemprego inclui pessoas quetrabalham menos de 30 horas semanais, desejam trabalhar mais horas e tem disponibilidade para tal. O desemprego aberto inclui pessoas que se encontram sem trabalho e buscam por uma ocupação.

o desemprego aberto alcançava 6,4% (Indicadores de Empleos 1997-2016/DGEEC). Nesse cenário de altas taxas de desemprego e subemprego, que marcaramos anos 1990 e primeira metade dos anos 2000, a informalidade foi uma modalidade viável detrabalho no país.

Quadro 1 – Ocupações informais – 1998 e 2008

Indicador	**1998**	**2008**
PEA	1.192.576	1.738.486
Ocupado	1.112.536	1.615.389
Emprego Informal (EI)	918.338	1.245.820
EI/Ocupados	82,54%	77,12%
EI/PEA	77,00%	71,66%

Fonte: *Encuesta de Hogares* 1997/1999-2008 (DGEEC)

Vemos no quadro o número de ocupados em trabalhos informais atingir 82,5% no ano de 1998 e 77,1% no ano de 2008. Os números também são expressivos no conjunto da PEA, alcançando 77%, em 1998, e 71%, em 2008. Da análise dos dados constata-se que as taxas de informalidade no Paraguai, ao longo dos anos 1990 e 2000, mantiveram-se em patamares elevados, em que pelo menos 7 de cada 10 trabalhadores, acima dos quinze anos, em ocupações não relacionadas à agricultura, trabalhavam em ocupações informais.

Para compreendermos a informalidade no Paraguai seguiremos a definição empregada pela *Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos* (DGEEC)[14], que definiu seus

[14] A Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos (DGEEC) define ocupação informal seguindo as recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e inclui: **1**. *Empleados y obreros públicos: que no aportan al Sistema de Jubilación o pensión;* **2**. *Empleados u obreros privados: que no aportan al Sistema de Jubilación o pensión, independiente de la situación de la empresa donde trabaja;* **3**. *Patrones o Empleadores: cuya empresa no está inscripta en el Registro Único de Contribuyentes (RUC) del Ministerio de Hacienda;* **4**. *Trabajadores por cuenta propia: cuya empresa no está inscripta en el Registro Único de Contribuyentes (RUC) del Ministerio de Hacienda;* **5**. *Trabajadores familiares no remunerados: independientemente de que la empresadonde*

critérios em consonância com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), adaptando-os às conjunturas do mercado de trabalho e a legislação vigente no país. De forma sucinta, "*los empleos o trabajadores informales son aquellos que no aportan a un sistema de seguridad de jubilación o pensión, aún cuando quisieran hacerlo*"[15] (González, 2010, p. 3).

Dessa forma, adotou-se a definição de informalidade desde a perspectiva do emprego e do trabalhador, considerando se o local de trabalho está registrado nos órgãos institucionais que garantem a proteção social e trabalhista ao trabalhador, resguardando os empregos sob os marcos regulatórios e legais, a exemplo, registrar os trabalhadores ao programa de aposentadoria e pensões do Paraguai[16]. As empresas informais no Paraguai caracterizam-se por não estarem cadastradas no *Registro Único de Contribuyentes* (RUC), vinculado ao *Ministerio de Hacienda*, tampouco no *Ministerio de Trabajo de Justicia y Trabajo* e no *Instituto de Previsión Social*, sendo este a instituição responsável pela cobertura do seguro social aos trabalhadores paraguaios. Ao não se formalizarem, as empresas ficam à margem do controle institucional que garante aos trabalhadores o cumprimento da legislação laboral.

Perante as complexidades da informalidade no país, a *Dirección General deEstadísticas, Encuestas y Censos* (DGEEC), com o

---

trabaja tenga o no RUC; ***6****. Empleados domésticos: que no aportan al sistema de jubilación (Ocupación Informal, DGEEC, 2018). Nas estimativas sobre o trabalho informal não estão incluídas as atividades agropecuárias, seguindo recomendação da OIT, que assinala: "La recopilación de datos de la actividad agrícola constituye un desafío operativo y conceptual ya que aquello que funciona bien o que se comprende y comunica bien por medio de preguntas en una encuesta aplicada en zonas urbanas, no necesariamente funciona en las zonas rurales que no pueden describirse fácilmente mediante definiciones y categorías estándares" (Ocupación Informal, 2018)*

[15] *Jubilación* equivale ao benefício da aposentadoria no Brasil.

[16] O programa de aposentadorias e pensões do Paraguai é composto por oito instituições: Instituto de Previsión Social (IPS); Caja Fiscal; Caja Municipal; Caja de Jubilaciones y Pensiones del Personal de la Administración Nacional de Electricidad (ANDE); Caja de Itaipú; Caja Ferroviaria; Caja Parlamentaria; Caja Bancaria.

apoio da OIT, inseriu perguntas na *EncuestaPermanente de Hogares*, a partir do ano de 2010, que permitiram aferir o número de ocupados em situação de informalidade no país. Estimar as taxas de informalidade inseriu-se nos *Objetivos de Desarrollo Sostenible* (ODS), implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)[17]. O objetivo do programa passava por promover *"elcrecimiento económico sostenido, inclusivo y sostenible, el empleo pleno y productivo y el trabajo decente para todos"* (ODS/Objetivo 8). Inserido no contexto do Trabajo Decente[18], o Paraguai propôs ações que promovessem o emprego decente e inclusivo, formação e capacitação para a empregabilidade e proteção social, como vemos no relatório do *Observatorio Laboral*, vinculado ao *Sistema Nacional de Formación y Capacitación Laboral* – SINAFOCAL[19]:

[17] O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é a agência líder da rede global de desenvolvimento da ONU e trabalha principalmente no combate à pobreza e pelo Desenvolvimento Humano. O PNUD está presente em 166 países do mundo, colaborando com governos, a iniciativa privada e com a sociedadecivil no desenvolvimento desses locais.

[18] A Agenda do Trabalho Decente foi instituída em 1999 pela OIT, no contexto das mudanças econômica e sociais, geradas pela nova economia mundial, que impactaram o mundo do trabalho. Sobre o conceito Trabalho Decente, a OIT enfatizou: *Actualmente, la finalidad primordial de la OIT es promover oportunidades para que los hombres y las mujeres puedan conseguir un trabajo decente y productivo en condiciones de libertad, equidad, seguridad ydignidad humana. Tal es la finalidad principal de la Organización hoy en día. El trabajo decente es el punto de convergencia de sus cuatro objetivos estratégicos: la promoción de los derechos fundamentales en el trabajo; el empleo; la protección social y el díalogo social. Esto debe orientar las decisiones de la Organización y definir sucometido internacional en los próximos años* (OIT, 1999). Ver: OIT. *Memoria del Director General: Trabajo Decente*. 1999.

[19] O Sistema Nacional de Formación y Capacitación Laboral – SINAFOCAL, vinculado ao Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social, foi criado com o objetivo de gerar oportunidades de formação e capacitação em diversas modalidades laborais, com o propósito de preparar e melhorar a qualificação da população para que aoferta de serviços e produtos fosse competitiva e adequada aos interesses de modernização e restruturação econômica do Paraguai.

> Impulsar la formalización, la participación laboral y el empleo. - Promover la oportunidad de acceso al primer empleo. - Garantizar la inclusión de las personas con discapacidad al mercado de trabajo. - Fortalecer las instanciasde control del cumplimiento de normativas laborales. - Asegurar la equidad en los ingresos laborales entre hombres y mujeres (Ayala, 2016, p. 16).

Os números envolvidos na informalidade urbana no Paraguai são expressivos, como demostram os dados do documento *Ocupación Informal* (DGEEC, 2018), em que, entre os anosde 2012 e 2017, as taxas mantiveram-se acima de 60% de ocupados informais. Em geral, trabalhadores jovens, mulheres e os que possuem menor escolaridade têm maiores possibilidades de trabalhar em condições de informalidade, em atividades de baixa produtividade e renda, sem proteção social e expostos à precarização laboral.

Os trabalhadores em ocupações informais no Paraguai são em maior parcela *cuentapropistas*[20], ocupados em atividades no setor de comércio e de serviços, nas áreas urbanas do país, com níveis de educação primária e salários iguais ou menores que o salário mínimo. A informalidade está presente em várias etapas da vida dos trabalhadores, ou seja, atravessa todo o ciclo da vida laboral de muitos paraguaios. Os mais jovens têm maiores possibilidades de ingressar em um trabalho informal, sendo comum o primeiro passo no mundo laboral da maioria dos jovens ocorrer por meio de ocupações informais, em situações de vulnerabilidade laboral, sendo poucos os que se incorporam a empregos formais (González, 2010), o que é inquietante pois a estrutura demográfica revela um país predominantemente jovem. A informalidade tem maior incidência entre os trabalhadores nos extremos do ciclo produtivo, caso dos jovens e acima dos 60 anos. E é entre os jovens entre 15 a 29 anos que as ocupações informais encontram maior espaço.

Os dados mensurados entre 2012 e 2017 (*Ocupación Informal*/DGEEC,2018) apontaram surpreendente média de 95% de

[20] O termo cuentapropistas traduz-se por trabalhadores por conta própria.

ocupados na informalidade na faixa etária de 15 a 19 anos e média de 73% entre os 20 a 24 anos. Em outro extremo, os adultos acima de 65 anos com média de 75% de ocupados em atividades informais. É um problema social que atravessa gerações e pode significar a principal modalidade laboral de toda a vida produtiva do trabalhador paraguaio, como depreendemos dos elevados percentuais em todas as faixas etárias pesquisadas e constatamos em nossa pesquisa, pois algumas trabalhadoras entrevistadas nunca tiveram qualquer forma de registro oficial ao longo de sua trajetória laboral, situação vivenciada por Francisca M., Venância A. e Gladis B., que trabalham desde a adolescência e nunca tiveram registro funcional.

Outro componente a ser destacado na relação emprego-desemprego é a área educacional. Desde os anos 1990 o Paraguai enfrenta um dilema no tocante à competitividade e a geração de empregos. De um lado, a baixa qualificação da mão de obra limitava o acesso aos empregos, ao mesmo tempo que as empresas em busca de maior lucratividade demandavam recursos humanos qualificados. Nesse sentido, como somente uma pequena parcela da população ingressava nos cursos superiores, a pouca qualificação da força de trabalho paraguaia transformou-se em obstáculo aos empregos formalizados e com remuneração mais altas.

A escassa qualificação dificultava, e ainda dificulta[21], as oportunidades em empregos formalizados e regularizados, tocando aos grupos sociais mais vulneráveis e alijados da capacitação necessária à produção as ocupações com baixa remuneração, precarizadas, informalizadas. A fala de Francisca M., diarista, revela as dificuldades que envolvem a pouca escolaridade: "*Porque sin estudios hoy en día ya no se puede más*

[21] Um estudo sobre o Paraguai realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2018, sinalizou que o acesso à educação se ampliou consideravelmente no país, sendo a educação dos anos iniciais quase universal. Em contrapartida, 28% dos jovens até 17 anos não frequentavam a escola. Segundo o documento, transformar o sistema educacional do país é crucial para o acesso a empregos mais qualificados e com melhor qualidade laboral (2018, p. 4).

trabajar, tiene que tener tuestudio. Primero te preguntan: ¿qué grado vos hiciste? ¿en qué curso vos terminás? ¿te vas en la facultad? Depende de eso, vos podés trabajar" (Entrevista: Francisca M., Ponta Porã, 2020). Ressaltamos como a fala da entrevistada ecoa na realidade social do Paraguai.

Segundo documento elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2018), quase 80% dos que concluem a educação básica tem uma ocupação informal e seis de cada dez jovens em situação de extrema pobreza não trabalham, não estudam, tampouco tem uma formação acadêmica próximo aos trinta anos de idade. Esses dados apontam um desequilíbrio que permeia o mercado laboral do Paraguai e sinalizam para a urgência de reformas nas políticas públicas, visando atender as crescentes demandas no mercado detrabalho, quer para atrair investimentos privados, quer para investir em capital humano. O predomínio da informalidade e a fragmentação do sistema de proteção legal dificultam a atuação do Estado em alcançar condições mais equânimes entre a população.

Considerando o exposto, é perceptível como a formação educacional está intrinsecamente relacionada à situação laboral do trabalhador e é o que constatamos a partir dos dados referentes ao tópico *Años de Estudios*, do documento *Ocupación Informal* (DGEEC, 2018, p. 12). No ano de 2012, a porcentagem de trabalhadores em ocupações informais com 13 a 18 anos de escolaridade era de 35%, cifra que alcançava 90% entre os trabalhadores sem nenhuma escolaridade, considerados na pesquisa *sin instrucción*. Em 2017, 98% dos trabalhadores *sin instrucción* estavam em ocupações informais, enquanto no grupo com 13 a 18 anos de escolaridade esse percentual era de 37%.

Da análise dos dados, constatamos que os índices de informalidade para os indivíduos *sin instrucción* permaneceram acima dos 90% em todo o período, atingindo em 2015 expressivos 99,8%. Outros dados apontaram que entre os que possuem de 1 a 6 anos de escolaridade os percentuais também foram altos, em média 85%, o mesmo ocorrendo com o grupo com 7 a 12 anos de instrução

escolar, com média de 70% de ocupados na informalidade. Essa dinâmica reflete as dificuldades dos menos escolarizados no acesso aos empregos formalizados, pois, como vimos, conforme aumentam os anos de estudos, diminui o porcentual de ocupados na informalidade. Na fala de Venancia A., empregada doméstica, explicita-se a situação de vulnerabilidade dos menos escolarizados:

> *No tengo estudios, entonces no estudiás, no sabés luego, entonces solamente eso lo que podés hacer, sin embargo, yo tengo más capacidad para hacer otra cosa, solo que no tengo oportunidad. Acá en Paraguay el estudio es muy importante, sin estudio uno ya no va a ningún lado* (Entrevista: Venancia A.,Pedro Juan Caballero, 2020).

Segundo o documento *Ocupación Informal* (DGEEC, 2018), dos trabalhadores que auferiram rendimentos inferiores ao salário mínimo, entre os anos 2012 e 2017, mais de 75% estavam em ocupações informais. A exemplo, Pablo Casalí *et al* (2018, p.19-20) apontam que no ano de 2016:

> la mayoría de los trabajadores informales reciben ingresos por su tarea que se encuentran alejados del mínimo establecido para los asalariados formales.El 68,7% de los asalariados informales percibió un salario inferior al salario mínimo legal (SML) – nivel mínimo que rige para los asalariados formales enrelación de dependencia. En el caso de los trabajadores informales por cuentapropia, los niveles de ingreso son sensiblemente más bajos que los perciben los assalariados.

Venancia A. é um exemplo de como os trabalhadores informais recebem rendimentos inferiores ao salário mínimo legal. Há um acordo verbal entre ela e os empregadores para receber um salário menor que o estabelecido legalmente, pois o local de trabalho fica próximo à sua residência, o que permitiria a ela conciliar o trabalho remunerado e o trabalho em casa. Vemos como sua relação laboral é constituída pela precarização, vez que é marcada pela ausência de

direitos e garantias do trabalho, condições de vulnerabilidades comuns entre os trabalhadores informais.

A informalidade entre os trabalhadores paraguaios encontra-se generalizada nas principais atividades econômicas do país. Em 2012, representavam 65% dos trabalhadores na indústria manufatureira, 71,7% no setor de comércio, restaurantes e hotéis, 60,3 % no setor de *servicios sociales, comunales y personales* e 88,4% na construção civil (*Ocupación Informal*, 2018, p. 13). Em novo levantamento, em 2017, o quadro pouco se alterou. Há de se registrar que um dos grupos mais vulneráveis à informalidade no Paraguai são os trabalhadores domésticos, grupo em que nove de cada dez ocupados estão em condições de informalidade[22]. A média de ocupação informal dos trabalhadores domésticos, entre os anos de 2012 e 2017, alcançou significativos 97%, o maior índice percentual entre todos os trabalhadores do país.

Historicamente, o trabalho doméstico no Paraguai sempre foi desvalorizado, ocupado por "*mujeres pobres, migrantes del campo a la ciudad, mayoritariamente guaraní parlantes, con entradas al empleo doméstico desde muy jóvenes, incluso siendo niñas y adolescentes*" (Badaui, 2010, p. 05), invisibilizadas diante das demais ocupações laborais. A forte associação como atividade feminina, sem necessidade de formação escolar, representou um obstáculo ao reconhecimento dessa modalidade como trabalho e, por conseguinte, dificultou às trabalhadoras domésticas a reivindicação de seus direitos trabalhistas por décadas.

Esse quadro começou a alterar-se com a promulgação da *Ley nº 5407/2015 - Del Trabajo Doméstico*, que complementou o *Código del Trabajo – Ley nº 213/93*, ao estabelecer um rol de condições como idade mínima, duração de jornada, modalidades para desenvolver a atividade, com aposentadoria ou sem aposentadoria, remuneração,

[22] A *Ley nº* 5047/2015 - *Del Trabajo Doméstico considera como trabalhadores domésticos: choferes del servicio familiar; amas de llave; mucamas; lavanderas y/o planchadoras en casas particulares; niñeras; cocineras de la casa de familia y sus ayudantes; jardineros en relación de dependencia y ayudantes; cuidadoras de enfermos, ancianos o minusválidos; mandaderos; trabajadores domésticos para actividades diversas del hogar.*

salário mínimo. Apesar da lei, manteve-se o quadro de desigualdade salarial e a quase nulidade em incorporações ao regime de seguro social paraguaio. No Paraguai, os números demonstram que segurança social e trabalhadoras domésticas não andam juntas. Essa percepção é confirmada nas narrativas de nossas entrevistadas trabalhadoras domésticas, que apontaram que os rendimentos menores ao salário mínimo legal e a inexistência de registro no IPS são comuns em suas relações de trabalho, assim como de outras trabalhadoras domésticas de seu convívio, como nos relatou Joana R., 49 anos, brasileira, ensino fundamental, residente em Pedro Juan Caballero, empregada doméstica há 30 anos:

> *No Paraguai, a maioria das vezes a gente ganha por semana e se for por mês, empregada doméstica não tem mesmo seguro, só se você trabalhar em empresa, que é assegurada pelo IPS, mas se trabalhar em empregada doméstica não tem seguro. E se você faltar, desconta* (Entrevista: Joana R., Pedro Juan Caballero, 2020).

Considerando os altos índices que envolvem os trabalhadores domésticos emcondições de informalidade no mercado de trabalho paraguaio, somente a lei não é garantia de avanços nas condições de trabalho desse grupo. É necessário que o Estado afiance o cumprimento da lei, notadamente na fiscalização sobre o registro laboral, o que garantiria a formalização aos trabalhadores.

No panorama do mercado de trabalho, destacamos as informações sobre a informalidade feminina. Os dados demostram que entre os anos de 2012 a 2017, a informalidade feminina foi superior à informalidade masculina em todos os anos pesquisados, com índices superiores a 62% das ocupações. Esses números são evidenciados no trabalho doméstico, que se caracteriza pela ampla informalidade e por ser majoritariamente ocupado por mulheres, representando uma das formas mais relevantes de inserção feminina no mercado laboral. Desde os anos 1990, observou-se o crescimento da mão de obra feminina no mercado de trabalho paraguaio, o que Verónica Serafini (2008, p.70) destaca como um

período em que se "*incrementan las tasas de actividad femenina*". Para a autora, as mulheres exerceram um importante papel no processo de liberalização econômica, pois seu padrão de inserção no mercado de trabalho é funcional às demandas de um mercado mais flexibilizado. Argumenta que as mulheres aceitam trabalhos com salários menores, em domicílio e em postos de trabalho com alta rotatividade, o que permitiria conciliarem o trabalho remunerado com o trabalho doméstico, em casa, como vimos no exemplo de Venancia A. Dessa forma, as ocupações informais representam uma modalidade viável de trabalho, o que os expressivos números apresentados no quadro 1 evidenciam.

Uma das características da estrutura produtiva do país é o predomínio das unidades econômicas individuais, formadas em sua maioria por *trabajadores por cuenta propia*, de micro e pequenas empresas, várias de caráter familiar, sem capacidade de produzir em maior escala, assim como melhorar a qualidade do trabalho e dos salários de seus trabalhadores. As pequenas e microempresas são responsáveis pela alta concentração de empregos de baixa produtividade no país, sendo que 94% dos empregos gerados nas micro empresas, 72% nas pequenas e médias empresas e 44% nas grandes empresas privadas são postos de trabalho informais, pelo fato de não estarem registradas na *Seguridad Social* (González, 2010)[23], como no caso de Gladis B. que trabalhou em uma loja formalizada, mas que não a registrou no *Instituto de Prevision Social* (IPS) ao longo de 15 anos.

Nesse sentido, a promulgação da *Ley nº* 4.457/2012, para as micro, pequenas e médias empresas, conhecidas como *Mipymes*[24],

[23] Cynthia González (2010) pondera que o não cumprimento da legislação laboral não se restringe aos trabalhadores do setor privado, alcançando uma expressiva parcela dos trabalhadores do setor público. Em 1998 atingiu 30% dos trabalhadores, enquanto que em 2008 alcançou 19%. Uma queda substancial após reformas que formalizaram as relações trabalhistas no Estado.

[24] A Ley nº 4.457/12 - Para las micro, pequeñas y medianas empresas (Mipymes) estabeleceu um marco regulatório que permitiu promover e fomentar a criação, desenvolvimento e competitividade das micro, pequenas e médias empresas, para

foi significativa no arranjo do mercado de trabalho, pois definiu um marco regulatório que permitiu ordenar as políticas de incentivo e fortalecimento ao setor, afiançando sua relevância na estrutura econômica paraguaia ao incentivar a criação de microempresas com políticas de formalização[25]. Um ponto a ser estimulado com as *mipymes* é a regularização das empresas em todos os âmbitos, rompendo com velhas práticas de formalização parcial. Muitas empresas se estabelecem no mercado aplicando essa prática como um instrumento de burla à lei, vez que são obrigadas pela legislação a registar seus contratados no Seguro Social. A manobra de formalização parcial das empresas ocorre ao se registrarem somente em algumas das instituições relacionadas à fiscalização do trabalho e das empresas. Pode-se registar a empresa no *Registro Único de Contribuyentes*, mas não inserir os funcionários no *Ministerio del Trabajo e no Instituto de Previsión Social*.

Dados do ano de 2017 (*Ocupación Informal*/DGEEC, 2018) evidenciam o alcance dessa prática no mercado de trabalho do país. Do total de trabalhadores contratados em empresas privadas, registradas no RUC, um expressivo percentual de 54%, estavam em condições de informalidade, ou seja, as empresas eram registradas, mas os trabalhadores não contribuíam à Previdência Social, prática que afeta diretamente os trabalhadores ao afastá-los dos benefícios sociais, os enredando na informalidade. Cynthia González (2010,

---

incorporá-las ao sistema produtivo formal, produtora de bens e serviços, com identidade jurídica.

[25] Para mais informações ver: SANTANDER, H. *Paraguay- Situación actual de las mipymes y las políticas de formalización.* Informes Técnicos OIT - Cono Sur, n. 3, 2017. Ainda no plano de políticas de formalização do mercado de trabalho nacional, no ano de 2014 o governo paraguaio anunciou duas ações: *Plan Nacional de Desarrollo Paraguay 2030* e *Plan Nacional de Formalizacion y Lucha contra la Ilegalidade,* envolvendo vários segmentos instituicionais*: Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social; Ministerio de Hacienda; Ministeriode Educación y Cultura; Instituto de Previsión Social (IPS); Cámara de Comercio Paraguaya Americana; Centralde Cooperativas; Organización Paraguaya de Cooperación Intermunicipal; Asociación de Abogados Laboralistas*.

p.10) aponta outrosdados que demostram as disparidades envoltas nessa irregularidade:

> La Subsecretaría de Tributación del Ministerio de Hacienda señala un total de 13.711 empresas inscriptas en el 2002, mientras que los registros del Ministerio de Justicia y Trabajo y el Instituto de Previsión Social apuntaron1.391 y 1.376 empresas, respectivamente, en el mismo año.

É importante salientarmos que se por um lado o Estado oferece oportunidades de desenvolvimento, como as *Mipymes*, por outro lado, urge buscar melhorias, sobretudo no campo da educação, à medida que os números de jovens em idade laboral ascendem e seguirãoem expansão nos próximos anos, impondo ao Estado a necessidade de fomentar o crescimentoeconômico do país e, em decorrência, o fortalecimento dos empregos formalizados, sob a proteção dos marcos legais. Para reverter a desigualdade social, que molda a sociedade paraguaia, um dos caminhos será no campo educacional, oferecendo educação pública de qualidade e capacitação técnica que permitam o acesso aos postos de trabalhos mais competitivos e formalizados, com vistas a aumentar a renda dos trabalhadores e superar a pobreza.

Considerações Finais

Ao avaliarmos a situação das camadas mais pobres do Paraguai, lembramos o questionamento de Atilio Boron (2003) sobre a incapacidade de os países menos desenvolvidos inserirem-se na economia internacional com uma mão de obra pauperizada, sem acesso à educação formal e moradia, carente de assistência sanitária, como bem apreende Francisca M. ao pontuar: "*Porque sin estudios hoy en día ya no se puede más trabajar, tiene que tener tu estudio*" (Entrevista: Francisca M., Ponta Porã, 2020). Ao pensarmos o mercado de trabalho do Paraguai e seu caráter marcadamente informal, pensamos no arremate da matéria jornalística da Figura 20:

> En tanto, fuentes de la Municipalidad de esta ciudad dijeron que hasta el momento no pueden controlar la habilitación de las mesitas, pero estiman queen breve se encontraría la solución adecuada a la difícil situación por la queestán atravesando los comerciantes de esta ciudad (Jornal ABC Color, 19/05/1991, p. 22).

Considerando o encerramento da matéria em destaque, não parece de fácil solução a ocorrência da informalidade em um futuro próximo, vez que os olhares não se voltam a *solución adecuada a la difícil situación* a partir das demandas dos trabalhadores informais. Trabalhadores alijados do sistema de proteção social, em atividades precárias, por conta própria ou em empregos assalariados sem registro formal, distantes de empregos formalizados e com garantias trabalhistas. O elevado número de trabalhadores nessas condições no Paraguai indica que se trata de um problema atual e imperativo a ser enfrentado no país.

Apesar de importantes reformas estruturais ocorridas no processo de democratização do país, como a promulgação da Constituição de 1992 e a criação de instituições públicas, observamos uma inoperância de ações políticas e econômicas efetivas à população paraguaia em várias áreas da vida cotidiana, como a garantia de acesso ao emprego,o que se constata na análise do PNUD/2013 sobre as desigualdades no país:

> La persistencia y severidad de la pobreza en el Paraguay tiene múltiples causas, incluido el significativo peso de históricas desigualdades en la distribución de recursos y oportunidades; las políticas económicas del pasado y las deficientes y persistentes políticas sociales, entre otras (PNUD, 2013, p.101).

Nesse sentido, *la liberalización de la economía* não representou uma inserção comercial competitiva no cenário internacional, tampouco uma melhoria na qualidade de vida da maioria da população paraguaia, ao contrário, os índices de desigualdades social, pobreza e desemprego mantiveram-se altos. No âmbito

laboral não ocorreram grandes reformas na legislação, porém a prática de descumprimento das leis gerou um mercado laboral com características fortemente flexibilizadas, corroborado no imenso contingente de ocupados informais, distantes da cobertura do sistema de proteção social do Paraguai, em condições de vulnerabilidades e precarização das relações de trabalho.

Referências

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**.Londrina: Práxis, 2007.

ALVES, Maria A.; TAVARES, Maria A. A dupla face da informalidade do trabalho: "autonomia" ou precarização. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006, p. 425-444.

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarizaçãoestrutural do trabalho? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.

AYALA, Dahiana. **Ocupación Informal en Paraguay: evolución, características y acciones de políticas públicas**. Observatorio Laboral, 2016.

BADAUI, Lilian Soto. **Información para el debate - trabajo doméstico remunerado en Paraguay**. Centro de Documentación y Estudios (CDE): Asunción, 2014.

BIRCH, Melissa. Generando Crecimiento Sustentable en un Contexto Democrático (1989- 2009). In: MASI, Fernando; BORDA, Dionísio. **Estado y Economia em Paraguay: 1870-2010**.Asunción: CADEP, 2011, p. 247-286.

BORON, Atilio A. La sociedad civil después del diluvio neoliberal. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **La trama del neoliberalismo – Mercado, crisis y exclusión social**. Buenos Aires: CLACSO, 2003, p. 26-50.

BORDA, Dionisio. Paraguay: resultados de las reformas 2003-2005 y sus perspectivas. **Serie Informes y Estudios Especiales**. Santiago de Chile: CEPAL, 2007.
BRUNO, Sebastián. El "bono demográfico" en Paraguay jaqueado - mercado de trabajo, matrizemigratoria internacional y seguridad social. **Novapolis - Revista Paraguaya de Estudios Políticos Contemporáneos,** Asunción: Arandurã Editorial, n. 11, p. 137-152, maio 2017.
CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 153-174, jun. 2000.
CASALI, Pablo *et al.* Segmentos críticos de la informalidad laboral en Paraguay. OIT ConoSur - **Informes Técnicos 6**, 2018.
GONZÁLEZ, Cynthia. **El empleo informal en el Paraguay: evolución, características y consideraciones de políticas públicas**. Rio de Janeiro: Fundación Konrad Adenauer Stiftung, 2010.
GRIMSON, Alejandro. Pensar fronteras desde las fronteras. **Nueva Sociedad**, n. 170, nov./dez.2000.
KON, Anita. Diversidades nas Condições de Informalidade do Trabalho Brasileiro. **ANPEC** –Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2004.
MACHADO, Rosana Pinheiro. **Made in China: produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil.** 2009. 332 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - IFCH/UFRGS, Porto Alegre.
MASI, Fernando. Sector informal y cuentapropismo en el Paraguay. **Economía & sociedad - Revista de Análisis**, DGEEC, n. 7, 2002.
MASI, Fernando; BORDA, Dionisio. Paraguay. Estancamiento económico y desgaste políticoen los años del Mercosul. In: BOUZAS, Roberto (Org.). **Realidades nacionales comparadas**. Buenos Aires: Grupo Editor Altamira, Fundación OSDE, 2002, p. 185-249.

MENDONCA, Daniel. **Pobres y desiguales: notas sobre la pobreza y la desigualdad enParaguay.** Asunción: Intercontinental Editora, 2007.
OLIVEIRA, Luiz Paulo J. de. **A condição "provisória-permanente" dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador**. 2005. 236f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
RIQUELME, Quintín; KRETSCHMER, Regina. **Concentración de tierras y producción en Paraguay - Análisis comparativo de los censos agropecuarios de 1991 y 2008**. Asunción: CDA,2016.
ROSENBLUTH, Guillermo. Informalidad y pobreza en América Latina. **Revista de la CEPAL**,n. 52, p. 7-40, abr. 1994.
SANTANDER, Horacio. Paraguay: Situación actual de las mipymes y las políticas de formalización. OIT Cono Sur, **Informes Técnicos/3**, 2017.
SERAFINI, Verónica. **Economía, mujeres y post-stronismo**. 2020. Disponível emhttps://journals.openedition.org/. Acesso em 16/10/2020.
SERAFINI, Verónica. **La liberalización económica en Paraguay y su efecto sobre las mujeres**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2008.

Fontes

Orais

ENTREVISTA. Gladis B. (Digital) Produção: Miriam C. F. Mateu, Pedro Juan Caballero: 27/01/2019: 40 min. (sonorização). Nasceu e reside em Pedro Juan Caballero, Paraguai.
ENTREVISTA. Venancia A. (Digital) Produção: Miriam C. F. Mateu, Pedro Juan Caballero: 18/07/2020: 33 min. (sonorização). Nasceu em Concepción, Paraguai, e reside em Pedro Juan Caballero, Paraguai.

ENTREVISTA. Joana R. (Digital) Produção: Miriam C. F. Mateu, Pedro Juan Caballero: 18/07/2020: 55 min. (sonorização). Nasceu em Ponta Porã, Brasil, e reside em Pedro Juan Caballero, Paraguai.
ENTREVISTA. Francisca M. (Digital) Produção: Miriam C. F. Mateu, Ponta Porã: 12/09/2020:26 min. (sonorização). Nasceu em Paso Barreto, Paraguai, e reside em Ponta Porã, Brasil.

Bibliográficas

PNUD. **Sector rural paraguayo: una visión general para un diálogo informado, 2010 .**PNUD. Informe Nacional sobre Desarrollo Humano, 2008.

Estatísticas

Dirección General de Estadísticas, Encuesta y Censos – DGEEC Indicadores dePobreza,1997/98-2020.
Dirección General de Estadísticas, Encuesta y Censos – DGEEC. Ocupación Informal.Encuesta Permanente de Hogares (2012-2017), 2018.
Dirección General de Estadísticas, Encuesta y Censos – DGEEC. Condiciones de Vida 2009-2018.

Legislação

Ley nº 4.457/2012 - Para las micro, pequeñas y medianas empresas (Mipymes).

Imprensa escrita

Jornal *ABC Color.* Assunção, 19/05/1991, p. 10.

Capítulo 7

LOS ENTRETELONES DE LA ECONOMÍA AGRO-GANADERA Y DE LAS FAMILIAS EN LOS MÁRGENES DE LA FRONTERA MISIONERA-CORRENTINA (SIGLO XIX-XX)

Norma Oviedo
Alejandra Aurora Zorrilla

Resumen
A fines del Siglo XIX y principios del XX, la economía argentina define una orientación agro-ganadera que integra a los Territorios Nacionales como nuevas tierras productivas; y como parte del proceso de colonización e inmigración se promovían cambios socio-económicos de gran importancia. En ese contexto, en Misiones –situada en una Región de frontera- se produce un movimiento de diversificación económica en el que están implicadas las familias, sea de establecidos como de foráneos. Esta investigación puntualiza la atención en las prácticas de un conjunto de familias que se movilizan en la frontera misionera correntina durante la primera mitad del Siglo XX. Nuestro enfoque, desde la perspectiva regional y el análisis microhistórico, se orienta a comprender las relaciones entre sujetos y familias de establecidos (correntinos y brasileños) y foráneos, (españoles, uruguayos, franceses etc.) de una composición social, compleja y heterogénea que, fundamentalmente, participaba en la producción ganadera y yerbatera. Mediante el análisis de fuentes escritas de época, guías de Misiones, registros de ganado, biografías, como artículos periodísticos que recopilaron las memorias familiares observamos el proceso de transición económica a partir del rol de las familias; con el propósito de producir un cartografiado social, como resultado de la geografía de vínculos descriptos desde los itinerarios, las redes y las relaciones sociales en las que estaban involucrados los sujetos que las conformaban en un contexto de frontera.

Introducción

A fines del Siglo XIX y principios del XX, la economía argentina define una orientación agro-ganadera que integra a los Territorios Nacionales, como nuevas tierras productivas, y como parte del proceso de colonización e inmigración, se promovían cambios socio-económicos de gran importancia, la diversificación económica, la expansión de la urbanización y el incremento de la actividad comercial. En ese contexto, en Misiones – situada en una Región de frontera –[1] se produce un incremento demográfico con la inserción de los inmigrantes, foráneos provenientes de diversos países europeos y asiáticos, y ello provoca una exacerbada movilidad poblacional con desplazamientos tanto de los recién llegados como de los establecidos[2] que se encuentran constituidos por diversas comunidades de indios, negros y criollos.

Nuestro enfoque, anclado en la perspectiva regional con énfasis en lo microhistórico mediante la tarea de ir *"(…) profundizando en la madeja de relaciones concretas que los sujetos sociales individuales tejen a nivel grupal [familiar] lo que supone siempre un conjunto social de experiencias colectivas"* (Man, 2013, p. 169) posibilita la comprensión de las relaciones interétnicas entre establecidos,

[1] Si bien la espacialidad de la que partimos, el Territorio Nacional de Misiones, se delimita según el criterio político administrativo, el hecho de plantear las fronteras y las territorialidades nos lleva a contextualizar las trayectorias de las familias y las movilidades migratorias en la región; en este caso dentro de lo que denominamos Región de frontera, una territorialidad que atraviesa e involucra a tres Estados Nacionales (Argentina, Brasil y Paraguay). No obstante, puntualizamos la atención en un conjunto de familias radicadas o que se establecieron en Misiones y Corrientes, a fin de observar las otras formas de construcción de territorialidades; a través de las experiencias y vivencias de los sujetos involucrados en el proceso de colonización e inmigración entre fines del siglo XIX y mitad del siglo XX.

[2] Las nociones de establecidos, los que ya habitaban el lugar, y de foráneos, los recién ingresados, desarrolladas por Elías y Scotson (2000) nos permitió clasificar a los pobladores en dos grandes conjuntos; reconociendo en el primero de ellos a las familias criollas que constituye nuestro objeto de estudio.

identificados como misioneros y correntinos, y foráneos, reconocidos como españoles, uruguayos, franceses, entre otros; durante el proceso de reconfiguración de la sociedad regional, observando, fundamentalmente, la actividad económica que las caracterizaba (la producción ganadera y yerbatera). La familia, en tanto grupo social, es entendida en este trabajo *"(…) como una red virtual en la que se entretejen vínculos no solo basados en el parentesco y la consanguinidad, sino también en la amistad, el interés, el paisanaje (...)*" (Quiñones, 2009, p. 2-3); y las relaciones que desde ella se tejen *"(…) no reconoce un territorio preciso sino márgenes inestables (…)"* (Bragoni, 2001, p. 340) trazado mediante redes sociales, a veces permanentes y en otras discontinuas, que describen configuraciones territoriales multivariadas; producto de las prácticas de las familias y sus vinculaciones interfamiliares, grupales e intergrupales, como interpersonales entre los sujetos que las integran. En ese sentido es que focalizamos la atención en las prácticas de un conjunto de sujetos y familias que se movilizaban en la frontera misionera correntina durante fines del siglo XIX y principios del Siglo XX.

Sostenemos que las familias se constituyeron en grupos fundamentales de contención social y como espacios de socialización, pero también eran poderosas en el armado de redes sociales en tanto que aseguraban y acumulaban riqueza, mediante alianzas interfamiliares que garantizaban la construcción y expansión del poder de las mismas. En este sentido, mediante el análisis de fuentes escritas de época; un conjunto de biografías publicadas por Eric Tschumi[3], las Guías de Misiones[4], los Registros

[3] En el Capítulo IX denominado "Forjadores de Misiones" de su obra titulada "Tierra Colorada. Síntesis agraria, industrial, comercial, cultural, turística y biográfica del Territorio Nacional de Misiones" (1948). En total son 250 biografías breves de pobladores que se radicaron en distintos pueblos provenientes de Europa y Asia y de Brasil, Paraguay, Uruguay, Chile y Cuba.

[4] Las Guías de Misiones, también llamados Anuarios, eran registros con información detallada sobre la economía, la sociedad y la cultura en cada uno de los pueblos de Misiones, destinados a comerciantes y a todos aquellos que quisieran establecerse (Sosa, 1923; Hassel, 1938; Bordón y Valdovinos, 1943). Estas fuentes en versión digital están en el Archivo del Consejo Deliberante de la ciudad

de ganado[5] y las memorias familiares examinamos acerca del proceso de transición económica en las que las familias se hallaban implicadas; a fin de producir un cartografiado social como resultado de la geografía de vínculos descriptos desde las trayectorias, los itinerarios y las redes familiares e interfamiliares en un contexto de frontera.

Las familias criollas en los márgenes entre Misiones y Corrientes

La migración y el establecimiento de pobladores correntinos en el territorio misionero fue observada durante todo el Siglo XIX poblando la zona de campo en el sur de la actual provincia, en primer lugar, durante el transcurso de la ocupación paraguaya entre 1820 a 1870 (Oviedo, 2014) y en segundo lugar, en el lapso de la ocupación correntina (1870-1881); en esta última etapa se produjo la Federalización (1881) que determinó la existencia del Territorio Nacional de Misiones como tierras nacionales. Ante ese acontecimiento, el gobierno correntino vendió grandes extensiones de tierras – dos tercios del territorio – [6] a funcionarios y testaferros entre ellos Antonio Gallino (ex-Gobernador de Corrientes) y Rudecindo Roca (Primer Gobernador del Territorio Nacional de Misiones) entre otros (Fernández Ramos, 1928; Cambas, 1945; Abínzano, 1985; Schiavoni, 2002). Solo una pequeña porción territorial de las sierras centrales se salvó de esta transacción, debido al desconocimiento real de la superficie y los errores cartográficos; entonces la franja de tierras recostadas sobre los ríos Paraná y

de Posadas (Misiones) y en el Archivo del Centro de Estudios Históricos de Misiones (FHyCS/UNaM).

[5] Registros de Marcas (1892-1926) existente en el Archivo de la Casa de Gobierno de la Provincia de Misiones.

[6] Por una Ley de tierras (12 de junio de 1881), Corrientes dispone la enajenación de todas las tierras de Misiones en lotes de 25 leguas cuadradas (67.500 has.); en total 2.025.000 has. recostadas en las orillas de los ríos puesto que la parte central quedaron disponibles; debido al desconocimiento de la superficie territorial y la inexactitud de los mapas.

Uruguay fueron recuperadas por el gobierno nacional e integradas al conjunto de las tierras fiscales, a fin de convertirlas en productivas, destinadas a la colonización planificadas desde el Estado.

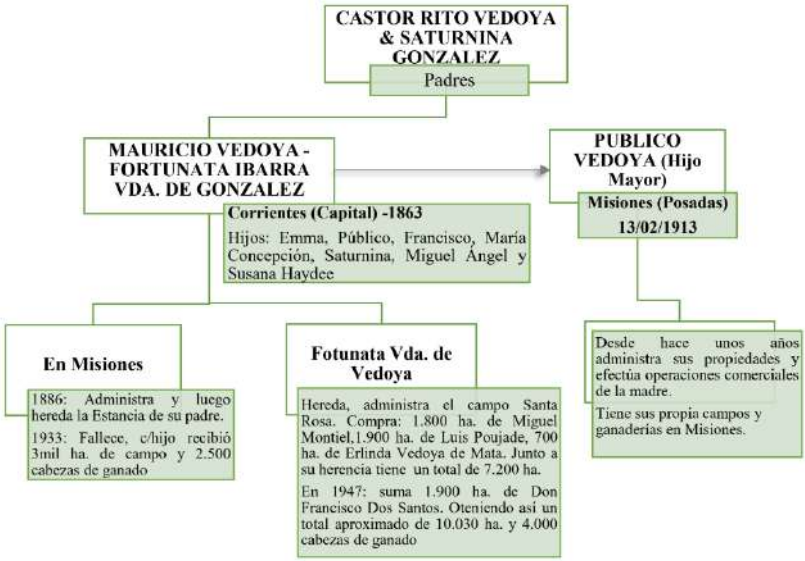
La ruta colonizadora oficial había puesto énfasis en la refundación de los pueblos de la zona meridional, certificando una ocupación antigua y jalonando las jurisdicciones internas, entre el Territorio Nacional y la Provincia de Corrientes, en tanto que, en el margen fronterizo, un conjunto de pobladores establecidos se movilizaba desde diversas localidades correntinas hacia Misiones. Las interacciones que producen las movilidades de los sujetos y grupos se constituyen en un elemento de continuidad y de creación de nuevas territorialidades, de redes y prácticas que trascienden los limites estaduales. En este contexto, las fronteras son concebidas como espacios de encuentros e intercambios entre pueblos que constantemente transcienden esos límites porque poseen un pasado común (Oviedo, 2014). Es decir, como espacios de interacción, de contactos continuos y discontinuos, de movimientos conflictivos y de cooperación, de lo legal y lo prohibido. Se constituyen en un punto de referencia para las personas, que pueden ser concebidas de diversas formas ya que las mismas son construcciones culturales y no son producidas por la propia naturaleza.

En este sentido, desde la idea de frontera, recuperamos "*la edificación histórico-social de un espacio y las relaciones que se establecen entre las sociedades que conviven, y simultáneamente, compiten por ese espacio y sus recursos"* (Oviedo, 2021, p.42). Es decir que, desde esta escala territorial, las personas resultan ser centrales para explicar la interacción y los vínculos que se producen al cruzar "de un lado y del otro", al hacer de la frontera un recurso y, en muchos, casos una oportunidad (Tapia Ladino, 2017). Es por ello, que la disponibilidad de tierras y la diversificación económica a fines del siglo XIX y durante todo el siglo XX eran factores que se combinaban direccionando esa movilidad poblacional en el contexto migratorio, provocando un desplazamiento de las familias en la frontera misionera-correntina, que se radicaron a uno

y otro lado del límite interprovincial; las mismas interactuaban en redes articuladas por lazos de parentesco, de amistad, clientelares y de patronazgo y expandían sus actividades económicas complementando la producción ganadera (tradicionalmente correntina) con el rubro yerbatero (típicamente misionera).

Del conjunto de biografías recopiladas por Tschumi (1948) reconocemos de esas familias correntinas: a la familia de Castor Rito Vedoya y la de Wenceslao Torrent, que eran oriundos de la capital correntina mientras que la familia de Adolfo Navaja Centeno provenía de Santo Tomé. La familia Vedoya fue la primera en radicarse en Misiones en 1886 (ver Figura N°1), los registros biográficos destacaron las acciones de los hijos, Mauricio -nacido en la capital correntina- se desplazó para conducir la estancia de su padre como Administrador (1886-1933) y, cuando este fallece, la misma quedó a cargo de su esposa Fortunata y el hijo mayor llamado Público -nacido en la capital misionera.

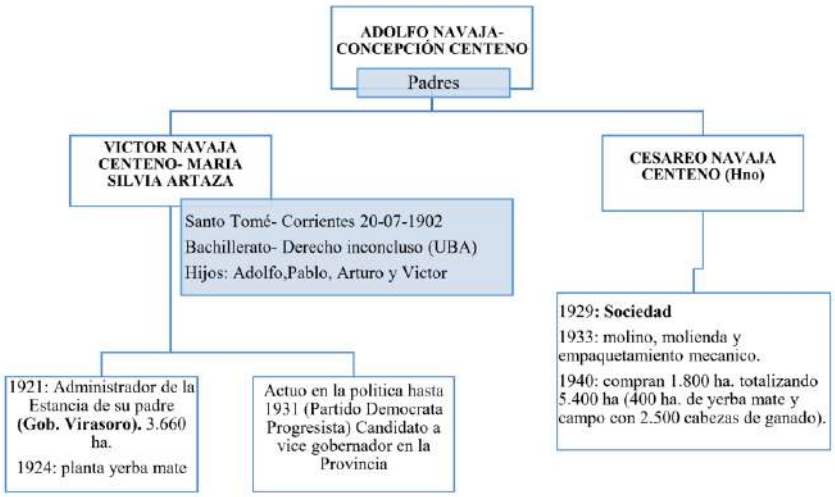
Figura N° 1 – Familia del Sr. Mauricio Vedoya



Fuente: En base a Tschumi (1948). Org. Autores

La familia de Adolfo Navaja Centeno (ver Figura N°2) pernoctó en Gdor. Virasoro (1921). De acuerdo, al registro biográfico uno de los hijos del Sr. Adolfo Navaja, Víctor a los 19 años abandonó sus estudios de abogacía para dirigir el establecimiento de su progenitor y; a diferencia de la familia Vedoya, al contar con un reducido número de cabezas promovió la complementación de la ganadería con la producción yerbatera (1924) y formó una sociedad que administró con su hermano Cesáreo (1929). Esta firma empresarial incrementó el patrimonio familiar con la adquisición de tierras y la edificación de instalaciones con modernas maquinarias, dando origen a *"3 Establecimientos: ´Las Marías´, ´Las Casita´ y ´Rincón Viola´* (Tschumi, 1948).

Figura N°2 – Familia del Sr. Víctor Navaja Centeno



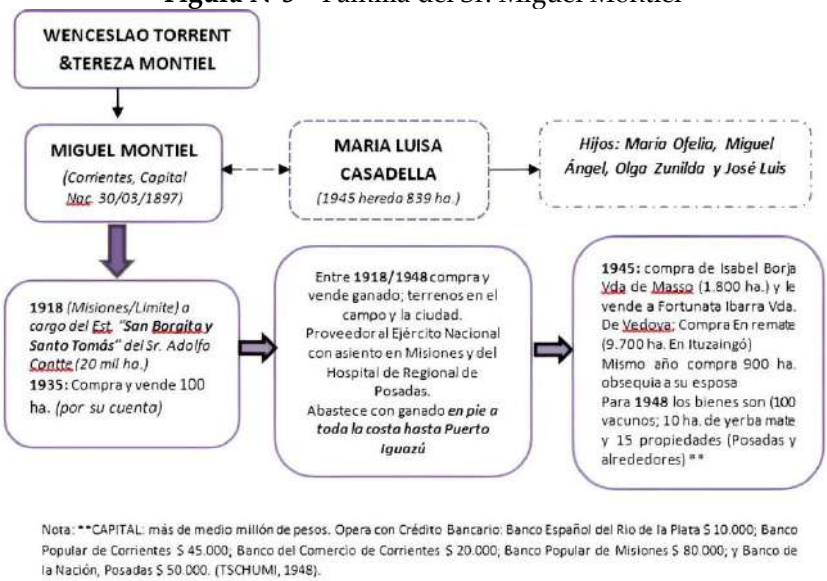
Fuente: En base a Tschumi (1948). Org. autores.

Los Torrent pertenecían a un núcleo encumbrado de la sociedad correntina, con prestigio político, intelectual y riqueza económica[7];

[7] El apellido Torrent, padrastro de Miguel, está asociado al protagonismo familiar en la política nacional y de la política correntina, en las contiendas militares de la provincia y en la guerra del Paraguay; tanto que una de las calles de la capital correntina lleva el nombre un pariente ilustre, Juan Eusebio Torrent.

curiosamente, el apellido Torrent – sin especificación del nombre de pila – aparece asociado a los campos de pastoreo en Misiones, zona capital, como propietario de 6.897 ha. entre 1892 y 1901 (Zorrilla, 2018). A su vez, Miguel Montiel (ver Figura N°3), hijo de su esposa, se unió en matrimonio con María Luisa Casadella, que provenía de una familia pudiente ya que recibió una herencia en extensión de campo por parte de sus padres. En la familia Torrent se destacó Miguel Montiel, quien habitó las zonas de Santo Tomás y San Borgita (1918) hasta establecerse definitivamente en Posadas (1940); a los 14 o 15 años de edad y sin contar con formación educativa, ya cumplía la función de capataz en un establecimiento ganadero y, a los 21 años, era administrador de los establecimientos ganaderos de Adolfo Contte (San Borgita y Santo Tomás). Toda su trayectoria estuvo relacionada a esta actividad, por lo que se trataba de un hombre de campo que combinó su experiencia en el rubro con las habilidades de un hombre de negocios. Es así que se transformó de peón rural a comerciante.

Figura N°3 – Familia del Sr. Miguel Montiel



Nota: **CAPITAL: más de medio millón de pesos. Opera con Crédito Bancario: Banco Español del Río de la Plata $ 10.000; Banco Popular de Corrientes $ 45.000; Banco del Comercio de Corrientes $ 20.000; Banco Popular de Misiones $ 80.000; y Banco de la Nación, Posadas $ 50.000. (TSCHUMI, 1948).

Fuente: En base a Tschumi (1948). Org. autores.

En el desarrollo de la trayectoria de Miguel Montiel se reconocen diversas etapas que denuncian el pasaje de capataz y administrador de establecimientos ganaderos ajenos a patrón, dueño de propiedades, comerciante y abastecedor – al por mayor y menor – en la ciudad de Posadas y sus alrededores; además de proveedor de ganado en la costa argentino-paraguaya, donde se encontraban los establecimientos yerbatero-madereros, al Ejército Nacional y al Hospital Regional de Misiones. Así es que la geografía de las actividades económicas que desempeñó articulaba vértices fronterizos, Alto Paraná-Puerto Iguazú y frontera misionera-correntina-Posadas, conectando pueblos dentro de Misiones. A la familia Montiel, la actividad ganadera le abrió múltiples espacios de relacionamiento, conocimiento y aprendizaje, fundamentalmente a Miguel que, como padre de familia, actuó y representó a la familia en el plano de los negocios y en el ámbito social y, por ello, sus experiencias transcurrieron en distintos escenarios geográficos y ámbitos sociales (ver Figura N°4).

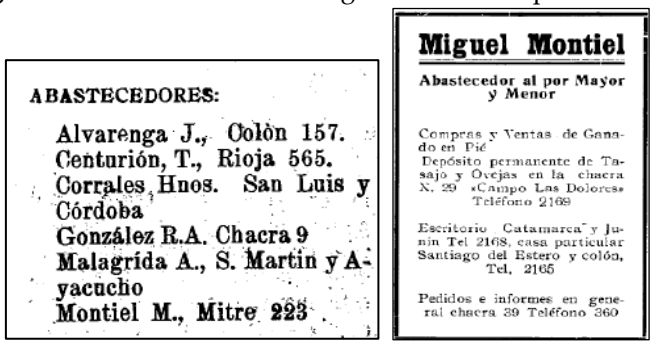
Figura N° 4 – Relaciones de patronazgo, laborales y comerciales de Miguel Montiel 1918-1948



Fuentes: Basado en Tschumi (1948) y Etorena y Freaza (2010). Org. Autores.

Las relaciones entabladas en el ámbito laboral les proveyeron de las herramientas y conocimientos necesarios para encarar y posicionarse como comerciante, contactos, sistemas crediticios, instituciones financieras, etc. con los que operaban los establecimientos donde trabajaba[8]. Entonces, inició la acumulación de capital y bienes resultante de sus propios negocios, participando en remates (Ituzaingó) comprando y vendiendo ganado y adquiriendo terrenos y propiedades (Posadas)[9] hasta amasar una fortuna ponderable. Según las publicidades de las Guías de Misiones, Miguel Montiel era propietario de carnicerías (ver Figura N°5) en Posadas, Candelaria y Bompland.

Figura N°5 – Actividades de Miguel Montiel en publicidades



Fuente: Hassel (1938).

Como observamos, este conjunto de familias correntinas mantuvo, en un principio, la actividad ganadera como rubro exclusivo, no obstante, y paulatinamente, fueron agregando la producción yerbatera e incorporando la figura del comerciante como integrante necesario en el grupo y, con ello, fortalecieron las alianzas a través de las alianzas matrimoniales. Junto a la actividad

[8] Según Tschumi operó con Crédito Bancario del: Banco Español del Río de la Plata ($ 10.000); Banco Popular de Corrientes ($ 45.000); Banco del Comercio de Corrientes ($ 20.000); Banco Popular de Misiones ($ 80.000) y Banco de la Nación, Posadas ($ 50.000).

[9] Capital más ½ millón de BIENES: 1000 vacunos, 10 has. de yerba mate, varias casas y 15 propiedades.

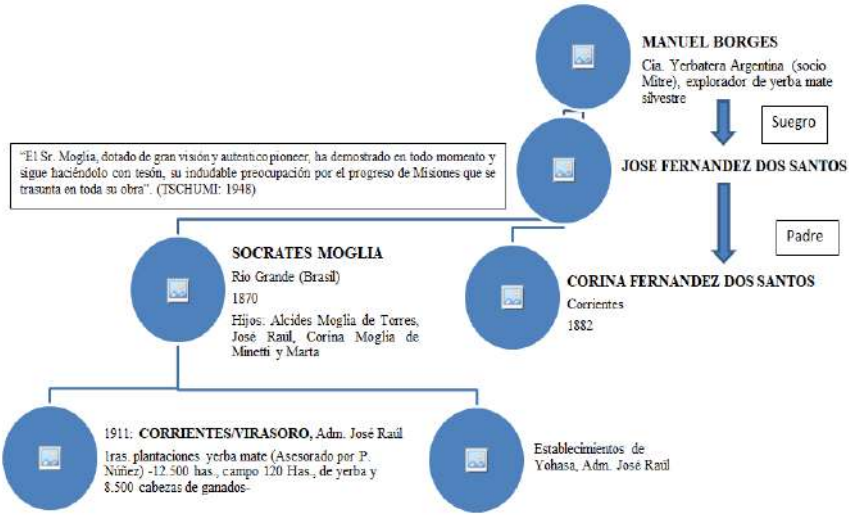
ganadera y yerbatera, surgieron actividades comerciales y de servicios, almacenes, carnicerías y abasto, y ello derivo en la necesidad de resituarse migrando hacia ámbitos urbanos lo que promovió la compra y venta de propiedades urbanas; como nueva forma de inversión y acumulación del patrimonio familiar.

En el Territorio de Nacional de Misiones confluían pobladores que se movilizaban también desde las fronteras con los países contiguos, inmigrantes e hijos de inmigrantes de distintas nacionalidades provenientes de Brasil y Paraguay. Las familias paraguayas se dedicaron a la explotación yerbatera y maderera en el Alto Paraná mientras que las familias brasileñas se localizaron en el sur misionero y en la frontera misionera correntina; siendo, en su mayoría, agricultores, comerciantes y algunos transportistas y mecánicos, que trabajan en chacras ajenas o propias y en el desmonte. Entre las ultimas había una que se dedicaba a la producción ganadera, con un establecimiento radicado en Gobernador Virasoro (Corrientes), esta familia amalgamaba dos orígenes, brasileña y correntina, y dos líneas de producción, la cría y el negocio de ganado mular y la explotación yerbatera desde la época de la guerra con el Paraguay (1865-70). El registro biográfico y otras fuentes apuntan la presencia de la familia de Sócrates Moglia, oriundo de Río Grande (Brasil) en matrimonio con Corina Fernández Dos Santos -nacida en Corrientes y descendiente de brasileños, Sócrates había fue un antiguo poblador de Campo San Juan (Misiones), cónsul de Brasil en Posadas (1902) y abastecedor de los comerciantes y yerbateros de las Misiones septentrionales mientras que Manuel Borges –el suegro- se había dedicado a la explotación de yerba silvestre y formado parte de la Cía. Yerbatera Argentina con el presidente de la Nación Bartolomé Mitre (Fernández Ramos, 1934 y Figura N° 6). El establecimiento de S. Moglia contaba con el asesoramiento de Pedro Núñez[10] y

[10] Este empresario era propietario del establecimiento modelo de Santa Inés, con producción yerbatera en las cercanías de Posadas, pero su propiedad se extendía hasta dentro de Corrientes, con producción ganadera.

perpetuaba la actividad yerbatera, aunque mantenía como rubro la producción ganadera; expandiéndolo con el establecimiento Yohasa en las cercanías de la ciudad de Posadas.

Figura N° 6 – Familia del Sr. Sócrates Moglia

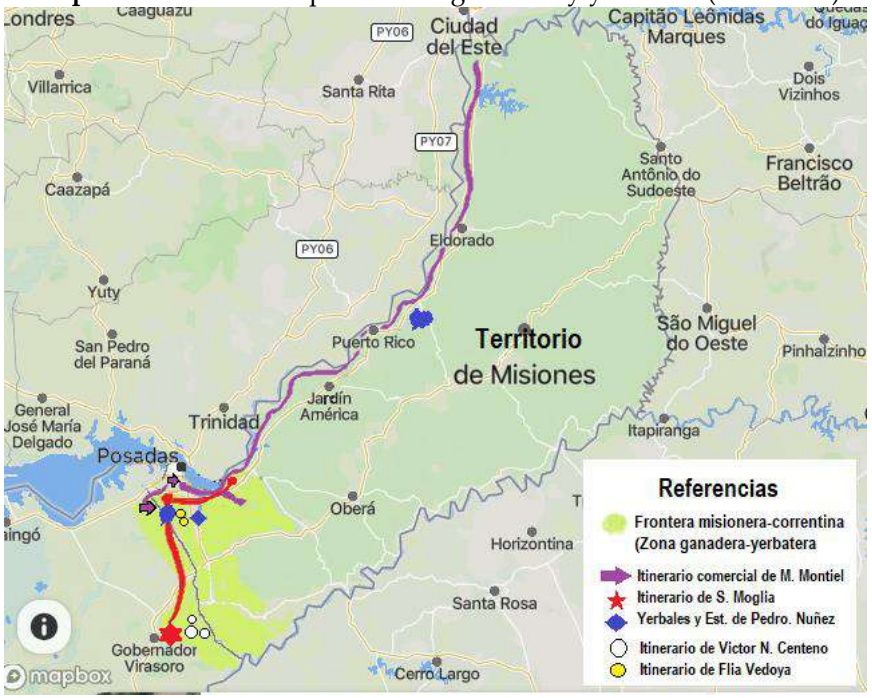


Fuente: En base a Tschumi (1948). Org. autores.

La geografía de la red económica en la que se hallaban vinculadas estas familias correntinas y brasileñas pone de relieve la actividad ganadera, entendida como una actividad cuya práctica y dimensiones es definida por la condición social y económica de los sujetos que la practicaron, sean tanto productores como consumidores (Zorrilla, 2023); sin embargo, como el cultivo de la yerba mate marcó el rumbo productivo e impulsó el proceso de diversificación económica en el Territorio Nacional de Misiones (Ver Mapa N° 1), a partir de la década de 1920, uno y otro rubro se intersectaron, propiciando el intercambio de experiencias entre los sujetos involucrados en esas prácticas; por lo que algunos de los productores y comerciantes de ganado expandieron tales actividades, fundamentalmente, a la capital posadeña, mientras que los establecimientos ganaderos continuaron afincados en las

localidades correntinas y agregaban el rubro yerbatero a su producción.

Mapa N° 1 – Zonas de producción ganadera y yerbatera (1920-1948)



Fuente: En base a Zorrilla (2018) y Tschumi (1948). Org. Autores.

Memorias familiares: propiedad ganadera-yerbatera en expansión

También llegaron familias de inmigrantes europeos que luego de recalar en Buenos Aires se dirigieron directamente a Misiones, especialmente en la zona de los viejos pueblos jesuíticos localizados en el sur. Entonces el paisaje humano compuesto por correntinos, brasileros e, incluso, paraguayos, se complejizó incluyendo, a pequeños grupos de españoles, franceses e ingleses; entre ellos podemos mencionar a los sres. Celestino Leis, Pedro Núñez,

Leopoldo Víctor Lanús y Emilio Poujade, quienes se dedicaron a la producción ganadera-yerbatera.

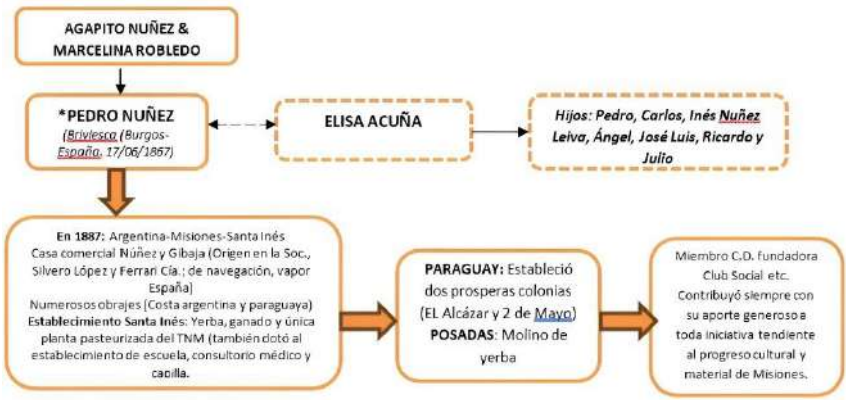
De acuerdo a las memorias familiares contenidas en los diarios, como Primera Edición, Celestino Leis era un español que llegó junto a su esposa, María Bernal, desde el Paraguay hacia fines del siglo XIX. Se establecieron sobre la ruta vieja y poseían inicialmente alrededor de 7.000 ha., entre San Carlos y la desembocadura de los arroyos Pindapoy (chico y grande) y allí estableció su estancia denominada "El Limonal"[11]. Don Celestino y su familia se dedicaron principalmente a la producción ganadera, es decir a la cría de ganado y su comercialización; según el registro de Marcas ganadera (1892-1926) dicha propiedad se encontraba registrada en el distrito de La Capital en el año 1892. En 1912 Celestino Leis donó una fracción de tierras entre el límite de San Carlos y el nacimiento de Pindapoy para que se construyera una estación, que sirviera de parada para las vías férreas hacia el interior del Territorio Nacional de Misiones que estaban en proyecto en ese momento. Desde ese entonces el lugar paso a denominarse "Parada Leis".

Leis y su compatriota Pedro Núñez vinieron juntos. Núñez había comprado alrededor de 16.000 ha. de campo a Narciso Chapo, situadas aproximadamente a 20 kilómetros de la ciudad de Posadas, en 1906. Allí se construyó el establecimiento agrícola-ganadero Santa Inés, que contaba con forestaciones de pinos y eucaliptus, con plantaciones de avena para el pastoreo, tung, te, arroz etc. La elaboración de yerba mate constituía la principal actividad de este establecimiento agrícola, que poseía molinos de yerba mate y embarcaciones para el transporte fluvial. Pedro Núñez (ver Figura N° 7) tenía numerosos obrajes en el Alto Paraná, a ambos lados de la frontera argentino-paraguayo, además contaba con establecimientos en algunos pueblos correntinos y, junto a Domingo Barthe, fue propietario de una empresa de Navegación;

[11] Entrevista realizada a los nietos de Celestino Leis, por el medio periodístico, con el fin de recuperar la memoria local y promover el lugar como un espacio turístico.

en Paraguay estableció las florecientes colonias El Alcázar y 2 de Mayo (Tschumi, 1948).

Figura N° 7 – Familia del Sr. Pedro Núñez



Fuente: En base a Tschumi (1948). Org. autores.

Luego se formó la casa comercial generalmente conocida por Núñez y Gibaja, que tuvo su origen en la sociedad "Silverio López y Ferrari" (fundada en 1886), esta obtuvo varias denominaciones al largo de los años como Núñez, Martínez y Gibaja (1916) hasta que en 1924 paso a denominarse Pedro Núñez y Cia, quien después de cuatro años de hacerse cargo, liquidó la casa comercial para dedicarse exclusivamente al establecimiento Santa Inés. (Fernández Ramos, 1934). La influencia de este empresario fue acrecentándose dentro del territorio y fuera de él, adquiriendo tierras y propiedades y participando de distintas actividades; lo que significó la adquisición de prestigio y reconocimiento en todo el territorio, en especial dentro de la sociedad posadeña.

Otra de las personalidades reconocida y radicada en el territorio, aunque a principios del siglo XX, fue Leopoldo Lanús, oriundo de Buenos Aires, pero con antepasados franceses y españoles; quien se instaló en la ciudad de Posadas, motivado por el proceso colonizador iniciado por su primo Juan José Lanusse, en ese entonces gobernador (1896-1905). En 1904 compró tierras en un predio denominado "Villalonga", situado en el paraje Rincón de

San Antonio donde atravesaba una línea férrea que contaba con casilla de desvío, cargas, telégrafo y flete para ascenso y descenso de ganado, según su nieta y bisnieta.[12] La principal actividad a la que se dedicaba era la cría, compra y venta de ganados, también había en su estancia una lechería, fábrica de ladrillo y plantaciones. Es por ello, que se conocía que para el año 1907 Don Leopoldo había cultivado aproximadamente 30 hectáreas en su establecimiento "San Miguel" (Yssobiherere,1904). No solo proveía y abastecía con producciones la zona y, fundamentalmente Posadas, sino que, también, loteo chacras y manzanas formando lo que hoy se conoce como "Villa Lanús"; que fue conformada por familias criollas e inmigrantes polacos y ucranianos.

En cuanto a los franceses, nos encontramos con Francisco Fouilliand y Emilio Poujade; quienes adquirieron tierras en la zona de las Bajas Misiones o de campo a principios del siglo XX. El primero era un ingeniero que realizó trabajos de cartografiado y mensuras en el territorio y adquirió 1.904 hectáreas en el paraje Villalonga, departamento de la Capital; según el testimonio de su nieto.[13] No obstante, en el año 1902 registraba su marca ganadera en la zona de La Capital, donde se encontraba su establecimiento, de carácter "campo abierto", destinado a la cría y explotación ganado vacuno, equino y, en menor medida, lanar y yeguarizo. En ese mismo año se casó con María Honoria López Verdier, en Corrientes, con la que luego tuvieron cuatro hijos; los que heredaron las propiedades "señoriales" adquiridas en dicha provincia. Por su parte, Emilio Poujade adquirió tierras, principalmente, en las márgenes derecha e izquierda del Arroyo Zaimán, en el acceso Sur de la ciudad de Posadas; además poseía una casa de ramos generales y establecimiento ganadero denominado "San Andrés", aproximadamente a 41 kilómetros de

[12] Entrevista realizada a la nieta María Ema Lanús de Torres y su bisnieta Gloria Torres de Novaresio a través de del diario El Territorio en el año 2004.

[13] Datos obtenidos a través de la entrevista realizada por la Historiadora Gloria Torres al nieto Fernando Fouilliand residente en Buenos Aires y publicados por el Diario El Territorio en el año 2009.

Posadas (Sosa,1923). Fue registrado como propietario ganadero bajo la forma de compañía, es decir bajo la forma de persona jurídica sustentada en un acuerdo o sociedad, con el fin de obtener beneficios económicos (Zorrilla,2021); y es referido como hacendado en el territorio por la guía de Misiones (Sosa, 1923).

Consideraciones finales

Se comprende que las prácticas de las familias de correntinos y brasileños e inmigrantes europeos constituyeron un elemento clave en el proceso de poblamiento y colonización oficial en el Territorio Nacional de Misiones. Los espacios de interacción de las que formaron parte y sus trayectorias, traducidos en espacios de asociación, redes, constituyeron las diversas formas de percepción y configuración socioeconómica del territorio. Estas asociaciones y red de redes construidas por los sujetos, mediante sus prácticas traspasan los limites estatuales establecidos, creando nuevas territorialidades y dinamismo que transforma y modifica constantemente al espacio fronterizo denominado *frontera misionera -correntina.* Esta frontera se concibe como un paisaje oportuno para el desarrollo de las actividades económicas impulsadas por las prácticas de determinados sujetos y familias, que se vinculaban entre sí y con otros a partir de sus experiencias y vivencias particulares.

Desde esta lógica relacional y mediante estas actividades, las familias lograban insertarse a un campo laboral que les permitía acumular capital, acceder a la compra de tierras y asentarse en otros pueblos asegurando y garantizando el bienestar del grupo familiar. Por otra parte, la expansión colonizadora y el proceso de urbanización promovían transformaciones aceleradas habilitando la emergencia de nuevos campos laborales y necesidades, antes inexistentes, los comerciantes y los profesionales fueron los nuevos sujetos requeridos en ese contexto. Por ello, las familias tradicionales recibían con agrado a los comerciantes y los integraban mediante estrategias matrimoniales y de alianzas; de esta manera, incorporaban a nuevos miembros habilitando cierta

movilidad de los grupos familiares y, fundamentalmente, promovían la ampliación de la riqueza y del poder.

Los comerciantes emergieron en ese escenario negociando, no solo la producción propiamente misionera sino, también, de rubros distintivos de la economía correntina; a la que se unió y perfiló el sector de los servicios, transporte, inmobiliaria, abasto, etc. que perfiló otras formas de ingreso al mundo del trabajo. Los correntinos aprovecharon esas circunstancias y se sumaron a ciertos ámbitos laborales como transportistas, corredores, abastecedores, etc. diversificando y complementando rubros de producción y variando y ampliando campos ocupacionales.

En este sentido, la reducción de escala, es decir, la perspectiva micro nos orientó a examinar las relaciones, vinculaciones y de esta manera, pudimos reconocer la complejidad de la realidad social en estudio y, asimismo, a revalorizar las fuentes documentales locales, que no han sido consideradas o que han sido tratadas sucintamente por los investigadores que han trabajado la problemática de la colonización en el contexto migratorio. Mediante el cruzamiento y análisis de los datos aportados por las distintas fuentes, es decir, guías, biografías, artículos periodísticos, registros de marcas, entre otros; fue factible reconocer las trayectorias de las familias ganaderas y, a su vez, reconstruir o mapear sus actividades y relaciones interfamiliares durante la etapa territoriana.

Fuentes consultadas

BORDON, Arturo y VALDOVINOS, Elías. **Guía General de Misiones. Descripción geográfica, Histórica, Política, Económica, Cultural y Social de Misiones.** Posadas: Ed. América, 1943.
FERNÁNDEZ RAMOS, Raimundo **Misiones a través del Cincuentenario de su Federalización 1881- diciembre de 20-1931**. Posadas: s/d. 1934
REGISTROS DE MARCAS (1892-1926). Archivo de la Casa de Gobierno de la Provincia de Misiones.
SOSA, Atanasio. **Guía General de Misiones.** Posadas s/d.1923

TSCHUMI, Eric. **Tierra Colorada. Síntesis agraria, industrial, comercial, cultural, turística y biográfica del Territorio Nacional de Misiones.** Buenos Aires: Talleres Gráficos Alemann y Cía. S.A.G.I., 1948.
YSSBIHERERE, Pedro. **Investigación Agrícola en el Territorio Nacional de Misiones.** Buenos Aires: Anales del Ministerio de Agricultura, 1904.

Fuentes periodisticas consultadas

DIARIO EL TERRITORIO (2004,14 de noviembre) **"Un digno homenaje a Leopoldo Víctor Lanús"** En: El Territorio.
DIARIO EL TERRITORIO (2009, 27 de diciembre) "**Francisque Fouilliand, el francés que recaló en Villalonga y Garupá"**. En: El Territorio.
DIARIO PRIMERA EDICION S/D (2020, 30 de agosto) "**Promueven el rescate histórico de Parada Leis y darle impulso turístico**". En: Primera edición.

Referencias

ABINZANO, Roberto. **Proceso de integración de una sociedad multiétnica: la provincia argentina de Misiones. El frente extractivo**. Universidad de Sevilla – Tesis de Doctorado [Inédito], 1985
BRIONES, Claudia. **Con la tradición de todas las generaciones pasadas gravitando sobre la mente de los vivos. Usos del pasado e invención de la tradición**. Runa, 1994. XXI 99-129 (ISSN 0325-1217)
CAMBAS, Aníbal. **Historia Política e Institucional de Misiones.** Buenos Aires: Talleres Gráfico de Guillermo Kraft Ltda, 1945.
ELÍAS Norbert. y SCOTSON Jonh. **Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro,** J. Zahar.2000
ETORENA DE FREAZA, Alba y FREAZA, José. **Historia de Posadas: Vol. I Desde los orígenes hasta la actualidad.** Posadas: Edición del autor, 2010

MAN, Ronen. **La *microhistoria como referente teórico-metodológico. Un recorrido por sus vertientes y debates conceptuales*** [Archivo PDF]en Historia Actual Online, Universidad de Cádiz, Facultad de Filosofía y Letras, 2013. pp. 167- 173. ISSN 1696-2060
OVIEDO, Norma. **Relaciones comerciales y conflictos fronterizos. Siglo XIX, Misiones en la red platina**. Posadas: EDUNaM, 2014.
OVIEDO, Norma. **Fronteras, territorialidades y familias. Misiones en la primera mitad del siglo XX.** [Tesis de Doctorado. Universidad Nacional de Misiones. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales], 2021. Disponible en https://hdl.handle.net /20.500.12219/3021
QUIÑONES, Mercedes. **Familia y red social. La elite salteña en las primeras décadas del siglo XIX**. En: X JORNADAS ARGENTINAS DE ESTUDIOS DE POBLACIÓN. San Fernando del Valle de Catamarca,2009.
SCHIAVONI, Ángela. "**Fragmentos para armar Historias".** Revista *Estudios Regionales*. Número Especial 20 Aniversario del Centro de Estudios Histórico-Culturales Ángela A. Perié de Schiavoni, Posadas, 2002.
TAPIA LADINO, Marcela. **Las fronteras, la movilidad y lo transfronterizo: Reflexiones para un debate** [Borders, mobility and the transborder space: reflections for a discussion]. *Estudios Fronterizos, 18*(37), 61-80, doi:10.21670/ref.2017. 37.a04
ZORRILLA, Alejandra A. Aproximaciones para la estructuración socio-espacial de la actividad ganadera en el Territorio de Misiones. Número Especial (2020). **Revista *CRONÍA**, 2021*
ZORRILLA, Alejandra A. **De Márgenes y Fronteras: El Territorio Nacional de Misiones desde la producción ganadera y sus propietarios (1892-1930**). Monografía de Grado de la Licenciatura en Historia. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Misiones [Inédito] 2023.

Capítulo 8

MOVILIDAD FRONTERIZA Y REDES SOCIALES: LAS FAMILIAS PARAGUAYAS EN GARUHAPÉ (MISIONES, ARGENTINA) EN LA SEGUNDA MITAD DEL SIGLO XX

Gabriel Horacio Leal

Resumen
El presente trabajo tiene como objetivo analizar la migración fronteriza hacia Misiones en la segunda mitad del siglo XX, centrándose en los contingentes paraguayos que se establecieron en los pueblos y colonias del Alto Paraná, a lo largo de la frontera argentino-paraguaya. El caso de estudio es el poblado de Garuhapé. Esta migración generó nuevas configuraciones territoriales y redes sociales, basadas en relaciones de parentesco, amistad y asociaciones laborales entre los individuos, grupos y familias que se asentaron en la región. Estas redes permitieron que los migrantes tomaran decisiones respecto a su economía familiar y formas de vida en el nuevo entorno.

Introducción

En las regiones fronterizas, las líneas divisorias entre países se desdibujan, dando lugar a dinámicas sociales y migratorias complejas que desafían las fronteras formales. En la provincia de Misiones, Argentina, la migración paraguaya ha sido un fenómeno clave desde la segunda mitad del siglo XX, no solo por su impacto demográfico, sino también por la creación de redes sociales y económicas que traspasan límites nacionales. Este estudio se propone explorar cómo estas movilidades transfronterizas

configuraron nuevas territorialidades y formas de organización familiar y laboral en la colonia Garuhapé.

El territorio de Misiones aglutinó a los migrantes fronterizos de diversas movilidades poblacionales, provenientes de países lindantes – Brasil y Paraguay – y, también a migrantes procedentes de otros territorios del Estado Argentino; además fue escenario de recepción de inmigrantes latinoamericanos, europeos y asiáticos en una sociedad constituida por nativos criollos, grupos de negros y comunidades de originarios. En esta configuración socio-territorial, los intercambios, las movilidades y las actividades trazaron vínculos y redes que trascendieron los límites jurídicos y transgredieron las determinaciones políticas de los Estados Nacionales involucrados (Argentina, Brasil y Paraguay) en la región de frontera. Esta dinámica, no siempre contemplada en las narrativas de la Historia Nacional/Regional, es en la actualidad el foco de atención de las nuevas perspectivas teóricas, que estudian los procesos históricos observando la complejidad y la densidad de la realidad social -desde ciertas problemáticas y sujetos sociales antes inadvertidos-. Por ende, el concepto de frontera no coincide con lo demarcado políticamente, sino que más bien se concibe como *"espacios en construcción, móviles y elásticos [donde] se abandon[ó] así la idea de los lindes como espacios permanentes y estáticos"* (Tapia Ladino, 2022, p. 41). En ese sentido, se retomó una línea de investigación en torno a la colonización, en contexto inmigratorio, considerando el análisis a múltiples escalas y la movilidad social en espacios regionales situados en territorialidades transfronterizas.

La movilidad dentro y entre márgenes fronterizos, de diferentes jurisdicciones, es lo que nos convoca en el análisis de la población proveniente de Paraguay que, históricamente, compone los pueblos de Misiones y escapó a las lógicas colonizadoras implementadas desde el Estado argentino como desde las iniciativas privadas; por tratarse de movimientos espontáneos -no planificados formalmente. Esa forma de desplazamiento y movilidad fronteriza fue permanente y habitual, tanto a orillas del río Paraná como entre ambos países; formando corrientes

migratorias que impactaron demográficamente en distintos pueblos -al momento de producirse la radicación definitiva. En este caso observamos que, en la zona del Alto Paraná, ciertas familias mantienen los vínculos simultáneos en el país de origen y en el que habitan, conformando nuevas redes sociales; articuladas por lazos de parentesco, amistad, asociaciones laborales, etc.

En ese contexto – frontera argentino/paraguaya, Alto Paraná – tomamos como caso de estudio la colonia Garuhapé, que se caracterizó por la radicación de población paraguaya desde la segunda mitad del Siglo XX; un gran porcentaje de familias perseguidas y empobrecidas por la crisis político-económica en las décadas del 40, 50 y 60 en Paraguay que se establecieron en Argentina para forjar una nueva vida y un futuro mejor. Es a partir de visibilizar este panorama, que nos orientamos a analizar la migración fronteriza como uno de los tipos de movimientos que se transcienden y se produce en la frontera, con el objetivo de describir y comprender la dinámica de la circulación y circuito socio-económico como motor de la supervivencia familiar. Estas familias estuvieron siempre vinculadas a uno y otro lado del río Paraná y, ya asentadas en Garuhapé, fueron reconstruyendo sus relaciones entre ellas; a través del rearmado de nuevas redes sociales, articuladas por lazos de parentesco, de amistad, de asociaciones laborales, etc.

Analizar las redes de relaciones permite observar de qué modo se obtiene la información que orienta el proceso migratorio y las estrategias que las familias ponen en juego para garantizar su supervivencia en el nuevo espacio, también sobre cuáles son los factores que definen la conformación de grupos de trabajo y las formas en que se produce la acumulación de riqueza económica (Oviedo, 2021). Las redes sociales construidas con lazos entre las familias y las amistades son fundamentales y frecuentes para los pobladores fronterizos ya que, generalmente, a través del boca en boca circula la información sobre oportunidades de trabajo que aportan al conocimiento para aquellas personas imposibilitadas al acceso a la indagación por vías de comunicación formales – por no

contar con recursos económicos, formación educativa y/o por circunstancias traumáticas, pobreza, enfermedad, persecución, etc. Es decir que el contexto migracional influencia *"sobre el comportamiento, en los términos del uso instrumental que cada actor realiza y las relaciones que utiliza para conseguir sus propios fines"* (Benencia, 2005, p. 5).

Desde esa mirada es que en esta investigación subraya la necesidad de profundizar el análisis de las migraciones fronterizas y focaliza sobre los desplazamientos de familias y grupos de paraguayos, ello nos permitiría estudiar y comprender cómo funcionan las redes y los vínculos entre los migrantes, dentro del mundo laboral y del trabajo, aportando información *"sobre cuestiones como la pervivencia de formas de ganarse la vida distintas a las comprendidas por el trabajo asalariado, el lugar de la migración como estrategia de supervivencia familiar"* (Andújar y Lichtmajer, 2021, p. 3).

El presente trabajo de investigación propone un enfoque cualitativo y microanalítico, teniendo en cuenta que la problemática tiene como objetivo comprender las relaciones familiares y de otro tipo (amistad, laboral, de compadrazgo, etc.); sustentándose, principalmente, en la revisita analítica de las fuentes documentales, aunque entrecruzándola con otras fuentes de tipo oral, tales como entrevistas realizadas a familiares – descendientes de paraguayos. El foco de atención son los migrantes paraguayos/as que se asentaron en la zona de Garuhapé en la segunda mitad del siglo XX, considerando la información del Registro Civil publicada por Leonor Kuhn (2021): *"Presencia Paraguaya en Puerto Rico y zonas vecinas"*. A partir de esa información realizó una base de datos basada en los siguientes criterios para el/la poblador/a: Nombre y Apellido; Lugar de residencia; Estado Civil; Hijos/as (fecha y el lugar de nacimiento); Registro de trabajo; Datos adicionales (información excepcional ya que no se repetían en todos los casos como, por ejemplo, si eran Actas de Defunción, el nombre de los padres).

A partir de esta sistematización se reconoce a grupos familiares, identificando conjunto etario, etapas de migración,

ocupación laboral, como así también, Actas de Defunción y Nacimiento, Registros de carnet, lugares de procedencia, etc. de un total de 521 personas domiciliadas en Garuhapé y pueblos contiguos (Puerto Garuhapé, Puerto Lujan, Puerto 3 de Mayo, Cerro Moreno, Garuhapé-Mí/San Miguel). A través de ello, podemos observar las dinámicas al interior de las familias, como ser las movilidades de residencia a partir de los lugares de nacimiento de los hijos. Por otra parte, se entrecruzará con otras fuentes de época como el diario del El Territorio, tomando los anuncios necrológicos ente 1967 y 1968, donde se realizó un seguimiento a los paraguayos asentados en Misiones, y el periódico La Voz de Puerto Rico de 1966.

Este trabajo se estructura en tres grandes apartados, en primer lugar, se realiza una revisión conceptual de la noción de frontera, realizando un recorrido analítico por su definición y nuevas conceptualizaciones en relación y vinculación con los movimientos migratorios y las redes sociales. En segunda instancia, se procede a trazar el rol y la presencia de migrantes paraguayos en Misiones en la segunda mitad del Siglo XX, además de ir rastreando sus huellas en las colonias y pueblos a partir del análisis de las publicaciones necrológicas. Y, por último, se tomará como caso de estudio el poblado de Garuhapé como un receptor de movilidades fronterizas, poniendo en relación a los sujetos desde la vinculación de los registros alojados en Kuhn como fuente para comprender las redes y los lugares que accedían estas familias en territorio misionero.

La frontera como un espacio habitado y en movimiento: una revisión a su concepto

En los últimos años, se ha presenciado un avance significativo en la generación de trabajos sobre los estudios de frontera o *border studies* (Jaquet, 1998; Abinzano, 2015; Arellano y Oviedo, 2020; Oviedo, 2021, 2022, 2024b; Tapia Ladino, 2015, 2022; Leal, 2024a, 2024b), donde se reconfiguran y cuestionan nociones sobre este concepto. Se deja de lado la frontera como una demarcación y

límite, para centrarse en el análisis de las acciones y prácticas sociales situadas en los bordes y espacios fronterizos, permitiendo pensar en ellas como territorialidades dinámicas, flexibles y continuas. Se describe como *"espacios de interacción social, de movimiento constante, continuos y discontinuos, conflictivos y cordiales, aceptados y prohibidos, que atraviesan e intersectan los límites establecidos natural o arbitrariamente, fenómenos geográficos, decisiones gubernamentales, entre otras"* (Oviedo, 2021, p. 42).

La frontera se configura en torno a un espacio habitado, producto de las prácticas humanas y las experiencias de quienes la habitan y trascienden. Así, se comprende como *"espacios en construcción, móviles y elásticos [donde] se abandona así la idea de los lindes como espacios permanentes y estáticos"* (Tapia Ladino, 2022, p. 41). La movilidad y el desplazamiento, entre y a través de la frontera, desafían esos límites y dan lugar a diferentes formas de reproducción y disposición de los sujetos en ellas, tanto de un lado como del otro. De esta manera, se pone en cuestión la necesidad de atender a los factores sociales que entran en juego (Abínzano, 2015), ya que los sucesos que se presentan en la región de frontera son protagonizados por agentes sociales en interacción, integrando un entramado de relaciones y prácticas sociales en redes que se mantienen, actualizan y redefinen en el tiempo. En la cotidianeidad, los sujetos transitan por espacios jurisdiccionales diversos y transforman las reglas formales en beneficio propio.

En correlato a este nuevo repertorio de trabajos sobre frontera, las perspectivas historiográficas regionales y locales, junto con los procesos migratorios, permiten repensar y articular la frontera al concepto de región, como dos entes que configuran un espacio. Las concepciones sobre la región solían entenderse como configuraciones espacio-temporales estáticas, homogéneas y permanentes (Fernández, 2008). Actualmente, se refieren a territorialidades construidas socialmente, que surgen del análisis de las representaciones que los sujetos tienen de ella, nutriéndose empíricamente de percepciones, vivencias y experiencias (Oviedo, 2021). Esto implica comprender la región como una espacialidad en

constante construcción, donde la frontera desempeña un papel clave en su configuración.

Esta concepción permitió explorar nuevas escalas de observación. Según Van Young (1987), la región constituye una hipótesis a demostrar, lo que impide su definición a priori, ya que requiere ser reconsiderada y repensada constantemente. En este sentido, la frontera también es flexible y hace referencia a situaciones y delimitaciones cambiantes, ya que sus dinámicas dependen de las acciones de los sujetos. Misiones se configura como el núcleo de una Región de Frontera, donde diversos actores sociales interactúan continuamente, mediante un entramado de relaciones y prácticas sociales que se sostienen, actualizan y redefinen con el tiempo (Leal, 2024b). La cotidianeidad de los sujetos transcurre en distintos espacios jurisdiccionales – local/regional, provincial/nacional, internacional/mundial – que responden a normativas igualmente diversas, moldeadas y transformadas en función de sus intereses; así, la frontera se posiciona como un *"elemento sustancial en la dinámica del proceso de construcción y conformación de la misma"* (Oviedo, 2021, p. 42).

Estas nuevas formas de concebir la frontera como un espacio de interacción que se aleja de los centros de control centralizados (Man, 2012), permiten cuestionar esquemas interpretativos establecidos, basados en supuestos e ideas generales homogeneizantes. Esto lleva a replantear lo nacional desde lo local/regional e incorporar a grupos sociales y sujetos subalternizados. Poner en discusión las migraciones fronterizas facilita *"deconstruir ciertas imágenes historiográficas que se apoyan en evidencias parciales no mensuradas en su representatividad y que se trasmutan en auténticos paradigmas simplificadores y homogeneizantes del conjunto"* (Man, 2012, p. 220). Desde estas miradas, la frontera no solo se configura como un espacio flexible y dinámico, sino también como *"espacios donde se desenvuelven actores que las habitan y las cruzan con identidades distintas (regional, nacional, transfronteriza y transnacional), ubicados en posiciones diferentes y asimétricas"* (Tapia Ladino, 2022, p. 39).

A partir de estas discusiones en el campo de los estudios de frontera, los procesos migratorios son repensados (Oviedo, 2021; Tapia Ladino, 2015, 2022; Leal, 2024a y 2024b), en torno a espacios fronterizos que dejan de ser lugares de paso o "que simplemente se cruzan", para convertirse en escenarios de movilidad constante, donde sujetos transitan por razones económicas o familiares y se radican en algún punto que constituye la frontera. En estos procesos, la movilidad, entendida como un patrón de circulación de personas, bienes o información, *"en el que la perspectiva es la importancia social y cultural de ese movimiento"* (Heyman, 2021, p. 427). De este modo, las migraciones conforman desplazamientos en las zonas fronterizas que se entrecruzan con otros movimientos, ampliando el espectro de análisis de la frontera como factor de movilidad. Hablar de movilidad en la frontera implica reconocer no solo los cruces con fines de asentamiento, sino también los *"movimientos expresados en cruces diarios, semanales o por días que no tienen por objetivo establecerse en el «otro lado»"* (Tapia Ladino, 2022, p. 53). Frontera y movilidad se intersectan; la noción de movilidad está intrínsecamente vinculada al concepto de frontera, ya que *"cobra[rá] sentido en la medida en que hay intención de cruzarla o de moverse a través del límite"* (Tapia Ladino, 2022, p. 52–53).

En estos movimientos, la circulación y el tejido de relaciones son frecuentes. Las interacciones entre sujetos, sustentadas en vínculos familiares, de amistad o comerciales, son esenciales en circunstancias de movilidad migratoria. La persona que migra lo hace *"a través de redes de parientes y a su vez, él mismo podía ser el iniciador de una nueva red que atraía a otros miembros de la familia"* (Bjerg, 2010, p. 97). En el estudio de los procesos migratorios, el concepto operativo de red permite comprender y analizar las decisiones y los vínculos forjados entre los sujetos inmersos en la trama social. Estas relaciones evidencian *"la organización básica de los actores sociales y del ordenamiento de la producción, el trabajo, el mercado, la constitución política, etc."* (Imizcoz, 2001, p. 23 en González Gómez y Basaldúa Hernández, 2007, p. 3-4).

El análisis de los movimientos migratorios a partir de la categoría de redes sociales ha crecido (Ramella, 1995; Benencia, 2005; González Gómez y Basualdúa Hernández, 2007; Quiñones, 2009; Benencia y Ramos, 2014; Oviedo, 2024a; Zang, 2020, 2024; Oviedo y Zang, 2024; Zang y Gallero, 2024; Leal, 2024a), ya que entender las sociedades en clave relacional se centra, más que en el individuo mismo, en los modos y estrategias de comportamiento de los sujetos en relación con otros, impactados por un contexto social de pertenencia (Fanchin, 2015). A su vez, este tipo de análisis ha evidenciado cómo las relaciones forjan redes de solidaridades y alianzas, conformando grupos sociales. A partir de estas vinculaciones, se observa cómo se produce una distribución desigual de recursos, económicos, informativos, entre otros. Las redes sociales formadas entre individuos en contextos de movilidad, y en particular en procesos migratorios, son clave para la información sobre mercados de trabajo u oportunidades laborales en los lugares de arribo. De esta manera, las relaciones que se tejen habilitan rutas de información, que orientan y configuran en qué lugares o sitios de trabajo se podrán insertar (Benencia, 2005).

De esta manera, red y frontera están entrelazadas conceptual y empíricamente, dan cuenta de las interacciones, los flujos y los intercambios entre sujetos y familias, aluden a las decisiones de las personas que emigran, ya no como sujetos aislados, sino *"ubicados concretamente en el interior de redes de relaciones y, por tanto, interactuando con otros individuos, dentro de flujos recíprocos de comunicación y de intercambios"* (Benencia, 2005, p. 5). Estas vinculaciones serán con familiares desde su lugar de origen, mediante cartas u otros medios, dependiendo de la tecnología y los recursos disponibles, por medio de relaciones que se entablan entre migrantes o alianzas establecidas con los residentes, según la situación y los tiempos lo permitan.

Las movilidades migratorias paraguayas en Misiones en la segunda mitad del siglo XX

El Territorio de Misiones, situado y configurado como el núcleo de una Región de Frontera[1], históricamente fue receptor de grupos de poblamiento impulsados, en gran medida, por la movilidad social fronteriza; de migrantes provenientes de otras jurisdicciones del Estado Nacional argentino y de los países limítrofes, sean nativos de criollos, indios y negros como inmigrantes y sus descendientes transoceánicos y latinoamericanos. Ello, desde fines del Siglo XIX, generó un aceleramiento de los desplazamientos hacia el interior de los mismos poblados y colonias, emergentes en el contexto de la colonización. De esta manera, se fueron implementando y entrecruzándose diferentes modelos de asentamientos y de colonización[2], por un lado, desde iniciativas del Estado Nacional u oficial, el cual se ocupó de repoblar los antiguos pueblos jesuíticos[3] y la creación de nuevos pueblos y colonias en la zona sur del territorio; en esta línea de acción se regularizaron las situaciones de poblados ya asentados de Candelaria y Santa Ana (1883), posteriormente, esto se extendió a otros a las colonias de Loreto,

[1] El territorio de Misiones se constituye como el núcleo de una Región de Frontera, compartiendo un 90 de su frontera con los países del Paraguay y del Brasil, y sólo un 10% con la provincia argentina de Corrientes. Espacio donde las tramas y las redes entre los sujetos, configuran y construyen diversidad de territorialidades al interior y sobre la frontera, en múltiples realidades sociales, económicas, culturales y políticas (Oviedo, 2024a)

[2] Por un lado, definimos el término "colonización" no en sentidos de colonialismo, sino al proceso de ocupación de la tierra de manera *"planificada, ya sea por el Estado o por una empresa particular, que tiene por objeto la ocupación y el cultivo de la tierra por parte del colono"* (Gallero, 2008, p. 64). La Ley Nº 817, De inmigración y colonización, promulgada el 19 de octubre de 1876, estimada la ocupación y organización de los terrenos por parte administrado por el Estado Nacional – a lo que fue denominado dentro de la historiografía como Colonización Oficial.

[3] Corpus, San Ignacio, Loreto, Santa Ana, Mártires, Candelaria, Cerro Corá, San José, San Javier, Apóstoles y Concepción de la Sierra.

Bonpland (1894) y con los pueblos de San Ignacio (1907), San Javier (1912); entre las experiencias, el Gobernador del Territorio de Misiones, Juan José Lanusse (1896-1905), emprendió la refundación de la Colonia Apóstoles (1897) con la incorporación de inmigración galitzianos, el éxito de esta iniciativa impulsó, en poco tiempo, la fundación de la Colonia Azara. Una vez que se agotaron las tierras disponibles en ambas colonias, varios colonos aceptaron parcelas en San José, Corpus y Cerro Corá (Gallero y Krautstofl, 2009).

Por otro lado, se promovieron iniciativas oficiales de carácter privado desde empresas extranjeras y nacionales o de particulares[4], y por cuenta de las familias, los grupos étnicos y las comunidades nacionales involucradas. Dentro del marco la Ley de Inmigración en Misiones, estas iniciativas se consolidaron en las décadas del Siglo XX con el accionar de las compañías colonizadoras dirigidas por empresarios particulares, quienes expandieron la colonización desde la zona centro, donde emergieron pueblos totalmente nuevos con unidades de producción agrícola-yerbatera, hacia el Alto Paraná[5]; sobre la base de asentamientos provisorios y esporádicos en grandes extensiones de tierras con establecimientos yerbatero-madereros, pertenecientes a dueños ausentistas (Gallero, 2008; Oviedo, 2021).

Es decir, que en el entre-siglo, en Misiones primaban las actividades extractivistas, fundamentalmente de explotación yerbatera-maderera a cargo de establecimientos obrajeros situados a ambas orillas del río Paraná. Sin embargo, al extenderse la actividad agrícola en esos lugares, comenzó *"la decadencia de la etapa*

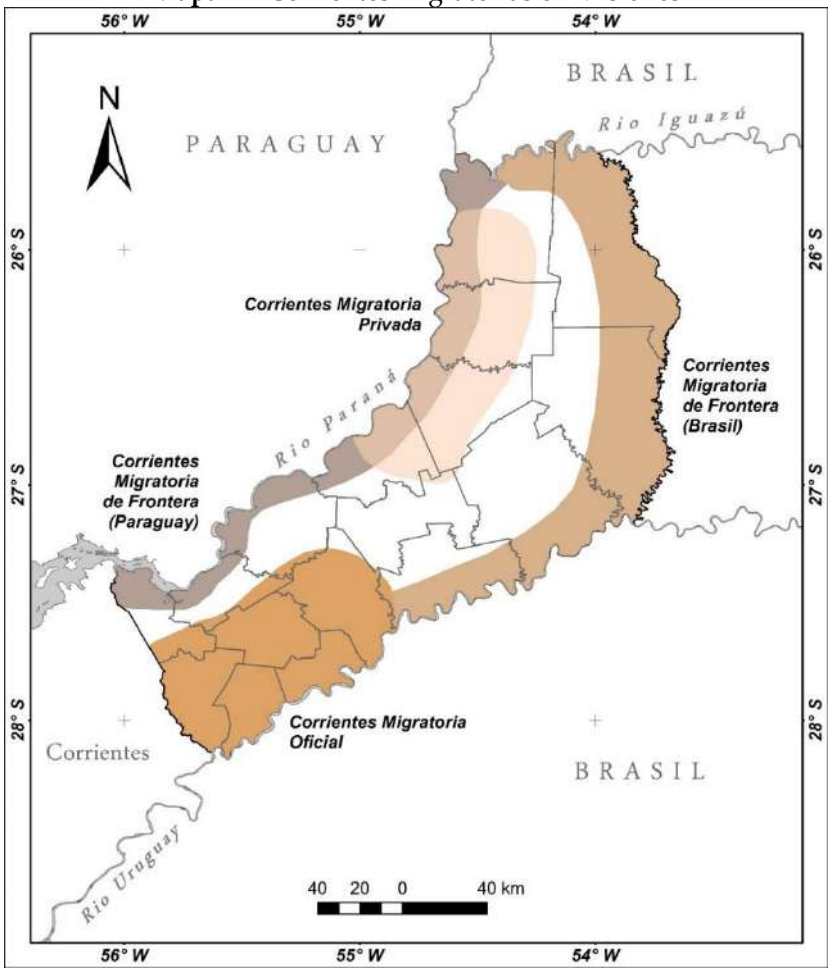
[4] La ley 817 de inmigración y colonización de 1876 (Ley Avellaneda), ponía a Misiones como tierra disponible para su colonización, principalmente por familias de inmigrantes europeos, la planificación desde el Estado se basó en la distribución de las denominadas tierras fiscales o nacionales -en ese momento- y luego incluyó la venta de ciertas porciones a empresas privadas que, a su vez, loteaban y revendían.

[5] En los registros de época esta región "comprendía un vasto territorio, abarcaba una franja recostada a ambas orillas del Río Paraná, dentro de Misiones se extendía desde Corpus hasta Iguazú ocupando la mitad de las tierras hacia la izquierda" (Oviedo, 2021, p. 135).

del frente extractivo […] surgiendo así colonias agrícolas pobladas con inmigrantes." (Zang y Fantin, 2020, p. 12). A partir de ese momento, el Alto Paraná fue objeto de proyectos colonizadores planificados e ideados, inicialmente, en torno a objetivos económicos y productivos – redituable para los emprendedores y compañías – (Gallero, 2022); estos proyectos se incorporaron al afán colonizador pues incluyeron la venta y el loteamiento de tierras a pobladores que se aglutinaban en los alrededores de las empresas y constituían la mano de obra o peonaje de las mismas.

Las compañías y sociedades, de corte nacional y extranjera, adquirieron grandes extensiones de tierras y acoplaron a sus actividades iniciales la reventa fundiária; entre ellas se destacaron las Compañía Eldorado Colonización y Explotación de Bosques limitada S.A. de Adolf Schwelm y la Sociedad Colonizadora Alto Paraná Culmey y Cía. de Carlos Culmey, que fundaron los pueblos de Eldorado (1919), Montecarlo (1920) y Puerto Rico (1919), fundamentalmente, con pobladores de origen alemán y brasilero-alemán (Gallero, 2008). Otros emprendimientos colonizadores de particulares expandieron ese negocio ubicando a grupos de origen suizo (Zang y Fantin 2020) en los alrededores de esas poblaciones y así surgieron las colonias de Oro Verde (1920), Puerto Victoria (1939).

Mapa 1 – Corrientes migratorias en Misiones



Fuente: Oviedo y Zang (2024)

En ese contexto y desde esa modalidad algunos pobladores emprendieron vuelo colonizador en menor escala e *"imitando la estrategia colonizadora con los recién llegados […] usufructuando, a su vez, de los aprendizajes obtenidos en su anterior experiencia de gestión y obtención de títulos"* (Oviedo, 2022 p. 81). En estos casos encontramos la fundación de Santo Pipo (1924) por parte de Leiva y Lagier, quienes incentivaron el asentamiento de pobladores suizos y gestionaron nuevas fuentes de trabajo para sus vecinos (Oviedo,

2022). El proceso de poblamiento continuó progresivamente hacia el norte y, ya mediando el siglo, como parte de su acción la empresa maderera "Arriazu, Moure y Garrasino. Obrajes y Aserraderos. S.R.L." emergió la Colonia Garuhapé (1946) conformada, primeramente, por pobladores criollos fronterizos, de inmigrantes como de descendientes, y luego, por vinculación entre la Compañía de Inmigración Japonesa y el Gobierno argentino, se funda la Colonia Lujan (1959) integrada por la comunidad japonesa.

Entre estos bloques colonizadores organizados, emergieron otros particulares que motivaron la afluencia de migrantes provenientes de los bordes fronterizos, fomentando otros modelos de colonización combinada –compra y venta de tierra, ubicación de contingentes, tramitación de tierras- que respondían a la *"variedad de sujetos implicados en la gestión, formal e informal, la diversidad interna y la intencionalidad que motorizaban estas acciones"* (Oviedo, 2024b, p. 261). No obstante, esta fue una estrategia colonizadora que atendía a la movilidad que fue considerada como "espontánea", correspondiente a desplazamientos de poblaciones que no se encuadraban dentro de los modelos establecidos, entre esos grupos estaban los migrantes de Paraguay y Brasil. El movimiento migratorio proveniente de Paraguay es histórico y constante en la Región, antes de finalizada la Guerra de la Triple Alianza (1865 – 1870) el territorio misionero era habitado y transitado mayoritariamente por comerciantes y militares de Paraguay (Oviedo, 2024a) y, finalizado el enfrentamiento bélico y establecidos los limites definitivos entre los contendientes, se establecieron allí tanto paraguayos como brasileños; sobre esta base se promueve la afluencia de inmigrantes europeos, sin embargo estos últimos serán los más beneficiados en el acceso a la tierra.

Según Mario Boleda (1977) y entrado el Siglo XX, la población extranjera de origen europea eran los:

> ocupantes de la tierra y propulsores de actividades productivas de mayor aliento que los nativos y los migrantes procedentes de países vecinos. Su instalación – con cierta capacidad de inversión, y apoyo

> oficial – pudo haber limitado las posibilidades de operación en negocios de tipo más extractivo y transitorio, desalojando pobladores. Pero, a la vez, la puesta en funcionamiento de empresas productivas más estables exigirá la disposición de mano de obra efectiva, necesidad que fue cubierta por una mayor afluencia de población desde el Paraguay (Boleda, 1973, p. 36)

En el Cuadro 1 (extraído de Mario Boleda) la población paraguaya en 1914 solo era propietaria de un 4,5% del total de extranjeros, un 6,6% era arrendataria y 5,3% de otras formas de ocupación de tierra[6]; esta situación se modificó en 1920 disminuyendo a un 2,3% como propietarios, aumentando las demás formas de ocupación de la tierra. En cambio, ellos se insertaban a las chacras o las empresas como mano de obra y para las empresas aserradoras:

> La mano de obra preferida es la de origen paraguayo, debido a la habilidad y experiencia que tienen dichos obreros en el trabajo. [Estos trabajadores vivían] en ranchos precarios, construidos generalmente con el descarte de láminas de terciados, [las] paredes y techos están construidos con el mismo material. (Mercanti, 1983, p. 30).

[6] En algunos casos las familias que trabajaban para compañías o sociedades tenían acceso a casas prestadas por las mismas empresas, en otros, en el caso de los trabajadores a los costados del río Paraná como "jangaderos" o transportadores de madera, vivían en casas precarias en los bordes desocupados (Leal, 2024a)

Cuadro 1 – Participación de los argentinos y extranjeros en las formas principales de tenencia de las explotaciones agrícolas. Misiones 1914 – 1920 (%)

	1914			1920		
	Propietarios	Arrendatarios	Otros	Propietarios	Arrendatarios	Otros
Argentinos	14.6	18.1	11.9	19.1	42.6	21.3
Extranjeros	85.4	81.9	88.1	80.9 (+)	57.4 (+)	78.7 (+)
Alemanes	2.5	0.8	9.3	3.1	0.6	3.5
Austríacos	35.4	2.7	13.8	37.7	0.6	10.6
Brasileños	28.4	55.6	23.1	10.2	40.0	28.9
Chilenos	0.1	- -	- -	0.1	- -	- -
Españoles	1.2	1.2	1.1	2.1	0.2	1.8
Franceses	1.2	0.4	1.2	1.4	0.4	1.3
Británicos	0.1	- -	0.5	0.1	- -	- -
Italianos	2.2	1.9	3.0	2.9	1.0	1.2
Estadounidenses	- -	- -	- -	- -	- -	- -
Paraguayos	4.5	6.6	5.3	2.3	5.7	5.5
Rusos	5.1	- -	19.8	2.9	0.2	4.1
Suizos	0.7	0.4	0.5	0.4	0.2	0.2
Turcos	- -	- -	- -	0.1	- -	- -
Uruguayos	0.6	- -	0.3	0.4	0.8	0.3
Otros	3.4	12.3	10.2	16.9	7.6	22.2
Total %	100%	100%	100 %	100%	100%	100 %
Total de casos	1872	259	571	1754	519	2533

Fuente: Boleda (1977).

No obstante, desde mediados del siglo XX y debido a la crisis política que atravesaba Paraguay[7], donde en los últimos años del liberalismo fue escenario de diferentes conflictos sociales[8] (como lo fuera la Guerra del Chaco); pero, principalmente en las décadas en las que el partido colorado[9] se estableció en el gobierno, se observa una mayor afluencia y radicación de pobladores paraguayos en Misiones (Ver Cuadro 2); gran porcentaje de familias se desplazaban en busca de refugio y de un nuevo hogar para el desarrollo familiar ya que las mismas eran *"víctimas de persecuciones políticas, encontrando en este lado del río, su única posibilidad de refugio"* (Kuhn, 2007, p. 235).

[7] El Paraguay, después de la guerra de la Triple Alianza, transitó por diferentes crisis y estadios político, social y económico, durante la primera mitad del siglo XX el poder político democrático fue fluctuante y poco estable, a cargo de los diferentes partidos y poderes militares pero, particularmente, desde la década de 1920 comenzó un fuerte *"cuestionamiento a la democracia liberal, con el argumento de que no era apropiada para promover el desarrollo económico y los cambios sociales que requería el país"* (Yegros, 2010, p. 225). Fue así que, desde la segunda presidencia de Manuel Gondra, debido a la grave crisis económica, mucha población activa emigró a las zonas vecinas, "*unos 17.000 paraguayos fueron registrados en los territorios argentinos de Formosa, Chaco y Misiones"* (Yegros, 2010, p. 226), dando como resultado la expulsión y la emigración de un gran porcentaje de la población a las zonas fronterizas.

[8] Guerra Civil (1923 – 1924), Declaración de Estado de Sitio (1931), Guerra del Chaco (1932 - 1935) y Revolución de 1936

[9] Durante los años 1939 – 1948 Paraguay se encontró bajo dos gobiernos de Facto (José Félix Estigarribia y Higinio Morínigo), donde se desata la Guerra Civil Paraguaya de 1947; a partir de 1948, con la renuncia de Morínigo, asume la presidencia provisional Juan Manuel Frutos, colocando el poder político a mano del partido colorado, donde la persecución política será un factor de migraciones masivas por parte de familias y militantes.

Cuadro 2 – Población extranjera radicada en Misiones, según Nacionalidad – 1895/1950 – (fechas censales)

	1895	1914	1947	1960*
Total de extranjeros	16835	20441	64626	82386
Americanos	15860	13255	45842	68593
Norte y centro	15	25	65	35
Sur de América	15845	13230	45777	68558
Brasil	11630	7023	16764	21152
Chile	10	15	44	149
Paraguay	3962	5810	27321	46771
Uruguay	234	365	369	256
Otros	9	17	1279	230
Europeos y otros países	975	7187	18784	13793
*Se distribuyo proporcionalmente nacionalidad desconocida				

Fuente: Boleda (1977).

Una parte reducida de esa población paraguaya se insertó laboralmente a espacios administrativos y, con el tiempo, se convirtió en propietaria de algunos establecimientos madereros; entre ellos algunos accedieron a la tierra, por compra y por herencia, logrando ser terratenientes como lo fue Martín Venialgo, fundador de Puerto Istueta:

> Sus posesiones se extendían por sobre el límite de los países: 850 has en costa argentina y 350.000 has. en Paraguay. [Y] Entre sus bienes, contaba además 100.000 has. en arriendo en la costa argentina y 16 aserraderos, con equipos modernos y estación de radio, y otros obrajes en Gdor. Lanusse y Puerto Wanda en Misiones. (Oviedo, 2021, p. 122-123).

Una gran parte de estos pobladores, que huían, se movilizó a lo largo de los poblados situados en la franja del río Paraná (ver Mapa 1), asentándose en la ciudad de Posadas (actual capital de Misiones). Sin embargo, también se desplazaron por los pueblos

y colonias de la región denominada Alto Paraná, hasta establecerse definitivamente en distintas localidades de la franja costera. Entre las fuentes de la época que permiten rastrear sus historias y trayectorias, se encuentran los anuncios necrológicos publicados en el diario El Territorio, donde se puede observar a un contingente de pobladores paraguayos (ver Cuadro 3) asentados en diferentes pueblos y colonias de Misiones, principalmente en la ciudad de Posadas.

En estos breves datos sobre 13 personas, se nos ofrece un panorama de los diversos circuitos y mercados de trabajo. Algunos eran propietarios de establecimientos y comercios, como Don Facundo C. Martínez, uno de los hermanos dueños de "Café Martínez", y Don Ricardo Santos González, quien poseía un establecimiento agrícola en El Alcázar. Otros desempeñaban una variedad de profesiones, como trabajadores en comercios y empresas (Don Telmo Rodríguez, Amadeo Camelli, y Don Didino Ramos), un deportista (Roberto Maciel González), una docente (Da. Carmen L. Irrazabal de Ayala, conocida como "Macha"), y un abogado y político (Higino Arbo). Además, se mencionan a tres mujeres dedicadas a las labores domésticas — amas de casa — (Genara Bogado, Doña Máxima Dávalos de Pereyra, y Doña Filomena Ríos de Durán), así como un estudiante de nivel secundario (Max Fernando Benítez).

Por otra parte, se observar las relaciones y vinculaciones que forjaron con otras familias, tanto dentro de Misiones como con otros territorios provinciales como países; ejemplo de ello fue Doña Máxima Dávalos de Pereyra, donde su muerte enlutó a las familias: Cardozo Fernández, Dávalos, Sturner, quienes estaban "ligadas por lazos de parentesco" (ElTerritorio, 28 de junio de 1967); otro caso fue el de Doña Filomena Rios de Duran, su fallecimiento afectó a las familias Dornelles Durán, Libutti, Cáceres, Mendieta, Cabral, Jantus, Matiauda y Ríos.

De esta manera, observamos como los sujetos van trazando un recorrido en el territorio de Misiones, dentro de la franja recostada del río Paraná, donde se adentraban en los pueblos, y se iban

agenciando en diferentes espacios, tanto dentro de los hogares como en espacios económicos variados, siendo dueños y empleados de comercios, mientras que otros pudieron acceder a estudios superiores.

Cuadro 3 – Sistematización de Paraguayos asentados en Misiones a partir de las necrológicas de ElTerritorio 1967/1968

Sexo	Nombre y apellido	Datos de nacimiento	Familia	Lugar/lugares de residencia	Ocupación	Otros datos	Fecha de publicación
Hombre	Don Telmo Rodríguez	Encarnación (Paraguay)		Puerto Libertad	Cargo de Responsabilidad dentro de la Empresa Safac		02 de enero de 1967
Mujer	Genara Bogado	Paraguay	Tenía 7 hijos (nacidos en Paraguay)	Puerto Península (Alto Paraná)	Ama de casa		19 de enero de 1967
Hombre	Roberto Maciel González	Asunción (Paraguay)	Casado. Tuvo 9 hijos: Rubén (vivía en Asunción) quien debutaba en Club Mitre de Posadas Milciades fue futbolista del Club 2 de Mayo de Eldorado	Eldorado	Deportista	Se mudó del Paraguay al Eldorado hace dos décadas Se desarrollo en actividades del comercio Presidió durante 1956 – 1958 el Club Hogar y Selva, se integró a la Liga Eldoradense	26 de abril de 1967

			Sergio, Carlos y Sergio militaban en el Club Jorge			Se mudó a Posadas hace 3 meses en busca de Salud	
Hombre	Amadeo Camelli	Paraguay			Desempeñó varias funciones públicas en Paraguay, y trabajó durante muchos años en una sucursal de la familia Ruiz y Jorba		21 de junio de 1967
Mujer	Doña Máxima Dávalos de Pereyra	Nació en Encarnación (Paraguay) el 29 de mayo de 1900		Se trasladó en San Ignacio, y posteriormente a Posadas	Ama de casa	Enluta a las familias: Cardozo Fernández, Dávalos, Sturner, *ligadas a ella por lazos de parentesco*	28 de junio de 1967
Hombre	Max Fernando Benítez	Max Benítez (padre) y Stella Maris Villagra (madre)			Estudiante de secundaria		07 de marzo de 1968

Mujer	Da. Pastora Martínez de Cardozo	Nació en Encarnación (Paraguay) el 9 de agosto de 1906	Casada con Ramón Davalos, tuvieron 6 hijos – enviudo prontamente	Residió desde los nueve años en Misiones, primero en San Ignacio	Su nombre estaba ligado a numerosas instituciones religiosas y de caridad, en las que trabajó incansablemente		11 de marzo de 1968
Hombre	Higino Arbo	Nació en Paraguay		Asentado en la ciudad de Posadas desde 1915 hasta 1930,	Abogado	Miembro del partido Liberal Fue docente en la Universidad Asuncena Fue parte de la Guerra del Chaco. Fundó el Banco Martens – ex banco popular, como otras entidades sociales y culturales	27 de marzo de 1968
Mujer	Da. Carmen L. Irrazabal	Nació el 16 de septiembre	Casada. Mariano Irrazabal	Posadas	Maestra. Ejerció la docencia en la Escuela		20 de abril de 1968

	de Ayala "Macha"	de 1920 en Asunción (Paraguay)	(Padre) – cónsul del Paraguay		Nacional para adultos N°2 de Posadas		
Mujer	Doña Filomena Rios de Duran	Nació el 5 de junio de 1890 en Encarnación	Casada con Don Manuel Durán – enviudo en 1955. Tiene nietos y bisnietos	Su familia se afincó en Misiones a principios del siglo XX	Ama de casa	Su fallecimiento afecta a las familias Dornelles Durán, Libutti, Cáceres, Mendieta, Cabral, Jantus, Matiauda y Ríos.	27 de abril de 1968
Hombre	Don Facundo C. Martínez	Nació en la República de Paraguay	Casado con doña Francisca Almeida, con quien tuvo 8 hijos		Dueño de Café Martínez		26 de septiembre de 1968
Hombre	Don Ricardo Santos González	Nació en Encarnación		Posadas El Alcázar	Al llegar a Misiones regenteó en una estación de servicio, para luego comprar	Participó de la Guerra del Chaco	28 de septiembre de 1968

					un chacra donde poseía un establecimiento agrícola en El Alcázar		
Hombre	Don Didino Ramos			Se mudó primeramente en Apóstoles, transitó por localidades del Alto Uruguay hasta afincarse en Posadas	Se dedicó al comercio Fue corresponsal del diario El Territorio	Era miembro del Partido de la Unión Civica Radical en Apóstoles	21 de noviembre de 1968

Fuente: Elaboración del autor en base a ElTerritorio (1967 – 1968).

Familias moviéndose en Misiones. Paraguayos/as en la localidad de Garuhapé

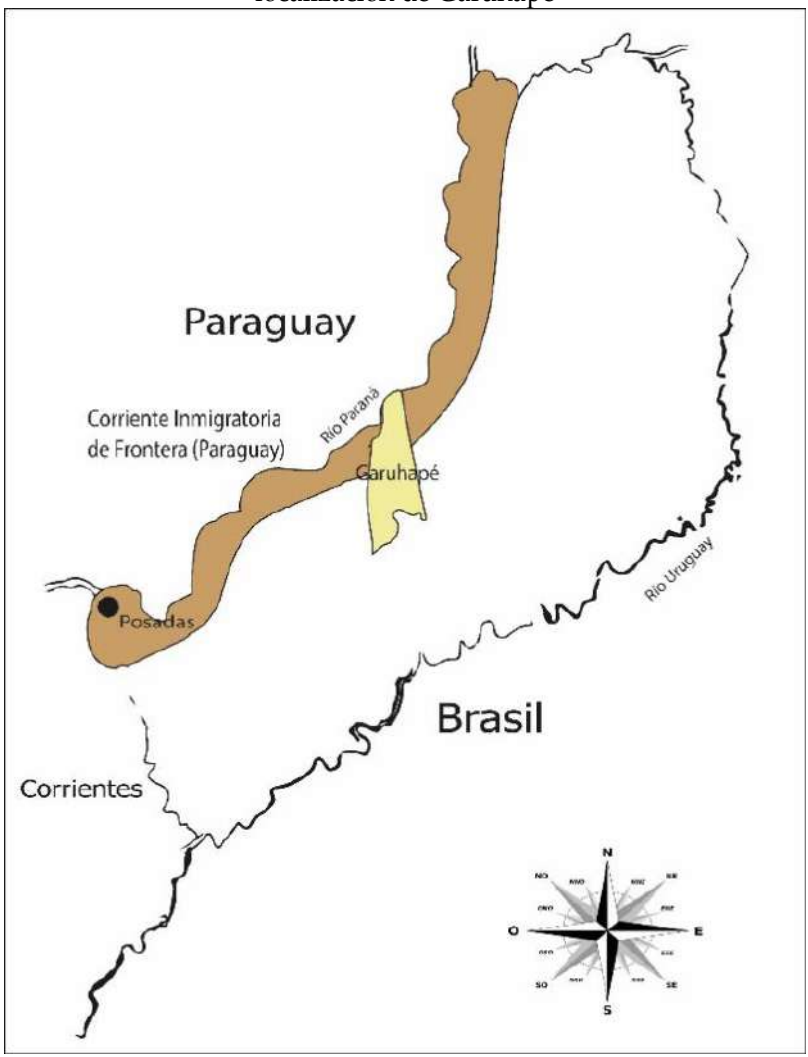
La emigración implica mucho más que afincarse en un lugar o porción dentro de un territorio determinado. Es una "experiencia individual o particular [o grupal familiar], pero en la decisión de emigrar participaba un mundo más amplio de actores que tomaban decisiones en un contexto de racionalidad limitada (Bjerg, 2010, p. 81), es decir, en este acto de desplazamiento y en búsqueda de nuevos rumbos para los sujetos o las familias, se ven implicados otros factores que influyen en las decisiones que van tomando desde el trayecto inicial, incluso en el lugar de llegada. En este proceso, complejo, dinámico y fluctuante que es migrar, los sujetos ponían en juego diferentes estrategias, configurando y tejiendo redes al interior y entre las familias y los diversos grupos, tanto en el devenir de la travesía migratoria o, como en el caso de los migrantes fronterizos, desde relaciones entre familiares y amigos.

En este derrotero, de experiencias y vivencias, ubicamos a un conjunto significativo de familias de origen de paraguayas, y descendencia paraguaya, en la localidad de Garuhapé. Este poblado se fundó como parte del plan de acción de la sociedad maderera "Arriazu, Moure y Garrasino (A.M.G). Obrajes y Aserraderos. Sociedad de Responsabilidad Limitada" en 1946, los cuales destinaron unas parcelas[10] al loteo para la colonización y el consecuente de familias trabajadoras. Parte de las tierras adquiridas estaban ocupadas por familias ya asentadas, desde un tiempo en la zona. No obstante, la formalización del poblado comenzó cuando la empresa levantó una fábrica de terciados en las cercanías de lo actualmente es la zona céntrica de Garuhapé, aglutinando a las familias previamente asentadas en el poblado

[10] Esta compañía poseía una propiedad total de 100.000 has., y en el proceso de consolidación de la presencia de la Sociedad, destinaron una porción de parcelas para el loteo de tierras fue destinadas para lo que se denominó "Colonia Garuhapé", que fue subdividida en lotes de 30 hectáreas a cargo del agrimensor Sr. Alfred J. Pomar (Tschumi, 1948).

que, posteriormente, se denominó poblado San Miguel o "Garuhapé-Mí". La instalación de esta sociedad maderera fue clave para la ocupación territorial y la radicación de los pobladores en la zona, ya que se constituyó en la principal fuente de trabajo de gran porcentaje de las familias residentes en el lugar.

Mapa 2 – Corriente migratoria paraguaya en el territorio de Misiones y localización de Garuhapé



Fuente: Elaboración del autor.

La población de Garuhapé estaba conformada por grupos provenientes de pueblos cercanos, tanto de jurisdicciones argentinas como paraguayas, aunque la mayoría eran migrantes paraguayos. El registro de Leonor Kuhn da cuenta de los pobladores paraguayos asentados en distintos puertos y poblados de la zona de Garuhapé. Algunas de estas familias se establecieron en la zona fronteriza del Puerto Garuhapé, a orillas del río Paraná, y se dedicaban a la comercialización de productos que transportaban en jangadas. Las familias que habitaban esta franja, conviviendo en casas precarias, mantenían relaciones de solidaridad y compañerismo. Observar estas dinámicas nos permite comprender no solo la importancia de la actividad portuaria para la región, tanto antes como durante el asentamiento de la sociedad AMG, sino también vislumbrar el dinamismo esperanzador que las zonas fronterizas ofrecían a los sujetos comunes, independientemente de su voluntad o necesidad de migrar. De este modo, la frontera no solo se presenta como un espacio social, un territorio habitado, atravesado y movilizado por el contacto entre personas de distintos lugares, sino también como una territorialidad que se historiza a través de las relaciones cotidianas. Esto nos permite *"explicar la interacción y los vínculos que se producen al cruzar la frontera, convirtiéndola en un recurso y, en muchos casos, en una oportunidad"* (Tapia Ladino, 2022, p. 50).

En ese contexto, la actividad portuaria fue de gran relevancia para la zona y por ende fue nexo en las interacciones entre distintos sujetos -en diferentes situaciones y posicionamientos-; entre los que la sociedad AMG jugó un gran papel debido a las actividades e inversiones realizadas en la costa del Río Paraná, articulando los diferentes puertos, no sólo para la comercialización sino para la venta a otras empresas madereras de la región. Desde la empresa y desde el puerto de Garuhapé:

> cada jangada llevaba hasta 50 rollos a lo ancho y hasta 200 metros que acompañaban la formación para intervenir y arreglar en forma inmediata en caso de que los troncos que estaban atados con alambre se separaran […] Estas maderas eran vendidas a la Empresa Heller

de Posadas y otras cargas eran destinadas al aserradero que la empresa tenía en Corrientes (Bogado, 2018, p. 22).

La presencia de paraguayos en los distintos puertos, asentados y/o trabajando en el lugar, nos induce a comprender no sólo la importancia de la actividad portuaria para la zona, tanto con antelación como en paralelo al asentamiento a la sociedad AMG, sino que, además, vislumbrar el dinamismo esperanzador que cobran las zonas fronterizas para los sujetos comunes, pese o no la voluntad de migrar en sus intenciones.

Imagen 2 – Una Jangada en el Puerto Garuhapé



Fuente: Hacia el centenario (2019).

Otra parte de los migrantes se insertó posteriormente como trabajadores en la empresa de madera y terciados. *"En su mayoría eran personas que habían llegado escapando de la Revolución del año 47 en Paraguay, ingresando al paraje por el acceso de 3 de Mayo"* (Bogado, 2018, p. 18). Algunos se movilizaron a través de redes de amistades, como Vicente Humberto Monzón Meyer, quien se interesó gracias

a *"la información de un amigo que le contó sobre la nueva colonización de la empresa Moure y Garrasino, que prometía generar numerosos puestos de trabajo, y así decidió trasladarse a Garuhapé"* (Kuhn, 2021, p. 288). Otro ejemplo es Fulgencio Olmedo, quien *"convencido por la invitación de un amigo, se mudó a Garuhapé-Mí a principios de 1965. De inmediato consiguió empleo en la fábrica Garumí, en la sección de transporte de rollos de madera"* (Kuhn, 2021, p. 291).

Imagen 3 – Fábrica de Terciados



Fuente: Documental "La Chimenea" (2012).

Este tipo de relaciones, o más precisamente, estas redes de amistades y la difusión de información sobre oportunidades laborales, como las que conectaron a Fulgencio y Vicente, eran muy comunes y brindaban conocimiento de posibilidades a personas que no tenían acceso a información a través de medios formales, especialmente considerando las difíciles circunstancias y los escasos recursos de los migrantes. En contextos migratorios, estas redes de relaciones influyen en *"el comportamiento, en términos del uso instrumental que cada actor hace de dichas relaciones para alcanzar sus propios objetivos"* (Benencia, 2005, p. 5). Además, al activar estas

redes sociales en un contexto fronterizo, podemos repensar cómo las oportunidades de acceso a información y cercanía, particularmente cuando se trata de redes de amistad entre personas del mismo origen, familia o grupo étnico, ponen en evidencia *"la dimensión de la estructura social —entendida como una estructura de relaciones— como un factor condicionante de los recorridos sociales"* (Benencia, 2005, p. 7).

Según los registros de Leonor Kuhn (2021), los paraguayos establecidos en Puerto Rico y pueblos contiguos, pertenecen a aproximadamente a 545[11] personas registradas en Garuhapé, Garuhapé-Mí, Puerto Garuhapé, Cerro Moreno, Puerto 3 de mayo y Puerto Lujan, desde 1946 hasta 1960 (Kuhn, 2021). La mayoría de las personas que componen este conjunto se desenvolvieron en las chacras, como agricultores productores o peones jornaleros, que es la ocupación mayoritaria entre los registrados. Otros tenían oficios y trabajaron como carpinteros, sastre, albañiles, mecánicos, choferes, zapateros e, incluso, contratistas (como es el caso de González Antonio).

En el siguiente cuadro (Ver cuadro 4), presentamos una estadística aproximada sobre la cantidad de pobladores que, en total, se movilizan y asientan en Garuhapé, contabilizando tanto a hombres como a mujeres, parientes consanguíneos y políticos, compatriotas o conocidos; teniendo en cuenta la información referencial de los biografiados.

[11] Este trabajo con los registros civiles se había realizado anteriormente (Leal, 2024a) donde se habían sistematizado un total de 521 personas, pero en el transcurrir de la investigación se han entrecruzado los datos familiares reconociendo otros sujetos que habitaban Garuhapé de manera momentánea.

Cuadro 4 – pobladores asentados en Garuhapé y zonas lindantes

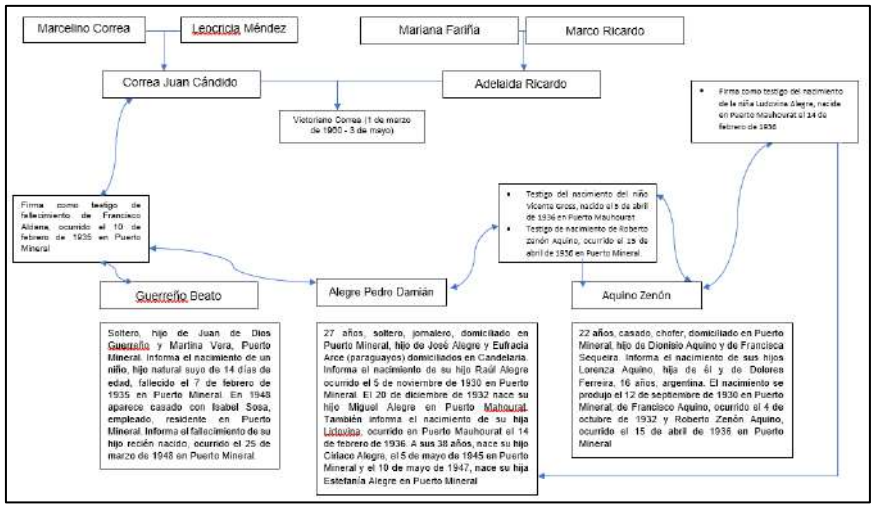
Total de Registros de paraguayos/as en Puerto Rico y Zonas Vecinas: 2.681													
Total de registros de paraguayos/as en Garuhapé y aledaños: 545													
Hombre	Mujer	Hijos			Hijas			Padres	Madre	Padrastro	Hermanos	Vecinos	Primo	Conocido
308	237	348			309			357	417	1	2	5	1	1
		Vivos	Nac. Sin vida	Murieron	Vivos	Nac. Sin vida	Murieron							
		317	9	22	278	20	11							
		Total						Total		Total	Total	Total	Total	Total
		657						774		1	2	5	1	1
Total: 1986														

Fuente: Elaboración del autor en base a Kuhn (2021).

En relación con los datos aportados sobre las familias registradas, se observan algunas vinculaciones con otros sujetos, de origen paraguayo, asentados en diferentes poblados de Misiones, configuradas a través de redes de solidaridad mediante testimonios de nacimientos y fallecimientos. Un caso es el Juan Cándido Correa (hijo de Marcelino Correa y Leocricia Méndez), soltero y registrado en el Puerto 3 de Mayo, informa sobre el nacimiento de su hijo Victoriano Correa[12] (nacido el 1 de marzo de 1960 y fallecido el 3 de mayo). Además, firma como testigo en el certificado de defunción de Francisco Aldana, quien falleció el 10 de febrero de 1935 en Puerto Mineral. Este dato se repite en los registros de Guerreño Beato y de Pedro Damián Alegre; este último también es testigo del nacimiento de Vicente Gross, nacido el 5 de abril de 1936 en Puerto Mauhourat, así como del nacimiento de Roberto Zenón Aquino, ocurrido el 15 de abril de 1936 en Puerto Mineral, quien es hijo de Aquino Zenón y también actúa como testigo en el registro de Vicente Gross y de la niña Ludovina Alegre, nacida en Puerto Mauhourat el 14 de febrero de 1936, la cual presuponemos es la hija de Pedro Damián, la cual es asentada como Lidovina Alegre (nacida en Puerto Mauhourat el 14 de febrero de 1936).

[12] El dato de natalidad de Victoriano también se encuentra alojado en el registro de Adelaida Ricardo (hija de Marco Ricardo y Mariana Fariña), soltera, asentada en Puerto 3 de Mayo, presuponemos que vivían bajo relaciones de concubinato.

Gráfico 1 – Red Social a partir de los testimonios de nacimiento y fallecimiento



Fuente: Elaboración del autor en base a Kuhn (2021).

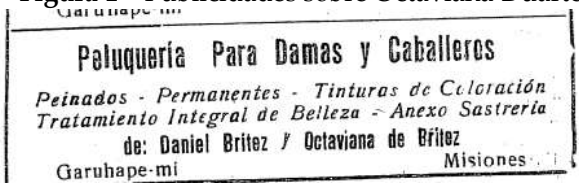
El análisis de estos registros familiares revela un tejido social complejo entre las comunidades de origen paraguayo en Misiones, donde las relaciones de solidaridad juegan un papel crucial. Las conexiones establecidas a través de testimonios de nacimientos y fallecimientos sugieren la existencia de redes familiares y comunitarias, donde presuponemos que se tratan de relaciones de vecindad y de amistad, donde Juan Cándido estuve residiendo en Puerto Mineral entre 1935 y 1936 junto con Beato, Pedro Damián y Zenón, siendo testigos entre los nacimientos de sus hijos, de esta forma se observa que estas personas estaban unidas no solo por lazos de amistad, sino también por un sentido de pertenencia y apoyo mutuo en tiempos de necesidad.

Por otra parte, en relación con las mujeres registradas, la mayoría cumplía el rol de madres, en algunos casos como madres solteras, y no se registraba su participación en trabajos u oficios específicos. Presumimos, por ello, que se desenvolvieron en espacios privados, realizando tareas domésticas y cuidando de los hijos y/o familiares adultos. Del total de personas registradas como

trabajadoras, un gran porcentaje corresponde a hombres, mientras que solo una pequeña proporción corresponde a mujeres. El caso excepcional de Juana Arévalo, de 18 años y madre de Valentín Arévalo, destaca como la única mujer trabajadora, ya que se desempeñaba como lavandera. Este tipo de registros pone de manifiesto las omisiones sobre el protagonismo de las mujeres y las actividades que realizaban, dado que históricamente los trabajos femeninos en las chacras familiares han sido considerados como "ayuda familiar" y no como trabajo en sí, así lo entendían incluso las propias mujeres (Stölen, 2004).

Sin embargo, al cruzar información con otras fuentes, observamos el caso de Octaviana Duarte de Brítez, que, si bien no registra una ocupación en sus datos, mediante el periódico La Voz de Puerto Rico (1966) podemos identificarla como profesional egresada del Centro de Capacitación N°1 de Puerto Rico (colonia vecina), donde se formó como peluquera, peinadora, manicura y tinturista. Posteriormente, se convirtió en propietaria de una peluquería junto a su esposo (ver figura 1).

Figura 1 – Publicidades sobre Octaviana Duarte



Fuente: La Voz de Puerto Rico (1966).

Conclusiones

Los avances y las nuevas líneas de investigación en relación a la migración en Misiones en el siglo XX habilitan nuevas formas de pensar la problemática, como también el de incluir nuevas fuentes y documentos para el trabajo de hacer y construir las historias. Esta nueva perspectiva se está desarrollando con solidez a partir de los avances teóricos recientes, una mirada que abona esta comunicación cuyo propósito es vislumbrar los movimientos

fronterizos, puntualizando la población paraguaya para permitirnos, de esta manera, repensar y poner en cuestiones las territorialidades fronterizas.

Realizar un análisis de las trayectorias de las familias paraguayas que se movilizaron en la frontera, tejiendo y trazando redes de amistad y solidaridad, resulta enriquecedor para comprender su papel como sujetos sociales impulsando el proyecto migracional y la generación de actividades. Esta aproximación permite descubrir y develar las trayectorias de los grupos de migrantes fronterizos, un tema que ha sido escasamente profundizado, especialmente en relación con las familias paraguayas, cuya presencia ha sido permanente en Misiones y la región fronteriza.

Cuestionar la frontera en el contexto de las historias de familias migrantes invita a reconsiderar los discursos clásicos sobre migración y colonización. En particular, los estudios sobre migraciones fronterizas nos permiten deconstruir esquemas e ideas interpretativas generales y homogéneas, abriendo nuevos escenarios dentro de la historia, como así también la oportunidad de ocupar de nuevas fuentes y documentaciones, como los anuncios necrológicos, los cuales permiten de manera inicial y aproximativa acercarse a las familias paraguayas, conociendo sus vivencias y trayectos personales.

Asimismo, las familias que se asentaron en Garuhapé durante el desarrollo de las actividades portuarias y forestales de la compañía Arriazu, Moure y Garrasino se involucraron en diversos sectores económicos, desempeñándose como jornaleros u obrajeros. Otras trabajaron en el ámbito familiar, dedicándose a la agricultura, algunos pocos ejercieron oficios como carpinteros, transportistas o constructores; mientras que las mujeres, en su mayoría amas de casa, comenzaron a desenvolver en los ámbitos laborales, dentro del hogar como lavanderas, pero también siendo propietarias de emprendimientos propios como le caso de Octaviana. Las redes que se fueron formando en este trajinar les permitieron un mayor agenciamiento en la colonia, no solo en su

inserción en el lugar, sino también en la comprensión de la estructura social como una red de relaciones que influye en las decisiones y trayectorias de los sujetos migrantes.

El registro de Leonor Kuhn, aunque se compone de datos individuales e indiciarios, nos ha permitido entrecruzar historias familiares y colectivas, reconociendo a sujetos que previamente habían sido invisibilizados, como los paraguayos en los estudios sobre colonización e inmigración en la historiografía de Misiones. Este sondeo de historias y vivencias de migrantes paraguayos, y el entrecruzamiento de vivencias a partir de los casos testimoniales de nacimiento y fallecimiento, ha develado el rol clave del sujeto migrante fronterizo en los procesos migracionales, y en el quehacer de las decisiones que se toman para los trayectos particulares como de las familias.

Este trabajo, desde una perspectiva fronteriza permite reflexionar sobre la problemática de la colonización y el papel central de las poblaciones fronterizas y sus dinámicas particulares. A través de nuevas perspectivas analíticas y teóricas, como los estudios fronterizos, se nos invita a reorientar la mirada tradicional centrada en las jurisdicciones nacionales, reconociendo las territorialidades transnacionales que abarcan tanto lo local como lo nacional.

Referencias

ABINZANO, Roberto. Geopolítica, regiones de frontera y procesos emergentes. **Jornadas de Investigadores**, Universidad Nacional de Misiones. (Paper), 2015.

ANDÚJAR, Andrea y LICHTMAJER, Leandro. Oportunidades y desafíos de la historia local: algunas reflexiones desde un campo en expansión. **Anuario del Instituto de Historia Argentina**, V. 21, n. 1, p. 1 – 7. 2021.

BENENCIA, Roberto y RAMOS, Diego (2014) Migraciones y redes sociales en la conformación de territorios productivos hortícolas. In; BENENCIA, Roberto; CÁNOVAS, Andrés Pedreño y

QUARANTA, Germán (Coord.) **Mercados de trabajo. Instituciones y trayectorias en distintos escenarios migratorios**. Buenos Aires: Ediciones CICCUS.
BENENCIA, Roberto. Redes sociales de migrantes limítrofes: lazos fuertes y lazos débiles en la conformación de mercados de trabajo hortícola (Argentina). **7° congreso Nacional de Estudios del Trabajo.** Buenos Aires, 10 al 12 de agosto de 2005.
BJERG, María. **Historias de la inmigración en la Argentina.** Buenos Aires: Edhasa. 2010
BOGADO, Nazario. **Garuhapé, La historia de un pueblo**. Garuhapé: Ediciones del Autor, 2018.
BRUNO, Sebastián. **Migración paraguaya hacia Argentina. Historia, demografía, acceso al mercado de trabajo y trayectorias territoriales.** Buenos Aires: Sb editorial. 2022
FERNÁNDEZ, Sandra. El revés de la trama. Contexto y problemas de la historia regional y local. In: BANDIERI, S. BLANCO, G., BLANCO, M. (Coord.) **Las escalas de la historia comparada. Tomo 2: Empresas y empresarios. La cuestión regional**. Editorial Miño y Dávila. 2008, p. 233 – 246.
GALLERO, María Cecilia (2008). La Colonización privada en Misiones y el accionar de la compañía Eldorado (1919 – 1959). In: **Folia Histórica del Nordeste** N°17, 2008, pp. 63 – 84. Disponible en: https://revistas.unne.edu.ar/index.php/fhn/article/view/3449 - Acceso el: 27 de sep. 2024.
GALLERO, María Cecilia y KRAUTSTOFL, Elena M. Proceso de poblamiento y migraciones en la Provincia de Misiones, Argentina (1881 – 1970). **Avá**, Posadas, n. 16, p. 245 – 264, 2009. Disponible en: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-16942010000100013. Acceso el: 27 de sep. 2024.
GALLERO, María Cecilia; ZANG, Laura Mabel. La inmigración suiza y el surgimiento de una red vinculada a la yerba mate en Misiones, Argentina: un abordaje a partir de la microhistoria (1919-1929). **Migraciones Internacionales,** V. 15, p. 1 – 15.
GONZÁLEZ GÓMEZ, Carmen Imelda y BASUALDÚA HERNÁNDEZ, Manuel. La formación de redes sociales en el

estudio de actores y familia. Perspectiva de estudio en historia y antropología. In: **REDES – Revista hispana para el análisis de redes sociales**, Vol. 12, n°8, 2007. P. 1 – 27.
HEYMAN, Josiah. Construcción y uso de tipologías: movilidad geográfica desigual en la frontera México-Estados Unidos. In: ARIZA, Marina y VELASCO, Laura (Coord.) **Métodos cualitativos y su aplicación empírica: por los cambios de la investigación sobre migración internacional.** México, El colegio de la Frontera Norte, 2012, 419 – 454.
JAQUET, Héctor. Los Historiadores y la producción de fronteras: el caso de la provincia de Misiones (Argentina). In **Documentos de debate n°29**, Gestión de las Transformaciones Sociales (MOST). Disponible en: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf00001 14633_spa – Acceso el: 27 sep. 2023.
KUHN, Leonor. **Presencia Paraguaya en Puerto Rico y zonas vecinas**. Puerto Rico: Ediciones de la autora, 2021.
KUHN, Leonor. Presencia Paraguaya. Aportes de la comunidad paraguaya al desarrollo sociocultural y económico de Puerto Rico y zonas vecinas. En **V Jornadas sobre poblamiento, colonización e inmigración en Misiones**, Posadas: Ediciones Montoya, 2007, p. 235 – 250.
LEAL, G. H. La frontera Altoparanaense en cuestión: la inmigración paraguaya en el siglo XX. el caso de Garuhapé (Misiones, Argentina) **Geografia em Questão**, *[S. l.]*, v. 17, n. 01, 2024. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php /geoemquestao/article/view/32752 . Acesso em: 27 set. 2024.
LEAL, Gabriel Horacio. Crisis Política, Migración Fronteriza y Redes. Historias de familias paraguayas en la Segunda Mitad del Siglo XX (Garuhapé-Misiones-Argentina). In: NAVA OLIVARES, Ricardo; OLVERA LÓPEZ, Karla Guadalupe; VARGAS GONZÁLEZ, Pablo Elías (Coord.) **Poder y Territorio en América latina y el Caribe.** CIISDER-Universidad Autónoma de Tlaxcala, 2024 EN PRENSA
MAN, Ronen. La noción de frontera como espacio social de interacción y como unidad de análisis para la historia regional.

Anuario Nº 24, Escuela de Historia, Revista Digital Nº 3, Facultad de Humanidades y Artes (UNR), p. 217 – 228, 2011 – 2012.
MERCANTI, José Alejandro. **Economía forestal de Misiones**. Posadas: Ediciones Montoya, 1983.
OVIEDO, Norma y ARELLANO, Diana. . En: FERRARI, Maristela; GUSMAN, Ines; APARECIDO DA COSTA, Edgar y GONZÁLEZ, Ruben (Org**.) Fronteira, Território e Ambiente: diálogos entre América Latina e Europa**. Brasil: Editora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Edunioeste), 2020. P. 515 – 545.
OVIEDO, Norma. **Fronteras, territorialidades y familias. Misiones en la primera mitad del siglo XX**. Posadas: Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Misiones, 2021. 350 p. (Tesis, Doctorado en Ciencias Humanas y Sociales).
OVIEDO, Norma. Misiones (Argentina) en la frontera. Las implicancias de la historia sobre la construcción de la territorialidad en perspectiva regional. *In:* VIEIRA, Alexandre B., CARNEIRO, Camilo P. e SILVA, Kamila M. (orgs,) **Geografia das Fronteiras do Brasil: temas contemporâneos**. Grande, MS: Life Editora, 2024a. p. 21 – 44.
OVIEDO, Norma. Misiones en la región de frontera. Familias, territorialidades y redes sociales en el contexto inmigratorio de la primera mitad del Siglo XX. In BENEDETTI, Alejandro y RENOLDI, Brigida (Comp.) **Fronteras más allá del borde**, Buenos Aaires, Teseo Press 2024b, p. 247 – 278.
RAMELLA, Franco. Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios". In: BJERG, María y OTERO, Hernán (Comp.) **Inmigración y redes sociales en la argentina moderna.** Tandil: Instituto de estudios históricos y sociales, 1995, 9-22.
STÖLEN, Kristi Anne. La decencia de la desigualdad: **Género y poder en el campo argentino**. Buenos Aires: Antropofagía, 2004.
TAPIA LADINO, Marcela. Frontera, movilidad y circulación reciente de peruanos y bolivianos en el norte de Chile. In: Estudios Atacameños: arqueología y antropología surandinas,

N°50, 2015. P. 195- 213. Disponible en: https://www.scielo.cl/pdf/eatacam/n50/art10.pdf – Acceso el: 27 sep. 2023.
TAPIA LADINO, Marcela. **Los límites de las migraciones. Las fronteras y las prácticas sociales transfronterizas en el norte de Chile**. Santiago de Chile: RIL editores, 2022.
VAN YOUNG, Eric. Haciendo historia regional. Consideraciones metodológicas y teóricas. **Anuario IEHS**, N. 2, 1987. Disponible en: http://anuarioiehs.unicen.edu.ar/Files/1987/012%20-%20Young%20Eric%20Van%20-%20Haciendo%20Historia%20Regional....pdf Acceso el: 27 sep. 2024.
YEGROS, Ricardo. Guerra internacional y confrontaciones políticas (1920-1954). En TELESCA, Ignacio (Coord.) **Historia del Paraguay.** Paraguay: Editorial Taurus, 2010, p. 225 – 263.
ZANG, Laura Mabel; OVIEDO, Norma Território, fronteira e imigração. A erva-mate no processo de colonização em Misiones-Argentina. **Geografia em Questão**, [S. l.], v. 17, n. 01, 2024. DOI: 10.48075/geoq.v17i01.32751. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/32751 . Acesso em: 27 set. 2024.
ZANG, Laura Mabel; OVIEDO, Norma Território, fronteira e imigração. A erva-mate no processo de colonização em Misiones-Argentina. **Geografia em Questão**, *[S. l.]*, v. 17, n. 01, p. 58 – 74. 2024.
ZANG, Laura y FANTIN, María Alejandra. Inmigración y paisaje: la formación de colonias suizas en el Alto Paraná-Misiones-Argentina (1920-1939). **Sociedad y ambiente**, Chiapas, n. 23, p. 1 – 26, 2020. Disponible en: https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/126735 – Acceso el: 27 sep. 2024
ZANG, Laura. La inmigración suiza en el Territorio Nacional de Misiones entre 1920 y 1939. Una experiencia inmigratoria. **RIEM. Revista internacional de estudios migratorios**, Almería, vol. 7, n. 2, 308 – 338, 2017. Disponible en: https://ojs.ual.es/ojs/index.php/RIEM/article/view/1089 – Acceso el: 27 sep. 2023.

SEÇÃO III:
COOPERAÇÃO, CONFLITOS E GOVERNANÇA TRANSFRONTEIRIÇA

Capítulo 9

REDES TRANSFRONTEIRIÇAS ESTABELECIDAS NO SEGMENTO DE FRONTEIRA DE GUAÍRA, PARANÁ – BRASIL E SALTO DEL GUAIRÁ, CANINDEYÚ – PARAGUAY

Ana Paula Azevedo da Rocha
Maristela Ferrari
Anderson Wesley de Lima Souza

Resumo
Este trabalho insere-se no campo da geografia política e tem por objetivo identificar e analisar quais são as redes de interações transfronteiriças estabelecidas entre Brasil e Paraguai a partir do recorte espacial estudado, quais suas escalas de abrangência e como elas impactam neste recorte espacial. Para consecução do objetivo foram realizados levantamentos teóricos e trabalhos de campo, com aplicação de entrevistas a fim de identificar os tipos de redes econômico-comerciais e os fatores que determinam tais redes naquele segmento fronteiriço. Preliminarmente, constata-se que inúmeras redes naquele segmento de fronteira, sendo as redes de consumo as mais expressivas e impactantes na produção do espaço.

Introdução

Ao refletir sobre os estudos fronteiriços observamos logo de início que fronteira e limite não são sinônimos (Martin, 1992), (Machado, 2000), no entanto, estão fortemente associados, já que o efeito de um limite – ajuda a produzir e organizar o outro – fronteira. O efeito do limite internacional é romper as características políticas, sociais e econômicas de outros territórios, fazendo surgir sistemas diferenciados. Assim, nos espaços

fronteiriços as populações tiram proveito dos diferenciais, sobretudo econômicos o que gera redes de interações transfronteiriças cotidianas. De modo geral, as interações transfronteiriças podem apresentar semelhanças, no entanto, existem as particularidades de cada segmento de fronteira.

A área que constitui o recorte espacial estudado, segmento de fronteira onde se localizam as cidades de Guaíra (Paraná - Brasil), e *Salto Del Guairá (Canindeyú - Paraguay),* caracteriza-se por apresentar redes de interações transfronteiriças bastante recentes, estabelecidas, notadamente, a partir de grandes obras realizadas pelo Estado Nacional Brasileiro (construção do lago da Usina Hidrelétrica de Itaipu, 1975-1982 e construção da Ponte Nacional Ayrton Senna, 1994-1997), mas apesar de recentes, as interações são cotidianas, intensas e capazes de envolver escalas que vão além da região de fronteira. Diante deste contexto, o presente trabalho apresenta como objetivo identificar e compreender quais são as redes de interações transfronteiriças estabelecidas entre Brasil e Paraguai a partir do recorte espacial estudado, quais suas escalas de abrangência e como elas impactam no recorte espacial estudado. Para o desenvolvimento da pesquisa os procedimentos metodológicos dividiram-se em duas etapas: na primeira delas estão compreendidos os levantamentos bibliográficos sobre conceitos geográficos fundamentais à compreensão e análise da problemática verificada em campo. Na segunda etapa encontra-se o trabalho de campo, que foi estruturado com base na metodologia qualitativa, e que contou com entrevistas realizadas com pessoas em funções estratégicas para o entendimento das redes estudadas, bem como entrevistas com as pessoas que ajudam a constituir tais redes.

A partir da divisão metodológica é que o trabalho se estrutura, apresentando em sua primeira parte as discussões teóricas e na segunda à dinâmica verificada empiricamente e analisada à luz dos conceitos geográficos. Foi possível identificar com o desenvolvimento da pesquisa que apesar de recentes, as interações desenvolvidas neste segmento de fronteira são bastante complexas e abrangentes. Verificou-se que existem interações clássicas das

fronteiras, como aquelas que buscam as vantagens econômicas geradas pelo diferencial monetário, caso das redes de compra em supermercados (do Paraguai para o Brasil) e das redes de consumo em lojas de importados (do Brasil para o Paraguai); e também interações que estão ligadas às características socioeconômicas e culturais dos dois países, como é notório nas redes que buscam atendimento médico-hospitalar, educação e trabalho. Fica evidente, então, a complexidade das relações desenvolvidas nas regiões de fronteira, que só são compreendidas de forma mais completa quando observadas e analisadas de perto.

Conceitos geográficos: instrumentos necessários para a análise

O estudo das fronteiras pela geografia ocorre há bastante tempo, em meados do século XIX as fronteiras já eram objeto de estudo da geografia política de Ratzel, como mostram Costa (2016) e Castro (2013). Após os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial, a geografia política sofre certa rejeição, mas a partir da década de 1970 seus estudos são retomados, notadamente frente aos novos eventos políticos e econômicos na escala mundial. Apesar de novos temas terem sido inseridos na disciplina, como mostra Castro (2013), a fronteira continua sendo importante objeto de estudo da Geografia Política.

Diante desta relevância que as fronteiras apresentam no âmbito da geografia política e da dinâmica mundial contemporânea, que constantemente organiza e reorganiza o espaço mundial, considera-se válido deixar claro que as reflexões teóricas já desenvolvidas apontam para a necessidade de considerar as fronteiras como um elemento importante dos territórios e que se faz presente de forma ativa na dinâmica mundial. Diferente das teses que consideram o fim das fronteiras e concebem os espaços como homogêneos, como se observa na crítica feita por Santos (2001) à globalização, neste trabalho, a partir das reflexões teóricas já realizadas, considera-se que as fronteiras além de manter seu destaque dentro da geografia política se mantém

como elementos territoriais que corroboram para a organização e dinâmica entre países. É possível observar em Costa (2016) a importância das fronteiras para a geografia política, e em Foucher (2009) como as preocupações com sua delimitação ainda estão presentes neste começo de século XXI.

Considerando a presença ativa das fronteiras na dinâmica global cotidiana, cabe aqui expressar o entendimento que se possui do termo fronteira. De forma geral, fronteira e limites são tidos como sinônimos, a construção teórica muitas vezes leva a isso, como coloca Machado (2000), no entanto, trata-se de termos com definições diferentes, e seguindo a concepção da referida autora, tem-se o seguinte:

> Se é certo que a determinação e defesa dos *limites* de uma possessão ou de um Estado se encontram no domínio da alta política ou da alta diplomacia, as *fronteiras* pertencem ao domínio dos povos. Enquanto o *limite* jurídico do território é uma abstração, gerada e sustentada pela ação institucional no sentido de controle efetivo do Estado territorial, portanto, um instrumento de separação entre unidades políticas soberanas, a *fronteira* é lugar de comunicação e troca. [...] (Machado, 2000, p. 10).

Esta definição pode ser observada em campo, analisando a dinâmica cotidiana das regiões que estão próximas dos limites internacionais, já que o contato e o intercâmbio entre a população residente nas cidades de fronteira são constantes. Tais interações decorrem da existência do limite territorial internacional, porque dentro das áreas compreendidas por estes limites tem-se normas sociais, políticas e econômicas distintas. E são estas distinções que tornam as interações possíveis, tendo em vista que através delas surgem oportunidades de ganhos, muitas vezes econômicos, e são esses ganhos os grandes impulsionadores das interações, já que a população busca otimizar seu recurso em busca das melhores oportunidades.

O território, base material do Estado nacional apresenta regras e leis muito bem estabelecidas, ele é também a área onde um governo exerce a soberania legalmente e de forma legítima. No entanto, a concepção de território adotada neste trabalho é aquela que tem origem na obra de Raffestin (1993) e que considera o território como uma construção humana no espaço, sendo esta construção marcada pelas relações de poder. Poder este que não está concentrado exclusivamente no Estado, pelo contrário, está presente nas mais diversas relações que são estabelecidas no âmbito social e que por consequência refletirão no espaço geográfico. Sendo assim, considera-se o poder das relações políticas, econômicas, daquelas estabelecidas entre os interesses da população em detrimento dos interesses do estado, e também do poder simbólico, que muitas vezes não se mostra de maneira explicita, mas se faz presente tal como em Bourdieu (1989). Seguindo esta linha de relações de poder considera-se uma construção complexa de território, como a adotada por Haesbaert (2004, p.79) quando informa que:

> [...] território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-politicas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.

Considerando o simbólico e o cultural na construção dos territórios, é possível chegar igualmente à territorialidade, notadamente onde as interações transfronteiriças são cotidianas, neste sentido, é possível que exista a multiterritorialidade, tal como ensina Haesbaert (2004 e 2014), sobretudo quando as territorialidades coexistem e se relacionam. A multiterritorialidade não se configura ao acaso, mas em decorrência das constantes redes de interação transfronteiriças, redes essas que segundo Corrêa (2012) apresentam a seguinte definição:

> As redes geográficas são redes sociais espacializadas. São sociais em virtude de serem construções humanas, elaboradas no âmbito de relações sociais de toda ordem, envolvendo poder e cooperação, além daquelas de outras esferas da vida. As redes sociais são historicamente contextualizadas, portanto, mutáveis, [...] (Corrêa, 2012, p. 200-201).

O autor apresenta diversos elementos que servem para caracterizar as redes geográficas, redes que apresentam fatores de estímulo para seu estabelecimento. Tratando das redes transfronteiriças, Ferrari (2010) indica que:

> [...] podemos vincular a noção de rede às zonas de fronteira, já que são áreas de interações transfronteiriças cujas relações pressupõem entrelaçamentos de lugares e pessoas gerando fluxos de diferentes naturezas. As interações podem dar forma a "redes" diversas, que tanto podem estar articuladas na escala local (zona fronteiriça) quanto na escala regional (região de fronteira) (Ferrari, 2010 p.122).

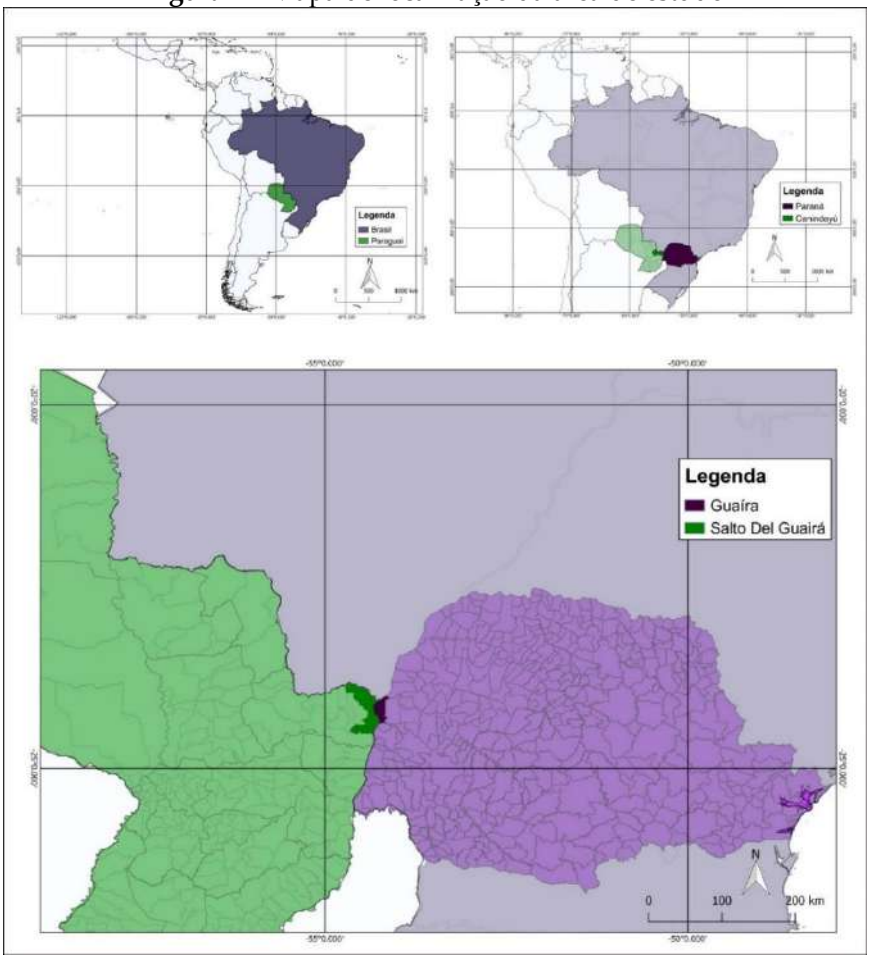
Os fatores que impulsionam as redes transfronteiriças podem ser legais ou ilegais, como observado nos trabalhos de Machado (1998 e 2011), por exemplo, sobre o tráfico de drogas, sobretudo nas áreas de fronteira compreendidas no arco norte do Brasil. Rabossi (2004) em sua tese de doutoramento analisa as interações entre Brasil e Paraguai a partir da cidade paraguaia de *Ciudad Del Este*. O autor demonstra muito bem as interações legais e ilegais convivendo lado a lado, seja pela característica do produto que impede que ele adentre ao território brasileiro, seja pela quantidade que se deseja adquirir e trazer para o Brasil. Outros elementos também são observados para que as redes transfronteiriças sejam tecidas: busca de trabalho, como pode ser observado no estudo de Fiorotti (2015) que trata da busca de trabalho por brasileiros no Paraguai, ou na busca de serviços de saúde no Brasil por argentinos ou brasileiros que residem na Argentina, como aponta Ferrari (2015) quando trata da fronteira entre Brasil e Argentina envolvendo os estados do Paraná e de Santa Catarina e a Província

de Misiones. Diante dessa variedade de fatores que podem agir para impulsionar as redes de interações transfronteiriças, é importante observar quais são as redes desenvolvidas no segmento de fronteira estudado, e analisar os fatores que contribuem para a existência de tais redes.

Interações fronteiriças e a tipologia das redes identificadas no segmento de fronteira formado por Guaíra (Paraná) e Salto Del Guairá (Canindeyú)

Guaíra (Paraná) e *Salto Del Guairá (Canindeyú)* são cidades que se localizam no limite territorial entre Brasil e Paraguai (Figura 1), o limite político territorial entre as duas cidades se estabelece por meio do Lago da Usina Hidrelétrica de Itaipu que se formou pelo represamento das águas do rio Paraná. Antes da criação deste lago, a cidade de Guaíra explorava de forma muito intensa o turismo pela presença das Sete Quedas no rio Paraná. A exploração do turismo gerava atividades no setor terciário como lojas e hotéis a serviço de um constante fluxo de turistas em Guaíra. *Salto Del Guairá,* por sua vez, apresentava como base econômica o setor primário e explorava, ainda que de forma inicial, o comércio por ocasião do diferencial econômico da fronteira e do denso fluxo de turistas que se desenvolvia por conta do grandioso atrativo natural existente na região.

Figura 1 – Mapa de localização da área de estudo



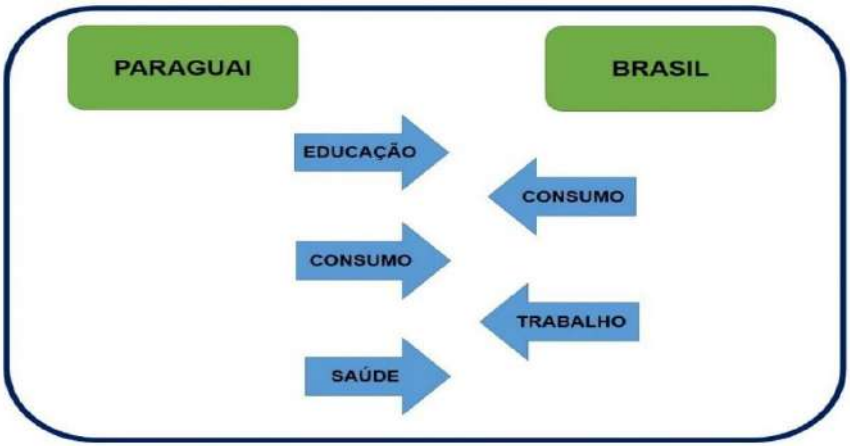
Fonte: IBGE (2018); DGEEC (2018). Organização e arte: ROCHA (2018).

As alterações no recorte espacial da pesquisa, que resultam na mudança da dinâmica das duas cidades, têm início com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu (1975-1982) e o desaparecimento das Sete Quedas do rio Paraná, em razão da criação do lago desta usina hidrelétrica, que leva Guaíra a perder sua posição de centralidade e função de cidade do turismo. O surgimento deste lago e a construção da Ponte Ayrton Sena (1994-1997) – ligando o Paraná ao Mato Grosso do Sul – favoreceram a

circulação e permitiram que as duas cidades passassem a explorar as descontinuidades político territoriais, estabelecendo inúmeras redes de interações transfronteiriças até então quase inexistentes.

As redes estabelecidas entre Brasil e Paraguai a partir do recorte espacial estudado são de diferentes tipos, podendo ser legais e ilegais. No entanto, é válido esclarecer que não é objetivo deste estudo analisar as redes da ilegalidade (tráfico de armas, droga e de contrabando, por exemplo), as redes estudadas são as de saúde, educação, trabalho, comércio e consumo. E dentro de tais redes é possível verificar relações de ilegalidade também, o que depende da maneira como os atores estruturam essas redes. As redes desenvolvidas por este segmento de fronteira apresentam, de forma geral o sentido que pode ser observado na figura 2.

Figura 2 – Direção das redes transfronteiriças verificadas na área de estudo



Fonte: Organizado a partir do trabalho de campo (2017-2018).

As redes de saúde guardam distinção entre si, podendo ser de dois tipos: em uma delas as pessoas buscam atendimento na rede pública, e na outra atendimento na rede privada. Essas redes são compostas por paraguaios e por migrantes brasileiros que residem no Paraguai. O principal motivo dessa rede se estruturar reside no fato da cidade da Guaíra ofertar serviços médicos mais complexos

do que os que são encontrados em *Salto Del Guairá*, serviços de complexidade semelhante só podem ser encontrados em *Ciudad Del Este* ou em Assunção. Viajar para estas cidades torna-se mais caro e mais demorado, o que faz com que seja mais vantajoso procurar os serviços de saúde no Brasil.

Quanto as redes de educação o que se observa é que existem estudantes paraguaios que vão para a rede pública e também para a rede privada, e o perfil dos estudantes é semelhante ao dos pacientes: brasileiros que residem no Paraguai e paraguaios. O que os entrevistados apontam como motivo para estudar no Brasil é acreditar que a qualidade do ensino básico brasileiro é maior, e também no interesse de que os estudos universitários possam ser realizados nas universidades brasileiras, e então cursar o ensino fundamental e médio no Brasil poderia auxiliar neste processo.

As redes de trabalho se estruturam do Brasil em direção ao Paraguai, e decorrem oferta de trabalho e da maior possibilidade de ganhos no centro comercial paraguaio e nos restaurantes que existem na cidade de *Salto Del Guairá*. É possível afirmar que essa rede só se estrutura por conta das relações intensas de consumo, do contrário o centro comercial não apresentaria sua significativa dinâmica.

As redes que se estruturam tendo como objetivo o consumo são duas: a que sai do Paraguai e vai para o Brasil, e a que faz o caminho inverso. Os paraguaios que vão até o Brasil têm como objetivo principal de compra os produtos de uso corrente, aqueles vendidos nos supermercados. Esta rede apresenta uma frequência mais rígida, já que normalmente os consumidores vão ao Brasil a cada mês, ou a cada quinze dias. Os produtos adquiridos contemplam toda a gama ofertada pelos supermercados, incluindo material de limpeza, produtos de hortifrúti, açúcar, óleo, carne e todos os produtos comumente consumidos pelas famílias. Foi possível verificar que o perfil destes consumidores não é idêntico, existem aqueles que compram para consumir em suas casas, os que consomem para industrializar, ou seja, utilizar em restaurantes, e também aqueles que compram para revender no lado paraguaio.

Apesar da variação de perfil dos consumidores, essa rede é consistente, frequente e tem objetividade quanto aos objetos de consumo, situação que difere da observada nas redes de consumidores de brasileiros que vão até o Paraguai.

A rede de consumidores brasileiros se estabelece diariamente, bastando que o centro comercial de *Salto Del Guairá* esteja em funcionamento, apesar dessa constância tal rede é heterogênea. As diferenças se relacionam com o perfil dos consumidores (se são consumidores finais ou revendedores), com a sazonalidade, com as escalas de abrangência verificadas e com os produtos adquiridos, ou serviços buscados.

Os consumidores que realizam suas compras em *Salto Del Guairá* são, em sua maioria, consumidores finais, aqueles que compram para si. No entanto, os trabalhos de campo indicaram que existem as pessoas que compram no Paraguai para revender no Brasil, isso fica muito claro quando ao perguntar sobre um produto em alguma loja o vendedor indaga se é para você mesmo ou se para revender; quando é possível identificar que existem consumidores que viajam em ônibus de linha até Guaíra, realizam suas compras em *Salto Del Guairá* e retornam ao final do dia, e repetem tal procedimento a cada duas semanas, por exemplo. Para esses consumidores o deslocamento até *Salto Del Guairá* constitui uma atividade profissional, já que faz parte do seu negócio comprar para revender no Brasil. Mas diferente do que se observa em *Ciudad Del Este*, os sacoleiros não têm espaço central na dinâmica comercial de *Salto Del Guairá*. O consumidor mais presente em *Salto Del Guairá* é aquele que compra para si, que busca produtos distintos e que serão utilizados por ele ou por familiares. É muito comum observar a compra de eletrônicos, produtos de maquiagem, perfumes, bebidas, chocolates, brinquedos e outros tantos produtos, alguns até que não tem procedência claramente verificada. Esse perfil de compras leva ao entendimento de que esses consumidores são aqueles que estão imbuídos em uma lógica de consumo de produtos frívolos, cuja necessidade é bastante relativa, consumidores esses que ajudam a compor a sociedade

chamada por Bauman (1999) de sociedade de consumo, ou ainda de hiperconsumo Lipovetsky (2007), já que esse tipo de compra se relaciona ao prazer, e não às reais necessidades.

Existem consumidores brasileiros em *Salto Del Guairá* todos os dias, apesar disso existe uma sazonalidade no estabelecimento dessas redes, a começar por sua densidade: durante a semana, de segunda a sexta-feira o número aproximado de veículos que vão até o Paraguai é de 3000, enquanto que nos feriados nacionais esse número sobe para cerca de 7000 a 8000 veículos. Estes valores são aproximados porque a Receita Federal de Mundo Novo – MS, que é a que se localiza próximo ao limite internacional dos dois países, não tem um controle exato dos veículos que vão até o Paraguai. Além disso, existe uma variação na densidade dessa rede que está relacionada com a flutuação cambial: nos períodos em que a cotação do dólar é menor o fluxo de brasileiros em direção ao Paraguai é mais elevado se comparado aos períodos em que há uma desvalorização do real em relação ao dólar.

As escalas de abrangência da rede de consumidores é outro elemento que merece destaque, já que existem diferenças nessas escalas também. No período de segunda a sexta-feira e nos finais de semana, dias normais sem a presença de grandes feriados nacionais é muito comum observar consumidores que vêm das cidades próximas da cidade de *Salto Del Guairá*, normalmente os consumidores são da região oeste, norte e noroeste do Paraná e também aqueles que vêm das cidades do Mato Grosso do Sul que estão próximas ao limite internacional. A presença desses consumidores no centro de compras é frequente, aqueles que são das cidades mais próximas como Quatro Pontes, Marechal Cândido Rondon e Palotina, por exemplo, utilizam a viagem ao Paraguai como um passeio de final de semana, já que é possível aproveitar a estrutura dos shoppings de *Salto Del Guairá*, estrutura esta que não se verifica nestas pequenas cidades. Além disso, o combustível que normalmente é encontrado a preço menor do que no Brasil, serve como instrumento de atração para que moradores dessas cidades se dirijam até o Paraguai. Para os consumidores que

estão muito próximos do limite internacional ir até *Salto Del Guairá* é como ir a uma cidade próxima do seu próprio país, é uma atividade de lazer, o consumo de um produto necessário a preço menor do que aquele visto em sua cidade.

Outra escala verificada é aquela que envolve cidades paranaenses mais distantes, como Curitiba por exemplo, ou outros estados brasileiros, como pode ser verificado no quadro 1. Os consumidores dessas escalas mais distantes muitas vezes aproveitam o fato de já estarem em um processo de mobilidade, seja por estarem indo visitar parentes e *Salto Del Guairá* estar próximo da rota em que estão trafegando, seja pelo fato de estarem na casa de familiares que residem próximos do Paraguai.

Quadro 1 – Origem e quantidade dos veículos observados

Origem dos veículos	**Quantidade observada**
Paraná	313
São Paulo	60
Santa Catarina	20
Mato Grosso do Sul	14
Minas Gerais	8
Rio Grande do Sul	8
Mato Grosso	2
Rio de Janeiro	2
Total	427

Fonte: Organizado pela autora a partir da pesquisa de campo (2017).

As redes de consumidores sejam aquelas que se estruturam nos feriados, ou aquelas que são mais cotidianas ajudam a formar no território paraguaio territorialidades brasileiras. A constante presença de brasileiros em *Salto Del Guairá* faz com que haja um apelo muito forte ao poder dos elementos culturais e simbólicos. É muito comum ver anúncios e restaurantes de comida brasileira, o fato dos pratos servidos nos restaurantes serem da culinária brasileira é utilizado como *marketing* para estes estabelecimentos. Ocorre no centro comercial de *Salto Del Guairá* uma constante

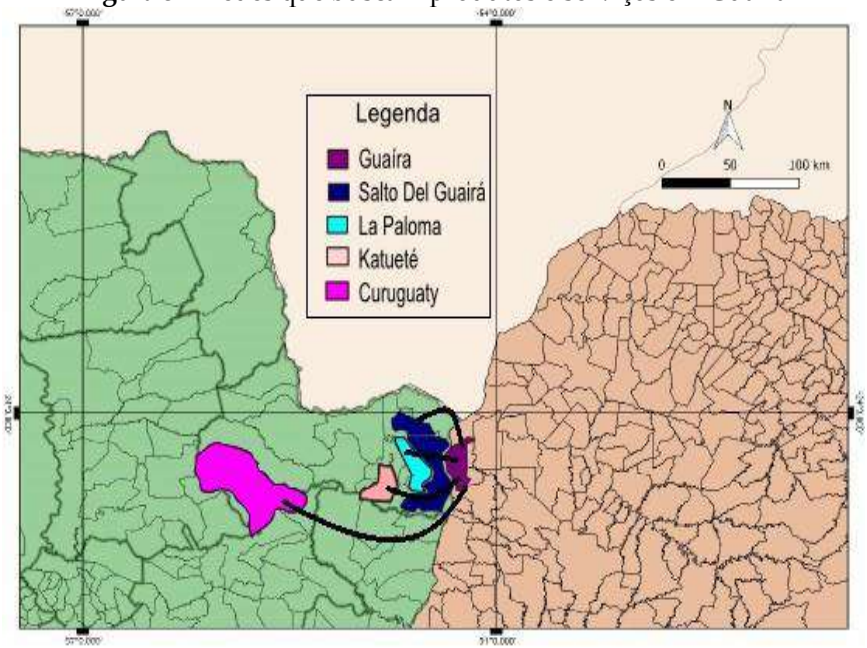
produção do espaço, e elementos brasileiros ajudam nessa composição, estes elementos brasileiros só estão presentes pelas constantes redes de consumidores, e também por essas territorialidades criarem um ambiente "agradável" para os brasileiros. Em última análise, o que impulsiona as territorialidades e a produção do espaço é o poder econômico que vislumbra em tais situações possibilidade de ganhos.

Em Guaíra as redes de consumidores também surtem efeito, principalmente aquelas que são formadas por aqueles que vêm das escalas mais distantes, já que pelo que foi verificado nos trabalhos de campo, elas contribuem de forma significativa para o setor hoteleiro da cidade, além do fluxo constante de pacientes para a rede privada de saúde e dos supermercados.

As análises dos trabalhos de campo mostram interações constantes das áreas que estão mais próximas do limite internacional, tanto do lado brasileiro como do paraguaio. Apesar de existirem consumidores brasileiros de diversas escalas que vão até o Paraguai, é muito frequente a presença no centro comercial paraguaio daqueles moradores que estão mais próximos do limite. E do lado paraguaio é comum que as pessoas saiam de cidades como *La Paloma, Katueté, Curuguaty*, cuja localização pode ser observada na figura, para irem em busca de produtos ou serviços em lado brasileiro.

Com isso acredita-se ser possível indicar a existência de uma zona de fronteira tanto do lado brasileiro, como do lado paraguaio, zona na qual as interações são mais frequentes.

Figura 3 – Redes que buscam produtos e serviços em Guaíra



Fonte: Trabalhos de campo (2017-2018).

Considerações finais

Com a realização do trabalho fica evidente que no segmento de fronteira estudado existem diversas redes de interações transfronteiriças, redes que se estruturam em decorrência da relevância que o limite internacional possui de criar diferenciais econômicos, políticos e sociais, já que é isso que tornam as interações tão vantajosas. Além disso, considera-se também que as redes apresentam a capacidade de contribuir para a produção do espaço das duas cidades, tendo em vista a demanda dos atores que estruturam as diversas redes identificadas.

A rede que se considera de maior expressividade é a do consumo, já que esta envolve escalas variadas e amplas, mobilizando pessoas que residem a muitos quilômetros de distância do limite internacional. Apesar de em muitos casos existir um aproveitamento do deslocamento que já está ocorrendo, é

necessário que haja planejamento para que o desvio das rotas com direção ao centro de compras seja realizado. Toda a dinâmica de consumo verificado neste segmento de fronteira aponta para a ratificação do fato de estarmos em uma sociedade de consumo, em que a aquisição de produtos é frequente, intensa onde grandes deslocamentos e horas de filas tornam-se elementos de pouca relevância frente ao desejo de adquirir produtos que muitas vezes não são essenciais.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização:** as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira:** Bases de uma Política Integrada de Desenvolvimento Regional para a Faixa de Fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política:** território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. **Revista Cidades**, v. 9, n. 16, 2012.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica:** Discursos sobre o Território e o Poder. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

FERRARI, Maristela. **Conflitos e Povoamento na Fronteira Brasil-Argentina:** Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e *Bernardo de Irigoyen (Misiones)*. Florianópolis: EDUFSC, 2010.

FERRARI, Maristela. Redes da Migração Brasileira no Nordeste da Província de Misiones – Argentina (século XX). In: VALENTINI, Delmir José; MURARO, Valmir Francisco (Org.).

Colonização, conflitos e convivências nas fronteiras do Brasil da Argentina e do Paraguai. Porto Alegre: Letra&Vida; Chapecó: Ed. UFFS, 2015.
FIOROTTI, Cíntia. **História de trabalhadores e do trabalho na Fronteira BrasilParaguai (1960-2015).** Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.
FOUCHER, Michel. **Obsessão por fronteiras.** São Paulo: Radical Livros, 2009.
HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite:** território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
LIPOVETSKY, Gilles. **A Felicidade Paradoxal.** Ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Tradução: Maria Lucia Machado
MACHADO, Lia Osório. Espaços Transversos: tráfico de drogas ilícitas e a geopolítica de segurança. In **Geopolítica das Drogas (Textos Acadêmicos)**, Fundação Alexandre Gusmão. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2011.
MACHADO, Lia Osório. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Revista Território,** n. *8*, p. 9-29, 2000.
MACHADO, Lia Osório.Limites, Fronteiras, Redes. In: STROHAECKER, Tânia Marques. et al. (Org.). **Fronteiras e Espaço Global.** Porto Alegre: AGB-Seção Porto Alegre, 1998.
MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e nações.** São Paulo: Contexto, 1992.
RABOSSI, Fernando. (2004). **Nas ruas de Cuidad Del Este:** Vidas e vendas num mercado de fronteira**.** Tese (Programa de Pós-Graduação em Antropologia) Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, 2004.
RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.
SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

Capítulo 10

FRONTERAS GEOPOLÍTICAS Y RECURSOS COMPARTIDOS: DESAFÍOS PARA LA GOBERNANZA TRANSFRONTERIZA DEL ACUÍFERO GUARANÍ EN LA REGIÓN TRINACIONAL AR/BR/PY

Diana Mabel Arellano

Resumen

El Sistema Acuífero Guaraní (SAG) que se extiende bajo la superficie de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay es uno de los mayores reservorios de agua dulce del mundo. Su carácter transfronterizo lo convierte en un recurso estratégico por su capacidad para abastecer a millones de personas, lo que implica complejas dinámicas geopolíticas y socioeconómicas que garanticen la sustentabilidad de su aprovechamiento bajo un sistema de cogestión regional. Este estudio examina los desafíos y oportunidades asociados a la gobernanza transfronteriza del SAG, con un enfoque especial en la región trinacional conformada por Argentina, Brasil y Paraguay, donde se encuentra la provincia de Misiones, presentada como un caso paradigmático de gestión integrada de recursos estratégicos compartidos. La perspectiva decolonial que se aplica permite reconocer y valorar las especificidades territoriales, culturales y sociales de la región, a los efectos de promover un desarrollo ambientalmente sostenible y socialmente inclusivo. Esta investigación subraya la importancia de avanzar hacia una gestión integrada del SAG que garantice su preservación como patrimonio natural y cultural estratégico para futuras generaciones, mientras se fomenta el desarrollo regional en armonía con los principios de sostenibilidad.

Introducción

La gobernanza de los recursos naturales transfronterizos constituye un desafío prioritario en el ámbito de la cooperación internacional, dado su carácter estratégico para el desarrollo sostenible y la estabilidad política regional. La gestión de estos recursos naturales superficiales y subterráneos presenta una complejidad inherente derivada de su naturaleza compartida, las interdependencias geopolíticas y las tensiones entre los principios de soberanía nacional y los de la gestión colaborativa basada en el interés mutuo. En este marco, la implementación de políticas basadas en la cooperación interestatal, el uso equitativo y razonable de los recursos, y la prevención de daños significativos se establece como condición indispensable para garantizar su sostenibilidad, según lo estipulan instrumentos como el de la Convención sobre el Derecho de los Cursos de Agua Internacionales.

El Sistema Acuífero Guaraní (en adelante, SAG), se extiende bajo la superficie territorial de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay. Su gestión plantea retos significativos debido a su carácter transfronterizo, las presiones antropogénicas crecientes y los efectos del cambio climático, que amenazan su disponibilidad y calidad. En este contexto, la provincia de Misiones, por su localización en la intersección de tres países y, sus características geológicas, es un caso interesante para analizar la interacción entre las políticas de gestión integrada y las dinámicas locales en el uso sostenido.

Este trabajo explora los desafíos y oportunidades de la gobernanza del SAG, destacando la necesidad de superar mediante modelos de cooperación multinivel, los enfoques fragmentados, característicos del período decimonónico. Se propone para ello, un análisis multidisciplinario que contempla la implementación de tecnologías emergentes para el monitoreo, la articulación interinstitucional y el fortalecimiento de la participación de actores locales, regionales e internacionales, con el objetivo de garantizar

tanto la protección del acuífero como el desarrollo regional inclusivo y sostenible.

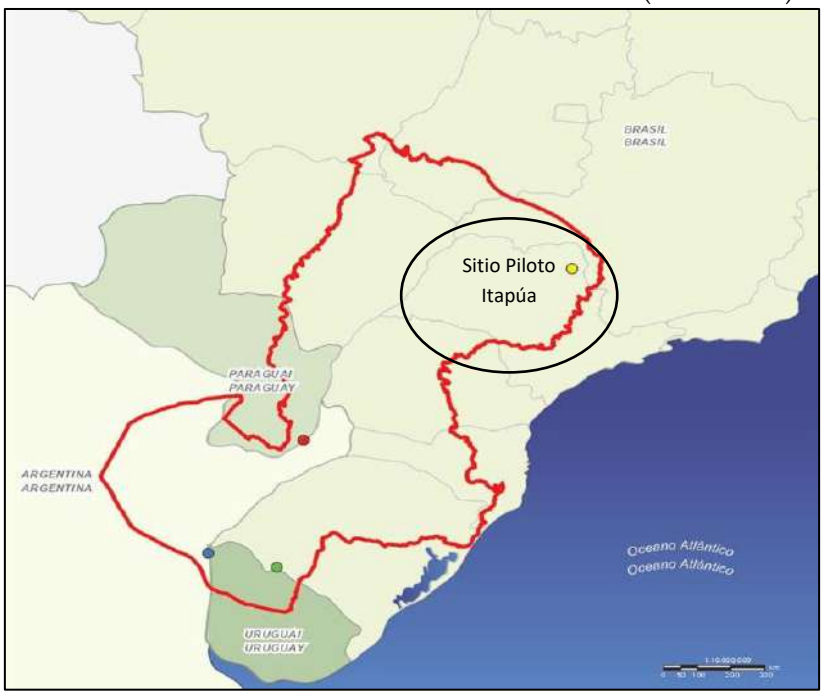
El SAG es uno de los reservorios subterráneos de agua dulce más grandes del mundo. Clasificado en el grupo de los mega sistemas, ocupa el tercer lugar en superficie, sólo superado por el Sistema Acuífero Nuban, que cubre unos dos millones quinientos mil km² en la parte oriental del desierto del Sahara, entre Libia, Egipto, Chad y Sudán, y el Sistema Acuífero Great Artesian que ocupa el segundo lugar con un millón setecientos mil km² y se extiende bajo el 23% de la superficie de Australia, incluyendo la mayoría del territorio de Queensland, el extremo sureste del Territorio del Norte, el noreste de Australia del Sur y el norte de Nueva Gales del Sur (CeReGAS, 2024).

Respecto de los análisis geológicos del SAG en la región en estudio, entre los años 2003 y 2008 se realizaron dos estudios hidrogeológicos de relevancia. En el marco del Proyecto para la Protección Ambiental y Desarrollo Sostenible del Sistema Acuífero Guaraní (2003 – 2008) financiado por el GEF (Fondo Mundial para el Medioambiente de la Organización de los Estados Americanos OEA), la Agencia Internacional de Energía Atómica y los gobiernos de Holanda y Alemania, con el propósito de apoyar a los países involucrados en el SAG en la elaboración e implementación de un marco institucional, legal y técnico común, para la gestión y preservación del SAG (Hirataa, Kirchheimb y Manganelli, 2020).

Para ello, seleccionaron 4 áreas de estudio teniendo en cuenta los potenciales conflictos relacionados con su gestión o cambios en los usos del suelo. La más próxima a la zona en la que focaliza el presente estudio, es el denominado Proyecto Piloto Itapúa, en la margen paraguaya del río Paraná, límite con la provincia de Misiones, Argentina. La elección de este sitio piloto se sustenta en que las areniscas de la formación Misiones o Tacuarembó afloran o están muy cerca de la superficie en esa región lindera con la provincia argentina de Misiones (Longarzo, 2006). Las otras tres seleccionadas fueron el Proyecto Piloto Concordia (Argentina)/Salto (Uruguay); Proyecto Piloto Santana do

Livramento (Brasil)/Rivera (Uruguay) y Proyecto Piloto Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil.

Mapa 1 – SAG, Áreas Piloto del Proyecto para la Protección Ambiental Desarrollo Sostenible del Sistema Acuífero Guaraní (2003 – 2008)



Referencia: Ubicación del Proyecto Piloto SAG en el área del presente estudio.
Fuente: Elaboración propia a partir de Veroslavsky y Manganelli (2018). Disponible en http://www.ceregas.org

Con su extensión de un millón doscientos mil km² y unos ciento veinte mil km² de áreas de afloramiento, de las cuales el 64% corresponde a áreas de recarga, el SAG atraviesa las fronteras de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, constituyendo un recurso compartido de relevancia estratégica dado que, suministra agua para consumo a noventa millones de personas que habitan en los 4 países, entre las cuales, el 90% son brasileños y, más de la mitad de la población de Paraguay habita sobre el SAG. Además, dado que

sus aguas son en general potabilizables a costo razonable por su baja mineralización, el SAG es importante en la región para el abastecimiento público y domiciliario, la agricultura, la industria y el turismo termal (UNESCO/OEA e ISARM Américas, 20, p. 31-63).

El SAG constituye el más importante sistema acuífero de América del Sur y tiene carácter transfronterizo. En Hidrogeología, el término *transfronterizo* se adoptó por necesidad para referirse al territorio que ocupan tanto los sistemas acuíferos como las aguas subterráneas, incorporando las fronteras geopolíticas que constituyen la línea divisoria entre los territorios de los Estados-nación, representando el límite de cada administración, que se materializa en un espacio fronterizo (border) que utiliza vallas, muros, bandera u otros mecanismos de control y convierte al agua transfronteriza en un recurso estratégico (Garcés, 2010, citado por Alfonso Rivera en UNESCO/CODIA/CeReGAS/AECID, 2024).

Respecto del diseño metodológico, los estudios de las aguas subterráneas transfronterizas requieren de la triangulación de datos no homogéneos provenientes de los acervos institucionales de los cuatro países para alcanzar un enfoque cuali-cuantitativo en el análisis de datos oficiales, pero también el tratamiento conjunto de las cuencas superficiales y las aguas subterráneas, aprovechando el *know how* en relación a las metodologías participativas que se aplican en la gestión del agua en los países del Mercosur. Aunque, cuando las aguas subterráneas están incluidas en acuerdos más amplios sobre cuencas, resulta difícil evaluar hasta qué punto la cooperación se centra específicamente en ellas (Movilla Pateiro y Martín Bordes, en UNESCO/CODIA/CeReGAS/AECID, 2024).

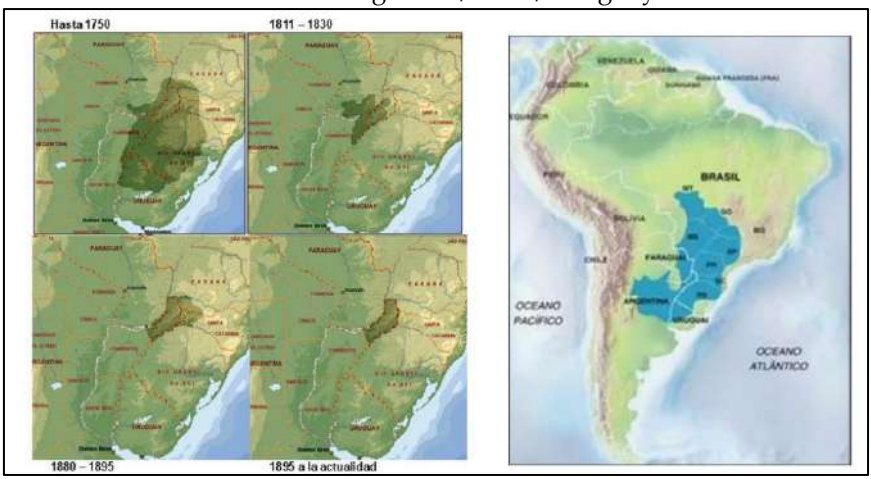
En lo que sigue, esta presentación aborda los desafíos y oportunidades que surgen en la gestión integrada de este acuífero transfronterizo que, requiere la implementación de políticas innovadoras que superen las barreras decimonónicas y estadocéntricas de las soberanías territoriales nacionales, para dar paso a enfoques más creativos de cooperación y concertación transfronteriza entre los países involucrados, atendiendo a las

especificidades que las aguas subterráneas presentan en las distintas regiones que atraviesan (Dilla Alfonso y Chávez, 2023; Lara Valencia, 2023).

Para ello, haremos foco en la provincia de Misiones, Argentina, por constituir una zona de gestión integrada de múltiples recursos naturales como el agua y el bosque, y recursos culturales, como los 30 pueblos de las reducciones Jesuítico-guaraní, que los estudios más recientes denominan *región trinacional* Argentina/Brasil/Paraguay, conocida mediáticamente como Triple Frontera.

Resulta particularmente interesante constatar que la historia de los asentamientos poblacionales en la región transnacional que abarca el SAG se remonta al Siglo XVI con el desarrollo en el territorio de esta porción del continente de los 30 pueblos jesuítico-guaraní, tal como puede observarse en el mapa siguiente.

Mapa 2 – SAG y Evolución geopolítica del territorio de la región trinacional Argentina/Brasil/Paraguay



Referencia: Evolución del Territorio desde las Misiones Jesuítico-Guaraní del Siglo XVI a la delimitación de los Estados Nación en el Siglo XIX y Ubicación del Sistema Acuífero Guaraní. Elaboración comparativa propia a partir de imágenes de Google Earth.

Misiones y la importancia del recurso agua en la región trinacional

El territorio transfronterizo, como espacialidad geográfica y jurídica reúne a las organizaciones sociales dentro de las jurisdicciones nacionales y sus unidades político-administrativas internas locales, provinciales o regionales. Todo lo que suceda en el territorio de frontera, que atraviese las delimitaciones geográfico/jurídico/administrativas nacionales, será definido como integración subnacional, y su gestión y legislación, objeto de lo que los tecnicismos diplomáticos denominan *paradiplomacia*, en tanto instrumento que legitima las capacidades de los gobiernos municipales para actuar en el plano internacional con el fin de favorecer un desarrollo local transfronterizo que fortalezca la integración del bloque regional Mercosur, a través de la cooperación local transfronteriza subnacional (Oddone, 2017 y Oviedo y Arellano, 2021, citados en Arellano, Cossi y Sosa, 2023).

Más del 90% del territorio de la provincia argentina de Misiones se inserta como una cuña en un territorio trinacional que comparte con las dos jurisdicciones subnacionales más ricas de la región, conformadas por los Estados de Paraná, Rio Grande do Sul y Santa Catarina, Brasil, y con los Departamentos de Itapúa y Alto Paraná, Paraguay. Juntas, las seis administraciones subnacionales constituyen un emporio agroexportador, foresto-industrial y de producción de energías renovables, a partir de sus más de 120 aprovechamientos hidroeléctricos entre los cuales, los de mayor envergadura son los de Itaipú (frontera entre Brasil y Paraguay) y Yacyretá (frontera entre Argentina y Paraguay) pero se proyectan en la provincia de Misiones, al menos dos aprovechamientos hidroeléctricos en aguas internacionales: Garabí-Panambí sobre el río Uruguay, delimitación entre Argentina y Brasil y, Corpus, sobre el río Paraná, delimitación entre Argentina y Paraguay.

En cuanto a la provincia de Misiones específicamente, la matriz de desarrollo del territorio se funda en: el aprovechamiento hidroeléctrico del río Paraná que provee el 45% de la energía que

consume Argentina; un modelo de implantación forestal intensiva de capitales transnacionales para la producción de pasta celulósica que, convive con la producción de yerba mate, tabaco y cultivos anuales por parte de pequeñas y mediana explotaciones agropecuarias familiares que, crean un sistema de agricultura familiar con marca de origen.

Debido a su riqueza biodiversa (52% de la biodiversidad de Argentina) que conserva el último remanente continuo (7%) de la Selva Paranaense que, otrora cubría gran parte de la región trinacional y sus atractivos naturales, Misiones desarrolla crecientemente el turismo sustentable en Áreas Naturales Protegidas, entre las que destacan el Parque Nacional Cataratas del Iguazú y la Reserva de Biósfera Yabotí, con el Parque Provincial Saltos del Moconá.

En 2006 el Consejo Federal de Inversiones de la República Argentina, realizó un estudio de relevamiento y sistematización de la literatura existente que pretendía determinar los niveles de infiltración del SAG en la provincia de Misiones. Específicamente, en la margen izquierda del río Paraná con afloraciones parciales en las localidades de Santa Ana, San Ignacio, Gobernador Roca y Corpus, un área clave por el afloramiento del SAG en el que se proyecta una nueva presa hidroeléctrica de gran porte, sobre aguas internacionales del río Paraná (Argentina/Paraguay) a la altura de la localidad de Corpus (Longarzo, 2006, p. 12-40).

Es decir, toda la región trinacional sostiene su actividad económica y su pauta cultural sobre el basamento del recurso agua, realizando aprovechamientos, tanto superficiales como subterráneos crecientes, que se utilizan tanto en el sistema público de acceso al agua potable como, en los aprovechamientos termales con fines turísticos y, recientemente, mediante perforaciones que utilizan el agua subterránea en los procesos de enfriamiento de cenizas en la producción energética a partir de biomasa, en un proceso de diversificación de la matriz energética provincial que incluye además, la generación de energía fotovoltaica.

La Gobernanza de las Aguas Transfronterizas: Un Desafío Global

La gestión de las aguas transfronterizas constituye un desafío prioritario en el ámbito internacional debido a su relevancia estratégica y complejidad. Estas aguas, que incluyen ríos, lagos y sistemas subterráneos que cruzan fronteras entre Estados, representan recursos esenciales tanto para las necesidades humanas como para la sostenibilidad ambiental. Según estimaciones actuales, existen 310 cuencas transfronterizas y 468 acuíferos que son compartidos por 153 países, lo que ilustra la magnitud y la interdependencia generalizada en esta cuestión.

Históricamente, la regulación de estos recursos se centró en los ríos internacionales, con un enfoque limitado en la navegación. Sin embargo, el concepto se ha ampliado en las últimas décadas para abarcar nociones como cuencas hidrográficas y cursos de agua internacionales, que incluyen la interacción entre aguas superficiales, subterráneas y los ecosistemas asociados. Este cambio refleja una comprensión más holística de los sistemas hídricos y su importancia para la conservación de los recursos naturales y el bienestar humano.

Un marco clave en esta evolución es la Convención de Naciones Unidas sobre el Derecho de los Cursos de Agua Internacionales (1997). Este instrumento jurídico define los cursos de agua internacionales como sistemas interrelacionados de aguas superficiales y subterráneas que fluyen hacia una desembocadura común, estableciendo normas fundamentales para su uso y gestión. La convención subraya principios como la utilización equitativa y razonable, la cooperación interestatal y la protección contra daños transfronterizos significativos.

El Derecho de los cursos de agua internacionales establece un conjunto de normas que regulan el uso, conservación y aprovechamiento de estos recursos. Inicialmente orientado hacia la navegación fluvial, el marco legal se ha expandido para incluir usos diversos, como la agricultura, la producción de energía

hidroeléctrica, la protección de ecosistemas y otros fines domésticos e industriales.

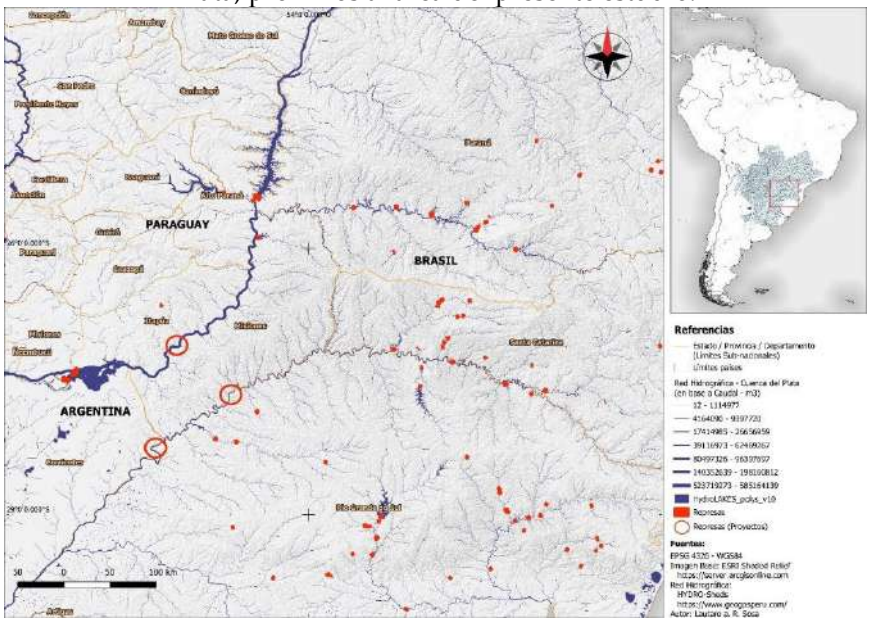
La normativa internacional adquiere mayor relevancia y actualización bajo el impulso de los cambios en el uso de los recursos compartidos. En particular, la proliferación de los aprovechamientos hidroeléctricos en la gran cuenca del Plata ha promovido tanto el mapeo integral de la cuenca, para identificar y dimensionar la escala de generación y aprovechamiento hidroeléctrico, como la adecuación de la normativa internacional. Esto es especialmente relevante en el caso de las presas que se emplazan en aguas internacionales, como las mega represas de Itaipú, Yacyretá y Salto Grande, así como el centenar de presas de menor potencia, ubicadas en cursos de agua tributarios de la cuenca del Plata. Aunque estas últimas se encuentren mayoritariamente en territorio brasileño, su operación influye significativamente en los países vecinos.

Un ejemplo ilustrativo regional de esta situación es la operación de la presa de Chapecó, en Santa Catarina, Brasil, que incide directamente en el aprovechamiento turístico de los Saltos del Moconá, ubicados en la frontera entre la provincia argentina de Misiones, Argentina y Rio Grande do Sul, Brasil. La altura del río Uruguay, regulada por la presa, determina la posibilidad de apreciar la falla geológica longitudinal que constituye el principal atractivo turístico, tanto del Parque Provincial Yabotí (Misiones, Argentina) como del Parque Estadual do Turvo (Rio Grande do Sul, Brasil). Es decir, el aprovechamiento hidroeléctrico en Brasil, determina en gran medida las posibilidades de aprovechamiento turístico tanto en Brasil como en Argentina.

Además, el control de las cotas en estas presas tiene un impacto directo sobre las poblaciones ribereñas en toda la región, generando tensiones diplomáticas, particularmente durante períodos de crisis hídricas. En contextos de sequía o lluvias excesivas en las cuencas altas, se registran perjuicios significativos en las cuencas bajas. Por un lado, las sequías reducen la disponibilidad de agua para consumo humano, agricultura y

generación eléctrica. Por otro, las inundaciones causadas por la apertura repentina de las presas, que incrementan el caudal de los ríos en cuestión de horas, generan daños materiales y riesgos para las comunidades locales. Estas situaciones exacerban las tensiones entre los países de la región. Ello confirma la importancia de una gobernanza transnacional efectiva para el manejo sostenible de los recursos hídricos compartidos.

Mapa 3 – Aprovechamientos Hidroeléctricos de la Gran Cuenca del Plata, próximos al área del presente estudio.



Referencia: Ubicación de las presas hidroeléctricas sobre los ríos Paraná, Uruguay y los cursos de agua tributarios del sistema. Elaboración propia a partir de datos oficiales de Argentina y Brasil.

La necesidad de gestionar de manera compartida los recursos naturales ha dado lugar a acuerdos internacionales que crean la normativa necesaria y, paulatinamente van construyendo el andamiaje ejecutivo para hacer efectiva la gestión compartida, a partir de una serie de principios.

En relación al principio de u*tilización equitativa y razonable* de los recursos naturales compartidos, los Estados deben gestionar los cursos de agua de manera que se beneficien mutuamente, considerando factores geográficos, ecológicos, climáticos y socioeconómicos, así como las necesidades actuales y futuras de las poblaciones dependientes.

La *prohibición de daños transfronterizos significativos* obliga a los Estados a adoptar medidas preventivas para evitar perjuicios a otros países y, en caso de que ocurran, mitigar los daños y compensarlos de manera adecuada.

La *obligación general de cooperar*, pilar fundamental del derecho internacional se traduce en el intercambio de información, consultas previas y la creación de organismos de cuenca.

A nivel global, estos acuerdos bilaterales o multilaterales han demostrado ser fundamentales para fomentar la cooperación interestatal y prevenir conflictos con una antigüedad significativa en las relaciones internacionales, tal como lo ejemplifican la Comisión del Río Rin (1815) y la Comisión del Danubio (1878).

Además de los principios sustantivos, el Derecho Internacional establece obligaciones procedimentales esenciales que instrumentan los acuerdos establecidos por los Estados que, deben notificar y consultar con antelación sobre proyectos que puedan generar impactos significativos en aguas compartidas, asegurando así que las decisiones sean consensuadas y respetuosas de los intereses mutuos.

En las últimas décadas, la *evaluación de impacto ambiental* se constituye en el dispositivo metodológico que permite sustantivar los acuerdos internacionales y construir un estándar de comparabilidad y cuantificación de los impactos sociales, económicos, ambientales y culturales, especialmente en proyectos con alto potencial de daño, como represas hidroeléctricas o actividades industriales desarrolladas en contextos fronterizos o, que impactan en los países vecinos.

En términos de protección ambiental, la normativa incluye compromisos explícitos para prevenir la contaminación y

preservar los ecosistemas asociados a los cursos de agua internacionales. Aunque todavía no existe una regulación global sobre los caudales ecológicos necesarios para mantener estos ecosistemas, se observa una práctica emergente que refuerza la sostenibilidad en la gestión de los recursos hídricos.

Un ejemplo paradigmático de cooperación transfronteriza es el Convenio de Albufeira (1998), que regula los recursos hídricos compartidos entre España y Portugal y establece un marco para la coordinación en la gestión de aguas superficiales y subterráneas, con especial énfasis en la distribución de caudales y la protección ambiental. Además, incluye la creación de órganos conjuntos, como la Comisión para la Aplicación y Desarrollo del Convenio, que supervisa su cumplimiento y fomenta el diálogo constante entre las partes.

Por otro lado, la Convención de Helsinki (1992) destaca por su objetivo de prevenir, controlar y reducir los impactos transfronterizos. Originalmente limitada a la región europea, en 2013 se abrió a una participación global, consolidándose como un tratado "vivo" que evoluciona con las necesidades y desafíos actuales y, sus principios se han incorporado en una multiplicidad de sistemas (UNESCO/CODIA/CeReGAS/AECID, 2024).

Innovación en la gobernanza conjunta del agua superficial y subterránea

A nivel regional Mercosur, la normativa vigente se compone del Tratado de la Cuenca del Plata (1969) y el Tratado del Acuífero Guaraní (2010) que entra en vigor en 2020.

Instrumentan el tratado de la Cuenca del Plata, la Comisión Administradora del Río Uruguay (CARU) organismo internacional creado en 1975 por las Repúblicas de Argentina y Uruguay para la administración conjunta del río Uruguay en el tramo que comparten ambos países. Reglamenta los distintos usos que se le pueden dar al río (navegación, pesca, lecho y subsuelo, etc.). Está integrada por diez (10) delegados, cinco (5) por cada país parte. La

presidencia y vicepresidencia es ejercida, por períodos anuales y en forma alternada, y el Comité Intergubernamental Coordinador de los Países de la Cuenca del Plata (CIC Plata) cuyo ámbito de competencia abarca 3.100.000 km2 en 5 países: Argentina, Bolivia, Brasil, Paraguay y Uruguay y rige en todos los niveles de deliberación en el ámbito de la cuenca. Las decisiones son tomadas por el voto afirmativo de todos los representantes y corresponde un voto a cada país. La secretaría del comité está dirigida por un secretario general designado por el voto unánime de las representaciones y está integrada por el personal administrativo necesario para el cumplimiento de las tareas.

La República Argentina norma el recurso agua con rango constitucional a través de la Ley General del Ambiente, la Ley 27520 de Presupuestos Mínimos de Adaptación y Mitigación al Cambio Climático Global, la Ley 25688 de Régimen de Gestión Ambiental de Aguas, la Ley 25675 de Comités Interjurisdiccionales (CARU CIC PLATA) y el Acuerdo Federal del Agua que norma la gestión interprovincial del agua.

La Rama XVI del Digesto Jurídico de la Provincia de Misiones "Recursos Naturales y Medio Ambiente" crea un conjunto normativo que enfatiza diversas problemáticas, delimitaciones territoriales y vinculaciones interlegales, plasmadas en:

• Ley N° 15 (Ley 1838/1983) "Regulación de los Recursos Hídricos pertenecientes al Dominio Público de la Provincia"

• Ley N° 60 (Ley 3661/2001) "Área Integral de Conservación y Desarrollo Sustentable, Corredor Verde de la Provincia de Misiones"

• Ley Nº 95 (Ley 4326/2007) "Sistema Acuífero Guaraní y Aguas Subterráneas"

• Ley N° 135 (2020) "Programa de Responsabilidad Social y Ambiental Empresaria",

• Ley N° 146 (2022) "Marco Regulatorio para Humedales"

• Ley N° 150 (2022) **"**Sistema de Gestión Integrada de Cuencas Hidrográficas para la Conservación del Ambiente y el Desarrollo Sostenible de la Provincia"

• Ley N° 162 (2023) "Sistema de Gestión Holística de Agua Pluvial"; entre otras.

En relación al SAG específicamente, a través de la Ley Nº 95 Misiones declara de Interés Provincial la protección ambiental y el uso óptimo, responsable y racional del Sistema Acuífero Guaraní y aguas subterráneas en la porción que le corresponde a la Provincia de Misiones promoviéndose, en forma conjunta y coordinada con todos los sectores involucrados del Gobierno Provincial y sus respectivos municipios, un marco de gestión estratégica sobre la base de cooperación recíproca, con el objeto de garantizar el aprovechamiento sustentable y la preservación de este recurso hídrico y estratégico en beneficio de las generaciones presentes y futuras (Art. 2). Habilita al Estado Provincial -a través del Ministerio de Ecología y Recursos Naturales Renovables (Art. 4 conforme la Ley I – Nº 70, antes Ley 2557)- a gestionar políticas comunes y coordinadas con los demás Estados limítrofes de la Región Trinacional -titulares del Sistema Acuífero Guaraní dentro de sus respectivos territorios- con el objeto de garantizar la unificación de criterios objetivos y funcionales a la preservación, para promover una gestión sostenible de los recursos hídricos, tanto superficiales como subterráneos (Art. 3).

Desde un enfoque colaborativo, la gestión conjunta del agua superficial y subterránea se centra en la creación de un sistema de gobernanza que favorece la cooperación entre los Estados, la sociedad civil y el sector privado de la Región Trinacional y habilita la participación y consulta entre una pléyade de organismos de la región, tales como:

- EPRAC Ente Provincial Regulador de Aguas y Cloacas;
- IMAS Instituto Misionero de Agua y Saneamiento;
- Agua de las Misiones;
- COMIP Comisión Mixta del Río Paraná;
- Entidad Binacional Yacyretá;
- Itaipú Binacional;
- Movimento dos Atingidos por Barragens;
- Grupo Ecologista Cuña Pirú;

• Mesa Provincial "No a las Represas", entre otros.

Este enfoque busca superar la fragmentación en la administración de los recursos hídricos, promoviendo una gestión integrada que considere tanto el agua superficial como subterránea.

La gestión integrada se ha visto favorecida con el marco de cooperación internacional que establece la Agenda 2030 de la Organización de las Naciones Unidas que, tiene por firmantes a los cuatro países responsables de la gestión conjunta del SAG. En efecto, el indicador 6.5.2 de los ODS mide la proporción de la superficie de cuencas transfronterizas (ríos, lagos o acuíferos) con un arreglo operativo para la cooperación en la esfera del agua.

En el Taller Nacional Participativo realizado en noviembre de 2023 en Posadas, Misiones, Argentina, se destacó la necesidad de una gestión multidimensional y transfronteriza del Sistema Acuífero Guaraní (SAG) que involucre a una diversidad representativa de actores, desde gobiernos locales y nacionales hasta comunidades indígenas, universidades y el sector empresarial. El encuentro, enmarcado en el *"Proyecto de Porte Medio para la Ejecución del Plan de Acciones Estratégicas del SAG: Facilitando Acciones Regionales (PPM/PAE-SAG)"*, abordó temas clave como la identificación de zonas vulnerables a la contaminación, el desarrollo de políticas y programas de protección, y el fortalecimiento de capacidades para la cooperación regional.

Además, se firmaron acuerdos para avanzar en la creación de una comisión local transfronteriza y un proyecto piloto entre San Ignacio (Argentina) e Itapúa (Paraguay), subrayando la importancia de integrar conocimientos locales y regionales, implementar sistemas de monitoreo binacional conjunto y, fomentar la participación comunitaria en la toma de decisiones.

También se enfatizó la relevancia de la producción de conocimiento técnico y científico existente sobre el acuífero, la interacción entre diversos factores socioambientales y económicos, y la gobernanza multinivel para garantizar una gestión sostenible

del recurso hídrico, esencial tanto para la conservación ambiental como para el desarrollo regional.

Este esfuerzo colaborativo busca consolidar la gobernanza del SAG mediante la coordinación efectiva entre los cuatro países que comparten el acuífero, promoviendo una gestión integrada que permita enfrentar los desafíos del cambio climático, fortalecer la sostenibilidad ambiental y garantizar el acceso equitativo a este recurso vital para la vida.

La gestión integrada de un SFAS (Sistema Fronterizo de Aguas Subterráneas) como lo define Alfonso Rivera (2024) requiere la implementación de políticas innovadoras que promuevan la cooperación entre los países que lo comparten, superando las barreras tradicionales de soberanía, para dar paso a enfoques colaborativos y de gobernanza supranacional conjunta (Rivera en UNESCO/CODIA/CeReGAS/AECID, 2024).

El desarrollo de nuevas tecnologías, tanto para la monitorización y el análisis de los parámetros físicos, químicos y biológicos de la calidad del agua a diferentes profundidades como, las tecnologías de teledetección aplicada que, mapean con precisión los recursos hídricos subterráneos, también desempeñan un papel fundamental en la gestión del SAG.

Estas herramientas permiten una mejor comprensión de la dinámica del acuífero y, por ende, una planificación más eficiente de su uso y protección. Sin embargo, para que estas innovaciones tecnológicas sean efectivas, es necesario contar con mecanismos de gobernanza que favorezcan el intercambio de información y la transparencia entre los países involucrados.

Entendemos con Jakus (2022) que la gobernanza puede ser interpretada como un enfoque renovado para gestionar pluralidades, mediante la colaboración y el acuerdo en la implementación de políticas públicas, con eje central en las interacciones de redes de actores sociales. Se trata de gestionar integralmente y comprender las dinámicas sociales y sus complejidades con principios democráticos participativos, de ciudadanía y de transparencia.

Se enfatiza la importancia de avanzar hacia una gestión decolonial del patrimonio natural y cultural del Acuífero Guaraní, que garantice tanto el desarrollo regional como la protección de este recurso para las futuras generaciones (Arellano, Cossi y Sosa, 2024). Por ello, resulta sustantivo considerar en este estudio, tanto los aportes científicos multidisciplinares como, las intervenciones de las organizaciones de la sociedad civil organizada, las dependencias del Estado que se ocupan del tema en cada uno de los niveles de gobernanza y, los conocimientos ancestrales sobre los recursos hídricos de la región. Este último aporte es de gran importancia dado que, las comunidades indígenas y los distintos grupos extranjeros que colonizaron la región, han realizado desde tiempos históricos, un manejo sostenible del recurso, basado en conocimientos prácticos que, les permitieron su aprovechamiento con mínima tecnología en los distintos paisajes de un territorio geográficamente accidentado, en el que, es preciso extraer, conducir, almacenar, elevar y descender los cursos de agua superficial y subterránea para su uso, tanto doméstico como agro productivo.

A escala regional, a pesar de los avances en la cooperación y la innovación, la gestión del Acuífero Guaraní enfrenta en la actualidad nuevos desafíos que comienzan a ser abordados desde la perspectiva analítica a escala macro o global del cambio climático (Nobre, 2008; Cenci, De Souza & Bomfim, 2018). En efecto, el SAG requiere un monitoreo sistemático de su uso actual que, puede afectar, tanto los patrones de recarga y descarga como, su disponibilidad a largo plazo, efecto de la sobreexplotación del recurso en ciertas áreas, como el Triángulo Mineiro en Brasil que, ha generado un descenso en los niveles de agua (CeReGAS, 2024).

Además, la expansión urbana y el desarrollo industrial en las áreas que cubren el acuífero incrementan el riesgo de contaminación, lo que pone en peligro la calidad del agua y la salud de los ecosistemas dependientes. Estos problemas exigen una respuesta coordinada por parte de los países que comparten el

acuífero, ya que cualquier acción unilateral podría tener repercusiones negativas en toda la región.

Asimismo, las actividades agrícolas e industriales en algunas zonas del Sistema Acuífero Guaraní en territorio paraguayo, por ejemplo, también han aumentado el riesgo de degradación de la calidad del agua, afectando tanto a las comunidades locales como al medio ambiente.

El Informe Mundial de las Naciones Unidas sobre el Desarrollo de los Recursos Hídricos 2020 señala que, las estrategias de desarrollo en América Latina y el Caribe no abordan adecuadamente los problemas transfronterizos relacionados con el agua y el cambio climático, lo que revela barreras significativas para la cooperación regional. El cambio climático, junto con el crecimiento económico y demográfico, está alterando los ecosistemas que regulan el suministro de agua, generando un desequilibrio en su disponibilidad. En este contexto, resulta estratégico fortalecer la gobernanza transfronteriza para gestionar eficazmente los recursos hídricos y garantizar su sostenibilidad (Barbancho y Gracia, 2022, p.7).

Consideraciones finales: Cooperación y concertación transfronteriza, claves para la sostenibilidad

Por todo lo antes expuesto, se concluye que, aunque se han logrado avances significativos en la gobernanza transfronteriza del SAG, son numerosos los desafíos a afrontar, algunos de los cuales presentamos sintéticamente en lo que sigue, a los efectos de contribuir a la generación de dimensiones de análisis que nos permitan realizar ulteriores desarrollos sobre la problemática en estudio.

En primer lugar, la deconstrucción del problema social (Bourdieu y Wacquant, 1995) tal como se presenta en la agenda pública, atravesada por las contingencias e intereses de los distintos actores sociales en pugna, requiere la construcción de un objeto de estudio multidimensional, cuya estructura epistémica ha de ser necesariamente multidisciplinaria y enfocada en la resolución

participativa del problema de gestión transfronteriza, dada la complejidad de los aspectos a considerar en su gobernanza, entre los cuales las características hidrogeológicas constituye una base indispensable para el análisis de las características físicas y geomorfológicas del recurso, pero no suficiente.

También, es preciso dar cuenta de las modalidades de aprovechamiento del recurso por parte de la población. En esta dimensión de análisis, el concepto de *cultura del agua* acuñado en la década de los noventa, principalmente en relación a los conflictos sociales generados por la gestión del río Ebro, en España (Marqués, 1978; Gaviria y Serna, 1992; Martínez Gil, 1996) y sus desarrollos más recientes contribuyen a la interpretación de este aspecto (Aguilera-Klink, 2008).

En efecto, la noción de *cultura del agua* nos permite considerar el universo de prácticas relacionadas al recurso y las significaciones socialmente construidas acerca del mismo, su valor y su importancia de preservación, las potencialidades de desarrollo a partir de la explotación agro productiva, energética, turística e industrial que constituyen el sustento de los pueblos y, por lo tanto, enfatiza la dimensión del uso social del recurso y los criterios de su gestión que, resultan imprescindibles para garantizar su sostenibilidad en el mediano y largo plazo. Por ello, es preciso profundizar el análisis de la *cultura del agua,* también en territorios de abundancia del recurso, dado que, como sostienen Rojas Rabiela, Martínez Ruiz y Murillo Licea (2009), los estudios etnohistóricos se han abocado más bien a la cultura hidráulica en tierras áridas.

En la región en estudio, surcada por inmensas cuencas hidrográficas superficiales que ponen el agua al alcance la mano y aún con bajos niveles de contaminación, la *cultura del agua* produce una percepción de abundancia inagotable, razón por la cual, resulta reducida la preocupación por su preservación y, en consecuencia, su participación en la agenda pública también lo es.

Sin embargo, en un contexto global que avizora y advierte acerca de la posible escasez a futuro, la provincia de Misiones se

anticipa creando bajo la Ley Nº 149 (Ex 4519) un organismo específico para su vigilancia al que denomina *Aguas Misioneras Sociedad del Estado.* En efecto, le fue asignada la captación, envasado, distribución y comercialización de todas las aguas del dominio público provincial, lo que incluye las aguas subterráneas, las aguas del SAG, las aguas superficiales y las aguas pluviales, constituyéndose en un organismo que propicia su uso racional y sustentable.

La innovación en la gobernanza de los sistemas acuíferos transfronterizos, no solo debe considerarse en términos tecnológicos, sino también en el ámbito institucional y normativo. Respecto del SAG en particular, el Acuerdo sobre el Acuífero Guaraní -firmado en 2010, y puesto en vigor en 2020, por los cuatro países- promueve la cooperación para la preservación y el uso sostenible del recurso- cuya efectiva implementación se sostiene en diversas leyes internas a cada uno de los cuatro países que tienen la banquisa de agua dentro de su territorio, en tanto que, las provincias o estados refuerzan la protección ambiental subnacional del acuífero en su territorio.

Por su parte, la integración de tecnologías avanzadas que permiten conocer el sistema en toda su extensión y sus particularidades regionales, junto con una gobernanza fortalecida y una cooperación internacional enfocada en el objeto, puede ser la clave para hacer frente a los retos derivados de las presiones medioambientales, la sobreexplotación y la contaminación, de modo de asegurar que el SAG continúe siendo una fuente de vida y desarrollo para la región.

La gobernanza de las aguas transfronterizas es un elemento central para garantizar la sostenibilidad de los recursos hídricos. A través de marcos legales sólidos, cooperación interestatal y el fortalecimiento de organismos bi/multilaterales, es posible superar los desafíos existentes y avanzar hacia una gestión integrada y sostenible. Este enfoque no solo contribuye a la preservación ambiental, sino que también, promueve el desarrollo equitativo y

la estabilidad regional, asegurando que estos recursos vitales estén disponibles para las generaciones presentes y futuras.

A pesar de los avances normativos, la gobernanza de las aguas transfronterizas enfrenta desafíos significativos como la ratificación subnacional de la normativa regional sobre los cursos de agua internacionales, aún en contextos político económicos asimétricos, indiferentes o reticentes a la integración.

Para abordar estos desafíos, se requiere una acción concertada que promueva la cooperación activa y la integración de principios de sostenibilidad. Instrumentos como el Indicador 6.5.2 de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) de la ONU (Organización de las Naciones Unidas), que mide la proporción de cuencas transfronterizas con arreglos operacionales, son herramientas valiosas para monitorear y mejorar la cooperación internacional en este ámbito.

Al respecto, Dilla Alfonso y Contreras Vera (2021) sostiene que las concertaciones transfronterizas son en toda América Latina:

> … un proceso de negociación regular que ocurre entre actores transfronterizos y cuyo valor agencial reside en la adopción de acuerdos para gestionar procesos regulares de intercambios que modelan estos territorios y, la naturaleza de los procesos de fronterización que tienen lugar (Dilla Alfonso y Contreras Vera, 2021, p.4).

Citando a Blatter (2003) Dilla Alfonso y Contreras Vera (2021) establecen cuatro tipos ideales de instituciones de concertación transfronteriza: *comisiones***,** cuando se trata de instituciones creadas por acuerdos internacionales para resolver temas específicos que afectan la interdependencia; *conexiones***,** entendidas como prácticas más informales, poco estructuradas y no idealistas, *coaliciones* regularmente politizadas, con aspiraciones solidarias; y, finalmente, las *consociativas* que, tienen fuertes contenidos políticos y portan agendas amplias. (Dilla Alfonso y Contreras Vera, 2021, p.11).

En la región MERCOSUR, numerosas *concertaciones* adquirieron la modalidad de *comisiones,* para abocarse a la gestión transfronteriza de los recursos hídricos como COMIP (Comisión Mixta del Río Paraná) que se encarga de supervisar dos grandes aprovechamientos hidroeléctricos: ITAIPÚ Binacional y Yacyretá; CARU (Comisión Administradora del Río Uruguay) que supervisa el aprovechamiento hidroeléctrico de Salto Grande y el aprovechamiento turístico de los recursos termales. Otros organismos institucionalizados que llevan varias décadas de funcionamiento sostenido son los Comités de Integración Fronteriza (ex Comités de Frontera), creados en la República Argentina por la Ley Nacional N° 18.575, sancionada en 1970 y su modificatoria bajo Decreto 68/2017 que la coloca bajo la órbita de la Jefatura de Gabinete de Ministros. Dos de estos Comités sesionan en relación a dos espacios de integración fronteriza de la provincia de Misiones: el Comité de Integración Fronteriza Posadas – Encarnación (Bilateral con Paraguay) y el Comité de Integración Fronteriza Puerto Iguazú – Foz do Iguaçu (Bilateral con Brasil).

A pesar de la multiplicidad de organismos existentes, éstos no logran conformar una estrategia de gobernanza multinivel. Ello se explica en parte, porque sigue primando una concepción estadocéntrica de frontera como divisa que resguarda la soberanía de los Estados-nación en la zona de colindancia, instrumentada a partir de la toma de decisiones desde los gobiernos nacionales que, anteponen la seguridad a la integración. Aunque los estudios indican la necesidad de implementar una estrategia de gobernanza multinivel, los gobiernos locales, con muy pocos recursos económicos y humanos, no consiguen producir una sinergia autosostenida en el tiempo, apenas acciones esporádicas con distinto nivel de compromiso, dependiendo de los intereses y la calidad de la articulación de los actores locales en cada período de gobierno.

En relación a la gobernanza del SAG, si bien se ha avanzado considerablemente en la unificación normativa cuatripartita, en los criterios de monitoreo del recurso, particularmente en el diseño metodológico que garantice la comparabilidad de los datos

muestrales, algunos aspectos como el control de las áreas de carga y descarga del SAG, como así también la explotación del mismo con fines agro productivos, industriales y turísticos continúan con escaso desarrollo.

En contexto de cambio climático, la contaminación y la sobreexplotación emergen como amenazas críticas para la calidad y disponibilidad del agua, requiriendo respuestas multinivel coordinadas. En este sentido, se enfatiza la necesidad de una gobernanza transfronteriza colaborativa que permita superar la fragmentación administrativa y fomente la cooperación entre actores estatales, locales y privados. Además, es preciso implementar políticas concertadas y modelos de gobernanza supranacional que superen la fragmentación administrativa y fomenten la colaboración activa entre los países y actores locales, reduciendo las tensiones esporádicas por los efectos que, los aprovechamientos en un país implican para sus vecinos, particularmente, los relativos al manejo del caudal hídrico en situaciones de estrés hídrico, tanto de inundaciones como de sequías, los que, de momento, se resuelven por la vía de la cooperación, a través de los servicios diplomáticos respectivos.

En síntesis, la integración de tecnologías avanzadas, la valoración decolonial de las especificidades territoriales, naturales y culturales, el intercambio de información transparente y la cooperación internacional son identificados como pilares fundamentales para garantizar la gestión transfronteriza del SAG frente a desafíos como el cambio climático, la contaminación y la sobreexplotación. De la continuidad de un modelo socialmente inclusivo y ambientalmente sostenible depende el desarrollo de toda la región trinacional.

Referencias

AGUILERA-KLINK, F. **La nueva cultura del agua.** Madrid: Los libros de la Catarata. 2008.

ARELLANO, D.; COSSI, C. y SOSA, L. Neoestrativismos e turistificação. Contribuições para uma gestão decolonial do patrimônio natural e cultural na área metropolitana binacional transfronteiriça Posadas/Encarnación. En: **Geografia Em Questão**. Volume 17, Numero 1. Marechal Cândido Rondon: AGB. 2024. p. 41-57. En: https://e revista.unioeste.br/index.php/ge oemquestao/issue/view/1473

BARBANCHO, V. Y GRACIA, M., (Coords.) **Análisis del indicador 6.5.2. Avances y retos en la cooperación en materia de gestión de aguas transfronterizas en los países del ámbito iberoamericano. Resumen Ejecutivo.** Madrid: AECID: Ministerio para la Transición Ecológica y el Reto Demográfico. 2022. p. 1-16. Site: https://bibliotecadigital.aecid.es/bibliodig/es/consulta /registro.do?id=13042

BOURDIEU, Pierre y WACQUANT, Loïc. **Respuestas por una Antropología reflexiva.** México: Grijalbo. 1995

CENCI, D. R., DE SOUZA, V. K., & BOMFIM, B. L.. **Uma análise sobre a política da mudança climática**. Salão Do Conhecimento. 2018. Recuperado de https://publicacoeseventos .unijui.edu.br/index.php/salaoconhecimento/article/view/9625

CeReGAS Centro Regional para la Gestión de Aguas Subterráneas en América Latina y El Caribe y UNESCO **Programa Hidrológico Intergubernamental**. Site: https://www.ceregas.org/portfolio/ proteccion-ambiental-y-desarrollo-sostenible-del-sistema-acuifero-guarani/

MISIONES. **Digesto Jurídico de la Provincia de Misiones**. Disponible en: http://www.digestomisiones.gob.ar

DILLA ALFONSO, H. y CHÁVEZ, M. La formación de las regiones transfronterizas: la experiencia latinoamericana. En: **Geopolítica(s) Revista de Estudios sobre espacio y Poder.** Vol. 14 número 2. Madrid: Ediciones Complutense. 2023. p. 125-215. Site: https://revistas.ucm.es/index.php/GEOP/article/view/85395

DILLA ALFONSO, H Y CONTRERAS VERA, C. Fronterización y concertaciones transfronterizas en América Latina. En: **Estudios Fronterizos**, vol. 22, 2021, e069 e-ISSN 2395-9134. Disponible en:

https://www.scielo.org.mx/pdf/estfro/v22/2395-9134-estfro-22-e069.pdf https://doi.org/10.21670/ref. 2106069
GAVIRIA, M. y SERNA, J. **La quimera del agua**. España: Ayuntamiento de Daimiel, 1992.
HIRATAA, Ricardo, Roberto Eduardo KIRCHHEIMB y Alberto MANGANELLI Diplomatic Advances and Setbacks of the Guarani Aquifer System in South America En: **Environmental Science and Policy** 114. 2020. Pp. 384-393. Disponible en: https://www.ceregas.org/site/wp-content/uploads/2021/02/98.-Diplomatic-Advances-and-Setbacks-of-the-Guarani-Aquifer-System-in-South.pdf
JAKUS, L. **Ecología política, gobernanza ambiental y políticas públicas**. Posadas: EDUNaM. 2022.
LARA-VALENCIA, Francisco Desarrollo, fronteras y transfronterismos: conceptos y procesos. En: **Revista Frontera Norte** VOL. 35, Nota Crítica. México: COLEF. Colegio de la frontera Norte. 2023. Disponible en: https://doi.org/10.33679/rfn.v1i1.2370
LONGARZO, Roberto Félix. Sistema Acuífero Guaraní en la provincia de Misiones. **Informe Técnico del Consejo Federal de Inversiones CFI**. Inédito.2006.
MARQUÉS, J. V. **Ecología y lucha de clases.** España: Zero. 1978.
MARTÍNEZ-GIL, F. J. **La nueva cultura del agua en España.** España: Editorial Bakeaz. 1996.
MCCAFFREY, S.C., The evolution of the law of international watercourses. En: **Collected Courses of The Hague Academy of International Law**, vol. 426, 2022, pp. 241-384.
MCINTYRE, O. **Advanced Introduction to International Water Law**. USA: Edward Elgar Publishing, 2023.
MOVILLA PATEIRO, L., **La dimensión normativa de la gobernanza internacional del agua dulce**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2021.
NOBRE, C. **Mudanças Climáticas e Mudanças Socioambientais Globais: reflexões sobre alternativas de futuro**. Brasília:

UNESCO, 2008. Disponible en: https://www.academia.edu /37861555/Mudan%C3%A7as_Clim%C3%A1ticas
UNESCO/OEA e ISARM Américas. **Acuíferos transfronterizos de las Américas. Estrategia regional para la evaluación y gestión de los Sistemas Acuíferos Transfronterizos en las Américas.** Washington DC/Montevideo: PHI-VIII/SERIE ISARM AMÉRICAS Nº 4. 2015. Site: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000 235394
ROJAS RABIELA, Teresa; José Luis MARTÍNEZ RUIZ y Daniel MURILLO LICEA. **Cultura hidráulica y simbolismo mesoamericano del agua en el México prehispánico.** México: CIESAS, IMTA, Cátedra UNESCO-IMTA, 2009.
UNESCO/CODIA/CeReGAS/AECID. **Curso Regional Gobernanza de Aguas Subterráneas con énfasis en Acuíferos Transfronterizos.** Septiembre de 2024. Modalidad Virtual Sincrónico. Site: https://intercoonectaaulavirtual.aecid.es/l ogin/index.php
UNESCO. **Acción local y regional: pensando el futuro del Acuífero Guaraní desde Argentina.** 08 de noviembre de 2023. Disponible en: https://www.unesco.org/es/articles/accion-local-y-regional-pensando-el-futuro-del-acuifero-guarani-desde-argentina
VEROSLAVSKY, Gerardo y Alberto MANGANELLI. Zonificación del Sistema Acuífero Guaraní en Uruguay: Una Guía Orientativa para su gestión y protección ambiental. En: **Aqua-LAC** - Vol. 10 - Nº 2 - Sept. 2018. pp. 61 - 80 ISSN: 1688 – 2873. Disponible en: https://www.ceregas.org/site/wp-content/uploads/2018/12/PHI-06.pdf .

Capítulo 11

FRONTEIRAS SUSTENTÁVEIS: A COOPERAÇÃO BRASIL-FRANÇA E O PAPEL DO MANEJO FLORESTAL NA AGENDA CLIMÁTICA DA COP 30

Bruno Rogério Silva Cavalcante
Luciana Uchôa Ribeiro

Resumo
Este artigo apresenta as relações transfronteiriças entre o Brasil e a Guiana Francesa, com foco no manejo florestal sustentável. Baseado em incursões realizadas em 2023 e 2024, o estudo discute as dinâmicas sociais e ambientais que moldam as interações entre as cidades gêmeas Oiapoque (Brasil) e Saint George de l'Oiapock (França). O manejo florestal é abordado como uma prática estratégica para mitigar os impactos ambientais na região amazônica, que enfrenta pressões de desenvolvimento e preservação. O texto também reflete sobre as implicações da COP 30, evento crucial na agenda climática internacional. São analisados os desafios e oportunidades do comércio transfronteiriço, especialmente de produtos florestais, e as tensões migratórias que afetam a integração entre os dois territórios. O artigo finaliza ressaltando a importância da cooperação entre o Brasil e a França para o desenvolvimento de fronteiras sustentáveis, promovendo a proteção ambiental e o crescimento econômico local.

Introdução

Este texto relata incursões realizadas em julho de 2023 e maio de 2024, ambas partindo de Macapá, capital do Amapá. A primeira incursão teve como destino a capital da Guiana Francesa, Caiena, e a segunda, o município de Oiapoque (Brasil) e a cidade de Saint George de l'Oiapock (França). Estas cidades formam um ambiente

fronteiriço caracterizado como cidades gêmeas. Podemos considerar essas incursões como pontos de partida para o desenvolvimento prático de inúmeras pesquisas no âmbito dos objetivos gerais do Projeto Front-Guianas, que apresenta diversas possibilidades de investigação das interconexões entre cidades gêmeas na região das Guianas, inseridas em parte da Amazônia Internacional.

O Projeto Front-Guianas se destaca por suas características inovadoras ao investigar três grandes áreas de pesquisa. A primeira delas analisa tipologias de interações entre as cidades gêmeas, levando em consideração especificidades geográficas, históricas e políticas, e criando indicadores que contribuem para a compreensão das complexidades dessas interações. A segunda área, que será o foco deste relatório, diz respeito aos estudos das condições e práticas de manejo florestal e da gestão ambiental que ocorrem entre as cidades gêmeas da região das Guianas, identificando não apenas as dificuldades de implementação dessas práticas, mas também destacando exemplos positivos de fronteiras sustentáveis. A terceira área de pesquisa se concentra em analisar a geopolítica da disseminação de doenças e vetores, bem como os fatores políticos, sociais e ambientais envolvidos, e visa estabelecer estratégias para mitigar os impactos relacionados a essas questões.

As fronteiras sustentáveis emergem como um conceito central para o desenvolvimento regional nas interações transfronteiriças das cidades gêmeas da região das Guianas. Essa abordagem busca equilibrar a proteção ambiental com o desenvolvimento econômico e social, promovendo práticas de manejo florestal e gestão ambiental que assegurem a conservação dos recursos naturais e a sustentabilidade a longo prazo.

A região é formada por cinco pares de cidades gêmeas: Oiapoque (BR) e Saint George de l'Oiapock (GF/FR); Saint Laurent du Maroni (GF/FR) e Albina (SR); Nieuw Nickerie (SR) e Corriverton (GUY); Lethem (GUY) e Bonfim (BR); Pacaraima (BR) e Santa Elena do Uairén (VE). Neste texto, destacaremos o par de cidades gêmeas Oiapoque e Saint George de l'Oiapock, com foco

nas questões transfronteiriças e nas temáticas ligadas às práticas de manejo florestal e gestão ambiental.

Inicialmente, contextualizaremos as relações transfronteiriças observadas durante a XII Comissão Mista Transfronteiriça (CMT), realizada em Caiena, entre os dias 3 e 4 de julho de 2023. Essas informações refletem as incursões de julho de 2023 (Macapá a Caiena), acompanhadas de matérias jornalísticas pertinentes que se conectam à realidade fronteiriça, situando o leitor no tempo e no contexto dos relatos, sob a perspectiva do pesquisador. A abordagem ambiental, com foco nas pautas da COP-30 – evento internacional que ocorrerá em 2025, em Belém, Pará – será uma temática central.

Em seguida, apresentaremos os resultados das incursões de campo realizadas em maio de 2024, no âmbito das pesquisas do Projeto Front-Guianas. Esses resultados incluirão aspectos práticos das práticas de manejo florestal, comercialização de produtos madeireiros e não madeireiros, bem como a realidade observada por meio de entrevistas com atores do cotidiano fronteiriço (Oiapoque e Saint George de l'Oiapock).

As incursões descritas ao longo deste texto ressaltam a importância das fronteiras sustentáveis, especialmente no contexto das cidades gêmeas da região das Guianas, onde questões ambientais e transfronteiriças se entrelaçam. No contexto das interações transfronteiriças, a sustentabilidade se torna um conceito chave para o desenvolvimento regional, e a gestão ambiental e o manejo florestal desempenham um papel fundamental nesse processo. O Projeto Front-Guianas, ao investigar essas práticas, visa garantir que essas fronteiras sustentáveis prosperem de maneira equilibrada, contribuindo para a preservação do meio ambiente e o fortalecimento das relações econômicas e sociais entre o Brasil e a Guiana Francesa.

Ao abordar os desafios e oportunidades relacionados ao manejo florestal e à gestão ambiental entre as cidades gêmeas Oiapoque e Saint George de l'Oiapock, o conceito de fronteiras sustentáveis se materializa nas práticas diárias de conservação e

exploração de recursos. A sinergia entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico local busca mitigar os impactos ambientais em regiões fronteiriças com vasta biodiversidade. A partir das pesquisas realizadas, identificamos exemplos positivos de manejo sustentável, que podem servir como modelo para a formulação de políticas públicas em toda a região amazônica, especialmente no contexto da COP-30.

A COP-30 na Amazônia e as relações transfronteiriças entre o Amapá e a Guiana Francesa

A COP-30, marcada para ocorrer em Belém capital do estado do Pará no ano de 2025, tem despertado discussões amplas sobre a sustentabilidade, a Amazônia e a soberania nacional, conforme destacado por Costa (2024) em seu estudo sobre a interseção desses temas. A Amazônia, sendo um bioma de importância global, torna-se um ponto central nas discussões sobre aquecimento global e desenvolvimento sustentável, historicamente a região tem sido alvo de interesses internacionais e disputas geopolíticas que envolvem tanto sua preservação quanto sua exploração. A proximidade da COP-30 intensifica esses debates, que vão além da questão ambiental e envolvem a soberania do Brasil sobre a região e o papel dos amazônidas na formulação de políticas que afetam diretamente suas vidas.

É imperativo a necessidade de que os amazônidas não sejam meros espectadores no debate global sobre o futuro da Amazônia, a construção de um "pacto pela Amazônia" é vista como uma estratégia fundamental para garantir que o desenvolvimento sustentável da região leve em consideração as necessidades e perspectivas dos próprios habitantes locais. A inclusão de múltiplos atores é essencial, mas o protagonismo deve estar nas mãos daqueles que vivem e dependem diretamente do bioma, a COP-30, portanto, não pode ser vista apenas como um evento global, mas como uma oportunidade para reconfigurar as relações

políticas e econômicas que historicamente marginalizaram a região (Costa, 2024).

A relação internacional entre os países que compõem a Amazônia internacional é marcada por tensões geopolíticas e disputas históricas que envolvem tanto interesses econômicos quanto ambientais. A região, devido à sua relevância estratégica e aos seus vastos recursos naturais, tem sido alvo de cobiça por parte de potências internacionais desde a época colonial. Ao longo dos séculos, as fronteiras amazônicas foram palco de conflitos territoriais e tentativas de exploração, o que reflete a importância global da região (Becker, 2001).

No contexto das relações transfronteiriças, a conexão entre o Brasil, especialmente o estado do Amapá e a Guiana Francesa, território ultramarino da França, destaca-se como um exemplo de cooperação e desafios, as interações entre essas duas regiões são complexas, devido à disparidade econômica e à diferença de governança. A Guiana Francesa, sendo parte da União Europeia, possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais elevado de 0,794 e o Amapá com o IDH de 0,688 além de uma infraestrutura mais desenvolvida em comparação ao Amapá.

Isso cria um fluxo constante de migração, comércio e intercâmbio, com brasileiros particularmente do Amapá, buscando oportunidades de trabalho e melhores condições de vida na Guiana Francesa, contudo esses movimentos migratórios também geram questões relacionadas à vulnerabilidade social e à dificuldade de regularização migratória, refletindo um desequilíbrio nas condições de vida e emprego entre as duas regiões.

Os países amazônicos, como Brasil, Peru e Colômbia, enfrentam pressões externas para implementar políticas ambientais rigorosas, principalmente devido à crescente preocupação mundial com as mudanças climáticas e a preservação da biodiversidade. No entanto, essas nações também lidam com demandas internas por crescimento econômico e desenvolvimento social, o que cria um dilema constante entre a preservação

ambiental e a exploração sustentável dos recursos naturais (conservação).

No caso do Brasil e da França, a cooperação transfronteiriça entre o Amapá e a Guiana Francesa também envolve esforços na área de segurança, combate ao garimpo ilegal, tráfico de drogas e preservação ambiental. Projetos conjuntos, como o Plano de Cooperação Interreg-Amazônia e a iniciativa Amazônia +10, buscam promover o desenvolvimento sustentável e a integração tecnológica, fortalecendo as relações bilaterais entre os dois países.

A Amazônia internacional é frequentemente vista como um ponto de interesse global, e a soberania dos países sobre suas porções da floresta é por vezes, colocada em questão por atores externos que defendem a preservação do bioma. Essas pressões externas podem se manifestar na forma de propostas de internacionalização da Amazônia ou sanções econômicas para garantir a proteção ambiental, o que gera tensões nas relações entre os países amazônicos e as potências internacionais, como é o caso das interações entre o Brasil e a França em temas ligados à sustentabilidade e ao controle fronteiriço.

Apesar dessas pressões, há uma necessidade crescente de cooperação regional entre os países amazônicos para desenvolver estratégias de desenvolvimento sustentável que levem em consideração as particularidades socioeconômicas e culturais da região. No âmbito transfronteiriço entre o Amapá e a Guiana Francesa, essa cooperação já tem mostrado avanços, com a criação de projetos conjuntos de pesquisa científica, inovação tecnológica e políticas de combate ao desmatamento. A criação de um pacto regional que fortaleça a governança local e promova o desenvolvimento sustentável, sem comprometer a soberania dos países, é vista como uma solução para equilibrar as demandas globais com as realidades locais, especialmente em áreas fronteiriças como essa.

A Conferência das Partes (COP) é um encontro anual entre países e territórios signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), seu objetivo

principal é discutir e implementar medidas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e combater o aquecimento global. A primeira COP foi realizada em 1995, em Berlim, e desde então o evento se tornou um espaço essencial para a deliberação de ações climáticas globais. Entre as conquistas mais notáveis estão o Protocolo de Kyoto (1997) e o Acordo de Paris (2015), que estabeleceram metas ambiciosas para a redução de emissões.

O Brasil, como uma das maiores economias emergentes e detentor de grande parte da Amazônia, desempenha um papel de destaque nas discussões, pois o país será o anfitrião da COP 30, marcada para 2025 no estado do Pará na capital Belém, destacando a importância da Amazônia para a estabilidade climática mundial. A participação do Brasil nas COPs inclui a formulação de compromissos para a redução do desmatamento e a implementação de políticas que visam ao desenvolvimento sustentável, sempre com ênfase na preservação da biodiversidade.

As COPs têm sido palco de avanços importantes, incluindo a criação de fundos para o financiamento de projetos ambientais em países em desenvolvimento, como o Fundo Amazônia. No entanto, os desafios para a plena implementação de políticas de neutralidade climática permanecem, uma vez que o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental continua sendo uma questão central para muitas nações. A transição energética e a busca pela neutralidade climática até 2050 foram temas de destaque na COP 28, realizada em Dubai, com foco na redução da dependência de combustíveis fósseis.

O Brasil, ao sediar a COP 30, estará no centro das discussões climáticas globais, ressaltando sua importância tanto como potência ambiental quanto como uma voz influente nas negociações internacionais sobre a crise climática.

Em reportagem realizada pela Secretaria Nacional de Comunicação Social com o título *"Desmatamento no Cerrado e na Amazônia têm queda no 1º semestre de 2024"*, a matéria destaca a significativa queda no desmatamento na Amazônia e no Cerrado

no primeiro semestre de 2024, com uma redução de 38% e 15%, respectivamente, em comparação ao mesmo período de 2023.

Na Amazônia, a área sob alertas de desmatamento foi a menor desde 2018, totalizando 1.639 km², enquanto o Cerrado registrou sua primeira redução para esse período desde 2020. O resultado reflete os esforços de fiscalização e políticas ambientais do governo brasileiro, com destaque para o sistema Deter-B do Inpe que monitora em tempo real e apoia as ações de órgãos como o Ibama e ICMBio.

A diminuição no desmatamento é atribuída ao compromisso do governo com a descarbonização e combate às mudanças climáticas, conforme ressaltado pelas ministras Marina Silva (MMA) e Luciana Santos (MCTI). A expectativa é de que, assim como ocorreu na Mata Atlântica, o desmatamento continue caindo até atingir o desmatamento zero até 2030, contudo no Cerrado, apesar da queda no primeiro semestre de 2024 os dados de longo prazo mostram um aumento de 16% na área desmatada entre agosto de 2023 e junho de 2024, indicando uma estabilização ainda em fase de consolidação.

Por outro lado, as queimadas estão intensificadas na Amazônia (figura – 1) e contribuem para o crescimento do aquecimento global.

Figura 1 – Fogo consome a floresta amazônica no Pará em 2024



Fonte: Carl de Souza / AFP (O Globo, 2024).

Em julho de 2023, mês em que acontecia a XII Comissão Mista Transfronteiriça em Caiena, foi identificado como o mês mais quente durante a história do planeta terra. A temperatura média foi de 16,95 °C, um grau e meio acima do nível registrado na época pré-industrial, a temperatura foi registrada pelo Serviço de Mudança Climática Copernicus (C3S), da União Europeia (Pivetta, 2023).

Para que essas tendências sejam freadas são necessárias medidas entre países, políticas de cooperação conjuntas que possam ser postas em prática para que sejam efetivas, eficientes e eficazes num sistema governamental entre cidades de fronteira.

A XII Comissão Mista Transfronteiriça (CMT) e as perspectivas ambientais entre o Amapá e a Guiana Francesa

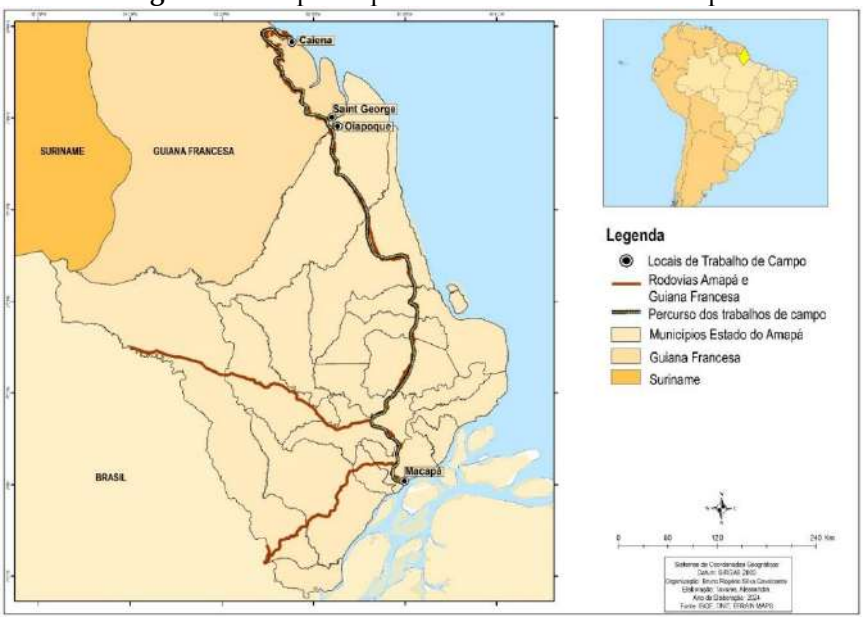
Após a contextualização sobre a Amazônia e alguns desafios para a COP-30, retomamos o olhar para a trajetória da incursão de

campo que saiu de Macapá com destino a Caiena em julho de 2023. Em se tratando de cidades gêmeas, as relações entre os países devem ser pensadas de maneira estratégica e em cooperação com políticas integradas para a realidade de ambos os lados.

É importante frisar que a incursão de campo ora relatada, forjou o olhar do pesquisador, munindo-o de informações coletadas na XII Comissão Mista Transfronteiriça. Para o pesquisador, docente do Instituto Federal do Amapá (IFAP), no qual vem realizando pesquisas sobre manejo florestal sustentável na Amazônia, bem como investigações na região das Guianas com a temática florestal e da gestão ambiental, a experiencia de campo tem sido de suma importância para identificar as estratégias de cooperação e as ausências de políticas transfronteiriças que possam mitigar os problemas ambientais das cidades gêmeas que compõem a região da Guianas.

Sendo assim, registra-se este primeiro campo, saindo de Macapá no dia 01 de julho de 2023 para percorrer os 590 km até Oiapoque, este trajeto já era conhecido pelo pesquisador, fato que diminuiu a curiosidade, porém, a expectativa maior estava na travessia, pela primeira vez, sobre a ponte binacional até chegar à Caiena.

Figura 2 – Mapa do percurso do trabalho de campo



Fonte: Org. Autores (2024).

Assim, chegando em Oiapoque, pernoitamos, e saímos na tarde seguinte do dia 02 de julho de 2023 em direção a aduana para atravessar à Caiena de ônibus sobre a ponte binacional (Figura 3), construída sobre o Rio Oiapoque.

Figura 3 – Ponte binacional Brasil – França



Fonte: Autores (2023).

Para chegar à Caiena percorremos cerca de 194 km em aproximadamente 3 horas de viagem, durante a viagem a percepção da paisagem revelou elementos peculiares aos que já costumamos ver na realidade amazônica.

Figura 4 – Paisagem amazônica na travessia do Rio Oiapoque para Caiena



Fonte: Autores (2023).

Duarte (2016), faz uma análise geo-histórica sobre a Guiana Francesa e registra caraterísticas do relevo e das bacias hidrográficas onde o relevo da região das Guianas é fortemente marcado pela presença de rios que dissecam a paisagem do sul para norte, influenciando tanto a geografia quanto a delimitação de fronteiras. Entre os principais rios estão o Maroni, que delimita a fronteira com o Suriname e o Oiapoque, que marca a fronteira com o Brasil. Outros rios importantes incluem o Mana, Approuague e Sinnamary. A Serra do Tumucumaque, ao sul, atua como um divisor de águas, separando as bacias hidrográficas das Guianas e da Amazônia, esses elementos geográficos têm grande relevância ecológica e geopolítica, sustentando ecossistemas e influenciando as populações locais (Duarte, 2016).

Passando por todo este cenário descrito o pesquisador, acompanhado da comitiva governamental do Amapá que também participaria da XII CMT, tiveram a viagem interrompida por mais uma barreira de controle da migração, dessa vez já do lado francês, após uma hora de viagem toda a equipe já havia passado pelo procedimento de entrada na aduana antes de iniciar a viagem pela

fronteira e estava com seus documentos de passaporte devidamente carimbados e autorizados para chegar até Caiena.

Houve um atraso neste procedimento, o que gerou tensão de algumas pessoas, pois, a maioria aproximadamente 30 pessoas, estavam atravessando pela primeira vez a fronteira. Este sentimento de incerteza gerou preocupação, pois a circulação de pessoas lembra conflitos e problemas com migração devido barreiras à livre circulação de pessoas impostas pelos estados para controlar o fluxo crescente migratório (Faria, 2015).

Após este episódio, seguimos viagem e algumas inquietações surgiram como: Por que de tanta fiscalização e controle na travessia para o lado francês? e por que este mesmo tratamento não existe do lado brasileiro? Elencamos alguns motivos que acreditamos fazer sentido diante da situação da dinâmica das relações migratórias.

Historicamente, sabemos que a atração dos brasileiros para a região das guianas ocorreu em função das atividades garimpeiras para extração de ouro. As migrações para países vizinhos apresentam um cenário diversificado, majoritariamente relacionadas à posse e uso da terra.

No Suriname e na Guiana Francesa, a presença brasileira está fortemente vinculada à mineração ilegal de ouro de aluvião, o que provoca reações intensas por parte das administrações locais. Na Guiana Francesa, em particular, esse fenômeno representa um ponto de tensão nas relações migratórias entre Brasil e França, sendo um tema sensível nas discussões bilaterais.

De acordo com Silva (2023), as migrações transfronteiriças entre o Brasil e Guiana Francesa representam uma reunião de complexidades, que envolve várias questões, como por exemplo, interesses ambientais e humanitárias. Do lado francês, a migração é considerada uma ameaça ambiental devido a presença de garimpeiros que praticam ilegalidades ambientais.

Ao discorrermos e refletirmos sobre algumas das inquietações citadas acima, finalmente chegamos à Caiena, na tarde do dia 02 de julho. Depois de 3 horas de ônibus, constatamos que as condições das estradas são boas, todas asfaltadas e bem-sinalizadas.

No centro de Caiena nos deparamos com a bela e histórica estrutura arquitetônica dos prédios antigos como apresentado a seguir.

Figura 5 – Arquitetura do centro da cidade de Caiena



Fonte: Autores (2023).

A evolução histórica da cidade de Caiena, capital da Guiana Francesa, remonta a 1634, quando foi estabelecida como uma colônia francesa no norte da América do Sul. Ao longo dos séculos, Caiena desenvolveu-se como um importante centro político e econômico, sobretudo devido ao seu status de departamento ultramarino francês. A cidade cresceu com a influência europeia, sendo planejada e estruturada para atender às necessidades administrativas e comerciais da França na região. Durante o século XIX, Caiena consolidou sua posição como capital e a urbanização acompanhou as demandas de desenvolvimento local, com a construção de infraestruturas que refletem a organização e o planejamento francês (Tostes, 2012).

No que tange à arquitetura, Caiena apresenta características que combinam elementos coloniais franceses e adaptações ao clima tropical da Amazônia. As construções tradicionais da cidade são marcadas por edifícios coloridos, telhados altos e janelas amplas, projetados para maximizar a ventilação em um ambiente quente e

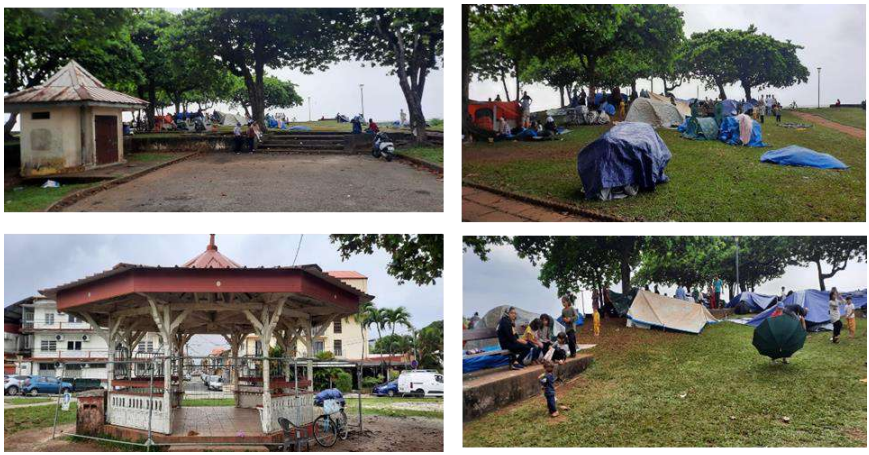
úmido. Esses traços arquitetônicos podem ser observados nos bairros mais antigos da cidade onde a preservação histórica é mais evidente.

A arquitetura urbana de Caiena é influenciada pelos padrões de planejamento urbano europeus, resultando em ruas organizadas e áreas públicas bem planejadas. As construções modernas continuam a refletir a influência europeia, com uma mescla de edifícios governamentais, comerciais e residenciais que mantêm uma certa uniformidade visual.

Caiena como parte da União Europeia, também se beneficia de investimentos em infraestrutura, o que a coloca em uma posição superior em termos de organização urbana, o contraste entre essas duas cidades reflete as diferenças nas políticas de planejamento e desenvolvimento, com Caiena destacando-se por sua infraestrutura bem estabelecida e contínuos esforços de preservação arquitetônica (Tostes, 2012).

Entretanto, o que vai além da beleza arquitetônica se contrasta com a realidade observada no centro da cidade. Uma praça tomada por imigrantes venezuelanos, sírios e libaneses remonta aos fluxos migratórios recentes (Figura 6), resultado de crises políticas, econômicas e humanitárias em seus países de origem. Essas populações buscam refúgio em Caiena, atraídas tanto pela segurança quanto pelas oportunidades oferecidas pela cidade que apesar de sua infraestrutura bem estabelecida, enfrenta o desafio de integrar esse crescente número de imigrantes.

Figura 6 – Acampamento de imigrantes na Praça Des Armandiers no centro de Caiena



Fonte: Autores (2023).

Destaca-se que a imagem "C" do mosaico, evidencia um coreto cercado por grades de proteção, sugerindo a restrição de uso da estrutura pública, a presença de grades pode transmitir várias mensagens. Primeiramente, a interdição do coreto pode estar relacionada à tentativa de controlar o espaço público, talvez em resposta à ocupação de imigrantes e isso pode sinalizar um conflito de interesses sobre o uso do espaço público e a maneira como a presença de imigrantes é percebida pela comunidade local.

Além disso, a bicicleta encostada e os pertences amontoados perto do coreto indicam que o local está sendo utilizado, provavelmente por pessoas em situação de vulnerabilidade, reforçando a ideia de que o espaço está servindo de abrigo informal.

Essa situação indica uma possível exclusão social, onde estruturas que deveriam ser de uso público estão sendo vedadas ou limitadas como uma resposta à pressão social ou problemas de gestão do espaço urbano, o contraste entre a função original do coreto (como local de convívio e lazer) e a realidade atual (restrição e possível exclusão) reflete questões mais amplas de integração social e políticas públicas relacionadas à imigração, urbanização e uso de áreas públicas.

A praça em si reflete essa dualidade um espaço de convivência e interação, mas também um símbolo das tensões entre os nativos e os recém-chegados evidenciando que apesar dos investimentos em infraestrutura, desafios sociais e de integração ainda estão presentes.

O impacto social e econômico é perceptível, a demanda por serviços públicos aumenta e a convivência entre os diferentes grupos culturais nem sempre é harmoniosa. Por outro lado, essa diversidade também traz novas dinâmicas econômicas e culturais, com a inserção de imigrantes em setores do comércio local, serviços e até na gastronomia.

Em matéria jornalística publicada em 03 de outubro de 2023 pelo jornal BBC News Brasil "O surpreendente 'país' onde imigrantes brasileiros podem ser 30% da população", a reportagem explora a crescente presença de brasileiros na Guiana Francesa, destacando aspectos demográficos, sociais e econômicos dessa migração. O texto revela que em 2022 a Guiana Francesa abrigava cerca de 91,5 mil brasileiros, representando aproximadamente 30% da população total do território. Esse fluxo imigratório é impulsionado principalmente pela proximidade geográfica e pela possibilidade de melhores oportunidades econômicas, dado que os salários são pagos em euros. Além disso, a migração se caracteriza em sua maioria por trabalhadores da construção civil e garimpo, oriundos de estados brasileiros como Amapá, Pará e Maranhão.

É importante ressaltar que existem dificuldades impostas pelo governo francês para regular a entrada de brasileiros na Guiana Francesa, incluindo a necessidade de visto e outras restrições para travessia da fronteira entre o Oiapoque e Saint Georges. Embora essas barreiras sejam impostas como tentativa de controle migratório, a realidade na fronteira mostra que a circulação entre os dois países é constante, alimentada por questões como a proximidade cultural e geográfica e a ilusão de oportunidades econômicas.

A Guiana Francesa, embora parte da União Europeia e com um IDH elevado em comparação ao Brasil, funciona como uma "zona de transição" para muitos imigrantes brasileiros e de outras

nacionalidades que buscam salários melhores ou fugir de cenários de guerra e outros conflitos políticos sociais, mas acabam inseridos em contextos de extrema vulnerabilidade. Essa condição imigratória também expõe as contradições do modelo europeu de governança aplicado em territórios ultramarinos, onde os direitos e as condições de vida muitas vezes não se equiparam aos padrões da metrópole.

Reunião da XII Comissão Mista Transfronteiriça em Caiena

No dia seguinte, 03 de julho de 2023, a reunião da XII Comissão Mista Transfronteiriça foi iniciada com a presença da delegação do Brasil, liderada pelo Chefe de estado do Amapá, Governador Clécio Luís e pelo Diretor do Departamento de Europa do Governo Federal - Itamaraty, Flavio Goldman. A delegação francesa, foi chefiada pelo Governador da Guiana Francesa, Thierry Queffelec, e pela diretora do Departamento de Américas e Caribe da chancelaria francesa, Michèle Ramis.

Figura 7 – Principais autoridades no início da XII Comissão Mista Transfronteiriça



Fonte: Autores (2023).

Vale ressaltar que estas comissões veem ocorrendo há 27 anos com o objetivo de tratar da Cooperação Transfronteiriça (CT). A CT

aborda diversas temáticas no âmbito de políticas ambientais, sociais, geopolíticos, econômicos, imigrações, entre outros assuntos comuns para os países de fronteiras.

A CT é uma forma colaborativa entre autoridades locais e regionais de áreas de fronteira, tendo como objetivo principal formas integrativas regionais para mitigar problemas que carecem de soluções compartilhadas (Silva, 2023).

As Comissões Mistas Transfronteiriças (CMTs) surgem para discutir e dar soluções aos processos entre as relações transfronteiriças de diferentes temas e regiões geográficas, no caso da área de fronteira Brasil e França de acordo com Silva (2023), quatro foram os temas que mais apareceram com frequência nas análises realizadas desde 1996 até 2023 categorizadas em: infraestrutura, circulação, comércio e migrações.

Foi observado que a XII Comissão Mista Transfronteiriça de 2023, trouxe para discussão a temática ambiental ladeada de outros temas, como a cooperação bilateral na zona de fronteira nas áreas de circulação de pessoas e mercadorias, migrações, segurança, cultura e educação, economia e saúde.

E se tratando da relevância ecológica da região, mais especificamente da gestão dos recursos florestais madeireiros, existem pesquisas na área do manejo florestal que se iniciaram em 2015 (EMBRAPA, 2019) para monitorar aspectos ambientais depois que as florestas foram submetidas a exploração madeireira. Uma delas é o projeto Guiamaflor, que envolve pesquisadores da Guiana Francesa, Montpellier, Manaus e Macapá onde foi conduzido em quatro sistemas sustentáveis distribuídos em três regiões da Amazônia: Guiana Francesa, Amapá e Amazonas.

O objetivo principal foi investigar como os fatores ambientais afetam a dinâmica das florestas tropicais úmidas após diferentes intensidades de exploração madeireira, os resultados permitem uma síntese abrangente sobre o comportamento das florestas pós-exploração, oferecendo insights para aprimorar os planos de manejo florestal e promovendo uma reflexão sobre o futuro desse

manejo, com foco na produção e conservação de bens e serviços ambientais em um cenário amazônico em transformação.

As Comissões Mistas Transfronteiriças (CMTs) têm servido como um fórum estratégico para discutir as relações transfronteiriças, estas apresentam importância para vários fatores ambientais que precisam da tomada de decisões sobre temas relevantes, como por exemplo, a proteção da biodiversidade especialmente em uma região tão rica e diversa quanto a Amazônia.

Em uma era de crescente preocupação com as mudanças climáticas, a gestão e proteção de áreas florestais não são apenas essenciais para a região, mas também para o equilíbrio ecológico do planeta, a necessidade de balancear a exploração de recursos naturais com a preservação ambiental tornou-se evidente.

Contudo, o progresso observado anteriormente nas versões anteriores das CMTs não se refletiu na CMT de 2023, realizada em Caiena. Mesmo com o interesse ativo da Petrobras na exploração marítima perto da fronteira, a decisão do IBAMA de suspender a permissão de exploração refletiu a prevalência de preocupações ambientais sobre os interesses econômicos. A falta de discussões substanciais sobre temas essenciais, como a exploração de petróleo e o manejo florestal, foi notada e isso levantou preocupações, especialmente considerando a importância crescente do manejo florestal na região das Guianas e no estado do Amapá.

O manejo florestal sustentável é um dos temas cruciais que não recebeu a devida atenção na CMT de 2023, apesar de sua importância estratégica para a região de fronteira entre a Guiana Francesa e o Brasil e para toda a área das Guianas. A Amazônia e as florestas tropicais das Guianas possuem uma biodiversidade incomparável, sendo ricas em produtos florestais madeireiros e não madeireiros, a exploração sustentável desses recursos poderia não apenas gerar desenvolvimento econômico para a região, mas também contribuir significativamente para a preservação ambiental e o combate às mudanças climáticas.

No estado do Amapá, o manejo florestal sustentável é uma necessidade premente com vastas áreas de florestas que precisam ser manejadas de maneira inteligente e equilibrada, visando a preservação dos ecossistemas e ao mesmo tempo que oferecem oportunidades de geração de renda. Fomentar o manejo florestal sustentável no Amapá utilizando boas práticas que respeitem os princípios da conservação, pode criar novas oportunidades de mercado e de geração de emprego tanto no setor madeireiro quanto no setor de produtos não madeireiros, como frutos, resinas, óleos e plantas medicinais.

Um aspecto crucial que precisa ser mais explorado nas futuras CMTs é o fortalecimento das cadeias produtivas florestais no Amapá e a ampliação das possibilidades de comércio com a França, por meio da Guiana Francesa, onde a proximidade geográfica e os laços transfronteiriços já existentes oferecem uma oportunidade única para a exportação de produtos florestais madeireiros e não madeireiros do Amapá para o mercado europeu.

Produtos como a madeira certificada, o açaí, a castanha-do-brasil, óleos essenciais, borracha e outros recursos florestais podem encontrar um mercado lucrativo na França, que tem uma demanda crescente por produtos sustentáveis e de alta qualidade. Para que isso ocorra, é necessário desenvolver uma infraestrutura logística que facilite a circulação desses produtos, e ao mesmo tempo garantir que as práticas de manejo sejam ambientalmente responsáveis e certificadas por padrões internacionais, como o FSC (Forest Stewardship Council).

Além disso, a integração econômica entre o Amapá e a Guiana Francesa poderia ser impulsionada por acordos que facilitassem o comércio de produtos florestais. A criação de mecanismos bilaterais que incentivem o comércio transfronteiriço e a troca de conhecimentos sobre manejo florestal entre os dois lados da fronteira seria uma medida estratégica. Isso incluiria o compartilhamento de tecnologia, treinamento de mão-de-obra e programas de certificação de sustentabilidade, fortalecendo o desenvolvimento econômico local e protegendo a floresta.

Diante da importância das florestas na mitigação das mudanças climáticas e na conservação da biodiversidade, é fundamental que o manejo florestal seja tratado como uma prioridade nas futuras CMTs. A exploração sustentável dos recursos florestais madeireiros e não madeireiros no Amapá precisa estar no centro das discussões transfronteiriças com a Guiana Francesa, considerando as oportunidades de desenvolvimento econômico sustentável e o papel crucial das florestas no equilíbrio climático global.

As futuras CMTs devem, portanto, não apenas equilibrar as discussões sobre a exploração de petróleo, mas também fomentar um debate aprofundado sobre o manejo florestal e as cadeias produtivas sustentáveis, garantindo que o desenvolvimento econômico seja sempre alinhado com a preservação ambiental.

Sendo assim, encerradas as discussões da XII CMT em Caiena retornamos para Macapá com a sensação de que o trabalho dos pesquisadores deve continuar e evidenciar mais estudos que apresentem discussões e resultados sobre as questões ambientais transfronteiriças. Podemos considerar estas inquietações como pontos de partida para o desenvolvimento do **Projeto Front-Guianas,** no qual foi submetido em agosto de 2023 na chamada pública CNPq/MCTI Nº 10/2023 (Universal 2023).

PROJETO FRONT-GUIANAS: incursão do 1º par de cidades gêmeas: Saint Georges de l´Oyapock (GF/FR) e Oiapoque (BR)

Após o **Projeto Front-Guianas (PFG)** ser aprovado com financiamento, iniciamos em 2024 a execução de ações práticas, sob a coordenação do Professor Pesquisador Dr. Gutemberg De Vilhena Silva, proponente do projeto.

A organização destas atividades envolve desde seminários locais, nacionais e internacionais, incursões na região das Guianas, elaboração de artigos, livros e cartilhas. Além disso, visa analisar as cidades gêmeas da região das Guianas, com foco em suas interações socioeconômicas, práticas de manejo florestal,

disseminação de doenças e vetores, e a cooperação transfronteiriça. São cinco os pares de cidades em evidência e que estão inseridas em parte da Amazônia Internacional: Saint Georges de l´Oyapock (GF/FR) e Oiapoque (BR); Saint Laurent du Maroni (GF/FR) e Albina (SR); Nieuw Nickerie (SR) e Corriverton (GUY); Lethem (GUY) e Bonfim (BR); Pacaraima (BR) e Santa Elena do Uairén (VE).

A equipe de pesquisadores do PFG percorreu o primeiro par de cidades gêmeas, Saint Georges de l´Oyapock (GF/FR) e Oiapoque (BR), em maio de 2024, mas antes de iniciar está incursão o **Projeto Front-Guianas** foi lançado em Macapá, juntamente com um Seminário denominado de **Sintransfronteiras** (IV Seminário de Desenvolvimento Regional, o mesmo foi planejado e organizado em conjunto com a equipe da PFG e pelo Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável (PPGDAS/Unifap), além deste evento, o lançamento foi nomeado de **I Seminário Internacional Região das Guianas** (Figura X), realizado no Museu Sacaca e na Universidade Federal do Amapá, no período de 06 a 08 de maio de 2024.

Figura 8 – Material de divulgação do Sintransfronteiras e do I Seminário Internacional Região das Guianas



Fonte: Arquivo dos autores (2024).

Enquanto o evento do Seminário finalizava em 8 de maio, neste mesmo dia uma equipe do projeto FRONT - Guianas iniciou a incursão a partir da cidade de Macapá até a região fronteiriça no

município de Oiapoque, um trajeto de aproximadamente 7 horas e 25 minutos cobrindo 578,1 km pela BR-156. Está viagem inaugurou a fase de coleta de dados nas cidades gêmeas da região das Guianas, fundamental para a obtenção de resultados empíricos para o projeto.

Ao chegarmos em Oiapoque, iniciamos a análise das dinâmicas urbanas que caracterizam essa cidade fronteiriça com a Guiana Francesa. Oiapoque e Saint Georges, situadas respectivamente no Brasil e na França, constituem um nexo vital para a interação e cooperação transfronteiriça que vem refletindo uma amalgama de influências culturais, econômicas e sociais, este contexto é amplamente evidenciado pelo Corredor Transfronteiriço entre o Amapá e a Guiana Francesa, uma faixa geográfica que não serve apenas como uma ponte geográfica mas também como uma plataforma para desenvolvimento e integração que busca superar os desafios históricos de isolamento e as barreiras que têm separado esses dois territórios.

Economicamente o corredor é crucial para o desenvolvimento regional, facilitando a circulação de pessoas, bens e serviços e estimulando a economia local por meio do comércio transfronteiriço. A melhoria da infraestrutura, como a construção da ponte sobre o rio Oiapoque, busca eliminar barreiras físicas que limitam o comércio e o desenvolvimento econômico, permitindo uma integração mais eficaz dos mercados locais com os internacionais. Culturalmente o corredor promove um enriquecedor intercâmbio entre as comunidades brasileiras e francesas, construindo uma identidade regional compartilhada que é vital para a coesão social em áreas de fronteira.

Além disso, a região enfrenta desafios significativos como o controle do garimpo ilegal e a gestão da migração, que podem causar tensões sociais e deterioração ambiental, nesse sentido, o corredor também se torna um foco para políticas de conservação e práticas de desenvolvimento sustentável, visando proteger a biodiversidade rica da Amazônia e garantir que os recursos sejam usados de maneira responsável e benéfica para as comunidades

locais. Assim, o Corredor Transfronteiriço não só conecta territórios, mas também constrói pontes entre pessoas, culturas e economias, consolidando a fronteira como um espaço de oportunidades e intercâmbio contínuo, transformando uma região historicamente isolada em um modelo de integração e desenvolvimento sustentável.

Assim, o Corredor Transfronteiriço serve como um modelo de como as fronteiras podem ser transformadas de barreiras em pontes de cooperação e desenvolvimento, evidenciando que a cooperação e integração regional são essenciais para o progresso duradouro em um mundo globalizado.

A investigação focou na forma como estas cidades gêmeas facilitam e são moldadas por suas relações transfronteiriças, exploramos como as comunidades locais articulam sua coexistência e interdependência, evidenciando tanto os desafios quanto as oportunidades inerentes a essa configuração. Compreender essas interações é crucial para orientar as fases subsequentes da pesquisa do **Projeto Front-Guianas** e para o desenvolvimento de intervenções que fomentem um desenvolvimento sustentável e cooperativo.

Essas visitas proporcionaram um entendimento mais aprofundado do impacto das infraestruturas locais na vida das comunidades ribeirinhas e na biodiversidade regional. A fase inicial da nossa pesquisa em Oiapoque e Saint Georges desvelou interações transfronteiriças que exercem influência direta sobre as políticas de desenvolvimento e cooperação regional, posteriormente, outros membros da equipe se juntaram para dar continuidade ao trabalho, focando em diferentes áreas temáticas do **Projeto Front-Guianas**, tais como gestão ambiental, disseminação de doenças e práticas culturais que interligam essas comunidades.

No dia 09 de maio, com a chegada dos outros integrantes do grupo continuamos as visitas na fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa, iniciamos nossa visita na aduana onde conversamos com o agente da Polícia Federal onde abordamos temas como tráfico de pessoas, garimpos ilegais, concessão de vistos, turismo sexual e a

situação dos refugiados na fronteira. A segurança e o policiamento na área são fundamentais para controlar esses desafios, demonstrando a importância da vigilância contínua a exemplo da ponte binacional, com sua estrutura robusta, conecta os dois países e facilita o trânsito de pessoas e mercadorias, sendo um marco de infraestrutura.

No Museu Kuahi, tivemos a oportunidade de conhecer as obras do talentoso artista Yermollay Caripoune, suas criações refletem a rica cultura local e a história da região. As obras, detalhadas e expressivas, combinam técnicas e narrativas da cosmologia Karipuna, resgatando raízes espirituais, as pinturas são uma expressão única que conecta o passado ancestral e o presente.

Em seguida, visitamos a Associação de Desenvolvimento Prevenção Acompanhamento e Cooperação de Fronteiras (DPAC-Fronteira) para discutir a saúde da mulher na fronteira, discorremos sobre os desafios enfrentados pelas mulheres em áreas de garimpo e a situação dos refugiados. A DPAC também desenvolve campanhas educativas focadas na educação ambiental e na destinação adequada do lixo, contribuindo para a sustentabilidade da região. A saúde pública é uma preocupação constante especialmente com a presença de garimpos ilegais que impactam diretamente a comunidade.

Figura 9 – Visita dos pesquisadores na Associação de Desenvolvimento Prevenção Acompanhamento e Cooperação de Fronteiras (DPAC-Fronteira)





Fonte: Autores (2024).

Conhecemos o projeto Curema Malakit, uma iniciativa inovadora da DPAC. Um projeto voltado para a eliminação da malária entre as pessoas envolvidas na garimpagem de ouro que trabalham e se deslocam no Escudo das Guianas, o projeto busca melhorar a saúde pública na fronteira, oferecendo cuidados e recursos essenciais para a população local, especialmente nas áreas afetadas pela mineração ilegal**.**

Figura 10 – Explicações sobre o Curema Malakit no escritório do projeto



Fonte: Autores (2024).

Chegamos ao Quilombo Kulumbú do Patuazinho, onde exploramos a rica herança cultural e as manifestações religiosas de

matriz africana, a comunidade utiliza árvores caídas para a extração de madeira e pratica o manejo sustentável de óleos essenciais e frutas. A liderança comunitária é fundamental para a organização e o desenvolvimento local, preservando as tradições e promovendo a sustentabilidade.

Figura 11 – Visita ao Quilombo Kulumbú do Patuazinho





Fonte: Autores (2024).

No mercado da cidade, observamos os desafios na comercialização da farinha de mandioca devido à crise fitossanitária de 2023, a praga da mandioca afetou vários municípios do Amapá, elevando os preços (Saca de 25kg R$ 240,00) e forçando os comerciantes a buscar produtos em outros mercados. A escassez e a alta demanda têm impactado negativamente o comércio deste produto.

Figura 12 – Feirante no mercado de Oiapoque relatando sobre a praga da mandioca e a baixa nas vendas devido os preços altos





Fonte: Autores (2024).

Conversamos com donos de lojas de produtos madeireiros, que relataram uma significativa diminuição das movelarias no município de Oiapoque devido à falta de madeira legalizada.

Figura 13 – Trapiche (porto fluvial) na orla de Oiapoque para embarque e desembarque de mercadoria



Fonte: Autores (2024).

Figura 14 – Madeira (tábuas e ripas) pronta para ser comercializada



Fonte: Autores (2024).

A comercialização de madeira em Oiapoque, reflete um cenário dinâmico e desafiador. A demanda por produtos madeireiros na região é elevada, especialmente no setor da construção civil, tanto para consumo local quanto para exportação para a Guiana Francesa. A cidade de Oiapoque e sua localização geográfica, desempenha um papel essencial no escoamento dessa madeira, principalmente aquela proveniente de florestas manejadas de forma sustentável e certificada, atendendo aos padrões europeus exigidos por compradores franceses.

O movimento de mercadorias através da ponte binacional, que conecta Oiapoque a Saint-Georges, é um indicativo do potencial econômico local. A madeira certificada que atravessou recentemente pela primeira vez essa ponte, é fruto de um esforço para regularizar a exploração florestal e incentivar práticas sustentáveis, alinhando-se às normas ambientais europeias. Esse comércio, entretanto, enfrenta obstáculos, como a falta de madeira legalizada suficiente para suprir a demanda crescente, levando à diminuição das movelarias na região.

A esperança dos comerciantes locais está na aceleração dos planos de manejo florestal no estado do Amapá, o que permitiria atender não só à demanda interna, mas também explorar melhor o mercado da Guiana Francesa. O interesse dos franceses em adquirir madeira proveniente de fontes sustentáveis e dentro dos padrões europeus cria uma oportunidade significativa para o setor madeireiro de Oiapoque, que pode se consolidar como um fornecedor relevante no cenário transfronteiriço.

Além disso, a cidade de Oiapoque serve como ponto de entrada para outros produtos e serviços, incluindo itens relacionados ao garimpo e à saúde. A estrutura local, como a unidade básica de saúde e as interações com profissionais da área, também reflete os desafios enfrentados pela região, como o controle de doenças comuns em áreas de garimpo. Dessa forma, a cidade não apenas exporta madeira e mercadorias, mas também enfrenta desafios internos relacionados ao desenvolvimento socioeconômico e à saúde pública em sua fronteira com a Guiana Francesa.

Este contexto demonstra a dualidade de Oiapoque como um centro de exportação madeireira e um local que lida com questões de desenvolvimento e saúde típicas de regiões fronteiriças. O fortalecimento das práticas sustentáveis na exploração de madeira e a busca por equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental são fundamentais para garantir o futuro do comércio entre Oiapoque e Saint-Georges.

Considerações Finais

As incursões realizadas no município de Oiapoque, com foco nas práticas de manejo florestal e no comércio transfronteiriço, evidenciam o imenso potencial econômico da região, especialmente no setor madeireiro, a demanda por produtos madeireiros, principalmente para a construção civil, permanece alta tanto no lado brasileiro quanto no francês. Entretanto, a falta de madeira legalizada tem impactado negativamente o setor, levando à diminuição das movelarias locais. Esse obstáculo é amplamente reconhecido pelos comerciantes, que aguardam a aceleração dos planos de manejo como uma solução para reverter esse cenário e impulsionar as vendas, inclusive para clientes franceses que atravessam a fronteira em busca desses produtos.

A primeira travessia de um caminhão carregado de madeira certificada pela ponte binacional entre Oiapoque e Saint George de l'Oiapock destaca o papel estratégico do Amapá no comércio de produtos florestais que atendem aos rigorosos padrões europeus. Esse evento não só ilustra a viabilidade do manejo florestal sustentável, como também sublinha o interesse do lado francês em adquirir madeira certificada. A certificação, além de garantir a conformidade com os padrões ambientais internacionais, pode abrir novas oportunidades de mercado para a região, trazendo benefícios tanto para a economia local quanto para o meio ambiente.

Um aspecto de grande relevância é a importância estratégica da região fronteiriça como um corredor transfronteiriço que facilita o comércio e também atua como plataforma de cooperação internacional. O corredor entre Amapá e Guiana Francesa é um modelo de integração que transcende o comércio, fomentando relações culturais, sociais e econômicas entre as duas regiões. Essa cooperação, além de fortalecer os laços bilaterais, promove o desenvolvimento sustentável da fronteira, que historicamente enfrentou desafios de isolamento e barreiras geopolíticas.

Outro ponto significativo observado é o fluxo constante de migração, especialmente de brasileiros em busca de melhores

condições de vida na Guiana Francesa. Esse movimento é reflexo das diferenças econômicas e estruturais entre as duas regiões, gerando desafios de controle migratório e questões de vulnerabilidade social. A cooperação em políticas de controle migratório, regularização e segurança é essencial para manter a ordem social e o equilíbrio no fluxo de bens e pessoas, ao mesmo tempo em que promove a integração regional.

Na Comissão Mista Transfronteiriça (CMT) de 2023, o manejo florestal deveria ter sido uma questão de pauta mais evidenciada, houve uma ausência de discussões mais aprofundadas sobre o tema. Dado o papel vital das florestas tropicais no combate às mudanças climáticas e na preservação da biodiversidade, é fundamental que esse assunto receba maior atenção nas futuras CMTs. O manejo florestal sustentável, tanto no Brasil quanto na Guiana Francesa, oferece não apenas oportunidades econômicas, mas também soluções para mitigar os impactos ambientais em uma região de importância global.

Além disso, a infraestrutura da região, como a ponte binacional, desempenha um papel chave na facilitação do comércio e da circulação de pessoas, mas outros desafios como a saúde pública e o controle do garimpo ilegal permanecem.

A integração entre o fortalecimento da infraestrutura e o desenvolvimento de políticas públicas que abordem questões sociais e ambientais é essencial para garantir um crescimento sustentável.

Por fim, a cooperação transfronteiriça entre o Brasil e a Guiana Francesa, especialmente no âmbito do manejo florestal e do comércio de produtos madeireiros e não madeireiros, mostra-se como uma oportunidade única de promover o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental. A continuidade do diálogo e o fortalecimento das políticas de manejo sustentável são imprescindíveis para assegurar que a exploração econômica da Amazônia seja realizada de forma responsável, beneficiando a região fronteiriça e contribuindo para os esforços globais de mitigação das mudanças climáticas.

Agradecimentos

Agradecemos ao **Projeto Front-Guianas** pelo apoio fundamental na realização das incursões e nas pesquisas de campo que embasam este estudo. O suporte da equipe, assim como a colaboração entre instituições de ambos os lados da fronteira, foi essencial para o desenvolvimento das análises transfronteiriças apresentadas. Este projeto continua a fortalecer as interações e o conhecimento compartilhado entre o Brasil e a Guiana Francesa, contribuindo significativamente para o avanço das práticas sustentáveis e das políticas públicas na região.

Agradecemos também ao **CNPq**, pelo financiamento do Projeto Front-Guianas, através da Chamada Universal (CNPq/MCTI Nº 10/2023 - Faixa A - Grupos Emergentes), no qual o autor faz parte, permitindo a realização das incursões de campo com o apoio financeiro essencial para o desenvolvimento desta pesquisa.

Referências

BARROS, L. S (org.). **Diagnóstico do desenvolvimento das cidades gêmeas do Brasil – educação, saúde, economia e segurança pública: a análise dos números**. IDESF, 2018.

BECKER, Bertha K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários. **Parcerias estratégicas**, v. 12, n. 1, p. 135-59, 2001.

COSTA, E. J. M. Amazônia e soberania: um breve resgate histórico. Belém: Faculdade de Economia/UFPA, 2024. (Série **Textos para Discussão, n. 1**). Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/16818/11259#. Acessado em: 20/09/2024.

DUARTE, G. R. Guiana Francesa: uma análise geohistórica. **Confins**, [s. l.], n. 28, 2016.Disponível em: https://journals.openedition.org/confins/11072. Acesso em: 08/09/2024.

EMBRAPA. **Respostas das florestas tropicais úmidas à exploração florestal:** novas perspectivas para o manejo florestal na Amazônia. 2019. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-projetos/-/projeto/212248/respostas-das-florestas-tropicais-umidas-a-exploracao-florestal-novas-perspectivas-para-o-manejo-florestal-na-amazonia. Acessado em: 17/09/2024.

FARIA, Maria Rita Fontes. **Migrações Internacionais no Plano Multilateral: reflexões para a política externa brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015.

GRANGER S. Guiana Francesa, um território europeu e caribenho: No caminho da sul-americanização? **Ateliê Geográfico** –Revista eletrônica. UFG –IESA. GO, 2008.

PIVETTA, Marcos. Julho de 2023 foi o mês mais quente na história recente do planeta. In: Revista **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, Julho de 2023 https://revistapesquisa.fapesp.br/julho-de-2023-foi-o-mes-mais-quente-na-historia-recente-do-planeta/#:~:text=Ambiente-Julho%20de%202023%20foi%20o%20m%C3%AAs%20mais%20quente%20na%20hist%C3%B3ria,graus%20Celsius%20(%C2%B0C), 2023.

SILVA, G. **Cooperação transfronteiriça na Amazônia Internacional: estratégias e ações no caso entre França e Brasil (1996-2023)**, 2023. Disponível em: https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/verdegrande/article/view/6622/6651. Acessado em: 16/09/2024. (2023).

TOSTES, J. **Além da linha do horizonte**. Sal da Terra. João Pessoa, 2012.

Capítulo 12

FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAY: TERRITÓRIO DO CRIME E DA VIOLÊNCIA?

Tiago Madureira Araújo
Luci Meire Corrêa Anastácio
Alexandre Bergamin Vieira
Kamila Madureira da Silva
Bruno Rogério Silva Cavalcante
Leonardo Martins Maior

Resumo
As Fronteiras se configuram como espaços onde se entrelaçam as influências dos Estados Nacionais, dos territórios e dos sujeitos em constante contato/disputa, construindo práticas compartilhadas que constituem uma identidade transfronteiriça. A Fronteira é espaço vivido pelas suas gentes, de lá e de cá. Ela se configura em um território usado e praticado. Para aqueles que vivem a/na fronteira, ela se constitui como território onde as interrelações pessoais, culturais, econômicas, sociais e políticas assumem uma determinada frequência e intensidade que se misturam num espaço onde de fato a fronteira enquanto uma barreira/limite parece inexistir, onde "tudo" é possível. E para os que vivem distantes da(s) fronteira(s), como a concebem? Pois o acesso às informações sobre ela(s) se dá quase que exclusivamente a partir dos meios de comunicação de massa, televisão e/ou mídias digitais. Esse texto tem o propósito de compreender como as mídias digitais elaboram e reproduzem um discurso e um cenário de crime e violência sobre a fronteira internacional Brasil – Paraguai, utilizando como metodologia o levantamento quantitativo e analítico de notícias veiculadas em três mídias digitais dos municípios de Dourados-MS e Caarapó-MS em fevereiro de 2022 e março de 2023.

Introdução

Na contemporaneidade a fronteira internacional instiga o interesse de pesquisadores e estudiosos de diversas áreas do conhecimento, como a Geografia, a Sociologia, a Antropologia, a História, dentre outras, devido a diversidade de temas que esse espaço suscita, desde soberania nacional, cooperação multilateral, hibridismo cultural, comércio internacional, tráfico de pessoas, etc.

Devido ao seu caráter de interação e integração entre os países vizinhos, podemos afirmar que há a formação de territórios híbridos, ou seja, há uma (re)definição do conceito de fronteira(s), que enfatizam menos o caráter de soberania nacional e da fronteira como limite, e mais como um local de práticas diversas, híbridas, e também complementares, configurando fronteiras do/de encontro. Dessa forma, as fronteiras não configuram puramente uma simples demarcação ou delimitação dominial ou patrimonial de um país, são um "entrelugar" repletos de riquezas sociais e culturais, "*que se formam no vão do espaço da fissura existente entre o rigorismo do discurso político-jurídico e as contingências da vida*" (Silva, 2018, p. 36).

Contudo, em determinados momentos, uma racionalidade homogeneizante, busca apagar a multiplicidade cultural típica dos espaços fronteiriços, fazendo com que distintas formas de poder e de controle do Estado se consolidem no interior dessas territorialidades, redefinindo práticas e políticas dos sujeitos com dinâmicas próprias de "*una vida fronteriza, moldeadas por unas políticas de regulación y disciplinamiento*" (Medina, 2020, p.81).

Fronteira, assim, pode ser compreendida como o espaço onde se entrelaçam as influências dos Estados Nacionais, dos territórios e das comunidades e dos sujeitos locais em constante troca/contato, a qual pode encontrar atividades econômicas, sociais e culturais, construindo por vezes, práticas compartilhadas que podem construir uma identidade fronteiriça.

Diante dessa complexidade, é importante analisar como as mídias digitais representam a fronteira, especialmente para aqueles que não a vivenciam diretamente.

Portanto, muito mais do que apenas contato/limite entre diferentes Estados Nacionais, seus territórios e suas normas, regras e legislações, a Fronteira é espaço vivido pelas suas gentes, de lá e de cá da fronteira, ou seja, se configura um território usado (Santos, 1999).

Porém, a fronteira, em sua concepção mais comum, marca os contornos de um território, delimitando onde começa e termina a soberania de uma nação. Ela define pertencimentos, estabelece competências e distingue o que é de um lado e o que pertence ao outro. No entanto, a fronteira não é apenas um limite geográfico ou político. Para aqueles que a vivem, ela é também um espaço de encontros e possibilidades, um território de esperança, de busca por justiça, de celebração da vida e de sonhos que atravessam barreiras (Vieira e Roma, 2020).

Para compreender a complexidade da fronteira, é essencial analisá-la sob múltiplas perspectivas. A experiência daqueles que vivem nesse espaço contrasta profundamente com a visão de quem está distante. Para os que habitam a fronteira, ela faz parte do cotidiano, sendo ao mesmo tempo fonte de trabalho formal e informal, de comércio e contrabando, de turismo e fluxo econômico. Nesse território, as interações culturais, econômicas, sociais e políticas ocorrem com tal intensidade que o próprio conceito de fronteira como limite rígido se dissolve (Vieira e Roma, 2020).

Mas e para aqueles que vivem longe da fronteira, como a percebem? O olhar distante é moldado, sobretudo, pelas narrativas midiáticas, que frequentemente filtram e distorcem a realidade. Com informações provenientes quase exclusivamente de meios de comunicação de massa, como televisão e mídias digitais, a imagem da fronteira para quem não a vivencia diretamente pode se reduzir a estereótipos de ilegalidade, perigo e desordem, desconsiderando sua riqueza social e cultural.

Este texto tem como propósito analisar como as mídias digitais constroem e disseminam um discurso sobre a fronteira internacional Brasil-Paraguai, especialmente para aqueles que não vivem nesse território e o percebem apenas à distância. No contexto da era digital, a comunicação ocorre de maneira acelerada e sem fronteiras,

moldando profundamente a forma como a sociedade compreende diferentes temas. Com o avanço das tecnologias da informação, a influência das mídias sobre a percepção coletiva se intensifica, determinando narrativas que podem reforçar estereótipos ou ampliar o entendimento sobre determinada realidade.

Nesse sentido, considerando a vasta extensão da fronteira no Mato Grosso do Sul, diversas mídias digitais regionais veiculam notícias e imagens sobre esse espaço. Este estudo se propõe a investigar como as representações da fronteira Brasil-Paraguai são construídas por esses meios de comunicação, tomando como recorte empírico as chamadas "cidades gêmeas" de Ponta Porã (Mato Grosso do Sul, Brasil) e Pedro Juan Caballero (Amambay, Paraguai). A análise se baseia nas publicações dos portais DouradosNews, 94FMDourados (ambos sediados em Dourados) e CaarapoNews (com sede em Caarapó).

Para isso, o texto está estruturado em três partes, além da introdução e das considerações finais. Na primeira, discutimos o conceito de fronteira, ampliando sua definição para além da visão tradicional de controle, vigilância e limite entre Estados Nacionais. Em seguida, apresentamos uma breve caracterização do recorte empírico, destacando as particularidades da fronteira Brasil-Paraguai. Por fim, na terceira parte, abordamos a metodologia da análise das notícias veiculadas nas mídias digitais selecionadas, explorando como essas narrativas contribuem para a construção da imagem da fronteira como um território marcado pelo crime e pela violência.

Fronteira para muito além de um simples limite

Debruçar-se sobre o fenômeno fronteiriço, no intuito de aprimorar, robustecer e melhor compreender o conceito fronteira, parece ainda mais imperativo diante das vicissitudes hodiernas, a saber: o crescente aumento de discursos e ações em prol de um exacerbado nacionalismo a nível mundial, a construção de limites físicos em algumas fronteiras.

Em um momento em que o mundo presencia o crescimento do nacionalismo e o endurecimento das políticas de controle territorial, compreender as fronteiras para além de sua função de delimitação estatal torna-se essencial. O reforço dos limites físicos em algumas regiões, como a recente iniciativa do governo argentino para conter fluxos migratórios e ilegais, é um reflexo dessa tendência global, onde o medo do "outro" e a ideia do imigrante ilegal como inimigo justificam a construção de barreiras que, em teoria, garantiriam a soberania e a segurança nacional.

Situações essas que possibilitam enxergar o levantar do estado neoliberal, capitalista, que se dirige para as bordas de seu território.

> Não há, no ambiente fronteiriço, em especial, apenas a difusão de comunidades condicionadas a demandar relações de convivência onde se entrelaça sangue, línguas e capitais, ou seja, trocas. Há, por sua vez, um monitoramento dos ruídos que ameaçam ou violam a integridade territorial, e uma vigilância constante sobre a soberania e sobre o fio da existência cultural. É um local onde os direitos servem mais a si, enquanto os deveres servem mais aos vizinhos, ou seja, trocos. São as existências das ricas trocas e dos trocos nas relações ambíguas e suas acomodações, que definem um comportamento invulgar, leve e ríspido (Oliveira, 2005, p. 386).

Entretanto, essa concepção de fronteira como uma linha rígida e intransponível contrasta com a realidade vivida por aqueles que habitam esses territórios. A vida fronteiriça é marcada por relações fluidas, de integração, interação e cooperação e por uma intensa circulação de pessoas, mercadorias e culturas, e por redes sociais e econômicas que desafiam as imposições estatais.

Não há apenas uma difusão de comunidades que compartilham línguas e capitais, mas também um monitoramento constante sobre o que ameaça ou viola a integridade territorial, criando um ambiente de vigilância permanente. A fronteira, portanto, não é apenas um local de trocas legítimas, mas também um espaço onde os controles estatais tentam disciplinar aquilo que

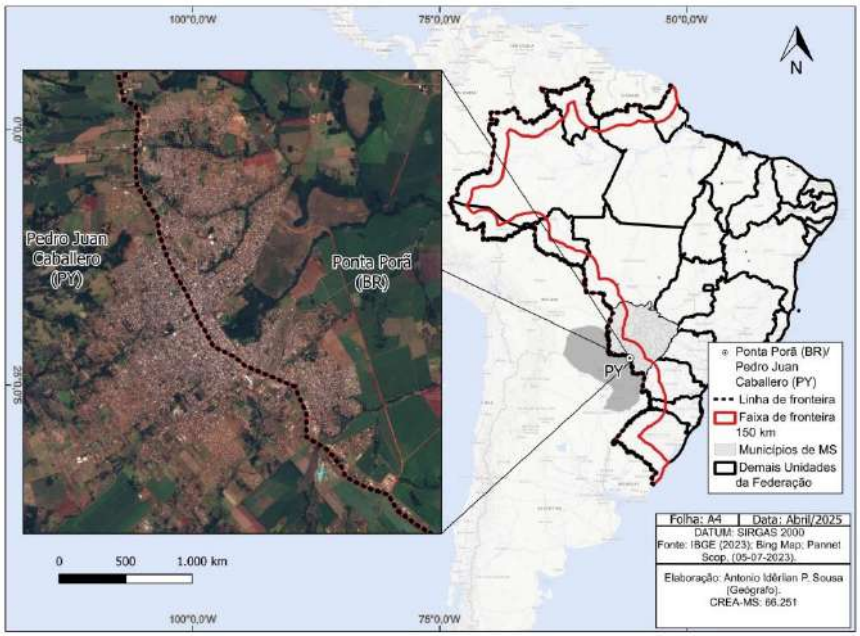
escapa à norma ou à legalidade. Como apontado por Oliveira (2005), nesse contexto de trocas e regulações, os direitos parecem servir mais à manutenção do próprio sistema de poder, enquanto os deveres recaem desproporcionalmente sobre aqueles que desafiam as normas impostas.

Além disso, a forma como as fronteiras são representadas na mídia contribui para reforçar narrativas de perigo e ilegalidade, legitimando políticas de controle e segurança. Muitas vezes, as notícias veiculadas sobre essas regiões enfatizam apenas a violência, o tráfico e o contrabando, ignorando os aspectos positivos da vida fronteiriça e a complexidade das relações ali estabelecidas. Isso cria uma percepção distorcida para aqueles que vivem distantes, fazendo com que as fronteiras sejam vistas como espaços caóticos e problemáticos, em vez de territórios ricos em cultura, resiliência e estratégias de sobrevivência.

Dessa forma, compreender a fronteira exige olhar além do discurso estatal e midiático. É preciso reconhecer que, por mais que haja controle e vigilância, a vida na fronteira se impõe, reinventando-se continuamente, desafiando as restrições impostas e demonstrando que os limites territoriais são, em muitos aspectos, mais simbólicos do que concretos. Assim, longe de ser apenas uma linha de separação entre nações, a fronteira é um organismo simbiótico, em constante mutação, onde a rigidez dos mapas cede lugar à fluidez da experiência humana.

Contudo, observar o cotidiano fronteiriço, o fluxo constante de pessoas e a forma como o espaço da fronteira entre o Paraguai e o Brasil é vívido e produzido, especialmente nos municípios de Pedro Juan Caballero (PY) e Ponta Porã (BR), permite uma compreensão do conceito que vai muito além da noção de uma linha rígida e impessoal imposta pelo Estado. Esse território se constitui como uma conurbação vibrante, onde os limites nacionais se tornam sutis diante das interações sociais, culturais e econômicas que ocorrem diariamente, como ilustrado na figura 1.

Figura 1 – Fronteira Ponta Porã (Brasil) – Pedro Juan Caballero (Paraguai)



Fonte: IBGE (2023) Bing Map e Pannet Scoop (2023).

Ao investigar etimologicamente o termo fronteira, através de sua raiz latina, deparar-se-á com o vocábulo *front*, ou seja, o que está as margens, ou ainda, diante da perspectiva do observador. Na esteira do aprimoramento do arcabouço da ideia em questão pode-se recorrer a Dorfman e Rosés (2005) as quais apresentam o seguinte entendimento sobre essa questão fronteira e limite:

> Usualmente analisam-se as fronteiras internacionais diferenciando fronteira e limite. Este último é um atributo do Estado-Nação, delimitando soberania, isto é, demarcando a vigência de normas estatais diferenciadas em cada um dos seus lados e extensivas no interior do território. A fronteira distingue os territórios estatais, mas não os torna estanques, na medida em que fluxos de pessoas, objetos e informação cruzam constantemente o limite. Na fronteira criam-se possibilidades de atividades econômicas, atraindo população, inclusive de origens diferentes daquelas das nações em contato, a descontinuidade e

> justaposição das normas nacionais sendo a origem dessas possibilidades (Dorfman e Rosés, 2005, p. 200-201).

Sanguin (2015) propõe uma leitura multifacetada das paisagens fronteiriças, classificando-as sob três perspectivas distintas que refletem tanto dinâmicas políticas quanto culturais e estratégicas. A primeira delas diz respeito aos muros como uma forma concreta de delimitação e contenção territorial, um fenômeno que se intensificou recentemente (como exemplo, ver os casos de Donald Trump, nos EUA e Javier Milei, na Argentina) com o fortalecimento de discursos nacionalistas e políticas anti-imigratórias. Esses muros, mais do que barreiras físicas, representam símbolos de separação e controle, reforçando a ideia de soberania nacional diante do temor do "outro".

A segunda perspectiva destacada pelo autor insere a fronteira no campo da geografia cultural, enfatizando sua dimensão simbólica e estética. Nesse sentido, a fronteira não é apenas um espaço de separação, mas também um território de representações e significados, que se manifestam na arquitetura, nas expressões artísticas e nos elementos visuais que caracterizam as zonas limítrofes entre nações. Essa abordagem permite compreender como a identidade fronteiriça é construída e ressignificada ao longo do tempo, em um processo que envolve tanto a cultura local quanto as narrativas impostas pelos Estados.

Por fim, o autor aponta a fronteira como uma ferramenta de cooperação transnacional, destacando seu potencial para promover trocas econômicas, sociais e políticas entre os países vizinhos. Em muitas localidades, a fronteira não é um espaço de divisão, mas sim de integração, onde laços históricos e culturais fortalecem relações bilaterais e estimulam formas híbridas de convivência. Essa visão contrasta com a abordagem securitária que enxerga a fronteira como um problema a ser contido, demonstrando que, em determinados contextos, ela pode funcionar como uma ponte de união/integração, em vez de um muro que os distância.

Dessa forma, a tipologia proposta pelo autor revela a complexidade das fronteiras contemporâneas, que oscilam entre o isolamento/fechamento e a abertura, entre o conflito e a cooperação. Ao considerar essas diferentes abordagens, torna-se possível problematizar as formas como os Estados e as sociedades lidam com suas fronteiras, reconhecendo que elas não são estáticas, mas, ao contrário, estão em constante transformação, influenciadas tanto por fatores geopolíticos quanto pelas vivências daqueles que habitam esses territórios.

Essa interpretação ganha ainda mais relevância quando consideramos o contexto globalizado em que vivemos, onde as fronteiras físicas coexistem com fluxos transnacionais de pessoas, mercadorias, informações e capitais. Paradoxalmente, enquanto a globalização promove a integração e a interdependência entre nações, a proliferação de muros e barreiras sugere uma reação defensiva, um movimento de resistência àquilo que é percebido como uma ameaça à soberania e à segurança nacional. Essa dinâmica evidencia uma tensão entre a abertura necessária para a circulação global e o fechamento imposto pela lógica da segurança e do controle.

Além disso, a construção de muros e barreiras pode ser entendida como uma manifestação de poder e dominação, tanto no plano material quanto no simbólico. Por um lado, essas estruturas reforçam a capacidade do Estado de controlar e regular o movimento de pessoas e bens, exercendo soberania sobre seu território. Por outro, elas servem como uma mensagem política, destinada tanto à população doméstica quanto ao cenário internacional, de que o Estado está disposto a proteger seus interesses e sua integridade a qualquer custo. Nesse sentido, os muros não são apenas barreiras físicas, mas também instrumentos de propaganda e afirmação de poder.

Por fim, é importante destacar que a construção de muros e barreiras tem implicações profundas para as populações que vivem nas regiões fronteiriças. Essas estruturas frequentemente resultam em violações de direitos humanos, como a separação de famílias, a

restrição do acesso a recursos essenciais e a criminalização de migrantes e refugiados. Além disso, elas contribuem para a criação de zonas de conflito e tensão, onde a violência e a insegurança se tornam endêmicas. Assim, enquanto os muros são apresentados como soluções para problemas de segurança, eles muitas vezes exacerbam as desigualdades e as injustiças, perpetuando ciclos de exclusão e marginalização.

Em suma, os muros, cercas, barricadas e barreiras são muito mais do que simples estruturas físicas; eles são expressões de um mundo marcado por contradições e conflitos, onde a busca por segurança e controle convive com a necessidade de integração e cooperação. Sua proliferação reflete não apenas as preocupações com a segurança nacional, mas também as tensões e os desafios de um mundo cada vez mais interconectado e desigual.

Trabalhar com a temática da fronteira implica mergulhar em um jogo permanente de interpretações e conexões multifacetadas, pois as fronteiras são, ao mesmo tempo, janelas que permitem a passagem e portas que impedem a entrada. Elas são espaços ambíguos, onde se encontram e se confrontam diferentes realidades, culturas, identidades e interesses. Como bem destacou Pesavento (2006), ser fronteira é produzir algo mais, é transcender a simples soma de partes e gerar um novo elemento, específico e distinto das partes que o constituem. Com base nessa perspectiva teórica, podemos agora analisar como as fronteiras são vividas e experienciadas na prática, especialmente no contexto da fronteira Brasil-Paraguai.

Nesse sentido, compreender as fronteiras como territórios usados e praticados, conforme propõe Ribeiro (2003), é essencial para desvendar a geograficidade desses locais. A fronteira não se resume a uma linha estática ou a um mero espaço de vigilância e controle; ela é um território dinâmico, marcado por práticas sociais, econômicas, culturais e políticas que lhe conferem vida e significado. É nesse território que se desenrolam processos complexos de interação, negociação e conflito, onde os atores sociais — sejam eles habitantes locais, migrantes, comerciantes,

agentes do Estado ou organizações transnacionais — produzem e reproduzem o espaço de maneira contínua.

Ao analisar as fronteiras como territórios praticados, é possível ir além da visão tradicional que as reduz a barreiras ou limites fixos. Em vez disso, elas passam a ser entendidas como espaços de fluxos, onde circulam pessoas, mercadorias, ideias e culturas. Esses fluxos, por sua vez, são regulados, facilitados ou obstruídos por meio de políticas, acordos e práticas que refletem as relações de poder em jogo. A fronteira, portanto, não é apenas um lugar de separação, mas também um lugar de encontro, onde o global e o local se entrelaçam de maneiras únicas e muitas vezes imprevisíveis.

No contexto empírico que abordaremos a seguir, essa perspectiva nos permitirá explorar como as fronteiras são vividas e experienciadas pelos diferentes atores que as habitam ou as atravessam. Veremos que, longe de serem meros espaços de controle e vigilância, as fronteiras são palcos de resistência, adaptação e criatividade, onde os indivíduos e as comunidades constroem estratégias para lidar com as restrições e oportunidades que lhes são impostas. Ao mesmo tempo, essas práticas cotidianas revelam as tensões e contradições inerentes às fronteiras, destacando como elas são, simultaneamente, espaços de inclusão e exclusão, de abertura e fechamento. As fronteiras, são, de fato, espaços de subversão.

Portanto, pensar as fronteiras como territórios usados e praticados nos convida a adotar uma abordagem mais ampla e dinâmica, capaz de captar a complexidade e a riqueza desses espaços. Essa perspectiva nos permite compreender que as fronteiras não são apenas limites que separam, mas também zonas de contato e interação, onde se produzem novas formas de ser, estar e pertencer. É nesse sentido que a fronteira se revela como um espaço de produção do novo, um lugar onde o diferente e o comum se encontram e se transformam, gerando realidades únicas e específicas.

As cidades gêmeas da fronteira enquanto território usado e praticado

As cidades gêmeas de Pedro Juan Caballero, no Paraguai, e Ponta Porã, no Brasil, exemplificam de maneira singular o conceito de fronteira como um território usado e praticado. Longe de serem meras vizinhas geográficas, essas cidades são profundamente interligadas por uma dinâmica transfronteiriça que transcende os limites políticos e administrativos, criando um espaço compartilhado onde as relações sociais, culturais e econômicas se entrelaçam de forma intensa e complexa. Essa realidade desafia a noção tradicional de fronteira como uma linha rígida e imutável, revelando-a como um espaço fluido, dinâmico e em constante reconfiguração.

Raffestin (2005) oferece uma perspectiva valiosa para compreender essa dinâmica ao destacar que a fronteira opera em uma tensão constante entre ordem e desordem, sem que uma anule a outra. Essa tensão gera um processo contínuo de ajustes e transformações, no qual o cotidiano fronteiriço se constitui como um campo de encontros e desencontros, de reconhecimento e negação. É nesse contexto que se forma o que ele denomina de "sistema biossocial", um equilíbrio dinâmico que reflete a interação entre os atores sociais e as estruturas que os cercam. Nas cidades gêmeas, esse sistema se manifesta de maneira evidente, com a fronteira funcionando não apenas como um limite, mas como um espaço de interação e negociação.

A conurbação entre Pedro Juan Caballero e Ponta Porã vai além da proximidade física, expressando-se em uma identidade única que se constrói a partir das múltiplas dimensões da vida cotidiana. Essa identidade compartilhada se revela na música, na culinária, nos costumes e nas interações diárias, criando uma malha cultural própria que dá sentido ao termo "cidades gêmeas". A fronteira, nesse caso, não é um obstáculo, mas um ponto de conexão e convergência, onde as influências de ambos os países se fundem e se transformam em algo novo e específico. Essa fusão

cultural e social é um exemplo vivo de como as fronteiras podem ser espaços de produção de novas realidades, em vez de meras divisórias.

Para quem visita a região pela primeira vez, a proximidade e a integração entre as duas cidades podem ser surpreendentes. Em determinados pontos, a passagem de um país para o outro se resume a atravessar o canteiro central de uma avenida, evidenciando como a fronteira, nesse contexto, é mais simbólica do que física. Essa fluidez espacial reflete a interdependência entre as duas cidades, que não podem ser compreendidas isoladamente. A história de formação dessas cidades, marcada por um processo de ocupação e desenvolvimento conjunto, reforça essa relação de complementaridade e interdependência.

A mescla populacional e a vivência entrelaçada entre os habitantes de Pedro Juan Caballero e Ponta Porã são aspectos fundamentais para compreender a dinâmica dessas cidades gêmeas. Essa integração não se limita ao aspecto econômico, como o comércio e o fluxo de mercadorias, mas se estende às relações familiares, às redes de sociabilidade e às práticas culturais compartilhadas. A fronteira, nesse sentido, é um espaço de produção de novas identidades e formas de pertencimento, onde o "nós" e o "eles" se confundem e se reinventam.

As cidades gêmeas de Pedro Juan Caballero e Ponta Porã exemplificam como as fronteiras podem ser entendidas como territórios usados e praticados, onde a vida cotidiana se desenrola em um constante movimento de interação e transformação. Essa realidade nos convida a repensar a noção de fronteira não como um limite estático, mas como um espaço dinâmico e multifacetado, capaz de produzir novas formas de convivência e identidade. Nesse contexto, a fronteira deixa de ser apenas uma linha que separa para se tornar um lugar de encontro, de troca e de criação de novas possibilidades.

O cotidiano transfronteiriço entre Pedro Juan Caballero e Ponta Porã é profundamente marcado pela interdependência entre os dois municípios, materializada nas práticas e vivências de seus

habitantes. Diariamente, os moradores cruzam a linha internacional para trabalhar, realizar compras, buscar atendimento médico ou atender a outras necessidades básicas. Essa circulação constante muitas vezes desafia e até subverte as normativas impostas pelos Estados, evidenciando como a fronteira é um espaço de negociação e adaptação, onde as regras formais são reinterpretadas à luz das necessidades locais.

Um exemplo emblemático dessa dinâmica foi a confraternização dos trabalhadores de uma universidade de medicina localizada em Pedro Juan Caballero, ocorrida no final de 2024. Observou-se que a força de trabalho dessa instituição é composta tanto por brasileiros quanto por paraguaios, que convivem de maneira aparentemente harmoniosa, como demonstrado pela interação fraterna e colaborativa durante o evento. Essa convivência pacífica e produtiva entre pessoas de diferentes nacionalidades ilustra como a fronteira pode ser um espaço de cooperação e integração, onde as diferenças são superadas em prol de objetivos comuns.

Outro momento significativo foi a inauguração das luzes natalinas em frente à *Gobernación* do Departamento de Amambay, também em 2024. O evento, que marcou as celebrações de Natal, foi marcado pela execução de músicas em espanhol, guarani e português, simbolizando a riqueza cultural e a pluralidade linguística da região. Essa celebração conjunta reforça a ideia de que a fronteira é um espaço de encontro e convivência, onde as identidades nacionais se entrelaçam e se complementam, criando uma cultura própria e singular.

No entanto, é importante reconhecer que o constante contato com o "Outro" nem sempre é isento de tensões. Apesar de propiciar a epifania da alteridade, ou seja, a compreensão e o respeito pelas diferenças, ainda persistem situações de preconceito, negação e violência, muitas vezes impulsionadas pelo crime organizado, que se aproveita do tráfico de drogas e do contrabando para se estabelecer na região. Esses desafios, porém, não devem ofuscar os aspectos positivos da convivência transfronteiriça, que precisam

ser analisados, compreendidos e, sempre que possível, potencializados.

Os eventos mencionados lançam luz sobre as complexas interações sociais que caracterizam a fronteira, revelando uma realidade que vai além da narrativa simplista e frequentemente negativa veiculada pelos meios de comunicação. Surge, então, uma questão crucial: a fronteira entre Pedro Juan Caballero e Ponta Porã seria, de fato, o lugar do crime e da violência por excelência, como sugerem os noticiários? A resposta a essa pergunta exige uma análise mais profunda e contextualizada.

Em primeiro lugar, é inegável que a região enfrenta problemas relacionados ao crime organizado, que se beneficia da porosidade da fronteira para atividades ilícitas. No entanto, reduzir a fronteira a um espaço de violência e ilegalidade é ignorar a riqueza e a complexidade das relações que ali se desenvolvem. A convivência diária entre brasileiros e paraguaios, a colaboração em instituições como a universidade de medicina e as celebrações culturais compartilhadas demonstram que a fronteira é também um espaço de solidariedade, troca e construção de identidades comuns.

Além disso, a narrativa midiática tende a destacar os aspectos negativos da fronteira, reforçando estereótipos e estigmatizando a região. Essa abordagem não apenas simplifica uma realidade complexa, mas também contribui para a marginalização das comunidades fronteiriças, que são frequentemente retratadas como zonas de risco e desordem. Em contraste, uma análise mais equilibrada revela que a fronteira é um espaço de contradições, onde convivem desafios e oportunidades, conflitos e cooperação.

Nota-se que é essencial adotar uma perspectiva crítica em relação às narrativas dominantes sobre a fronteira, reconhecendo que ela é muito mais do que um espaço de crime e violência. A fronteira entre Pedro Juan Caballero e Ponta Porã é, acima de tudo, um território de encontros e trocas, onde as interações sociais, culturais e econômicas criam uma dinâmica única e multifacetada. Compreender e valorizar esses aspectos positivos é fundamental para promover o desenvolvimento e a integração das comunidades

fronteiriças, superando os desafios e construindo um futuro mais inclusivo e colaborativo.

A representação da Fronteira nas mídias digitais – crime e violência

Quais as representações e olhares sobre a fronteira Brasil (Ponta Porã)-Paraguai (Pedro Juan Caballero) são construídas a partir de notícias, e também imagens fotográficas, veiculadas pelas mídias digitais? É a fronteira enquanto território vivido e praticado, conforme apontamos nos parágrafos anteriores? Ou é uma representação de um território perigoso e violento? É isso que buscaremos apresentar nessa parte do texto, baseando-nos em dois trabalhos que nos instigaram a pesquisar o tema, e partem de vieses diferentes.

O primeiro é de Seccatto (2015) que buscou refletir em sua dissertação de mestrado em Geografia sobre como são construídas as concepções e olhares sobre a fronteira Brasil-Paraguai a partir das imagens fotográficas veiculadas pelas mídias sociais e como estas imagens contribuem para a reflexão sobre o potencial educativo no ensino de Geografia.

O outro ponto de partida surgiu a partir das leituras de Faisting (2018), na sua pesquisa de pós-doutorado em Ciências Sociais, que objetivou estudar as representações sociais da violência na imprensa local de duas regiões de fronteira do Brasil: a Grande Dourados (MS) e o Oeste Paranaense (PR) e que reforçam imagens, estereótipos e concepções da violência e da criminalidade na fronteira.

Conforme aponta Silveira (2007, p. 01) *apud* Seccatto (2015) "*o cotidiano das fronteiras internacionais do Brasil são atrelados a um imaginário de situações recorrentes e articulados pela ausência de estado, caos e violência*". Ou seja, constrói-se estereótipos de que as fronteiras são sinônimos de áreas de conflito, do império da violência, do tráfico, do ilegal e ilícito, da violência, etc.

A mesma autora aponta, ainda, conforme Seccatto (2015) que a cobertura da mídia no tema das fronteiras internacionais brasileiras mostram o condicionamento da atitude profissional que reproduz um noticiário viciado em torno de alguns elementos como, *"violência urbana e rural (assaltos, assassinatos, perseguição política a cidadãos de países vizinhos em território brasileiro); (...) e contravenções legais (contrabando de sementes transgênicas, alimentos, roupas e eletroeletrônicos, abigeato, tráfico sexual e de drogas)"* (Silveira, 2007, p.11 apud Seccatto, 2015).

Em concordância com as autoras, percebemos como as mídias digitais de Dourados e Caarapó, quando abordam a fronteira, pautam-se em noticiários que se restringem a alguns fatos recorrentes como falsificação, contrabando, roubo, fraude, fuga de suspeitos ou tráfico. Estas situações podem ser confirmadas facilmente com uma simples busca na internet, quando rapidamente tais fatos surgem em várias reportagens e imagens, como observamos nas figuras 2, 3, 4 e 5, que associam e representam a fronteira como sinônimo e imagem do tráfico, da violência, do contrabando, ou seja, como território do crime e do perigo.

A reportagem do portal *Dourados News*, publicada em 1º de fevereiro de 2022, que noticia um assassinato a tiros ocorridos em uma oficina mecânica na cidade de Ponta Porã, localizada na fronteira entre Brasil e Paraguai. O título enfatiza o crime de maneira sensacionalista, destacando a execução e sua localização em um território fronteiriço.

Ao analisar essa abordagem, percebe-se a recorrência de um padrão midiático que associa a fronteira à violência e à criminalidade. Como argumentado por diversos autores, os meios de comunicação locais frequentemente restringem sua cobertura da fronteira a temas como tráfico, contrabando, falsificação e crimes violentos, reforçando uma representação do território como um espaço de insegurança e ilegalidade. Essa narrativa contribui para a construção de um imaginário coletivo que reduz a complexidade da dinâmica fronteiriça a um cenário de risco e perigo, ignorando

outras dimensões da vida social, cultural e econômica presentes nessas regiões.

Figura 2 – Fronteira e violência



Fonte: DouradosNews (2022).

Além disso, a escolha da terminologia na reportagem – ao empregar expressões como "executado a tiros" e "região de fronteira" – reforça uma percepção de brutalidade e caos, distanciando o público da realidade multifacetada da fronteira. A ênfase na violência como elemento central da notícia contribui para uma visão estigmatizada da região, reforçando políticas de

segurança baseadas na repressão e no controle, em detrimento de estratégias que promovam o desenvolvimento e a integração fronteiriça.

Figura 3 – Fronteira e tráfico



Fonte: DouradosNews (2023).

Figura 4 – Fronteira e a polícia



Fonte: CaarapoNews (2023).

Figura 5 – Fronteira e o contrabando



Fonte: 94FMDourados (2022).

Conforme aponta Faisting (2018), a violência deve ser exacerbada na fronteira, como uma tentativa por parte dos próprios agentes do Estado de dissuadir e inibir as ações criminosas daqueles que ainda não a vivem.

> Ressalta-se, assim, a importância das representações sociais da violência na fronteira, ou seja, para além da materialidade da violência há que se considerar a maneira como ela é percebida, interpretada e reproduzida por pessoas e grupos que, efetivamente, vivem e atuam nessas regiões, consideradas em suas diversidades profissional, socioeconômica, étnica e cultural. Importa ressaltar,

> portanto, que a violência nas fronteiras não pode ser analisada apenas em termos de sua objetividade e dos indicadores quantitativos como homicídios e outros tipos de crime. A violência é, também, o que se representa como violência, e a fronteira é, nesses termos, o que se representa como fronteira (Faisting, 2018, p.2).

Ou seja, a representação social da fronteira como um território marcado pela violência, crime, tráfico e intolerância, é um tema que pode ser generalizado para todas as áreas de fronteira, até mesmo confundindo o cidadão comum que violência e fronteira são irmãs siamesas, não unidas.

O autor, ainda, analisando a obra de Silveira e Guimarães (2016), que apontam a fronteira como um "espaço-problema", revela que os aspectos privilegiados da imprensa quando da análise dos espaços fronteiriços são: contrabando de mercadorias e de armas, narcotráfico, exploração de recursos naturais, populações camponesas e indígenas, segurança, defesa, controle, dominação e hegemonia nas fronteiras (Faisting, 2018).

Assim, segunda as autoras, conforme aponta Faisting (2018):

> São todos temas candentes que desfrutam da fortuna midiática, expondo a debilidade de todos aqueles que habitam as fronteiras ou por elas transitam. Um aprofundamento das condições de noticiabilidade em termos técnicos aporta como os valores-notícia dos crimes de descaminho podem estar a serviço de políticas diversas, como aquelas atinentes às relações internas (reforma agrária e reservas indígenas) ou internacionais, inerentes aos modelos de Estado e de gestão da segurança pública e defesa nacional. (Silveira e Guimarães, 2016, p. 11, apud Faisting, 2018, p.138).

A partir disso, é evidente que os elementos destacados pelas mídias digitais e as imagens que elas (re)produzem têm o poder de moldar percepções e criar "realidades" sobre as fronteiras. Para alguém que nunca esteve em uma região de fronteira e desconhece o cotidiano e a dinâmica dessas localidades, o contato com notícias

e imagens veiculadas em larga escala pelas mídias, que hoje alcançam até os lugares mais remotos do país e do mundo, pode levar à construção de uma visão distorcida. Essa visão frequentemente associa as fronteiras a territórios dominados pelo crime e pela violência, reforçando estereótipos que pouco refletem a complexidade e a diversidade desses espaços.

Essa representação midiática contribui para a formação de um imaginário social que vê as fronteiras como lugares perigosos, inóspitos e desprovidos de ordem. Consequentemente, muitas pessoas desenvolvem um sentimento de medo ou aversão à ideia de visitar ou viver nessas áreas. As fronteiras passam a ser concebidas de maneira estereotipada e preconceituosa, como se fossem o *"fim do mundo"*, um *"faroeste"* ou uma *"terra sem lei"*, conforme apontado por Seccatto (2015). Essas metáforas, embora carregadas de dramaticidade, simplificam e distorcem a realidade, ignorando as nuances e as potencialidades desses territórios.

Essa construção midiática não apenas influencia a percepção individual, mas também afeta políticas públicas e ações governamentais. Ao retratar as fronteiras como zonas de caos e ilegalidade, as mídias podem justificar medidas de segurança excessivamente repressivas e militarizadas, que priorizam o controle e a vigilância em detrimento de iniciativas que promovam a integração, o desenvolvimento e o fortalecimento das comunidades locais. Dessa forma, a narrativa midiática acaba por reforçar ciclos de marginalização e estigmatização, dificultando a implementação de políticas que considerem as fronteiras como espaços de oportunidades e cooperação.

No entanto, é crucial destacar que essa representação não corresponde à totalidade da experiência fronteiriça. Como visto no caso de Pedro Juan Caballero e Ponta Porã, as fronteiras são também espaços de encontro, troca e convivência, onde se desenvolvem relações sociais, culturais e econômicas que desafiam a noção de limite rígido. A vida cotidiana nessas regiões é marcada por uma interdependência que vai além das divisões políticas, criando uma identidade compartilhada e uma dinâmica única.

Ignorar esses aspectos positivos em favor de uma narrativa focada no crime e na violência é reduzir a complexidade desses territórios e negar suas potencialidades.

É fundamental questionar e desconstruir as narrativas midiáticas que perpetuam estereótipos sobre as fronteiras. Em vez de reforçar o medo e o preconceito, é necessário promover uma compreensão mais equilibrada e contextualizada desses espaços, reconhecendo tanto os desafios quanto as oportunidades que eles oferecem. Isso implica dar voz às comunidades fronteiriças, destacando suas experiências, práticas e perspectivas, que muitas vezes são invisibilizadas pelas narrativas dominantes. Ao fazer isso, podemos contribuir para uma visão mais justa e realista das fronteiras, entendendo-as não como "fins do mundo", mas como lugares de encontro, transformação e construção de novas possibilidades.

Faisting (2018) argumenta que compreender porque a imprensa e as mídias digitais reproduzem representações da fronteira associadas à violência e à segurança pública é mais relevante do que tentar desmentir ou confirmar tais narrativas. Este trabalho, no entanto, tem como objetivo desvendar como os canais de mídia digital localizados na faixa de fronteira reproduzem essas representações, retratando a fronteira como sinônimo de violência, tráfico, descaminho e outros problemas. A escolha por focar em municípios do Mato Grosso do Sul próximos à fronteira Brasil-Paraguai, como Ponta Porã, Caarapó e Dourados, justifica-se por sua localização estratégica e por serem referências em mídias digitais regionais.

Em fevereiro de 2022 e em março de 2023, foi realizado um levantamento diário das notícias veiculadas em três mídias digitais da região, com foco específico no recorte espacial da fronteira. Foram excluídas as notícias que tratavam de municípios situados na faixa de fronteira, concentrando-se apenas naquelas que abordavam municípios localizados diretamente na linha de fronteira Brasil-Paraguai. Essa metodologia permitiu identificar

padrões e tendências nas representações midiáticas sobre a fronteira.

Conforme aponta Faisting (2018), ao analisar regiões de fronteira como a Grande Dourados e o Oeste Paranaense, é evidente que as questões relacionadas à violência se articulam em torno de problemas característicos dessas áreas. Entre eles, destacam-se a existência de um mercado informal, diversas formas de ilegalismos, crimes comuns, a forte presença do agronegócio, conflitos envolvendo povos indígenas e demandas recorrentes ao sistema de justiça e segurança pública. Esses elementos contribuem para a construção de uma narrativa que retrata a fronteira como um espaço problemático.

O autor ainda complementa que a fronteira com o Paraguai é frequentemente interpretada como um problema, tanto pelos moradores quanto por representantes de instituições locais. Em contraste, a fronteira com a Argentina é vista de forma mais positiva. A fronteira paraguaia é associada a altas taxas de criminalidade, enfraquecimento do comércio local e sobrecarga dos serviços públicos, além do ingresso ilegal de drogas, armas e produtos contrabandeados, como eletroeletrônicos e cigarros (Neves, Baptista, Engel e Misse, 2016, apud Faisting, 2018).

Durante a análise da predominância das notícias veiculadas nas três mídias digitais selecionadas revela uma tendência exclusiva de temas relacionados à violência, tráfico e contrabando. Nos 28 dias de fevereiro de 2022, foram identificadas 176 notícias sobre a fronteira, das quais 92,6% abordavam temas ligados à violência, como assassinatos, roubos, tráfico e contrabando. Apenas 7,4% das notícias tratavam de outros temas, como ações políticas, economia, esporte e imigração ilegal. Já em 2023, das 121 notícias analisadas, 86,8% estavam relacionadas a temas policiais.

Esses dados evidenciam como as mídias digitais reproduzem de forma sistemática e escancarada a representação da fronteira como um território problemático, marcado por tráfico, contrabando, violência e morte. Essa narrativa reforça estereótipos e contribui para a estigmatização da região, ignorando outras

dimensões da vida fronteiriça que poderiam oferecer uma visão mais equilibrada e realista.

A análise das notícias demonstra que as mídias digitais tendem a reforçar uma visão negativa e simplificada da fronteira, focando quase exclusivamente em temas relacionados à violência e ao crime. Essa representação, no entanto, não captura a complexidade e a diversidade das dinâmicas fronteiriças, que incluem também relações de cooperação, trocas culturais e interações sociais positivas.

É fundamental questionar essa narrativa dominante e buscar uma compreensão mais ampla e contextualizada da fronteira, que reconheça tanto os desafios quanto as oportunidades que ela oferece. Dar voz às comunidades locais e destacar suas experiências e práticas cotidianas pode contribuir para desconstruir estereótipos e promover uma visão mais justa e realista desses territórios. Afinal, a fronteira não é apenas um espaço de violência e ilegalidade, mas também um lugar de encontro, transformação e construção de novas possibilidades.

Quadro 1 – Notícias sobre a fronteira veiculadas nas mídias digitais – fevereiro de 2022 e março de 2023

Mídia	Total		Criminalidade		Outras	
	Fev. 2022	Mar. 2023	Fev. 2022	Mar. 2023	Fev. 2022	Mar. 2023
CaarapóNews	31	32	29	25	2	7
94FMDourados	25	9	21	7	4	2
DouradosNews	120	80	113	73	7	7

Fontes: CaarapoNews; DouradosNews; 94FMdourados (2022 e 2023).

Conforme evidencia o quadro acima, as mídias digitais analisadas reforçam e reproduzem uma concepção, uma representação e uma ideia de fronteira como reduto do crime, da violência, do ilegal e da morte. Território do perigo e que deve ser evitado. Ou seja, nessa perspectiva, a fronteira se revela como um território problema e como limite, no qual as ações públicas devem

ser focadas, quase que estritamente, na vigilância e controle e no combate ao crime.

Considerações finais

Ao longo deste texto, buscamos elucidar a complexidade da fronteira, demonstrando que ela não se resume a um espaço problemático, marcado exclusivamente por conflitos, criminalidade, violência e morte, como frequentemente é representado e reforçado pelas mídias digitais locais. Essas narrativas, ao destacarem de forma enviesada ou viciada os aspectos negativos da fronteira Brasil-Paraguai, contribuem para a construção de estereótipos que distorcem a realidade e estigmatizam essas regiões.

É de suma importância que a população em geral compreenda que a fronteira não pode ser reduzida a um território do crime e da violência. Um olhar crítico sobre a massificação de informações relacionadas à violência, veiculadas pelas mídias digitais, é essencial para desconstruir essas representações simplistas. É preciso considerar o contexto em que essas situações ocorrem, reconhecendo que ações violentas, como assassinatos, roubos, contrabando e tráfico, não são exclusivas das fronteiras, mas acontecem em todos os lugares, em maior ou menor escala.

A fronteira Brasil-Paraguai, em particular, não se constitui apenas como um espaço de desafios e conflitos. Ela é, acima de tudo, um território usado, vivido e praticado pelos fronteiriços, que constroem suas vidas e relações cotidianas em um ambiente de interação e troca. A convivência entre brasileiros e paraguaios, as práticas culturais compartilhadas, as atividades econômicas integradas e as redes de solidariedade que se formam nesses espaços revelam uma dinâmica rica e multifacetada, que vai muito além das narrativas de violência e ilegalidade.

Portanto, é fundamental que se amplie o olhar sobre a fronteira, reconhecendo-a não apenas como um limite geopolítico, mas como um espaço de encontro, transformação e construção de

novas possibilidades. A superação dos estereótipos e a valorização das experiências positivas vividas nessas regiões são passos essenciais para promover uma compreensão mais justa e realista da fronteira, contribuindo para o desenvolvimento e a integração das comunidades que ali habitam. A fronteira não é o "fim do mundo" ou uma "terra sem lei"; ela é, antes de tudo, um lugar de vida, resistência e coexistência.

Referências

CAARAPÓ NEWS. **Quatro assaltantes são presos em flagrante durante operação**. Disponível em: https://www.caarap onews.com.br/noticia/145349/quatro-assaltantes-sao-presos-em-flagrante-durante-operacao. Acesso em: 15 fev. 2025.

DORFMAN, Adriana; ROSÉS, Gladys Teresa Bentancor. Regionalismo fronteiriço e o "Acordo para os nacionais fronteiriços brasileiros uruguaios". In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Territórios sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: Editora UFMS, 2005. p. 196-232.

DOURADOS NEWS. **Homem é executado a tiros em oficina mecânica na região de fronteira**. Disponível em: https://www.douradosnews.com.br/noticias/cidades/homem-e-executado-a-tiros-em-oficina-mecanica-na-regiao-de-fronteira/1175874/. Acesso em: 21 dez. 2024.

DOURADOS NEWS. **Dupla é presa por tráfico de drogas e tem prejuízo de cerca de R$ 25 milhões**. Disponível em: https://www.douradosnews.com.br/policia/dupla-e-presa-por-trafico-de-drogas-e-tem-prejuizo-de-cerca-de-r-25/1206694/. Acesso em: 03 jan. 2025.

FAISTING, A. L. Representações da violência na fronteira: um estudo a partir das regiões da Grande Dourados (MS) e do Oeste Paranaense (PR). **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza: UFC, v. 49, n. 3, p. 131-174, nov./fev. 2018.

MEDINA, A. B. Construcción de sentidos y tensiones entre ciudades vecinas alrededor de un muro: el caso de Posadas (Misiones, Argentina) y Encarnación (Itapúa, Paraguay). **Geografia em Questão**, v. 13, n. 2, p. 79-97, 2020.
MOURA, Guilherme Bochnia. **Análise dos indicadores de condições de vida e acesso à saúde pública na cidade gêmea de Ponta Porã-MS**. 2019. Monografia (Licenciatura em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.
NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Fronteira: espaço de referência identitária? **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 27-41, dez. 2007. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/3013. Acesso em: 2 set. 2017.
OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Tipologia das relações fronteiriças: elementos para o debate teórico-prático. In: **Territórios sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: Editora UFMS, 2005. p. 377-408.
OLIVEIRA, Tito Carlos Machado; ODDONE, Nahuel. Vulnerabilidade e potencialidades na fronteira Mesopotâmia: o território do Brasil com o Paraguai, entre os rios Paraná e Paraguai**.** In: TRINCHERO, Héctor Hugo; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado (Orgs.). **Fronteiras Platinas: território e sociedade**. Dourados: UFGD, 2012. p. 149-177.
PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras culturais em um mundo planetário - paradoxos da(s) identidade(s). **Revista del Cesla**, Varsóvia, n. 8, p. 9-19, 2006.
RAFFESTIN, Claude. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: OLIVEIRA, Tito C. M. de (Org.). **Territórios sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: Editora UFMS, 2005.
RIBEIRO, A. C. T. Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado. In: SOUZA, M. A. **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003. p. 29-40.
SANGUIN, André-Louis**.** Paisagens de fronteira: variáveis em um importante tema da geografia política. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 389-411, 2015. Disponível

em: http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/56328/340. Acesso em: 18 jun. 2015.
SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 2, p. 15-26, 1999.
SECCATTO, A. G. **Olhares sobre a fronteira Brasil-Paraguai a partir de fotografias presentes nas mídias eletrônicas**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015.
SILVA, Kelly C. Mudanças estruturais das relações de fronteira em face da globalização. **Tempo da Ciência**, Toledo, v. 25, n. 50, p. 36-45, jul./dez. 2018.
VIEIRA, A. B.; ROMA, C. M. Saúde e fronteira: entre o espaço da norma e o território usado. In: ROMA, C. M.; VIEIRA, A. B.; MOTA, A. A. (orgs.). **Fronteira e saúde: experiências, vivências e possibilidades**. Dourados-MS: UFGD, 2020. p. 111-128.

SEÇÃO IV:
DESAFIOS SOCIAIS, SAÚDE E OPORTUNIDADES DE TRANSFORMAÇÃO NAS FRONTEIRAS

Capítulo 13

O ATENDIMENTO AO ESTRANGEIRO NO SETOR DE HEMODIÁLISE NA SANTA CASA DE CORUMBÁ/MS

Juliana Ferreira Hurtado
Edgar Aparecido da Costa
Cláudia Araújo de Lima

Resumo
O estudo tem como objetivo principal identificar e analisar as estratégias utilizadas por estrangeiros para atendimento de saúde no setor de hemodiálise da Santa Casa de Corumbá/MS. A pesquisa com caráter descritivo exploratório foi realizada no segundo semestre de 2019 na clínica de hemodiálise RenalMed, na Associação Beneficente de Corumbá. Foram entrevistados oito bolivianos, o que correspondeu a 100% de estrangeiros e a 5,3% do total de pacientes (150 pacientes) atendidos na clínica no período da realização da pesquisa. A entrada pelo setor de emergência da Santa Casa de Corumbá é a principal estratégia utilizada pelos estrangeiros para conseguir tratamento no Brasil, seguido da obtenção do Documento Especial de Fronteiriço. São elaboradas diversas estratégias para deslocamento dos estrangeiros em busca pelos serviços de hemodiálise. A proximidade, os relacionamentos entre os fronteiriços e as complementaridades de serviços próprios das cidades de fronteira são estimuladores das mobilidades.

Introdução

As situações de saúde em região de fronteira traduzem a condição de vulnerabilidade de suas populações e as necessidades de políticas públicas específicas de atendimento. Os municípios

localizados nesses espaços geográficos, na sua grande maioria (exceção de Foz do Iguaçu/PR), possuem índices de desenvolvimento humano (IDH) inferiores à média de suas unidades federativas (Costa e Costa, 2020).

Apesar da polissemia da palavra, em geral, a fronteira é entendida como algo que está sempre à frente. A palavra não surgiu atrelada a nenhum outro conceito e, não fazia alusão a conteúdos políticos ou intelectuais, exclusivamente (Machado, 1998). Teve sua gênese a partir das territorialidades cotidianas resultantes da ocupação do espaço.

A zona de fronteira pode ser entendida como um espaço que contém bandas territoriais de cada lado do limite internacional. É marcada pelas relações de seus povos que, embora de países diferentes, estabelecem um ambiente próprio de fronteira, que só pode ser vivido e sentido pela população local (Steiman e Machado, 2002).

As fronteiras são locais de mobilidades indutoras de trocas de cunho social, político e cultural. Trata-se de territórios singulares que, desde sua formação, tangencia a maneira como as territorialidades são desenvolvidas. As áreas de fronteira são vistas como uma *"realidade heterogênea"*, em constante transformação (Benedetti, 2011).

As fronteiras são atratoras de mobilidades que, por sua vez, dialeticamente, são promotoras da vida que nelas habitam. A mobilidade e o crescimento populacional dessas áreas sugerem a criação de novas territorialidades de complementaridades (Oliveira, 2015). Pode-se dizer que a mobilidade existente nessas áreas, mesmo que indiretamente, soma na taxa de convívio entre diferentes grupos e promove uma troca informações (Peiter, 2007).

A mobilidade na fronteira pode ser entendida como um arranjo "*socioespacial*" que, ao mesmo tempo, pode ser ajustado e modificado (Costa, 2013). É a maneira que os indivíduos se movimentam no espaço geográfico e, nas fronteiras, se apresenta como a capacidade de deslocamento das pessoas a partir de uma

"*ordem socioterritorial, multidimensional e multitemporal*" (Costa, 2013, p. 68).

Na fronteira entre Brasil e Bolívia, especificamente onde estão localizadas as cidades de Corumbá e Ladário, no lado brasileiro e Puerto Quijarro e Puerto Suárez, no lado boliviano, a busca pelos serviços de saúde pelos fronteiriços bolivianos é praticamente diária. A gratuidade e a qualidade dos serviços de saúde são as principais motivações de mobilidade. Essa busca vai desde serviços simples, como vacinas, inalação e consulta básica, até procedimentos mais complexos e de alto custo, como as sessões de hemodiálise (Marques, 2012).

Brasil e Bolívia são nações vizinhas que possuem notáveis diferenças socioeconômicas. O Brasil é o maior país da América Latina em extensão territorial e vem ganhando, cada vez mais, relevância e capacidade de concorrência no mercado internacional. A Bolívia, no início deste século XXI, era a nação mais pobre da América Latina e vem trabalhando para mudar essa realidade (Medaglia, 2006). As fronteiras entre esses países são localidades onde essas diferenças se acentuam.

Corumbá é uma cidade localizada na porção Oeste do estado de Mato Grosso do Sul, na fronteira do Brasil com a Bolívia. É conurbada à Ladário na direção oriental e semiconurbada com as áreas urbanas das seções municipais bolivianas fronteiriças de Puerto Quijarro e Puerto Suárez, na província Germán Busch, no departamento de Santa Cruz. Essas quatro unidades territoriais, juntas, formam um arranjo populacional de fronteira (IBGE, 2016). Conta com aproximadamente 150 mil habitantes (pouco mais de 120 mil no lado brasileiro e quase 30 mil, no lado boliviano). Corumbá é o território mais populoso e representa 68% desse arranjo.

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) foi constituído, de forma legal, pela lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que orienta a promoção, a proteção e recuperação da saúde, bem como a organização e o funcionamento dos serviços, de acordo com sua complexidade, de forma gratuita (BRASIL, 1990a). Nessa perspectiva, alinha-se à Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990,

que estabelece as estruturas de monitoramento das ações em saúde, por intermédio da participação social, dos Conselhos de Saúde em municípios, estados e no âmbito federal, para o acompanhamento das transferências financeiras e o monitoramento das políticas de saúde no Brasil (BRASIL, 1990b).

Pela legislação em vigor, no território nacional, receber atendimento de saúde é direito de todo cidadão ou cidadã, brasileiro ou estrangeiro. Assim, nas regiões fronteiriças do Brasil com os países da América do Sul, essa é uma ação cotidiana, seja em serviços de atenção primária ou de outras complexidades.

A cidade de Corumbá possui uma espécie de incentivo para o cidadão boliviano migrar para o município que é o Documento Especial Fronteiriço, emitido pela Polícia Federal, que possibilita trabalhar e residir no Brasil. Esse documento é válido apenas para os municípios de Corumbá e Ladário, em Mato Grosso do Sul (Silva, Costa e Costa, 2011).

Os serviços de saúde oferecidos no município de Corumbá são os mais especializados e diversificados num raio de 450 km para Leste no lado brasileiro e 600 km para Oeste no lado boliviano. Estima-se que a busca pelos serviços de saúde de Corumbá alcance 200 km para ambos os lados da fronteira. Vale dizer que a procura pelos serviços públicos de saúde neste município por parte dos bolivianos é cotidiana, configurando uma "*permissividade congênita nas fronteiras*" (Oliveira, 2015, p. 242).

O atendimento de saúde ao estrangeiro não é garantido por Lei. De acordo com o Estatuto do Estrangeiro, somente os estrangeiros legalmente residentes no Brasil fazem jus a tratamento médico pelo SUS (BRASIL, 1980). A exceção é concedida para as situações de urgência e emergência que permite o atendimento, independente da nacionalidade, em razão das convenções internacionais das quais o Brasil é signatário. Vale dizer que essa normativa foi revogada em favor da Lei de Migração (BRASIL, 1917).

O tema proposto se fundamenta na necessidade de saber como o estrangeiro, no caso os bolivianos, tem acesso a um serviço de saúde de alto custo como a hemodiálise, utilizando o SUS. Leva-se

em conta o cenário de obstáculos que o sistema impõe, já que o SUS pressupõe atendimento esporádico, mas não cotidiano, como acontece aos bolivianos. Assim, a questão que orientou este estudo foi: como os bolivianos fazem para serem atendidos no setor de hemodiálise da Santa Casa de Corumbá-MS?

A Insuficiência Renal Crônica (IRC) é um estado progressivo de perda das funções renais e, geralmente, irreversível que pode ser provocada por doenças tais como hipertensão e diabetes que tornam o rim incapaz de realizar as suas funções. Quando os rins apresentam uma filtração abaixo de 12% da capacidade normal é necessária a adoção de Terapia Renal Substitutiva (TRS), a qual compreende tanto a diálise (hemodiálise e diálise peritoneal) quanto o transplante renal (Fermi, 2010).

O processo da hemodiálise consiste em uma máquina realizar as funções que antes os rins exerciam. Por meio de um circuito extracorpóreo o sangue é retirado do paciente por um acesso arterial através de uma fistula (junção de uma artéria com uma veia) que passa por um dialisador onde recebe um "banho" com uma solução de diálise e é devolvido para o paciente pela fístula por um acesso venoso já com o sangue livre de impureza (Daugirdas, Blake e Ing, 2010).

O tratamento dialítico pode ser realizado de duas maneiras. Através da diálise peritoneal e da hemodiálise. A diálise peritoneal consiste na utilização de solução de diálise para a realização do processo de purificação. A hemodiálise consiste no processo de depuração e filtragem do sangue, que tem como finalidade substituir as funções renais que foram perdidas devido a insuficiência renal crônica ou aguda. Todo o processo de uma seção de hemodiálise ocorre através de uma máquina que faz a função de rim extracorpóreo. As duas formas de tratamento podem acarretar complicações. O dia a dia de um paciente renal em hemodiálise precisa ser adaptado às limitações que a doença impõe, tais como, alimentação adequada, exames periódicos e suplementação (Fermi, 2010).

A Sociedade Brasileira de Nefrologia (SBN) estima que no mundo existem 850 milhões de pessoas com IRC e 1,5 milhões estão fazendo tratamento dialítico. No Brasil são mais de 133 mil pacientes em TRS. Mais de 90% desses pacientes encontram-se em hemodiálise (SBN, 2018). No Estado de Mato Grosso do Sul a estimativa do número de pacientes em tratamento dialítico, no ano de 2016, era de 1.818 pacientes (Sesso *et. al*., 2017).

De acordo com o Inquérito Brasileiro de Diálise Crônica realizado em 2017, existiam 758 centros ativos de diálise no país. Desses, apenas 10% estavam localizados na região Centro-Oeste (Thomé *et. al.*, 2019). Atualmente Mato Grosso do Sul possui 12 centros de diálise em funcionamento, sendo seis sediados na capital e os demais em municípios sede de macro e microrregiões.

O SUS tem um papel importante no atendimento ao paciente com IRC, e atualmente é o responsável pelo financiamento de mais de 81% dos tratamentos de pacientes que se encontram em TRS, com um gasto anual estimado em R$ 2,7 bilhões (SBN, 2018).

Este estudo está relacionado à necessidade de compreender como o atendimento de alto custo pode ser acessado por estrangeiros utilizando o SUS brasileiro e como a fronteira permite territorialidades em busca desse tipo de serviço. São elementos essenciais para se pensar na gestão do atendimento aos fronteiriços. Assim, o objetivo é identificar e analisar estratégias dos estrangeiros para atendimento de saúde no setor de hemodiálise da Santa Casa de Corumbá-MS.

Materiais e métodos

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritiva. A pesquisa descritiva é abrangente e permite uma análise aprofundada do problema em relação aos aspectos, sociais, econômicos, políticos, percepções de diferentes grupos, comunidades, entre outros aspectos (Gil, 2008).

A pesquisa de campo foi realizada na clínica de hemodiálise RenalMed, situada na Associação Beneficente de Corumbá (Santa

Casa de Corumbá-MS, hospital filantrópico conveniado com o SUS), localizada na área Central da cidade e a 5 km do limite internacional do Brasil com a Bolívia. Cabe destacar que os serviços de hemodiálise mais próximos estão muito distantes (Figura 1). São quase 600 km do lado boliviano (*Santa Cruz de la Sierra*, capital do departamento de mesmo nome) e a cerca de 450 km do lado brasileiro (em Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul).

Figura 1 – Localização da cidade de Corumbá/MS, fronteira Brasil-Bolívia



Fonte: Google Earth (2021).

Os critérios de inclusão dos participantes foram: ser boliviano, estar fazendo tratamento de hemodiálise na clínica RenalMed no mês da realização da pesquisa e ter idade igual ou maior que 18 anos. A todos foi reservado o direito de não participar do estudo. Nessas condições foram entrevistados oito bolivianos. Esse número correspondeu a 100% de estrangeiros e a 5,3% do total de pacientes (150 pacientes) atendidos na clínica no período da realização da pesquisa.

O levantamento das informações primárias foi realizado com apoio de um roteiro de entrevista contendo 11 perguntas. As quatro primeiras foram de ordem pessoal: nome, idade, sexo e endereço.

As demais abordaram sobre a doença, como e onde se deu a descoberta dela, o ingresso no hospital de Corumbá (estratégias, documentação), detalhes do encaminhamento para o setor de hemodiálise, se tinha o cartão SUS, documento brasileiro ou Documento Especial Fronteiriço, sobre a rotina e deslocamentos para tratamento e sobre o que faria caso não conseguisse atendimento em Corumbá.

As entrevistas foram realizadas na clínica de hemodiálise RenalMed no horário das sessões, após a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em português e espanhol. Todos os participantes dessa pesquisa foram informados sobre os objetivos por meio da leitura e do seu direito de recusa e garantia do sigilo dos relatos. Foram previamente agendadas com a enfermeira chefe de cada horário.

O registro das informações foi realizado por meio de áudio (gravador digital). A duração das entrevistas foi de aproximadamente 45 minutos, tempo suficiente, pois a sessão de hemodiálise dura quatro horas.

As entrevistas gravadas foram transcritas na íntegra. Cada entrevistado recebeu um código (E1, E2, ..., E8) para que lhe fosse garantido o anonimato. Esse material formou a base de dados do estudo. Esses dados foram objeto de uma análise de conteúdo, tomando-se como unidade de contexto o conjunto das entrevistas, para a identificação e interpretação dos temas de interesse.

A análise de conteúdo pode ser entendida como um arranjo de técnicas e instrumentos de análise, organizados e agrupados sistematicamente na forma de indicadores que consigam traduzir o conteúdo das falas ou escritas dos entrevistados (Bardin, 1979).

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos vinculado à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob o protocolo número 3.622.548, atendendo às Diretrizes e Normas de Pesquisa estabelecidas pela Resolução nº. 466/12, do Conselho Nacional de Saúde.

Resultados e discussão

Corumbá conta com o centro de diálise RenalMed desde o ano de 1992. Antes de sua implantação na cidade os pacientes diagnósticos com IRC eram encaminhados para a capital do Estado, Campo Grande, a 450 km de distância.

No início eram apenas quatro máquinas com capacidade para dialisar dois pacientes ao mesmo tempo. O atendimento era realizado apenas no turno vespertino e a equipe era composta por um técnico de enfermagem, um enfermeiro e um médico nefrologista. Atualmente, o centro conta com uma equipe de dois médicos nefrologistas, três enfermeiros, uma assistente social, uma nutricionista e 15 técnicos de enfermagem. Possui 25 máquinas em funcionamento para atender 150 pacientes dialisando e 10 em tratamento conservador. Atende particulares, convênios e SUS. Os pacientes são divididos em dois grupos, de acordo com os dias das sessões, sendo o grupo A (segunda, quarta e sexta) e o grupo B (terça, quinta e sábado). Há sessões nos períodos da manhã, tarde e noite. Cada sessão tem duração de quatro horas.

Em Corumbá, no momento da pesquisa, oito bolivianos eram atendidos pelo SUS no centro de diálise RenalMed, a maioria do sexo masculino (62,5%), com idade entre 21 e 60 anos, sendo quatro de Puerto Quijarro e quatro de Puerto Suárez.

A porta de entrada dos pacientes bolivianos ao tratamento de hemodiálise é o Pronto Socorro da Santa Casa de Corumbá. Eles chegam sempre em estado de urgência, conforme relatado pelos entrevistados:

> *Entrei pelo pronto socorro, porque estava muito grave. Fui direto para o CTI, onde fiquei por dias* (E1).
> *Dei entrada no hospital pela emergência. Depois de atendido fui internado* (E2).
> *Entrei pelo pronto socorro estava muito inchada e com líquidos. Sentia muita falta de ar e mal andava* (E7).

Após exames preliminares, diagnóstico de IRC e a indicação para o tratamento dialítico, o paciente recebe orientações de como dar entrada na documentação para iniciar o tratamento. A grande maioria dos pacientes não possuem condições de pagar as sessões, que são três vezes por semana, por esse motivo buscam o tratamento pelo SUS.

Dois pacientes relataram que chegaram a buscar tratamento médico na cidade de *Santa Cruz de la Sierra*, Bolívia. A exigência de pagar pelo tratamento foi decisiva para buscar o atendimento no Brasil.

> *Fui para Santa Cruz, lá tenho meus parentes. Mas quando fui à clínica era pago. Como vi que não iria conseguir pagar as sessões voltei para Puerto Quijarro. Fui buscar me informar como poderia fazer para poder dialisar no Brasil* (E6).
>
> *Meus filhos me levaram para Santa Cruz. Estava toda inchada e com falta de ar. Lá fiz uma consulta com um médico nefrologista que me diagnosticou com a insuficiência renal. Lá mesmo busquei a clínica para saber como era o tratamento. Falaram que era pago o equivalente a 600 reais cada sessão e que teria que fazer três sessões por semana. Eu sabia que não teria como pagar, então busquei o Brasil* (E7).

Com base no Decreto nº 6.737, de 12 de janeiro de 2009, que promulga o acordo entre o governo da República Federativa do Brasil com o Estado Plurinacional da Bolívia para permissão de residência, estudo e trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e bolivianos (BRASIL, 2009a) e, no decreto nº 6.975, de 7 de outubro de 2009, que promulga o acordo sobre residência para nacionais dos estados partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile (BRASIL, 2009b), os pacientes bolivianos são orientados a comparecer na Polícia Federal Brasileira para obtenção do Documento Especial Fronteiriço ou do Documento de Estrangeiro.

As articulações para se conseguir atendimento de saúde são orientadas pelo reconhecimento das possibilidades presentes nos territórios, fruto de territorialidades (Sack, 1986). Conforme relatam os entrevistados, a orientação de como obter esses

documentos é passada pela própria assistente social da clínica RenalMed.

> *Não tinha nenhum documento brasileiro. A assistente social da época quem ajudou minha sobrinha a fazer toda a documentação. Elas foram na Polícia Federal onde, com o encaminhamento da clínica, deram entrada na identidade fronteiriça e nos documentos brasileiros* (E1).
> *Depois que fui encaminhado para a clínica, o assistente social ajudou a conseguir a documentação brasileira. Ele deu um laudo do médico que levei na Polícia Federal, na Polícia Civil e no Consulado Boliviano* (E2).
> *Junto com meus filhos, fomos até o assistente social da clínica que nos orientou como dar entrada no pedido da documentação para poder dialisar pelo SUS* (E6).

Esses documentos possibilitam aos bolivianos, entre outras coisas, realizar contrato de aluguel, abrir conta bancária, retirar o CPF na Receita Federal, matricular filhos na escola, residir no Brasil e, consequentemente, fazer jus a tratamento médico pelo SUS. Com os documentos em mãos, os bolivianos solicitam o cartão SUS provisório para início dos tratamentos.

O processo de emissão de toda a documentação leva, aproximadamente, três meses. Nesse sentido, os primeiros exames e alguns procedimentos médicos necessários para realização das sessões de hemodiálise foram pagos pelos bolivianos, como relatado pelos entrevistados:

> *Depois que fui para o quarto, o médico pediu novos exames. Tive que pagar tudo particular. Aí deu que tinha a insuficiência. Como já estava com o cateter comecei a dialisar. Depois fiz a fístula particular* (E1).
> *Fiz muitos exames pelo hospital. Mas os exames que diagnosticaram a insuficiência eu paguei. Como não tinha o Cartão SUS ainda paguei para fazer a fistula. Paguei 1200 reais* (E2).
> *No CTI fizeram vários exames. Tive que pagar particular* (E5).

Na clínica, os pacientes são recebidos pela equipe médica que repassa como será a rotina do tratamento. Muitos chegam bem

debilitados, com outras enfermidades além da IRC, por isso não falam muito, desconfiam de tudo e tem muito medo do procedimento, inclusive das máquinas de hemodiálise.

A paciente E1 relatou que no seu primeiro dia de hemodiálise, a cada sinal de alerta que a máquina emitia, ela se apavorava pensando que a máquina iria explodir ou matá-la. Isso ocorre com a maioria, sempre nas primeiras sessões, mesmo recebendo as orientações de como será o tratamento. Segundo o paciente: *"Eu tinha muito medo da máquina. Que não era como essa de hoje. Elas eram bem grandes. Cada barulho eu chorava achando que a máquina ia explodir comigo nela. Custei a me acostumar"* (E1).

Em um estudo realizado em um Centro de Nefrologia e Diálise de um hospital da cidade de Rio Grande-RS foram relatadas sensações de medo, angústia, receio da máquina e incertezas de continuidade no tratamento dos pacientes entrevistados (Silva, Silveira e Fernandes et al., 2011). Os mesmos resultados podem ser observados num estudo realizado em um hospital público de Recife-PE (Galvão et al., 2019).

Todos os pacientes, tanto estrangeiros como brasileiros, passam pelo mesmo processo de adaptação. Os medos e inseguranças do tratamento são os mesmos. O que se pode notar é a forma como são inseridos no tratamento. Os brasileiros em sua maioria passaram pelo tratamento conservador, que é a base de medicação. Tiveram acompanhamento de psicólogos nos postos de saúde e muitos não precisaram usar cateter pois, durante o tratamento conservador, fizeram a fístula.

Os estrangeiros, como já chegam ao Brasil em estado crítico, são inseridos na rotina de diálise de forma abrupta. Mesmo havendo a orientação da equipe, o medo da nova condição é maior.

Somado ao medo inicial do tratamento, tem-se a barreira da língua. Embora seja uma região de fronteira com grande fluxo de pessoas e com muitos bolivianos vivendo em Corumbá, a língua, para dois entrevistados, ainda se apresentou como uma barreira na compreensão das orientações repassadas pela equipe médica sobre os cuidados com a saúde:

Quando entrei na clínica pela primeira vez me assustei. Era muita gente falando português ao mesmo tempo e eu não entendia nada. Quando sentei na minha cadeira, a enfermeira veio me explicar como seria a sessão e no início eu não entendi nada (E3).
Foi bem difícil no início. Não entendia muito bem tudo o que me explicavam. Minha família que recebeu todas as orientações da equipe (E8).

É válido destacar que essas dificuldades apresentadas foram somente no início do tratamento. Hoje, a comunicação entre os pacientes bolivianos e a equipe médica é considerada boa por todos os entrevistados. É falado o português por parte da equipe médica e o espanhol por parte dos pacientes e acompanhantes. Conforme fala do entrevistado E3, *"Hoje estou bem acostumada, afinal são 16 anos de hemodiálise"*.

Os pacientes estrangeiros moram nas cidades de Puerto Quijarro e Puerto Suárez, a 10 e 20 km, respectivamente do centro da cidade de Corumbá. São cidades localizadas no Leste boliviano, pertencentes à província Germán Busch, no departamento de Santa Cruz. Para chegar até a clínica utilizam estratégias variadas. A maioria (62,5%) utiliza veículo próprio ou carona, outros utilizam táxi do lado boliviano e ônibus do lado brasileiro (25%) e um paciente prefere ficar na casa de familiares residentes em Corumbá, voltando à Bolívia somente nos finais de semana.

A busca pelo serviço de saúde no Brasil se torna mais fácil pela proximidade das cidades, pelas relações históricas entre os fronteiriços e por alguns serviços ainda serem cobrados ou inexistentes nas bordas territoriais do país vizinho. Essa busca pelo serviço gratuito no Brasil pode vir a ser um problema para o sistema (Mochizuke, 2017).

Alguns dos pacientes que atualmente utilizam veículos para o deslocamento descreveram as dificuldades para fazer o tratamento em Corumbá. Em um caso os familiares revezavam para levar o paciente. O relato de E1 é bastante ilustrativo das dificuldades para receber o tratamento:

No começo eu ia de ônibus para a hemodiálise. Saía as 9 da manhã da Bolívia para conseguir chegar as 12 no Brasil para dialisar. Tinha que descer no Jardim [referência ao Jardim da Independência, no Centro de Corumbá] e subir a pé até o hospital. Depois da sessão descia até o Jardim de novo para voltar. Chegava em casa muito cansada. Fora o dinheiro que gastava com a passagem. Já cheguei a faltar sessão por não ter dinheiro para vir. Hoje meu marido que me traz. Ele é taxista na Bolívia. Saio as 10 horas da Bolívia e após as sessões ele me busca.

Os pacientes que não possuem veículos precisam realizar as manobras apontadas por E1 quando não dispunha de condução própria. São duas horas ou mais de duração do percurso. É uma situação muito penosa, pois a pessoa fica bastante debilitada. A fala de E6, que consegue carona para tratamento, é esclarecedora dessa condição: *"Seria muito cansativo, porque já saímos muito fracos da sessão e ter que caminhar até o Jardim depois atravessar a fronteira para pegar taxi iria ficar muito cansativo"*.

A condição econômica também é um fator importante. Por isso, muitas vezes são necessárias estratégias para conseguir o tratamento. Uma delas é permanecer em Corumbá para tratamento, conforme se pode notar na fala de E7:

Não tenho condições de vir todos os dias da Bolívia para o Brasil de ônibus. Fica muito caro para minha família. Por isso fico na casa de minha prima que mora no Brasil, e só vou para a Bolívia nos fins de semana para ver minha família. Eu vou para o Hospital de Van, junto com os pacientes brasileiros.

Mesmo o trajeto sendo longo e a jornada cansativa a maioria dos pacientes (87,5%) afirmaram que se não houvesse a possibilidade na cidade de Corumbá não iriam para a cidade de *Santa Cruz de la Sierra* (a localidade mais próxima na Bolívia, a cerca de 600 km) para buscar tratamento. Ficaria muito distante e, além disso, teriam que pagar pelos serviços. Cabe destacar que em 01 de março de 2019 foi instituído o Sistema Único de Saúde da Bolívia, conhecido como SUS boliviano. Contudo, os entrevistados

disseram não compreender seu funcionamento e não conseguir vaga para dialisar. O depoimento de E1 é esclarecedor:

> *Se não tivesse hemodiálise no Brasil eu não iria fazer. A cidade mais próxima de Puerto que tem Hemodiálise é Santa Cruz de la Sierra. E lá é pago. Não tenho certeza, mas acho que é o equivalente a 600 reais a sessão. Muito dinheiro, não tenho condições. Agora na Bolívia tem o SUS. Mas, mesmo assim, é muito difícil conseguir uma vaga. Mesmo que conseguisse teria que me mudar para lá. E não teria como me manter lá.*

Apenas um dos pacientes apresentou uma alternativa para a impossibilidade de atendimento em Corumbá. De acordo com E4, *"Se aqui em Corumbá não tivesse hemodiálise eu iria buscar tratamento em Campo Grande. Temos família lá. Na Bolívia só tem em Santa Cruz e é pago, não teríamos condições de pagar as sessões. Na capital brasileira poderia fazer pelo SUS".*

A elaboração de novas territorialidades pressupõe o resultado da compreensão pelos indivíduos ou grupos dos modos de funcionamento dos territórios (Costa, 2013). A partir desse entendimento é possível deduzir que o Sistema Único de Saúde (SUS), criado para atender a população brasileira, pode funcionar como um atrativo e estimulador de mobilidades territoriais fronteiriças em busca de seus serviços.

O atendimento de saúde nas fronteiras apresenta alguns desafios para os gestores das secretarias municipais de saúde. A população circula de um país a outro na tentativa de suprir suas necessidades e aproveitar oportunidades (Peiter, 2007). Esse dinamismo manifesta-se com maior frequência na área da saúde, principalmente, quando coexistem sistemas assimétricos, a exemplo do Brasil e da Bolívia.

Mesmo com o respaldo da Lei para o atendimento ao estrangeiro em solo brasileiro, o orçamento do SUS não computa esses indivíduos e a conta não fecha no final do mês. Há uma necessidade urgente do Estado analisar e aperfeiçoar as políticas públicas para que os municípios em áreas de fronteiras não sofram

com a entrada e uso do sistema de saúde por essa população flutuante (Mochizuke, 2017). Como consequência dessa busca dos bolivianos pelos serviços de saúde, os gestores de Corumbá alegam insuficiência de recursos financeiros para atender a demanda local (Costa e Costa, 2020).

Observa-se que Corumbá funciona como a principal solução para realização da hemodiálise dos fronteiriços bolivianos e, evidentemente, para os de Ladário, no lado brasileiro. Neste sentido, a fronteira é na prática um espaço de complementaridades (Oliveira, 2015). Cabe destacar a necessidade de viabilização de políticas públicas que resultem do entendimento dessa forma de comportamento dos espaços fronteiriços para minimizar os descompassos financeiros nos municípios atratores (Costa e Costa, 2020).

Considerações finais

A fronteira é um espaço que, pelas suas características, pode comportar elevadas mobilidades territoriais circunscritas em busca de complementaridades. A partir do conhecimento e percepção de como funciona os territórios localizados nesses espaços, pessoas e instituições elaboram territorialidades para obtenção de vantagens conforme seus interesses. Invariavelmente, a busca por serviços de educação, trabalho e saúde são orientadas pelas assimetrias presentes e podem promover distorções na organização financeira dos municípios lindeiros com maior capacidade atratora.

Para conseguir atendimento na cidade de Corumbá, os estrangeiros dão entrada pelo Pronto Atendimento da Santa Casa. A estratégia é chegar em estado de emergência para serem encaminhados ao Centro de Terapia Intensiva (CTI) onde recebem os primeiros atendimentos. Alguns estrangeiros dão entrada no hospital sem saber que possuem a deficiência renal. Outros já sabem que possuem a enfermidade, mas por não possuírem recursos para o tratamento em seu país acabam deixando o estado de saúde se agravar até que sejam encaminhados para Corumbá.

Na Bolívia, o serviço de hemodiálise para os pacientes que moram nas cidades de Puerto Quijarro e Puerto Suárez só é disponível na capital departamental a quase 700 km de distância. Precisariam se mudar para lá e arcar com os custos de moradia. A criação do SUS boliviano ainda não deu conta de resolver o quantitativo de pacientes com essa necessidade de tratamento. Por isso, as sessões são caras e custam, em média, 600 reais cada uma.

A legislação brasileira assegura que os estrangeiros sejam atendidos no Brasil e tenham os primeiros atendimentos assegurados. O deslocamento da Bolívia para Corumbá ocorre três vezes na semana para as sessões. Muitos percorrem mais de 20 km de distância para ir e voltar. Todos precisam contar com recursos próprios para o deslocamento. Os pacientes que não possuem condução própria têm que utilizar taxi (na Bolívia) e o transporte público (em Corumbá). Alguns pacientes contam com uma aposentadoria da Bolívia, pois no país são considerados inválidos. Os que possuem esse auxílio são ajudados pelos familiares para que possam realizar o tratamento.

A partir dessa pesquisa pode ser verificada as dificuldades que o sistema de saúde brasileiro possui para poder atender sua população e a população flutuante. Ao mesmo tempo, indica uma falácia em relação a ideia corrente de que as leis que asseguram os direitos de assistência ao estrangeiro em solo brasileiro promovem a subnotificação, pois esse não entra no cômputo de pacientes atendidos. Observou-se que os estrangeiros possuem documentação que autorizam seu atendimento no Brasil. Logo são contabilizados. É evidente que ainda falta muito investimento e planejamento para que essa assistência seja feita de forma mais eficiente.

Outras pesquisas são necessárias para verificar se a mesma situação decorrente do tratamento de hemodiálise verificada com os bolivianos na Santa Casa de Corumbá é recorrente em outros serviços de alto custo de saúde.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
BENEDETTI, A. G. Lugares de frontera y movilidades comerciales en el sur sudamericano: una aproximación multiescalar. In: COSTA, E. A.; COSTA, G. V. L.; OLIVEIRA, M. A. M. (Org.). **Fronteiras em foco**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2011, p. 33-55.
BONTEMPO, C. G. C.; NOGUEIRA, V. M. R.; FAGUNDES, H. S. Atenção básica à saúde na fronteira Brasil-Uruguai: um olhar a partir dos gestores. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, v. 2, n. 2, p. 897-907, 2013. https://doi.org/10.17566/ciads.v2i2.130
BRASIL. **Lei nº. 13.445**, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Brasília: Planalto, 2017.
BRASIL. **Decreto nº 6.737**, de 12 de janeiro de 2009. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Bolivianos, celebrado em Santa Cruz da Serra, em 8 de julho de 2004. Brasília: Planalto, 2009a.
BRASIL. **Decreto nº 6.975**, de 7 de outubro de 2009. Promulga o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile, assinado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002. Brasília: Planalto, 2009b.
BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: Planalto, 1990a.
BRASIL. **Lei nº 8.142**, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília: Planalto, 1990b.

BRASIL. **Lei nº 6.815**. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Brasília: Planalto, 1980.
COSTA, E. A. Mobilidade e fronteira: as territorialidades dos jovens de Corumbá, Brasil. **Revista Transporte y Territorio**, Buenos Aires, v. 9, p. 65-86, 2013. https://doi.org/10.34096/rtt.i9.304
COSTA, E. M. S.; COSTA, E. A. Análise da implantação do Programa Nacional de Controle da Dengue: estudo comparativo de municípios fronteiriços de Mato Grosso do Sul (Brasil). **Cuadernos de Geografia**, v. 29, p. 310-325, 2020. https://doi.org/10.5123/S1679-49742018000400007
DAUGIRDAS, J. T.; BLAKE, P. G.; ING, T. S. **Manual de diálise**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2010.
FERMI, M. R. V. **Diálise para enfermagem - guia prático**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2010.
GALVÃO, J. O.; MATSUOKA, É. T. M.; CASTANHA, A. R.; FURTADO, F. M. S. F. Processos de enfrentamento e resiliência em pacientes com doença renal crônica em hemodiálise. **Contextos Clínicos**, v. 12, n. 2, p. 679-684, 2019. http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2019.122.13
GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasi**l. 2.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.
MACHADO, L. O. Limites, fronteiras, redes. In. STROHAECKER, T. M. et al. (Org.). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB, 1998, p. 41-49.
MARQUES, A. M. **Mobilidade, acesso à saúde e espaço de fronteira: o caso de Corumbá-MS, Puerto Quijarro e Puerto Suarez – Bolívia**. 174 f. 2012. Tese (Doutorado em Demografia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.
MEDAGLIA, T. A reinvenção da Bolívia: a eleição inédita de um presidente indígena será capaz de revogar os séculos de exploração, estagnação econômica e desigualdades sociais de um

dos países mais bonitos da América do Sul? **Revista Terra**, São Paulo, v. 171, p. 58-8, 2006.
MOCHIZUKE, K. C. Influência do atendimento em saúde à estratégia em uma cidade fronteiriça brasileira. **Journal Health NPEPS**, v. 2, n. 1, p. 241-253, 2017.
OLIVEIRA, T. C. M. Para além das linhas coloridas ou pontilhadas: reflexões para uma tipologia das relações fronteiriças. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**, v. 11, n. 15, p. 233-256, 2015. https://doi.org/10.5418/RA2015.1115.0009
PEITER, P. C. Condiciones de vida, situación de la salud y disponibilidad de servicios de salud en la frontera de Brasil: un enfoque geográfico. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23 (supl.2), p. S237-S250, 2007. https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007001400013
SACK, R. D. **Human territoriality**: its theory and history. London: Cambridge University Press, 1986.
SESSO, R. C.; LOPES, C. A.; THOMÉ, F. S.; LUGON, J. R.; MARTINS, C. T. Inquérito Brasileiro de Diálise Crônica 2016. **J. Bras. Nefrol.**, v. 39, n. 3, p. 261-266, 2017. https://doi.org/10.5935/0101-2800.20170049
SILVA, A. S.; SILVEIRA, R. S.; FERNANDES, G. F. M.; LUNARDI, V. L.; BACKES, V. M. S. Percepções e mudanças na qualidade de vida de pacientes submetidos à hemodiálise. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 64, n. 5, p. 839-844, 2011.
SILVA, W. A.; COSTA, E. M. S.; COSTA, E. A. Uma discussão sobre o direito de uso do SUS pelo "estrangeiro" da fronteira. In: COSTA, G. V. L.; OLIVEIRA, M. A. M.; SIQUEIRA, K. M. (Org.). **Fronteiras**: conflitos, integração e políticas públicas. Campo Grande, MS: Ed UFMS, 2011, p. 217-236.
SBN. Sociedade Brasileira de Nefrologia [internet]. **Censo brasileiro de diálise**. SBN, 2018. [Acesso em: 03 nov. 2019]. Disponível em: <https://sbn.org.br/categoria/censo-2018/>.

STEIMAN, R.; MACHADO, L. O. **Limites e fronteiras internacionais**: uma discussão histórico-geográfica. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
THOMÉ, F. S., Sesso, R. C., Lopes, A. A., Lugon, J. R., e Martins, C. T. Inquérito Brasileiro de Diálise Crônica 2017. **J Bras Nefrol**, v. 41, n. 2, p. 208-214, 2019. https://doi.org/10.1590/2175-8239-JBN-2018-0178.

Capítulo 14

A CONSTRUÇÃO DA REGIÃO FRONTEIRIÇA: OS ESTUDOS DE CASO E AS IMPLICAÇÕES DA HISTÓRIA EM UMA PERSPECTIVA REGIONAL

Norma Oviedo
Kamila Madureira da Silva
Edevagno Pereira da Silva
Alexandre Bergamin Vieira

Resumo
Este artigo aborda a complexidade das fronteiras na América do Sul, com ênfase em duas regiões que conectam Argentina, Brasil e Paraguai, explorando suas dinâmicas históricas, sociais e territoriais. A partir de uma análise relacional e histórica, fundamentada em diferentes autores, o estudo discute as fronteiras como espaços multifacetados, que conjugam conflitos, movimentos e construções identitárias. Primeiramente, serão analisadas as continuidades e descontinuidades que caracterizam as fronteiras, entendidas como sistemas contraditórios de objetos e ações espaciais. Além disso, é discutida a construção de narrativas nacionais e regionais, muitas vezes alinhadas aos interesses do Estado, que moldaram percepções sobre limites territoriais e silenciaram as experiências locais de populações originárias e transfronteiriças. O artigo também explora o papel das fronteiras no século XXI como espaços de integração supranacional, destacando a circulação de pessoas, ativos e informações, bem como as redes sociais que sustentam essas dinâmicas. Por fim, a abordagem relacional das fronteiras enfatiza sua dimensão histórica e social, onde múltiplas histórias conectadas revelam a interação entre estados, populações locais e dinâmicas globais, contestando a visão tradicional das fronteiras como espaços de separação e apontando-as como espaços de conexão e encontros.

Introdução

A questão regional e o problema da fronteira são temas de grande relevância na atualidade, pois nos levam a reavaliar as categorias com as quais essas realidades foram concebidas. Essas questões estão diretamente ligadas às territorialidades que vivenciamos tanto como cidadãos de diferentes Estados-nação quanto como habitantes de regiões fronteiriças específicas. O território, enquanto categoria política do espaço, é o local onde se exercem relações de poder, respondendo aos fenômenos sociais, políticos, culturais e econômicos protagonizados pelos diversos atores que o habitam e administram (Haesbaert, 2006, apud Porcaro, 2021). Nesse sentido, os conceitos que utilizamos para compreender essas dinâmicas podem ser entendidos como questões colocadas à realidade (Souza Santos, 1996). São categorias de análise, de prática e normativas que permeiam o cotidiano, orientando o trabalho, as ações e as atividades dos sujeitos.

Um fato bem atual que podemos destacar sobre essa questão pode ser relacionada ao discurso de posse do presidente Donald Trump que desde 2017 até hoje no seu segundo mandato em 2025, especialmente no que diz respeito ao foco em fronteiras e soberania nacional. Trump destacou em seu discurso a importância de proteger as fronteiras dos Estados Unidos, como também o presidente argentino Javier Milei reproduz o discurso, com a proposta de construção de cerca na fronteira com a Bolívia, enfatizando a necessidade de preservar os interesses econômicos e culturais do país frente à globalização e à imigração descontrolada.

Essa abordagem reflete um esforço para reavaliar categorias e conceitos ligados às fronteiras, à regionalidade e à identidade nacional, temas que, como o primeiro parágrafo sugere, demandam uma revisão crítica em tempos de mudança. Porém no discurso de Trump, há um chamado para uma abordagem mais pragmática e nacionalista, o que contrasta com concepções mais tradicionais de fronteira como espaços de troca ou interação. Ele trata as fronteiras como limites ou barreiras físicas e simbólicas que

precisam ser reforçadas para proteger os interesses internos da ameaça do imigrante e da perda de soberania territorial.

A afirmação de que a questão regional e o problema da fronteira são temas de interesse atual nos convida a repensar as categorias utilizadas para compreender essas realidades. Isso porque as fronteiras não se constituem apenas como barreiras físicas ou limites territoriais –de fenômenos naturais, soberanias nacionais ou políticos administrativos-, mas representam também construções sociais, políticas e culturais de intercâmbio e integração, principalmente nas relações do espaço vivido, percebido e praticado. Dessa forma é fundamental para nossa reflexão dialogar com a complexidade da fronteira, reconhecendo que as fronteiras são espaços onde um conjunto de diferentes dinâmicas e relações de poder se manifestam, indo além de uma simples demarcação territorial. Essa relação nos convida a refletir sobre como discursos políticos moldam a maneira como as fronteiras são percebidas e gerenciadas por aqueles que não estão ou não habitam espaços de fronteiras e, pelo tanto, não a vivenciam essas realidades, além de apontar para os desafios de conciliar interesses locais, nacionais e globais em contextos contemporâneos.

Dito isto, iremos concentrar o nosso olhar e reflexões deste debate, no território da atual província de Misiones (Argentina) na região de fronteira ou Tríplice fronteira Argentina-Brasil-Paraguai e da região da *Cordillera del Amanbay*, na fronteira Brasil-Paraguay. A escolha por estas duas regiões de fronteira se justifica uma vez que as dinâmicas populacionais fronteiriças em ambas localidades são comuns e históricas, dentro de uma região fronteiriça, composta por populações brasileira, argentina e paraguaia (no caso Misionero) e brasileira e paraguaia (no caso da *Cordillera*).

A província de Misiones situa-se entre os rios Paraná, Uruguai e Iguaçu, que delimitam sua fronteira com Paraguai (Itapuá e Alto Paraná) e Brasil (sudoeste do Paraná, oeste de Santa Catarina e noroeste do Rio Grande do Sul), além de integrar as regiões fisiográficas do Alto Paraná e do Alto Uruguai, como podemos ver no mapa 1, abaixo.

Mapa 1 – Misiones na Região de Fronteira



Fonte: https://mavink.com/explore/Mapa-De-Misiones

A Região da *Cordillera del Amambay* compreende o limite fronteiriço entre a província de Amambay (Paraguai) e o estado de

Mato Grosso do Sul (Brasil) integrando a região fisiográfica conforme observamos no mapa 2, a seguir.

Mapa 2 – Região de las *Codilleras del Amambay-Py*



Fonte: https://amambay.gov.py/amambay/

Misiones, Cordilleras del Amambay e as fronteiras da Argentina, do Paraguay e do Brasil

Misiones, localizada no nordeste da Argentina, é a província mais oriental do país e integrou-se tardiamente à construção do Estado nacional, ao final do século XIX, em meio à anexação definitiva dos Territórios Nacionais – territórios situados nas

regiões geográficas do Chaco (ao norte) e patagônica (ao sul) de Buenos Aires ainda fora do controle estatal. Além disso, Misiones, forma parte da "Mesopotâmia Argentina" (expressão que refere à região geográfica da Argentina situada entre os dois grandes rios: o Paraná e Uruguai). O termo "Mesopotâmia" tem origem grega e significa "terra entre rios," sendo utilizado aqui para descrever essa área específica do país, que inclui as províncias de Misiones, Corrientes e Entre Ríos. Assim como a Mesopotâmia histórica, conhecida como o "berço da civilização" no Oriente Médio, a Mesopotâmia argentina destaca-se por sua fertilidade, importância hidrográfica e estratégica localização entre cursos d'água. Na atualidade, Misiones conta com 36 pontos fronteiriços[1], a grande maioria deles fluvial – sendo três pontes internacionais com o Brasil e uma com o Paraguai – e somente dois terrestres – *San Antonio* e *Bernardo de Irigoyen*. Somente dois desses pontos de fronteira internacionais são Centros de Fronteira: *Puerto Iguazú*-Foz do Iguaçu e *Posadas-Encarnación*.

[1] Ver https://www.argentina.gob.ar/seguridad/pasosinternacionales/mapa

Mapa 3: Misiones no contexto fronteiriço



Fuente: https://www.lanacion.com.ar/sociedad/misiones-la-ficcion-de-pretender-cerrar-la-frontera-cuando-se-cambia-de-pais-con-solo-cruzar-la-nid12072021/

O fato de 90% das fronteiras do território misioneiro estar ligado aos Estados Nacionais contíguos do Paraguai e do Brasil e apenas 10% ligado à Argentina, é um elento importante quando se observa o desenvolvimento do processo sócio-histórico em torno dos problemas que compõem a questão fronteiriça, a ocupação e assentamento territorial, a formação da sociedade local/regional e o desenvolvimento econômico. Em outras palavras, observamos que esse território conforma uma territorialidade compartilhada, que reúne *"espacios de encuentro e intercambio entre pueblos que transcienden constantemente los límites [...] porque tienen un pasado común"* (Oviedo e Arellano, 2017 e 2020, p.112).

Evento semelhante ocorre entre as *Cordilleras del Amambay* no Paraguai e Aral Moreira no Brasil, onde a relação nesta faixa de fronteira, em que, pelo espaço normatizado dos países separa dois lugares distintos, mas que, pela perspectiva do território usado e praticado e de uma psicoesfera as une através de uma única formação socioespacial. Tal relação se dá através de uma totalidade mediadora que faz a ligação de complexos específicos (que são as partes separadas de cada território nacional no caso) a um complexo dinâmico e histórico que vai se modificando com o tempo uma vez que *"cada momento histórico cria novas combinações (efetivas) entre as formas herdadas e as novas funções da formação socioespacial"* (Silveira, 2013, p. 155).

O regional e as regiões, o local e as cidades, são as perspectivas e núcleos temáticos que irrompem e se referem ao fato fronteiriço, possibilitando novas abordagens aos processos de territorialização, regionalização e fronteirização na, e a partir destas duas regiões fronteiriças. Essas abordagens tendem a desconstruir as formas tradicionais de compreensão sobre as realidades que ocorrem dentro e entre as margens, bordas e limites dos Estados-Nação onde, historicamente, reconhecemos comunidades, grupos e sujeitos. Como destaca Milton Santos (1996, p.63), *"o espaço é o palco e o meio de todos os acontecimentos e de todas as ações, o que faz dele o lugar da coexistência de objetos, ações e relações"*, ou seja, o autor reforça a ideia de que o espaço, como elemento central nas análises territoriais, e, portanto, torna-se fundamental para compreendermos as relações e dinâmicas transfronteiriças.

Perspectiva das dinâmicas territoriais

Tais concepções nos coloca sob uma perspectiva que permite problematizar as dinâmicas territoriais que caracterizam as fronteiras, evidenciando sua complexidade e heterogeneidade. Várias questões surgem, no entanto, deter-nos-emos em algumas: Quais foram as transformações que orientam o pensamento sobre a forma como observamos a realidade fronteiriça? Que

transformações impactam essas territorialidades, tornando-as diferentes das demais? As respostas fundamentais apontam para o reconhecimento de:

A. Um processo de fragmentação dos blocos disciplinares e a necessidade de abordar nossos objetos de estudo a partir de perspectivas interdisciplinares;

B. A crescente polarização da economia e a consequente especialização das áreas de produção que destruíram o estado de bem-estar social alcançado na era jesuítica;

C. Modernização tecnológica e a bifurcação dos circuitos comerciais que reorientaram a circulação e as redes comerciais.

D. O rearranjo social e a militarização do meio rural que responderam às demandas dos Estados-Nação.

E. A implosão de regulamentações diferenciadas e o uso particularizado ou combinado delas de acordo com as situações e benefícios esperados.

Tudo isso leva em consideração contextos históricos diferenciados (global, nacional, internacional/regional) e um reajuste de situações socioeconômicas de espacialidades e territorialidades particularizadas delimitadas em relação às mudanças no mercado internacional; embora marcada pela coexistência de práticas e relações mercantis arcaicas e modernas. Como nos afirmam Silva e Morais (2011 p.02) no artigo "Os Sentidos da Fronteira a Partir da Discussão Territorial em Claude Raffestin"*: "A fronteira é, portanto, uma construção social e histórica, que reflete as relações de poder e as dinâmicas territoriais específicas de cada contexto"*. Essa perspectiva contribui para a problematização das dinâmicas territoriais que caracterizam as fronteiras, evidenciando sua complexidade e heterogeneidade

No contexto sul-americano, por muitos anos a forma de pensar as territorialidades das/nas fronteiras e de nos situar nelas, tem sido dentro de espacialidades científica e juridicamente organizadas ou espaços normatizados, regiões geograficamente reconhecidas e unidades político-administrativas estabelecidas; identificados e limitados aos territórios pertencentes aos impérios coloniais –

espanhol e português – e aos Estados-nação Argentina, Brasil, Paraguai ou Uruguai. Ou seja, a partir da visão hegemônica nas perspectivas teóricas que estudam e analisam cada sociedade e período histórico, então os limites naturais ou arbitrariamente estabelecidos, como conceito e definições, marcaram estritamente a configuração das regiões de fronteira analisadas e a construção de identidades distintas, desconsiderando a voz e a participação dos habitantes fronteiriços nessas tomadas de decisão. Ou seja, reproduziu-se, quase que incessantemente a ideia da fronteira enquanto limite e também enquanto espaços periféricos, desconsiderando qualquer possibilidade transfronteiriça, como realidade espacial vivida e experienciada.

Um exemplo disso, no caso brasileiro é a exclusão da voz e da participação dos habitantes locais fronteiriços ou mesmo entidades institucionais públicas locais nos processos decisórios. No Decreto brasileiro nº 12.038, de 29 de Maio de 2024 que Institui a Política Nacional de Fronteiras e o seu Comitê Nacional, ao propor quem faria parte do Comitê Nacional de Fronteiras, deixou de fora os membros dos territórios locais, como podemos verificar no:

> Art. 8º: O Comitê Nacional de Fronteiras é composto por um representante dos seguintes órgãos e entidade:
>
> I - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que o presidirá; II - Casa Civil da Presidência da República; III - Ministério da Agricultura e Pecuária; IV - Ministério das Cidades; V - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; VI - Ministério das Comunicações; VII - Ministério da Defesa; VIII - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; IX - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; X - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; XI - Ministério da Educação; XII - Ministério do Esporte; XIII - Ministério da Fazenda; XIV - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; XV - Ministério da Igualdade Racial; XVI - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; XVII - Ministério da Justiça e Segurança Pública; XVIII - Ministério do Meio Ambiente e

> Mudança do Clima; XIX - Ministério de Minas e Energia; XX - Ministério das Mulheres; XXI - Ministério da Pesca e Aquicultura; XXII - Ministério de Portos e Aeroportos; XXIII - Ministério dos Povos Indígenas; XXIV - Ministério das Relações Exteriores; XXV - Ministério da Saúde; XXVI - Ministério do Trabalho e Emprego; XXVII - Ministério do Turismo; XXVIII - Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República; XXIX - Comando da Marinha do Ministério da Defesa; XXX - Comando do Exército do Ministério da Defesa; XXXI - Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa; e XXXII - Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

No caso argentino, a regulamento que rege e institui a Comisión de Frontera é o Decreto 68/2017 baseado na Ley N° 22.352, a Ley dos Ministerios N° 22.520 (t.o. Decreto N° 438/92) e suas modificações: a Ley de Migraciones N° 25.871 e o Decreto - Ley N° 15.385/44 (ratificado pela Ley N° 12.913), os Decretos Nros. 2.086 do 18 de julho de 1977, 1.012 do 18 de agosto de 1981, 1.382 do 9 de agosto de 2012, 212 do 22 de dezembro de 2015 e 15 do 5 de janeiro de 2016.

> Art. 1° — Créase la COMISIÓN NACIONAL DE FRONTERAS, en el ámbito de la JEFATURA DE GABINETE DE MINISTROS, Art. 2° — autoridades:
> a) Secretario de Fronteras del MINISTERIO DE SEGURIDAD.
> b) Secretario de Relaciones Exteriores del MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO.
> c) Secretario de Obras Públicas del MINISTERIO DEL INTERIOR, OBRAS PÚBLICAS Y VIVIENDA.
> d) Secretario de Interior del MINISTERIO DEL INTERIOR, OBRAS PÚBLICAS Y VIVIENDA.
> e) Secretario de Gestión de Transporte del MINISTERIO DE TRANSPORTE.
> f) Director General de la DIRECCIÓN GENERAL DE ADUANAS dependiente de la ADMINISTRACIÓN FEDERAL DE INGRESOS PÚBLICOS, organismo descentralizado actuante en la órbita del MINISTERIO DE HACIENDA.

g) Director Nacional de la DIRECCIÓN NACIONAL DE MIGRACIONES, organismo descentralizado actuante en la órbita del MINISTERIO DEL INTERIOR, OBRAS PÚBLICAS Y VIVIENDA.
h) Presidente del SERVICIO NACIONAL DE SANIDAD Y CALIDAD AGROALIMENTARIA, organismo descentralizado actuante en la órbita del MINISTERIO DE AGROINDUSTRIA.
i) Director Nacional de la GENDARMERÍA NACIONAL ARGENTINA dependiente del MINISTERIO DE SEGURIDAD.
j) Prefecto Nacional Naval de la PREFECTURA NAVAL ARGENTINA dependiente del MINISTERIO DE SEGURIDAD.
k) Jefe de la POLICÍA FEDERAL ARGENTINA dependiente del MINISTERIO DE SEGURIDAD.
I) Director Nacional de la DIRECCIÓN NACIONAL DE REGISTRO, FISCALIZACIÓN Y SANIDAD DE FRONTERAS dependiente del MINISTERIO DE SALUD. Art. 3° otras autoridades nacionales, provinciales y municipales; Art 4° La Comisión será presidida por el Jefe de Gabinete de Ministros, quien podrá actuar por sí o designar un representante; Art. 5°: funciones y facultades, etc.

Em ambas situações, embora a iniciativa represente um avanço importante na gestão das regiões fronteiriças, sua composição reflete uma lacuna significativa no reconhecimento das dinâmicas locais. O Art. 8º do decreto estabelece que o Comitê Nacional de Fronteiras (Brasil) será composto por representantes de órgãos e entidades federais, mas não inclui representantes das comunidades ou territórios locais, o que também ocorre com a Comissão de Fronteira (Argentina) que segundo Art. 3 a composição com autoridades provinciais e municipais será feita com convocatórias e terá caráter de coordenação ou assessoramento. Nenhuma considera a participação dos sujeitos e/ou cidadãos fronteiriços de organizações, grupos étnicos ou setores socioeconômicos importantes. Essa exclusão impede que os sujeitos fronteiriços, que vivenciam cotidianamente os desafios e oportunidades dessas localidades, contribuam com sua perspectiva singular para a formulação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas.

A Tríplice Fronteira Misionera, a fronteira Brasil-Paraguai e suas Disputas de Poder

No caso da província misionera, a região fronteiriça é constituída no território em que emergem três países (Brasil, Argentina e Paraguay), aos quais atualmente atribuímos, com base na fragmentação da região misionera jesuítica ocorrida durante os séculos XVIII e XIX, que desde então até ao início do século XX se manteve e constituiu um espaço de fronteira conflituosa – em que surgiram e giraram várias forças, em zonas de dominação imprecisas, as vezes convergentes e outras divergentes, em outras eventuais, temporárias e ou indeterminadas, mas, ao mesmo tempo, compartilhada.

A região da Tríplice Fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai é historicamente marcada por conflitos territoriais e disputas de poder. Segundo Schallenberg (2008), *"as águas são potencialidades que contribuem na geração das relações de poder e a organização dos territórios. São fatores primordiais na delimitação das territorialidades transfronteiriças entre Brasil, Paraguai e Argentina."* Além disso, conforme Santos e Santos (2016), *"as relações de poder apresentadas pelo Estado partem de suas configurações territoriais e dos fatores políticos, sociais e econômicos, atrelados às potencialidades geopolíticas e à influência diplomática exposta aos países vizinhos."*

Dito isto, vemos que ao longo do século XIX, o conflito não se expressou apenas na contundência dos acontecimentos bélicos, mas também se traduziu a partir da argumentação dos discursos oficiais correspondentes às instituições políticas emergentes, setores socioeconômicos e etnias envolvidos na disputa pela legitimidade dos direitos territoriais. A tensão acentuou-se nos antigos espaços fronteiriços entre os impérios coloniais espanhol e português, especificamente no território onde se instalaram as reduções jesuíticas ou cidades-tampão, porque constituíam o limite intransponível (Aubert, 1991).

Algumas décadas após o movimento revolucionário, a situação do Paraguai no contexto da bacia do Prata continuou a ser

mediterrânea e marginal ao comércio mundial e sujeita às decisões das cidades que lideraram a revolução. Portanto, este país projetou controle e domínio sobre uma zona territorial geopolítica e estratégica para a saída de seus produtos ao sul do território da atual Província de Misiones (Argentina), organizando a ocupação territorial e organização populacional a partir do *"Campamento Rinconada de San José - Trinchera de Itapúa o Trinchera de los Paraguayos, que fue planificado como una nueva ciudad para la época"* (Oviedo, 2014).

No entanto, tanto nas historiografias nacionais quanto na historiografia regional clássica, falar de Misiones naquele período histórico nos levou a pensar esse processo de forma anacrônica e a esconder esse fato histórico a respeito das origens da cidade de Posadas. Ou seja, manter o mito do "espaço vazio" para argumentar a presença de um Estado Nacional que ainda não o era ou não estava consolidado – conciliando um "nós" em termos de identidades nacionais (argentina, paraguaia, brasileira) e ausente dos "outros", sejam outras identidades semelhantes ou pertencentes a identidades provinciais, étnicas, setoriais, etc. – Corrientes, Guarani, missionários (Oviedo, 2014 e 2020). O mesmo ocorreu com a leitura do processo imigratório que teve impacto desde inícios do século XX em Misiones e a Região de Fronteira, com os Estados Nacionais consolidados, ocultando a mobilidade e a presença da população crioula, indígena e afrodescendente dentro e entre as jurisdições estatais, salientando só a importância do imigrante europeu, como habitante proprietário das terras e trabalhador eficiente nas lavouras agrícolas nos novos povos surgidos em territórios nacionais fechados (Oviedo, 2021 e 2022).

Os interesses em formar e justificar a existência das novas organizações políticas, sobre as quais seriam fundadas as nações emergentes, guiaram os princípios de estadistas, militares, políticos e estudiosos. Nesse contexto, tornou-se essencial elaborar uma história nacional e uma ciência social que servisse de base para a construção dessas identidades. Esse processo resultou em uma perspectiva sócio-histórica que influenciou a produção científica nos países da América

do Sul, marcada pela tentativa de consolidar múltiplas narrativas históricas. Porém, de forma particular e separada e desconectadas entre si. Paradoxalmente, essas produções acadêmicas, ao mesmo tempo que buscavam criar um senso de unidade para cada Estado-nação, também inscreveram suas próprias divisões, refletindo a diversidade e as especificidades de cada país.

Nesse contexto, tanto os representantes dos Estados, como produtores e defensores da soberania territorial, quanto os historiadores, como intelectuais que assumiram o fato de argumentar a existência de tais unidades territoriais, têm mantido um exercício de fronteira ao considerar o limite como uma definição exaustiva das relações sociais e, embora tenha havido um avanço nas produções historiográficas e de outros cientistas sociais, que aprofundaram e complicaram as abordagens para a análise da questão regional, tais contribuições continuam sendo um tanto invisíveis e até mesmo não integradas aos programas de ensino em nenhum dos níveis do sistema educacional (Jaquet, 2001 e 2005).

Dentro dessa lógica, o relato historiográfico alinhou-se ao discurso oficial governamental, ajustando os acontecimentos relacionados às missões jesuíticas às estruturas do Estado Colonial e às unidades político-administrativas, como províncias, localidades e regiões, em relação aos Estados Nacionais. As interpretações desde o século XVI e até cause finais do século XX, sobre essas espacialidades destacaram a existência de fronteiras que, em sua essência, eram compreendidas como regiões onde a vida social e econômica refletia as divisões político-administrativas. Essas fronteiras eram delimitadas por diferenciações políticas, financeiras e culturais, sobre as quais a gestão governamental dos países de referência concentrava sua ênfase.

Já no contexto da formação da fronteira entre a *Cordillera del Amambay*, no departamento de Amambay no Paraguai, e o estado de Mato Grosso do Sul, no Brasil, remonta ao período colonial, quando as coroas portuguesa e espanhola buscavam definir seus domínios na América do Sul. O Tratado de Madri, assinado em 1750, foi um marco nesse processo, estabelecendo limites baseados

no princípio do *uti possidetis*, ou seja, a posse efetiva das terras. Esse tratado procurou substituir o Tratado de Tordesilhas (1494), que se mostrava impraticável devido ao desconhecimento geográfico da época.

A linha demarcatória definida pelo Tratado de Madri considerava acidentes geográficos, como rios e cordilheiras, para delimitar as possessões de cada coroa. No entanto, a região da atual fronteira entre Brasil e Paraguai era pouco explorada e habitada por diversas populações indígenas, como os Guarani-Kaiowá, que ocupavam áreas ao longo da *Cordillera del Amambay*. Essas populações mantinham uma ocupação tradicional que antecedia a formação dos Estados nacionais.

Conflitos e disputas territoriais ocorreram ao longo dos séculos XVIII e XIX, culminando na Guerra do Paraguai (1864-1870), que teve impactos significativos na (re)definição das fronteiras na região. Após a guerra, tratados e acordos bilaterais entre Brasil e Paraguai consolidaram os limites fronteiriços, levando em consideração aspectos geográficos e a ocupação humana existente.

As fronteiras sul-americanas foram sendo definidas em meio a negociações diplomáticas e conflitos armados, refletindo tanto os interesses das potências coloniais quanto as dinâmicas locais de ocupação e poder. Isto ressalta a complexidade do processo de formação das fronteiras na América do Sul, especialmente na região da *Cordillera del Amambay*. Atualmente, a fronteira entre Mato Grosso do Sul e o Departamento de Amambay é marcada por uma intensa interação cultural e econômica, evidenciando a continuidade das relações históricas que moldaram essa região, independentemente da existência de um limite fronteiriço imposto.

Isto significa que as fronteiras sendo fronteiras políticas, mas também áreas de contacto representam, por um lado, uma barreira física ou material que serve para controlar o fluxo fronteiriço e garantir a segurança e, por outro lado, é um fundamento da representação histórica da unidade nacional com base nas diferenças linguísticas e culturais.

De qualquer forma, embora a fronteira física mude, assim como seus significados e funções, o imaginário social, resultante de barreiras imateriais, persiste e incorpora sentimentos, produzindo distâncias ou abordagens diversas; que ora convergem e se cruzam, ora contradizem e sancionam o pensamento e as regulações hegemônicas, em um processo que continuamente define, discerne, distingue e diferencia e, ao mesmo tempo, conecta, relaciona e vincula, de modo que sejam (sempre) objetos identitários e, ao mesmo tempo, relacionais.

A manutenção das fronteiras nacionais persiste porque elas são essenciais tanto para a reprodução da territorialidade quanto para sustentar narrativas baseadas na identidade nacional. Entretanto, é possível perceber que as fronteiras são pensadas, compreendidas e implementadas de maneiras diversas e simultâneas: como um dispositivo político-administrativo, como um espaço de encontro entre culturas e geografias, como uma linha de separação e permeabilidade, ou ainda como um território de mobilidades que se manifestam em diferentes escalas, entre outras perspectivas.

Os estudos da história regional, e também da geografia em contexto regional e contemporâneo, têm contribuído para desativar os mitos instalados por esse pensamento hegemônico, nacionalista, reconhecendo diversas formas de construção e conformação de territorialidades, considerando as vivências, percepções e vivências dos sujeitos envolvidos e situados em contextos diferenciados.

Assim, embora a política do Estado Nacional promova processos de desterritorialização e reterritorialização dentro dos limites jurisdicionais, buscando reforçar a unidade nacional e, simultaneamente, integrar as porções regionais, esse movimento também renova e transforma as formas como os sujeitos transfronteiriços interpretam seu contexto local, regional e internacional. Estudos de História Regional e de Geografia têm contribuído para desconstruir mitos consolidados por visões de pensamento nacionalista, oferecendo novas perspectivas sobre as dinâmicas territoriais e culturais, em um esforço para conectar os atores com as estruturas do sistema ao considerar as experiências,

vivencias e percepções em dimensões plurais – local/regional e nacional/internacional; em suma territorialidades vividas em contextos fronteiriços.

Isso quer dizer, situados em territorialidades transfronteiriças, onde os habitantes interagem não só com outros indivíduos e consigo mesmo, também com as instituições, as ideias, as normas, os recursos, a economia, as crenças, os valores, as estruturas dos sistemas local-regional-nacional e internacional, em definitiva, com tudo aquilo que *"es levado"* pelos próprios indivíduos (Imízcoz, 2017)

O Debate do tema nas Universidades

É a partir deste lugar que o surgimento das Universidades de ou na Fronteira – UNAM (1973), UNIJUI (1985), UNIOESTE (1994), UNI (1996), UNE (1993), UFGD (2005), UNILA (2010), dentre outras – são um marco na formação de pesquisadores que, a partir de seus lugares de pertencimento, reconheceram temas de cunho local-regional e impulsionaram a construção da história a partir de uma perspectiva regional, bem como a organização de grupos e eventos de trabalho científico próprios, promovendo a crítica e a socialização de problemas específicos relativos à questão regional em espaços fronteiriços.

Um exemplo são os Seminários Internacionais sobre Espaços de Fronteira ou GEOFRONTEIRAS, organizados bianualmente em diferentes locais universitários no Brasil, Argentina e Paraguai e que no ano de 2024 realizou sua sétima edição, ou seja, há 13 anos que estes encontros juntam investigadores, estudantes de teses e estudantes de várias disciplinas das Ciências Sociais e Humanas. E o nome GEOFRONTEIRAS não remete para um evento da Geografia, mas para uma proposta de estudos interdisciplinares, que tem a fronteira e os espaços transfronteiriços como de foco principal de pesquisa, com um olhar para as fronteiras para além de espaços meramente normatizados, enfocando a fronteira a partir

da perspectiva do território usado e praticados pelos sujeitos transfronteiriços.

Dessa forma, é possível repensar e redefinir o conceito de região de fronteira, entendendo o conceito e a realidade como resultado de configurações regionais derivadas de práticas sociais. Isso permite atualizar abordagens e revisitar temas históricos, como a ocupação paraguaia e a origem de Posadas nesse contexto onde Argentina foi Paraguai ou de Aral Moreira, ou mesmo do Mato Grosso do Sul, na *"fronteira onde o Brasil foi Paraguai"* ou que "*se não fosse a guerra, quem sabe hoje era um outro país"* como revela a canção "*Sonhos Guaranis*", dos compositores Almir Sater e Paulo simões (1982), o impacto regional e local da Guerra da Tríplice Aliança, a Revolução Farroupilha, o processo de colonização, a expropriação de terras das comunidades indígenas, a superexploração de recursos econômicos, o papel transnacional das empresas colonizadoras, além de questões como a cadeia migratória e a dinâmica das famílias no contexto fronteiriço, entre outros.

O desenvolvimento das fronteiras internacionais configurou-se como um problema para os Estados ao longo do século XX e, ainda, no século XXI, que buscaram incorporá-las em suas estruturas socioeconômicas no âmbito de cada projeto nacional ou regional dentro das suas jurisdiciones territoriais. Em um primeiro momento, a preocupação do Estado estava voltada para o exercício da soberania e da integridade territorial, etapa em que o território de Misiones era palco de múltiplas mobilidades humanas, imigrantes europeus e asiáticos, populações fronteiriças (do Paraguai e do Brasil) e indígenas, grupos de negros, aborígenes e crioulos (em movimento contínuo na região). Assim, as diversas formas de colonização e ocupação da terra, oficial/estatal, privada/empresarial ou individual/coletivo, promoveram o assentamento das diversas populações que se mobilizaram dentro de um mesmo espaço nacional, ou dentro da região fronteiriça, à margem dos limites internacionais.

A afirmação destacada acima pode ser diretamente relacionada à fronteira entre o Brasil e o Paraguai, especificamente

na região das *Cordilleras del Amambay* e Aral Moreira, pois evidencia a complexidade da formação e ocupação das zonas de fronteira. Ao longo do século XX, essa área foi marcada por intensas mobilidades populacionais, impulsionadas tanto por políticas estatais de ocupação territorial quanto por dinâmicas locais de migração. A fronteira entre Mato Grosso do Sul e o Paraguai, especialmente na região de Aral Moreira, é um exemplo clássico desse processo, pois se tornou um espaço de interações constantes entre brasileiros, paraguaios e povos indígenas como os Guarani-Kaiowá, que historicamente habitam a região.

A busca dos Estados Nacionais para consolidar suas fronteiras também se manifestou ali por meio de incentivos à colonização, da expansão do agronegócio e do aumento da fiscalização territorial. No entanto, tal processo ocorreu em meio a disputas de terra, expulsões de comunidades indígenas e tensões sociais, que ainda hoje caracterizam a região. Assim como no caso do território de Misiones (mencionado no texto), essa fronteira não se restringe a uma simples linha geopolítica, mas representa um espaço de fluxos econômicos, culturais e humanos, onde as identidades nacionais e as reivindicações territoriais se entrelaçam.

Considerações Finais

Atualmente, e nesse sentido, o campo de atuação da Geografia de Fronteiras e a História e Antropologia Regional constituem amplos campos para o desenvolvimento das pesquisas, tanto de questões gerais quanto contextuais que fazem a revisão de problemas sobre o processo de colonização e imigração respeito da questão fronteiriça (Abínzano, 2017) como a ocupação de terras e a mobilidade das famílias e sujeitos nas regiões de fronteiras. Bem como aqueles específicos e pontuais sobre o surgimento de povos e instituições locais, organizações socioeconômicas, etc. abrindo-se como um leque de questões renovadas e necessárias a serem abordadas porque são questionamentos que surgem das mãos das

próprias populações, funcionários e gestores que habitam localidades e cidades fronteiriças.

É preciso recompor o processo colonizador diferenciando suas fases e sujeitos envolvidos, construir as histórias e geografias perdidas dos novos povos, recuperar o protagonismo dos setores a partir de baixo. Além disso, questões de interesse recente e de grande importância, sobre as quais existem lacunas de conhecimento, sobre as origens e evolução das ações das empresas colonizadoras, sobre o processo de acumulação, distribuição e posse de terras, sobre a presença contínua de comunidades de povos originários e afrodescendentes, entre outros.

Em suma, e à guisa de conclusão, a dívida que nós, cientistas sociais, temos em relação a refazer o desenvolvimento desse processo histórico em relação a Misiones e a *Cordillera del Amambay* e à suas respectivas regiões é enorme e implica um duplo exercício de decomposição e complexificação das histórias nacionais e regionais, o que requer um trabalho consciente no tratamento dos problemas locais com profundidade histórica. No século XXI, o desenvolvimento das fronteiras internacionais tornou-se um tema central nas discussões sobre cooperação e integração fronteiriça, especialmente no contexto de blocos e iniciativas supranacionais. Esse cenário trouxe novos tópicos de interesse e objetivos contemporâneos, ampliando as áreas de investigação e promovendo debates que refletem as demandas e desafios atuais.

Conceber o regional como um instrumento cognitivo aplicável exige reconhecer que a região é pensada e funciona como um campo de forças, no qual a fronteira desempenha um papel essencial na dinâmica de sua construção e conformação. Nesse sentido, é fundamental desconstruir a ideia de que fronteira e limite são sinônimos. O conceito de fronteira destaca a construção histórico-social de um espaço, ou seja, a sua formação socioespacial, assim como as relações estabelecidas entre as sociedades que coexistem e, ao mesmo tempo, competem por esse território e seus recursos.

Assim, na perspectiva regional, a conceituação de fronteira como limite, reflete uma forma limitante de pensá-las e remete às formas de construção do espaço e, consequentemente, das diferentes configurações da região, uma vez que os processos sociais acabam se configurando e adquirindo um caráter geográfico, uma vez que as ações sociais são territorializadas (Areces, 1999, citando Milton Santos, 1999).

A fronteira é um espaço de intensa e constante mobilidade social, onde ocorrem deslocamentos de grupos e indivíduos que devem ser analisados considerando as relações e interações que os envolvem. Nesse contexto, os Estados atribuem diferentes significados à fronteira, que influenciam as práticas das populações que ali vivem. Quando observadas a partir das dinâmicas familiares, essas trajetórias revelam relações e situações que muitas vezes desafiam as regras estabelecidas pelo Estado, pois respondem diretamente às necessidades e experiências do dia a dia.

As fronteiras configuram um sistema complexo e contraditório, composto por objetos e ações espaciais que revelam continuidades e descontinuidades em sua dinâmica (Santos, 1996, apud Porcaro, 2021). Nesse contexto, compreender a fronteira como um conceito operacional, por meio de uma abordagem relacional/regional que resgate histórias interconectadas (Imízcoz, 2017), exige a consideração de diversos aspectos relacionados às mobilidades, necessidades, valorações e interesses dos habitantes das regiões fronteiriças.

Por fim, esses habitantes estão inseridos em um espaço transnacional ou regional, onde suas ações, recursos e atividades são influenciados pela proximidade entre cidades e países em contato. As fronteiras, nesse sentido, não apenas delimitam territórios, mas também se configuram como espaços de interação e troca, sustentados por redes sociais que viabilizam a circulação de pessoas, produtos e informações. Além disso, o cotidiano das populações fronteiriças é permeado pelo conhecimento prático dos ritmos, tempos e trajetos que possibilitam ou dificultam a travessia desses limites.

Referências

ABINZANO, R. C. Migrações e integração na região da tríplice fronteira: Argentina, Brasil e Paraguai. **TSN Transatlantic Studies Network**, [S. l.], n. 4, p. 99–121, 2017. DOI: 10.24310/transatlantic-studies-network.4.2017.19357. Disponível em: https://revistas.uma.es/index.php/transatlantic-studies-network/article/view/19357. Acesso em: 18 jan. 2025.
ARECES, Nidia. "Regiões e fronteiras. Notas da História". Salta, Universidade de Salta, **Revista Andes** N° 10. 1999.
ARELLANO, Diana e OVIEDO, Norma. "Territorialidades vividas, dinâmicas fronteiriças na região missionária". Dossier **Revista Intellector**, CENEGRI (Centro de Estudos em geopolítica & relações internacionais), v. 13, n. 26. 2017.
AUBERT, Máxime. Jesuitas, índios y fronteras coloniales en los Siglos XVII y XVIII: Algunas notas sobre las reducciones del Paraguay, su formación y su destrucción final. Resistencia, Chaco, Argentina, **Folia Histórica del Nordeste** N 10. 1991.
DECRETO Nº 12.038, DE 29 DE MAIO DE 2024. **Institui a Política Nacional de Fronteiras e o seu Comitê Nacional**. Brasília, 29 de maio de 2024.
Decreto Nº 68/2017. **Creación de la Comisión Nacional de Fronteras**. En https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/158309/20170126.
FERRARI, M; GUSMAN, I.; DA COSTA, E.A. e GONZALEZ, R. B. (Org.). **Fronteira, território e meio ambiente: diálogos entre a América Latina e a Europa**. Brasil, Edunioeste. 2020
IMIZCOZ B, J.M.. Para uma história conectada. Universidade do País Basco, **Magallánica, Revista de Historia Moderna**: 4 / 7 (Dossiê). 2017.
JAQUET, Héctor. **Em outra história. Novos diálogos entre historiadores e educadores em torno da construção e ensino da história de Misiones**. Posadas, Imprensa Universitária da UNaM. 2001.

JAQUET, Héctor. Historiadores e a produção de fronteiras: o caso da província de Misiones (Argentina). Gestão de Transformações Sociais (MOST), **Documentos de Discussão nº 29**, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. 2005.
MAN, Ronen (2012). A noção de fronteira como espaço de interação e como unidade de análise para a história regional. **UNR, Anuário N 24**, Escola de História, Revista Digital N 3.
SANTOS, Milton**. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
OVIEDO, Norma. **Relações Comerciais e Conflitos de Fronteira Século XIX: Missões na Rede Platina**. EDUNaM, Argentina. 2014.
OVIEDO, Norma y ARELLANO, Diana. Dossiê Fronteira em perspectivas local e regional. **Geografia em Questão**. v. 13, n. 4. 2020.
OVIEDO, N. Configuraciones familiares, territorialidad y relaciones de poder en Misiones (1ra. PARTE DEL SIGLO XX). **Geografia em Questão**, 13(2), 24-51. 2020.
OVIEDO, N. **Fronteras, territorialidades y familias. Misiones en la primera mitad del siglo XX**. Tesis de doctorado. Universidad Nacional de Misiones. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales. Secretaría de Investigación y Postgrado. Doctorado en Ciencias Humanas y Sociales. Inédito. 2021
PORCARO, T.; SILVA SANDES, E. & BENEDETTI, A. G. (Comp.). **Fronteiras em construção: práticas sociais, políticas públicas e representações espaciais da América do Sul**. Cidade Autônoma de Buenos Aires. 2021.
SANTOS, Mílton. A **natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec. Acesso em: 12 fev. 2025. 1996
SANTOS, M. & SANTOS, J. Relações de poder e configurações territoriais na Tríplice Fronteira: Brasil, Paraguai e Argentina. **Revista Unicuritiba**. Disponível em: https:// revista.unicuritiba.edu.br. 2016
SCHALLENBERG, J. As águas e as territorialidades transfronteiriças na Tríplice Fronteira: Brasil, Paraguai e

Argentina. **Revista Unicuritiba**. 2008. Disponível em: https://revista.unicuritiba.edu.br.
SILVA, Maria Liziane Souza; MORAIS, Maria de Jesus. Os sentidos da fronteira a partir da discussão territorial em Claude Raffestin. In: **Revista Pegada**, vol. 18, n. 1, 2017, p. 26-42.
SOUZA SANTOS, Boaventura (1991). Uma cartografia simbólica das representações sociais. Prolegômenos a uma concepção pós-moderna de Direito In: **Nueva Sociedad**, 116, 1991, pp. 23-34.

Capítulo 15

LA FRONTERA COMO MOTOR DE CAMBIO Y DIVERSIFICACIÓN TURÍSTICA EN MISIONES. HACIA UN DESARROLLO SOSTENIBLE Y EQUITATIVO

Carla Cossi

Resumen

El artículo presenta un análisis de la situación actual de la oferta turística en la provincia de Misiones, Argentina, destacando la necesidad de diversificarla, con la inclusión de los corredores transfronterizos de la Triple Frontera de Argentina-Brasil y Paraguay, bajo una modalidad de desarrollo sostenible y equitativo. Actualmente, el turismo en Misiones se concentra en dos destinos principales: el Parque Nacional Iguazú y las Reducciones Jesuíticas de San Ignacio Miní. Bajo esta coyuntura, el Plan Estratégico de Turismo Sostenible 2023 (PETS 2023) desde su creación, apuntó a diversificar la matriz productiva del turismo, integrando comunidades rurales y urbanas para descentralizar los beneficios económicos y reducir el impacto ambiental, mediante interesantes propuestas, como la creación de rutas turísticas que combinan ecoturismo y preservación cultural, que beneficien a las comunidades locales y promuevan un turismo responsable. Por ello, el artículo realiza una crítica el modelo de turismo masivo y extractivista empleado actualmente, que prioriza el beneficio económico sobre la sostenibilidad y la inclusión social; y aboga por los emprendimientos que, bajo el enfoque del turismo sostenible, respetan los derechos culturales y territoriales de las comunidades locales, promoviendo un desarrollo más equilibrado y respetuoso con el entorno y las culturas autóctonas.

Introducción

El 90% del territorio de la provincia de Misiones, en Argentina, es fronterizo, ya que comparte sus límites territoriales, con las dos regiones más ricas de Brasil (conformadas por los Estados de Paraná, Rio Grande do Sul y Santa Catarina) y de Paraguay (con los Departamentos de Itapúa y Alto Paraná). La formación de este territorio, da cuenta de una compleja historia que conjuga sabiduría ancestral, biodiversidad, historia colonial, y modernos procesos de aprovechamiento de los recursos naturales y culturales existentes en una provincia joven y pujante, que comienza a perfilarse como una de las más tecnológicas de Argentina, con el Silicon Misiones, el Polo TIC y la primera escuela de robótica del país; y para la que en la actualidad, el turismo como modelo de negocio innovador, es uno de los motores de su desarrollo económico.

Hasta la actualidad, el Parque Nacional Iguazú, y las Reducciones Jesuítico-Guaraní de San Ignacio Miní constituyen sus dos principales destinos turísticos internacionales; pero los municipios en los cuales se encuentran ambos destinos, presentan indicadores de desarrollo socioeconómico deficientes, con altos índices de pobreza, sub-ocupación y trabajo informal; que pone en evidencia, la escasa incidencia de la explotación del recurso para la población local. Debido al modelo convencional que hasta el momento se aplica para el aprovechamiento turístico y la puesta en valor de los recursos naturales y culturales, materiales e inmateriales, disponibles en la frontera; dado bajo la forma de un creciente proceso neoextractivista de turistificación y gentrificación turística, en un contexto de economías periféricas en las que, las políticas públicas propician la instalación de infraestructura y servicios, concebidos y orientados prioritariamente a la atracción y recepción de turistas extra regionales y extranjeros; no siempre resultan beneficiadas las condiciones de vida de la población local (Pérez Xinter, 2020; Svampa, 2019; Castillo Taracena, 2015; Escobar, 2012; Gudynas, 2011; Cocola-Gant, 2018).

Por ello, la provincia de Misiones, desarrolló su Plan Estratégico de Turismo Sostenible 2023 (PETS 2023) apuntando a la diversificación de su matriz productiva, que tenía hasta ese momento, como principal atractivo de turismo masivo, el área de la Caratas de Iguazú, concentrando en torno a ellas la actividad económica, y dejando de lado otras regiones menos desarrolladas turísticamente.

La propuesta del PETS 2023, apunta a diversificar la oferta turística, a integrar a otras comunidades rurales y urbanas de distintas zonas, promoviendo un desarrollo económico local, que descentralice los beneficios del turismo, para, además, promover un turismo sostenible, que apunte a reducir el impacto ambiental y cultural que genera el turismo masivo concentrado.

Además, pretende fortalecer la economía provincial, bajo los lineamientos actuales del turismo moderno, en el que van tomando cada vez más fuerzas las experiencias variadas que combinan naturaleza, cultura, historia y sostenibilidad. Iniciativas como estas, pretenden potenciar otros atractivos de esta provincia que, como arriba señalamos, se caracteriza por su rica biodiversidad, su cultura indígena, y su patrimonio histórico, que podrían impulsar el desarrollo de nuevos emprendimientos, poniéndolos en valor como recurso, y creando otras experiencias turísticas, que fortalezcan la economía regional, mediante la creación de nuevas fuentes de empleo en sectores complementarios a la actividad, como la gastronomía, la artesanía y la agroindustria.

Como estos procesos impulsan la elaboración de políticas públicas vinculadas al turismo y al patrimonio en el marco del Bloque MERCOSUR, resulta interesante contribuir a la revisión de los procesos históricos-coloniales y estadocéntricos del contexto actual, en el que las demandas locales, no pueden ser negadas e invisibilizadas; lo cual nos genera una serie de preguntas disparadoras para este trabajo, como ¿Cuál es la razón por la que -contra toda lógica económica- la gestión integrada del patrimonio de las localidades fronterizas, no se propicia? (Arellano, 2017; Cossi y Gómez, 2015; Criado Boado y Bareiro, 2013; Chejter, 2010) ¿De

qué manera podemos incluir en el disfrute y aprovechamiento del patrimonio local a la población residente? (Cocola-Gant, 2018; Kralich, Benedetti y Salizzi, 2012) ¿Qué modificaciones son necesarias para que la alteridad local emerja por encima de los criterios esencializantes y pristinizantes de la naturaleza y la identidad cultural? (Rodríguez Jiménez, 2012; Gudynas, 2011, Turgeon, 2003) ¿Qué potencialidades locales es preciso incorporar a la gestión de los recursos patrimoniales, para reducir la extracción y apropiación privada de divisas que producen los regímenes neoextractivistas, y cómo lograr el desarrollo económico local y el mejoramiento de las condiciones de vida de su población? (Svampa, 2019; Cocola-Gant, 2018; Castillo Taracena, 2015; Escobar, 2012; Piketty, 2015).

Propiciando una episteme posabismal y decolonial que incorpore todos los saberes, todas las memorias, toda la diversidad local, con equidad y perspectiva de género para generar un mejor aprovechamiento y disfrute del patrimonio natural y cultural realmente sostenible e inclusivo (Sousa Santos, 2010; Menezes y Bidaseca, 2018); este artículo pretende mediante la incorporación de las perspectivas del Sur en el seno de las ciencias antropológicas, ver cómo se tensionan las construcciones patrimoniales en relación a la invisibilización selectiva de las alteridades y las conflictividades; que favorecen la persistencia de una concepción patrimonial que solapa lineamientos coloniales, mediante una suerte de ortodoxia en el mantenimiento del patrimonio; generando estereotipos culturales a ser consumidos por la industria turística en diferentes modalidades y soportes y; que construye parámetros de identidad que se inculcan a los sujetos locales para que encajen de ese modo, como recursos turistificables (Gorosito Kramer, 2019; Lacarrieu, 2019; Meneses y Bidaseca, 2018).

Consideramos con Lacarrieu (2019) que, tanto el *"lugar antropológico"* como el *"lugar patrimonial"* suelen ser, con frecuencia, lugares de negaciones, desigualdades y poder, en tanto se continúe trabajando desde una perspectiva colonial, legitimadora del contexto occidental y valorativa de un *"otro"* producido desde la

reificación de la herencia colonial, digna de ser conservada en su exotismo, y fortalecida a partir de la *"oferta"* patrimonial y turística (Lins Ribeiro, 2006; Escobar, 2011; Restrepo, 2007, Quijano, 2007). Al respecto, desde una mirada antropológica decolonial, construir un marco teórico que permita, repensar críticamente las prácticas patrimoniales y turísticas, de modo que, lo que *"decimos sobre ellos"* se convierta en un *"decir y hacer sobre un nosotros inclusivo, soberano y emancipador"* resulta fundamental (Sousa Santos, 2010).

Principales conceptos socio-antropológicos para el abordaje del turismo

Los primeros estudios socio-antropológicos sobre turismo surgieron en la segunda mitad del siglo XX, cuando éste fenómeno, comenzó a ser reconocido y analizado a partir de las interacciones que se daban entre el turismo y la cultura. Desde el campo de la sociología del turismo, se comenzó abordando el modo en que éste se entrelaza con las estructuras sociales, económicas y culturales de la sociedad contemporánea, permitiendo comprender cómo el turismo impacta e influye en la sociedad, aportando posibilidades de movilidad social, a través de experiencias turísticas que en su mayoría son moldeadas por las estructuras sociales y culturales más amplias (Urry,1990).

Los estudios antropológicos precursores sobre esta temática, emplearon la teoría de los rituales de Turner (1969) para interpretar el fenómeno del turismo y los viajes, mostrando cómo estos, pueden transformar la percepción y la identidad de las personas, mediante la forma en que los turistas exploran, experimentan y construyen significados durante sus viajes. En esta línea, Jafari (1986) reconocido por su trabajo en el desarrollo de la teoría del turismo, realizó importantes contribuciones, aportando una comprensión más holística e interdisciplinaria del turismo, que incluye aspectos socioculturales y antropológicos.

Pero los estudios socio antropológicos sobre el turismo, han crecido como campo de estudio y se han diversificado ampliamente

incluyendo enfoques teóricos y metodológicos innovadores que han permitido comprender la relación entre turismo y sociedad, de una manera mucho más profunda. MacCannel (1976) por ejemplo, indaga en el fenómeno del turismo, y en cómo los turistas interactúan con los lugares que visitan y el modo en que estas interacciones se ven influenciadas por sus propias experiencias y expectativas culturales, construyendo y experimentando la autenticidad y la diferencia cultural durante sus viajes, lo cual le permitió analizar las dinámicas de clase y poder en los espacios turísticos. También, se han analizado, dentro de las implicaciones sociales y culturales del turismo, aspectos relacionados con la identidad, autenticidad y el consumo (Cohen, 2004); o la relación entre el ocio, el consumo y la cultura popular, con la búsqueda del placer, y cómo estos aspectos influyen fuertemente en la construcción de identidades y dinámicas del poder en nuestras sociedades contemporáneas (Rojek, 2000).

En el ámbito de las Ciencias Sociales aplicadas, autores como D`Hauteserre (2000) desde el campo de la sociología, ha investigado temas como el desarrollo turístico, la planificación y la sostenibilidad, explorando las tensiones entre el turismo y la comunidad local, así como sus implicancias sociales y políticas.

En el campo específico de la antropología aplicada al turismo, y en línea con lo que este artículo plantea, el trabajo de Smith (1977) centrando su enfoque en el turismo sostenible y comunitario, ha permitido pensar en cómo el turismo afecta a las comunidades locales y cómo estas comunidades pueden participar en el desarrollo turístico de manera sostenible. También Granburn (1976) estudió el turismo en el contexto de los pueblos indígenas y las culturas locales, y cómo éste afecta las identidades y relaciones de poder dentro de las comunidades receptoras.

Estudiar los procesos de patrimonialización resulta fundamental para comprender cómo se construyen y valoran los elementos naturales y culturales considerados patrimonio de diversas sociedades. En este sentido, contribuciones como las que realiza el trabajo de Hitchcok (2007) al análisis del fenómeno de

modo holístico, desde una perspectiva antropológica, permite establecer relaciones entre el turismo cultural y el patrimonio, desde la gestión y planificación. Lowenthak (1985) lo hizo abordando la construcción del pasado y la manera en que las sociedades seleccionan, interpretan y utilizan sus patrimonios culturales. Y, aunque no se centra exclusivamente en la patrimonialización, su trabajo sienta las bases para comprender cómo se relacionan los individuos y las comunidades con su pasado y su patrimonio. Por su parte, Macdonald (1988) yendo un poco más allá, analiza las políticas y prácticas de exhibición en los museos, incluidos los procesos de patrimonialización y las formas en que se representan y se interpretan los objetos culturales, sentando un antecedente clave para el campo.

Analizar antropológicamente la relación dada entre turismo y patrimonio, resulta relevante, no sólo para comprender cómo los sitios patrimoniales son creados, presentados y consumidos por diferentes audiencias, o cómo estas prácticas están influenciadas por las dinámicas políticas, económicas y culturales; sino también para comprender la forma en la cual se puedan valorar y gestionar más eficientemente, los elementos culturales considerados como patrimonio en diferentes contextos culturales y políticos, lo cual es clave para la planificación del desarrollo.

La antropología social, ha realizado contribuciones significativas al estudio de los procesos de patrimonialización, que implican la selección, la valoración y la preservación de elementos culturales considerados como tales. En este sentido, la obra de Appadurai (1986) es reconocida por sus contribuciones al análisis de la globalización y la modernidad, como al estudio de la patrimonialización, ya que examina cómo los objetos adquieren significado cultural y económico, con implicancias en los procesos de patrimonialización. En la misma línea, Herzfeld (1997) ha investigado la relación entre patrimonio, identidad y poder en contextos culturales diversos, explorando cómo se construyen y se negocian las identidades culturales a través de prácticas de patrimonialización y procesos de turistificación. Así como también

Kirshenblatt-Gimblett (1998) ha trabajado en cómo se construyen y se representan los sitios patrimoniales, y los alcances que tienen las políticas en estos procesos; también Smith (2006) propuso un enfoque crítico de la patrimonialización, argumentando que estos procesos son inherentemente políticos y están sujetos a negociaciones y conflictos sobre la memoria y la identidad cultural, por lo que se debe explorar las implicaciones políticas y éticas de la gestión del patrimonio cultural.

Además, otros autores han proporcionado marcos teóricos y perspectivas analíticas que permiten comprender los procesos sociales y culturales involucrados en la selección, la valoración y la gestión del patrimonio cultural en la sociedad contemporánea. Al respecto, contribuciones teóricas como las realizadas por Guiddens (1991) a la temática, sirven para explicar cómo en contextos de modernidad y globalización, el empleo de conceptos como el de reflexividad e identidad, aportan complejidad y profundidad al entendimiento de la relación entre las culturas locales y este mundo actual tan cambiante.

En el mismo sentido, el trabajo de Pierre Bourdieu (1979) resulta útil para el análisis de esta problemática, porque su teoría de los campos sociales y su concepto de capital cultural, ayuda a comprender cómo se construye y valora el patrimonio cultural, así como las dinámicas de poder y las luchas simbólicas que rodean su preservación y su uso.

Lo mismo sucede con los aportes de Harvey (1989) que desde la geografía urbana y la teoría del espacio, explora la relación entre el capitalismo, urbanización y la producción del patrimonio cultural. Sus escritos sobre la gentrificación y la transformación de los paisajes urbanos han contribuido a la comprensión de cómo el patrimonio cultural se convierte en un recurso económico y político en las ciudades contemporáneas.

Asimismo, para analizar esta problemática, los aportes de Marc Augé (1992) y su concepto del *"no lugar"* permiten un abordaje sobre cómo los lugares que no habían sido considerados, se convierten en patrimonio cultural y cómo estos sitios son

utilizados y percibidos por las personas en la era de la globalización y el turismo de masas.

El creciente proceso neoextractivista derivado del turismo en las comunidades locales, como ocurre en nuestra provincia, requiere de un análisis que incluye el concepto de turistificación. Este término hace referencia al proceso mediante el cual un área experimenta transformaciones significativas impulsadas por la industria turística, incluyendo fenómenos como la gentrificación, la comercialización excesiva y la homogeneización cultural. Estos cambios, que afectan tanto el tejido social como los espacios urbanos, han sido objeto de estudio de diversos académicos en las últimas décadas. Los principales referentes en este campo, han investigado cómo los destinos turísticos y las comunidades locales son transformadas por la presión del turismo, abordando temas como la autenticidad, la representación y el consumo cultural. Por ejemplo, mientras Rojek (2000) se ha centrado en las dinámicas del turismo y el ocio, aportando conceptos clave para comprender cómo el turismo impulsa la gentrificación y reconfigura los espacios urbanos; otros, como Hannam, Knox y Lasseson (2010) desde una perspectiva crítica de las políticas de desarrollo, han aportado claves para comprender del impacto del turismo en las identidades culturales y en la transformación de los paisajes urbanos. Estos, entre otros autores que por cuestiones de espacio no hemos mencionado aquí, le han aportado profundidad al complejo y multidimensional fenómeno que afecta a las comunidades locales, los espacios urbanos y los paisajes culturales de todo el mundo, siendo la base teórica y empírica, que permite el abordaje de los desafíos y las oportunidades asociados con los procesos de turistificación que estamos atravesando en el siglo XXI.

Como modelo económico, el neoextractivismo, implica la explotación intensiva de recursos naturales, generalmente en países en desarrollo o en vías de desarrollo, con el fin de impulsar el crecimiento económico y la inversión extranjera. Aunque es un campo de estudio reciente, varios académicos y expertos han contribuido al análisis de este fenómeno y sus implicaciones

sociales, económicas y ambientales. Gudynas (2011) reconocido por sus estudios sobre desarrollo sostenible y extractivismo en América Latina; ha abordado críticamente el neoextractivismo y sus impactos en los países de la región, destacando los desafíos ambientales, sociales y políticos que plantea este modelo económico; Svampa (2019) también explora cómo el neoextractivismo afecta a las comunidades locales, las relaciones de poder y los procesos de resistencia y movilización social en la región; o Armony (2004) que ha analizado cómo el neoextractivismo influye en las dinámicas económicas y políticas de la región, así como en las relaciones internacionales.

Desde otros campos académicos, Veltmeyer y Petras (2014) también han analizado las implicaciones socioeconómicas del modelo extractivista, incluidos los efectos sobre la desigualdad, la distribución del ingreso y la dependencia económica de los países de la región; Acosta (2013) desde la economía, ha realizado una crítica al modelo extractivista, defendiendo el modelo del Buen Vivir como alternativa al desarrollo basado en la extracción de recursos naturales, su trabajo ha influido en los debates sobre desarrollo sostenible y políticas públicas en América Latina.

Finalmente, es importante cerrar el recorrido teórico realizado en este apartado, señalando que analizar estos tres fenómenos vinculados: el neoextractivismo, la turistificación y los procesos de patrimonialización, requiere de marcos conceptuales y herramientas analíticas que permitan interpretar las dinámicas de cambio social, económico y político, así como también, para evaluar los impactos del desarrollo en diferentes contextos. Por ello, partiendo de la idea de que, al igual que el resto de las actividades humanas, los procesos de patrimonialización involucran múltiples dimensiones, en adelante, tendremos en cuenta cinco de ellas: a) La dimensión estructural, vinculada al mercado turístico regional en el que el aprovechamiento del patrimonio se inserta; b) La dimensión contractual, que implica la existencia de particulares formas de contratación y desempeño de quienes trabajan vinculados a la explotación de los recursos patrimoniales; c) La dimensión vincular,

que nos habla de la intensidad y del tipo de interacciones identitarias horizontales y verticales entre los diversos actores; d) La dimensión contextual, relacionada a cuestiones de oferta, demanda y políticas públicas de impulso o restricción de la circulación fronteriza en contextos coyunturales determinados, y; e) La dimensión sociocultural, que lleva implícita en ella, las nociones de identidad, integración, memoria y patrimonio.

Todas ellas, nos brindarán herramientas útiles para pensar y abordar los impactos sociales, ambientales y económicos de la explotación intensiva de recursos naturales y culturales, en nuestra provincia.

Posadas-Encarnación y Puerto Iguazú-Foz do Iguaçu-Ciudad del Este, corredores estratégicos para el desarrollo del turismo receptivo e interno

La provincia de Misiones, cuenta con dos aeropuertos principales: uno en la ciudad capital, Posadas, y otro en Puerto Iguazú. En ambos municipios, se ubican los pasos internacionales fronterizos terrestres más importantes del país: el de Posadas-Encarnación a través del puente San Roque González de Santa Cruz, con una circulación de 4 millones de personas en 2023 (que previamente a la pandemia alcanzaban entre 11 y 12 millones anuales); y el de Puerto Iguazú-Foz do Iguaçu, unido a través del Puente internacional Tancredo Neves que tuvo una circulación anual de 2 millones de personas en 2023, siendo ambos, importantes corredores para viajes personales y comerciales, cuyos motivos y dirección, fluctúan según el tipo de cambio, bienes y servicios que se ofrecen en una u otra ciudad (DNM, 2023).

Ambos aeropuertos desempeñan un papel clave en la conectividad de estas ciudades con el resto del territorio argentino, facilitando tanto el tránsito de residentes como la llegada de visitantes. Y a pesar de tener pocos vuelos diarios, ambos registran una influencia significativa de turismo internacional que llega por

Buenos Aires, especialmente a Puerto Iguazú, dado que es uno de los destinos más icónicos del país.

El Aeropuerto Internacional General San Martín de Posadas cuenta con entre 3 y 5 vuelos diarios, que lo conectan con Buenos Aires y Córdoba, lo cual responde a una demanda vinculada principalmente a motivos de negocios, estudios y trámites administrativos; mientras el Aeropuerto Internacional Cataratas del Iguazú presenta una actividad significativamente mayor, con entre 15 y 20 vuelos diarios, que ofrece conexiones nacionales con Buenos Aires, Salta, Rosario, Córdoba, Mendoza y Jujuy, dando cuenta de su rol predominante como puerta de entrada para el turismo nacional e internacional que visita las Cataratas del Iguazú (Aeropuertos Argentina, 2024).

Según datos de la plataforma PYENDA, la base de información turística de la provincia de Misiones, el medio de movilidad más utilizado para ingresar a la provincia es el automóvil (con un 79%) seguido del transporte aéreo, el ómnibus (ambos con un 8%) y el motor home con un 5%. Es importante destacar, que un 3% utiliza taxis y otros medios de transportes para combinar su arribo al destino. Este último dato, es sumamente importante para analizar el sector turístico receptivo e interno, ya que uno de los principales desafíos planteados por el PETS, es el de poder lograr un mayor equilibrio de la demanda y oferta turística en el territorio provincial, aprovechando el caudal de personas que arriba a Puerto Iguazú.

Un dato clave sobre la circulación a través de estas ciudades, como importantes enclaves de conexión internacional, es que muchos viajeros utilizan Posadas, Encarnación y Puerto Iguazú como puntos de tránsito estratégicos, para acceder a vuelos internacionales. Desde estas localidades, las personas se trasladan en colectivos, automóviles particulares o taxis hacia los aeropuertos de Asunción (Paraguay) y Foz do Iguaçu (Brasil), que cuentan con una mayor oferta de conexiones aéreas internacionales y tarifas más competitivas, consolidando así el rol de estas ciudades fronterizas, como nodos clave en la movilidad regional.

El elevado volumen de circulación de personas a través de estas ciudades nodales convierte a los corredores de Posadas-Encarnación y Puerto Iguazú-Foz do Iguaçu-Ciudad del Este, en espacios estratégicos para el desarrollo tanto del turismo receptivo como del turismo interno. Estas modalidades turísticas son especialmente relevantes en países con atractivos naturales y culturales destacados, como los que caracterizan a la región, ya que tienen el potencial de captar la atención de visitantes internacionales. Sin embargo, el éxito de estas iniciativas depende en gran medida de las estrategias de promoción implementadas para atraer turistas y de la integración y coordinación efectiva entre los prestadores de servicios en el territorio, algo que en el PETS 2023, se consideraba un desafío a trabajar desde el sector.

Tal integración y coordinación entre actores, resulta clave para fortalecer la actividad turística de este espacio de frontera, que se beneficia del gasto de los visitantes en sectores como alojamiento, transporte, gastronomía y actividades recreativas, por el que las distintas empresas vinculadas compiten. Este flujo de ingresos genera divisas, impulsa la creación de empleo local y contribuye significativamente al desarrollo económico de las ciudades, además de fomentar el intercambio cultural entre los visitantes y las comunidades anfitrionas, consolidando el turismo como un motor de crecimiento sostenible para la región.

Según lo relevado en trabajo de campo, en la actualidad una de las principales dificultades existentes para el turismo interno es la falta de difusión de atractivos turísticos por fuera de los productos estrella, la poca claridad en los recorridos que pueden realizarse y la ausencia de servicios interurbanos y de prestadores que conecten los distintos puntos de interés. Esta situación se ve agravada por la concentración de los servicios vinculados al destino Cataratas del Iguazú, que actúa como el principal polo turístico de la Triple Frontera.

Además, la inversión masiva y concentrada de los capitales en este destino, debido a su posicionamiento como atractivo internacional ya consolidado, genera un desequilibrio en la oferta

turística y limita la posibilidad de desarrollar y promover experiencias diversificadas en otros puntos de la región. Como resultado, la infraestructura y servicios turísticos quedan concentrados en Iguazú, dificultando la exploración de destinos emergentes y frenando la puesta en valor de atractivos menos conocidos, pero igualmente significativos, con potencial para el desarrollo del sector.

Como arriba mencionamos, el flujo de pasajeros hacia estas dos ciudades claves para la provincia de Misiones responde a finalidades diferenciadas en función de las características y roles económicos y sociales de cada destino. En el caso de Puerto Iguazú, el arribo está predominantemente motivado por el turismo, dado su posicionamiento estratégico como puerta de acceso a las Cataratas del Iguazú, una de las maravillas naturales del mundo. Pero la ciudad también cuenta con otros sitios de interés cultural y ambiental relevantes, como La Aripuca, un espacio construido con troncos recuperados que busca concientizar sobre la preservación del entorno natural, el Museo Imágenes de la Selva, donde se exhiben obras de arte inspiradas en la flora, fauna y cultura local; o la Reserva Güirá Oga, un centro de recuperación y conservación de fauna silvestre que se dedica al rescate, rehabilitación y reinserción de animales autóctonos de la selva misionera, entre otras.

Al hablar de esta ciudad como destino turístico, es importante señalar su ubicación en la Triple Frontera entre Argentina, Brasil y Paraguay, ya que tal ubicación fortalece su atractivo, pues la experiencia turística se complementa con destinos cercanos, siendo un punto clave el Hito de las Tres Fronteras, donde convergen Brasil, Argentina y Paraguay, que ofrece vistas espectaculares del encuentro de los ríos Paraná e Iguazú.

Además, la proximidad a la ciudad de Foz de Iguaçu, en Brasil, amplía el mercado turístico hacia la Triple Frontera, al ser uno de los destinos más emblemáticos de la zona, ya que cuenta con una variada oferta que combina naturaleza, cultura e ingeniería. Foz do Iguaçu, ofrece vistas panorámicas de las cataratas del lado brasileño, desde donde se aprecia la inmensidad de estas. Otro

punto clave para el turismo de la ciudad, es el Parque das Aves, que brinda una experiencia única con especies exóticas y en peligro de extinción, en un entorno natural y educativo; así como la Represa de Itaipú, una de las hidroeléctricas más grandes del mundo, reconocida por sus visitas guiadas que permiten conocer la magnitud y el funcionamiento de esta obra de ingeniería; además del Templo Budista, cuya imponente arquitectura y jardines, muestra la diversidad cultural que caracteriza a esta región de la Triple Frontera, que además de tener museos, centros comerciales y una infraestructura hotelera de diversas categorías, que según la coyuntura regional, suele ser por momentos más accesible debido a las ventajas generadas por la competencia cambiaria.

Por otro lado, la cercanía a Ciudad del Este, en Paraguay, agrega otro componente atractivo para la circulación transfronteriza, siendo el lugar conocido mundialmente por el turismo de compras, al ser uno de los polos comerciales más importantes de la región, reconocido por sus precios competitivos y tiendas libres de impuestos. Pero también, es un destino que combina naturaleza e historia. Tiene a pocos kilómetros el Parque Saltos del Monday, y los Saltos del Ñacunday, y otros menos conocidos globalmente, como el Parque Acaray, un área recreativa con opciones de pesca y senderismo.

Esta combinación de factores, y su atractivo como espacio de frontera, convierte a Puerto Iguazú en un destino multidimensional que integra naturaleza, cultura y comercio, consolidando su rol como epicentro turístico de la región.

A unos 300 kilómetros de Puerto Iguazú, la ciudad de Posadas, también ubicada en la frontera con Encarnación (Paraguay), tiene un flujo de visitantes muy importante, pero éste, más vinculado a actividades comerciales, académicas y administrativas, que a actividades turísticas; debido a que es la capital provincial y un núcleo urbano relevante para trámites, negocios y estudios en la región. Sin embargo, su cercanía a otros productos estrella de la provincia como las Ruinas Jesuíticas de San Ignacio, declaradas Patrimonio de la Humanidad por la UNESCO, un vestigio del

legado jesuítico-guaraní; o a distintos portales de Esteros del Iberá en la vecina provincia de Corrientes, hace de ésta, una puerta de entrada articuladora de flujos turísticos de otros destinos emergentes.

Encarnación como punto clave del turismo regional de este espacio transfronterizo, se destaca dentro de turismo de compras por el Circuito Comercial, ubicado a pocos metros del puente internacional San Roque González de Santa Cruz, al que los visitantes acuden con motivos de compras, pero también por su reconocida gastronomía local. Además, la ciudad cuenta con playas y alberga festividades importantes como el Carnaval Encarnaceno, uno de los más importantes del país. También, es la puerta de entrada desde Argentina, para visitar las Reducciones Jesuíticas de Trinidad y Jesús de Tavarangüé, declaradas Patrimonio de la Humanidad por la UNESCO, que representan el legado cultural y arquitectónico de las misiones jesuítico-guaraníes, actualmente en el lado paraguayo.

Este breve recorrido por los principales atractivos turísticos de estos nodos claves de circulación a través de la frontera, refleja, en gran medida, las dinámicas del turismo que se dan en la región, con ofertas centralizadas, y enfocadas en los destinos más promocionados y estructurados. Que hasta el momento se continúa desarrollando bajo la modalidad de turismo masivo, con concentración de grandes grupos en destinos populares, con paquetes turísticos predefinidos.

En este contexto, el principal interés del Plan Estratégico de Turismo Sostenible (PETS) radica en fomentar políticas y proyectos orientados hacia formas de desarrollo turístico más cercanos al ecoturismo, el turismo sostenible, comunitario y rural. Estas modalidades buscan reducir los impactos negativos de la actividad turística en el entorno, favorecer a las comunidades locales y promover un comportamiento responsable y ético por parte de los turistas. Esto implica respetar tanto las culturas locales como el medio ambiente y, además, ir más allá de la

sostenibilidad, promoviendo transformaciones positivas y mejoras activas en los destinos.

Diversificación productiva del turismo, una alternativa al turismo convencional

Por todo lo antes dicho, y en consonancia con los planteos del PETS 2023, es momento de avanzar en el análisis que propone este artículo, hacia propuestas que contemplen otras formas de turismo más inclusivas y descentralizadas, con alternativas que valoren las experiencias locales, prioricen la sostenibilidad y visibilicen modelos que contribuyan a un desarrollo turístico más equilibrado, diverso y en armonía con las particularidades locales, bajo una forma de turismo de bajo impacto, que apunte a minimizar la huella ambiental en el destino.

Dentro del PETS 2023, se presenta la Ruta de la Selva, una propuesta de desarrollo turístico integrador que abarca seis departamentos y 30 municipios de la Selva Paranaense, consolidándose como un nodo estratégico en la región. Su objetivo principal es generar sinergias entre destinos, atractivos y productos turísticos ubicados en estas áreas de influencia, bajo una perspectiva que privilegia la sustentabilidad, la biodiversidad, la bioprospección, la ecoaventura y el turismo responsable.

En este marco, se desarrolló el proyecto "La Huella Guaraní", concebido como parte de la planificación estratégica de diversificación productiva del turismo de la provincia. Este proyecto busca integrar colonias rurales, aldeas originarias y áreas protegidas con el propósito de fomentar el desarrollo económico, sociocultural y ambiental de las comunidades locales. Particularmente, está orientado a beneficiar a las comunidades de pueblos originarios de Misiones mediante su participación activa en proyectos turísticos provinciales. También conocido bajo el nombre de "La senda sagrada de la tierra sin mal", es el primer sendero etno-turístico de largo recorrido en la provincia. Este trayecto, de 62 kilómetros de extensión a través de 20.000 hectáreas

protegidas, se posiciona como el más largo de Argentina en un ambiente selvático, integrando 32 kilómetros de selva misionera en excelente estado de conservación. Su propuesta combina el ecoturismo con la preservación y promoción de las culturas originarias, especialmente en la región del Moconá y las comunidades aledañas, como Fracrán y Colonia La Flor.

El proyecto se plantea como una experiencia innovadora que busca impactar de manera positiva tanto en el ámbito económico como en la conservación ambiental. Sus objetivos incluyen fomentar la inclusión productiva de comunidades rurales y originarias a través de procesos asociativos, como cooperativas, para la elaboración de productos turísticos, la formación de guías baqueanos y la promoción del turismo de naturaleza, cultural y de investigación científica.

El sendero se extiende a lo largo de la Ruta Provincial (RP) 15, conectando la RP Costera 2 "Juan Pablo II" con la Ruta Nacional 14. De dificultad media-alta, el recorrido se encuentra entre los 398 y los 597 metros sobre el nivel del mar y atraviesa la Reserva de Biósfera Yabotí, reconocida internacionalmente en 1995 por el programa "Hombre y Biósfera" de la UNESCO. Esta reserva incluye áreas protegidas como la Reserva Natural y Cultural (ex Papel Misionero, 10.397 ha), el Área Experimental Guaraní (UNAM, 5.343 ha) y el Parque Provincial CaáYarí (IPS, 4.783 ha).

Las comunidades que integran el sendero provienen tanto de aldeas originarias como Caramelito, Pindó Poty, Jejy, Její Mini e Itá Chí, como de zonas rurales, incluyendo Colonia La Flor y Fracrán. Este proyecto surge de la convicción de que el ecoturismo, cuando está bien planificado, puede ser una herramienta eficaz para estimular pequeños emprendimientos comunitarios y generar empleos estables. Además, contribuye al arraigo rural y promueve actividades de baja intensidad que, con inversiones mínimas, garantizan la conservación de los recursos físicos y biológicos de los sistemas naturales. En este sentido, "La Huella Guaraní" se erige como un modelo de turismo sustentable

que busca equilibrar el desarrollo económico con el respeto por el entorno y las culturas locales.

Como señala Salvador (2023) en el contexto actual de la industria turística de la región, más allá de estos avances incipientes, el extractivismo turístico continúa dándose bajo un creciente racismo epistémico, que instrumentaliza los elementos de la cultura local en función de los intereses de un mercado masivo, priorizando lo que puede ser mercantilizado como "valor turístico" y menospreciando todo aquello que no se ajusta a esta lógica. Y a esta problemática, se suma la complejidad del racismo estructural existente, que se ve agravado por las políticas públicas del momento, ya que por ejemplo, en lo que concierne al turismo indígena, está pendiente un marco regulatorio que oriente las legítimas aspiraciones de los comuneros emprendedores.

De cara a las dificultades del contexto, los emprendimientos comunitarios de este tipo evolucionan lentamente en un esfuerzo sostenido por mantener su autonomía, y lo que parece ser una cualidad positiva del ejercicio autogestionado y de la libertad de la empresa social, se enfrenta a diversas amenazas, entre ellas, la falta de una regulación apropiada y la asfixia que el extractivismo impone en el juego de los mercados.

Frente al modelo propuesto por el turismo masivo, el turismo indígena se posiciona como una alternativa interculturalista que fomenta el enriquecimiento mutuo entre anfitriones y viajeros. Este modelo, vinculado al turismo de base comunitaria, busca integrarse en el mercado responsable y convertirse en una opción frente al turismo convencional. Aunque actualmente permanece invisibilizado debido a su incompatibilidad con el enfoque cortoplacista del "costo-beneficio" del extractivismo, emprendimientos sociales como este, aspiran a ocupar un lugar destacado en el desarrollo turístico sostenible y responsable.

La mirada intercultural en este tipo de proyectos es clave, ya que para estos grupos que emprenden asociativamente, la prioridad está puesta en sus necesidades básicas, sus principios y valores; mientras que para los empresarios vinculados al turismo

masivo, los intereses económicos predominan sobre todos los demás propósitos.

Como vimos hasta aquí, actualmente, la provincia de Misiones experimenta un proceso endógeno donde al menos una docena de comunidades de la nación guaraní, llevan adelante empresas sociales de turismo indígena de base comunitaria. Estas iniciativas, desarrolladas en un contexto de ausencia de una política pública integral que respete sus principios y cosmovisión, buscan el reconocimiento como cultura viva y presente. Enmarcadas en la corriente del turismo responsable, estas comunidades aspiran a utilizar esta herramienta no solo para la defensa de sus derechos territoriales y la tenencia de tierras comunales, sino también como un medio para generar ingresos económicos genuinos que les permiten planificar y gestionar sus destinos de manera socioambientalmente responsable y autónoma.

Las propuestas de turismo indígena de base comunitaria en la provincia de Misiones, como la que aquí se mencionan, representa una alternativa significativa frente al modelo extractivista y masivo que predomina en la región. Ya que mientras la industria turística convencional tiende a folclorizar y cosificar la identidad indígena, reduciéndola a un producto mercantilista que perpetúa estereotipos y oculta la realidad dinámica de los pueblos originarios, el turismo indígena se posiciona como un espacio de resistencia y transformación, siguiendo un modelo que busca empoderar a las comunidades, promoviendo la autogestión de sus actividades y servicios en un marco de respeto a sus derechos culturales y territoriales.

No obstante, la consolidación de esta alternativa requiere un mayor compromiso por parte del Estado, con políticas públicas interculturales que no solo visibilicen las realidades de los pueblos originarios, sino que también les proporcionen herramientas para preservar, registrar y difundir su historia y cultura desde su propia perspectiva. De esta forma, el turismo indígena puede convertirse no solo en un motor económico, sino también en un vector de

identidad cultural, capaz de equilibrar las dinámicas del desarrollo turístico y fortalecer el tejido social.

Reflexiones finales

La provincia de Misiones, en Argentina, debido a posición geográfica estratégica, que limita con las regiones más ricas de Brasil y Paraguay; ha moldeado su historia y desarrollo, combinando sabiduría ancestral, biodiversidad, historia colonial y modernos procesos de aprovechamiento de recursos naturales y culturales para el desarrollo de productos turísticos.

Contar con destinos turísticos de renombre internacional, con puntos en común a través de la frontera como las Cataratas del Iguazú, o las Reducciones Jesuíticas presenta una gran potencialidad. Y aunque no se gestionan de manera integrada, propician la concentración de la inversión de capitales en estos destinos, lo cual limita muchas veces la posibilidad de profundizar y articular el desarrollo y la promoción de experiencias diversificadas en otros puntos de la región. Todo ello dificulta la exploración de destinos emergentes, frenando la puesta en valor de atractivos menos conocidos, pero igualmente significativos, con potencial para el desarrollo del sector.

A su vez, los municipios que albergan estos sitios enfrentan altos índices de pobreza, sub-ocupación y trabajo informal, evidenciando que el turismo masivo tal y como se da actualmente, bajo el modelo convencional, no ha mejorado significativamente las condiciones de vida de la población local.

Por ello, el Plan Estratégico de Turismo Sostenible 2023 (PETS 2023) de Misiones, muy asertivamente, busca diversificar la oferta turística y descentralizar los beneficios económicos, promoviendo un turismo sostenible que reduzca el impacto ambiental y cultural del turismo masivo, mediante iniciativas que combinan el ecoturismo y la preservación cultural, que beneficien a comunidades locales, promoviendo un turismo responsable, que sería interesante repensar transfronterizamente, ya que estas

iniciativas, apuntan a equilibrar el crecimiento económico con la protección del medio ambiente y la inclusión social, adoptando un enfoque sostenible y responsable, crucial para asegurar que los beneficios del turismo se distribuyan equitativamente y que se preserven los recursos naturales y culturales de la región. Pero para ello, la diversificación de la oferta turística y la integración de comunidades rurales y urbanas son pasos esenciales para lograr un desarrollo más equilibrado y respetuoso con el entorno y las culturas locales.

La ausencia de gestión integrada del patrimonio en las localidades fronterizas, es el resultado de una visión fragmentada y cortoplacista que prioriza intereses inmediatos por encima de los beneficios colectivos; y promover estrategias conjuntas de gestión, requiere no solo superar las barreras políticas y económicas, sino también construir confianza, fomentar el diálogo intercultural y establecer políticas que consideren el patrimonio como un recurso compartido y valioso para todas las partes.

Las principales dificultades que a lo largo de este trabajo observamos, refieren a que las localidades fronterizas, más allá de los acuerdos de los bloques regionales, suelen estar sujetas a diferentes marcos legales y administrativos entre los países que comparten la frontera, dificultando con frecuencia la coordinación y colaboración efectiva entre las autoridades locales, regionales y nacionales al momento de implementar estrategias conjuntas de gestión y promoción del patrimonio. Sumado a esto, las prioridades nacionales no consideran el potencial de las regiones fronterizas como un espacio común, por lo que las tensiones o desinterés político entre los espacios fronterizos suele limitar los acuerdos necesarios para una gestión integrada, debido a que no existe una visión complementaria, producto entre otros factores, de las diferencias culturales, históricas o lingüísticas, que obstaculizan la generación de estrategias colectivas.

Por otra parte, la competencia económica que se genera entre localidades adyacentes a la línea de frontera, vinculada principalmente al comercio, provoca que los municipios vean a sus

vecinos como competidoras en lugar de aliados, por lo que cada uno busca maximizar sus ingresos turísticos y económicos de manera individual, temiendo perder protagonismo al integrarse en un proyecto colectivo.

Por ello, las iniciativas de planificación y gestión estratégica de recursos, de modo integrado requiere de una planificación a largo plazo, con formación técnica y recursos económicos significativos; lo que además, se suma a que a nivel municipal y provincial los gobiernos carecen de presupuesto o capacidad para desarrollar proyectos sostenibles y coordinados, en un marco bajo el cual las políticas turísticas y económicas de esta región aún en la práctica, se centran en el aprovechamiento masivo e inmediato de recursos, sin priorizar la sostenibilidad ni la colaboración intercultural, favoreciendo las dinámicas competitivas en lugar de las integradoras.

Para ello, es necesario comenzar a replantear los enfoques teóricos y conceptuales desde los cuales se trabaja en la actualidad, adoptando e impulsando una perspectiva intercultural que supere las narrativas esencialistas, y considere a las comunidades locales como parte integral de los ecosistemas, ya que su interacción con el entorno es histórica y legítima.

Para llegar a buen puerto, se necesita dar un mayor impulso al desarrollo de modelos alternativos de turismo que impulsen aquellos emprendimientos de base comunitaria, combatiendo la folclorización y las representaciones estereotipadas, reemplazándolas por narrativas que muestren la complejidad y diversidad de las culturas locales, e incorporen criterios de sostenibilidad, que aseguren que las actividades turísticas respeten tanto el medio ambiente como las dinámicas sociales locales.

Por todo lo antes expuesto, urge avanzar hacia un modelo de turismo que respete y potencie la agencia de las comunidades locales, reconociéndolas como sujetos activos en la construcción de su futuro, al tiempo que se desafíen los marcos extractivistas y esencialistas que hoy predominan en el turismo convencional y sus actividades asociadas, lo cual requerirá de un compromiso ético y

político de todos los actores involucrados, desde las comunidades locales, los gobiernos y el sector privado.

Referencias

ACOSTA, Alberto. **El Buen Vivir: Sumak Kawsay, una oportunidad para imaginar otros mundos.** Barcelona: Icaría, 2013.

AEROPUERTOS ARGENTINA. **Reporte de tráfico desde enero 2023 a la actualidad y comparativas interanuales.** Disponible en: https://webaa-abfxd3h0e5aehbab.a02.azurefd.net/blob/backoffice.pdf Acceso: 22 de diciembre 2024.

APPADURAI, Arjun. **La vida social de las cosas: las mercancías en una perspectiva cultural.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

ARELLANO, Diana. Desafíos y oportunidades de integración regional en el Siglo XXI. En: RAMÍREZ BRENES, Juan Carlos (Coord.) **Fronteras Latinoamericanas: ejemplos para su comprensión.** Ed. Jade, Costa Rica. Disponible en: http://jadecr.com/librosdigitales/fronteras/index.html. 2017.

ARMONY, Ariel. **El vínculo dudoso: compromiso cívico y democratización.** Stanford. University Press, 2004.

AUGÉ, Marc. **Non-Lieux: Introducción a una antropología de la surmodernidad.** París: Seuil, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **La Distinción: Critique sociale du jugement.** París: Les Éditions de Minuit, 1979.

CASTILLO TARACENA, Rafael. Patrimonialismo (neo)extractivista: Estrategias para el despojo de la cultura y la naturaleza en Guatemala. En: **Estudios Digitales.** Nº 6. Septiembre. Ecuador. 2015.

CHEJTER, Silvia. **Ciudadanía regional y gobiernos locales del MERCOSUR. Diagnóstico Situacional.** Disponible en: http://www.mercociudades.net/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos.pdf. 2010.

COCOLA-GANT, Agustín. Tourism gentrification. En L. LEES y M. PHILLIPS (Eds). **Handbook of Gentrification Studies.** Edward Elgar Publishing. Cheltenham and Northampton. 2018.
COHEN, Erik. **Turismo contemporáneo: diversidad y cambio.** Oxford: Elsevier, 2004.
COSSI, Carla y GÓMEZ, Raimundo. Figuraciones, conservación y hegemonía en el proyecto de construcción de un camino en la Reserva de Biosfera Yabotí en San Pedro, Misiones - Argentina. En: **De Prácticas y discursos.** Universidad Nacional del Nordeste. Centro de Estudios Sociales. Año 4. Número 4. 2015.
CRIADO-BOADO, Felipe y BARREIRO, David. "El patrimonio era otra cosa". En: **Estudios Atacameños.** Nº 45. Disponible en: http://dx.doi.org/10.4067/S0718-10432013000100002. 2013. Acceso: 22 dic. 2024.
DNM. Dirección Nacional de Migraciones. **Estadísticas de la Dirección General de Migraciones.** Disponible en: https:// www.migraciones.gov.ar/pdf/programasiria/estadisticas.pdf. Acceso: 22 dic. 2024.
D'HAUTESERRE, Anne-Marie. Turismo, desarrollo y sostenibilidad: una perspectiva sociológica. En: **Geografías del Turismo.** V. 2, N. 3, Pág. 277-293, 2000.
ESCOBAR, Arturo. Más allá del desarrollo: postdesarrollo y transiciones hacia el pluriverso. En: **Revista de Antropología Social.** Disponible en: http://dx.doi.org/10.5209/rev_RASO. 2012.v21.40049. 2011. Acceso: 22 dic. 2024.
GIDDENS, Anthony. **Modernidad e identidad propia: el yo y la sociedad en la Edad Moderna Tardía.** Cambridge: Polity Press, 1991.
GOBIERNO DE LA PROVINCIA DE MISIONES. ***Plan Estratégico de Turismo Sostenible*** *2023*. Posadas. Disponible en: www.misiones.gob.ar/turismo2023. Acceso: 22 dic. 2024.
GOROSITO KRAMER, Ana María (Coord.) ARELLANO, Diana Mabel; EBENAU, Laura (Comp). **Antropología y procesos de patrimonialización en el Mercosur.** RIDUNaM. 2019.
GRABURN, Nelson. **La Antropología del Turismo: Perspectivas Culturales.** Nueva York: Pergamon Press, 1976.

GUDYNAS, Eduardo. **Debates sobre el desarrollo y sus alternativas en América Latina: Una breve guía heterodoxa.** Disponible en: http://gudynas.com/publicaciones/capitulos.pdf. 2011.
HANNAM, Kevin; KNOX, Daniel; LASSESON, Mimi. ***Entender el turismo: una introducción crítica.*** Londres: SAGE Publications, 2010.
HARVEY, David. **La condición de la posmodernidad: una investigación sobre los orígenes del cambio cultural.** Cambridge: Blackwell, 1989.
HERZFELD, Michael. **Intimidad cultural: poéticas sociales en el Estado-nación.** Nueva York: Routledge, 1997.
HITCHCOCK, Michael. **Turismo, desarrollo y terrorismo en Bali.** Londres: Routledge, 2007.
JAFARI, Jafar. Modelos turísticos: los aspectos socioculturales. En: **Gestión Turística.** V. 7, N. 2. 1986.
KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Bárbara. **Cultura de Destino: Turismo, Museos y Patrimonio.** Berkeley: University of California Press, 1998.
KRALICH, Susana, BENEDETTI, Alejandro y SALIZZI, Esteban. Aglomeraciones transfronterizas y movilidad. Una aproximación desde casos sudamericanos. En: **Boletim Gaúcho de Geografia BGG.** Vol.38. Associação dos Geógrafos Brasileiros. Seção. Porto Alegre. 2012.
LACARRIEU, Mónica. Los procesos de patrimonialización inmaterial en el MERCOSUR: el problema de los mapas y expresiones valorizados desde un único orden y verdad patrimonial. En: GOROSITO, Ana. **Antropología y procesos de patrimonialización en el Mercosur.** RIDUNaM, Libro digital. 2019.
LINS RIBEIRO, Gustavo. Poder, redes e ideologías en el campo del desarrollo. En: **Revista de Humanidades. Tabula Rasa.** Enero-junio. Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca. Bogotá. 2006.
LOWENTHAK, David. **El pasado es un país extranjero.** Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
MACCANNELL, Dean. **The Tourist: A New Theory of the Leisure Class.** Berkeley: University of California Press, 1976.

MACDONALD, Sharon. **La política de la exhibición: museos, ciencia, cultura.** Londres: Routledge, 1998.
MENESES, María Paula y BIDASECA, Karina (Coord.) **Epistemologías del Sur.** CABA, CLACSO Coímbra: Centro de Estudos Sociais CES. 2018.
PÉREZ WINTER, Cecilia. **Patrimonio y procesos de patrimonialización en dos "pueblos" de la Provincia de Buenos Aires (Argentina).** Tesis de Doctorado. Instituto de Geografía "Romualdo Ardissone" e Instituto de Ciencias Antropológicas (UBA). Disponible en: http://revistascientificas.filo.uba.ar /index.php/tesis/article/view/4089. 2020. Acceso: 22 dic. 2024.
PIKETTY, Thomas. **El Capital en el Siglo XXI.** FCE. Buenos Aires. 2015.
PLATAFORMA PYENDA. Base de información turística de la provincia de Misiones. Misiones. Gobierno de la Provincia de Misiones. Disponible en: https://pyenda.com/ Acceso: 22 dic. 2024.
QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. En: CASTRO-GÓMEZ, Santiago y GROSFOGUEL, Ramón (Eds.) **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global.** Siglo del Hombre Editores. Bogotá. 2007.
RESTREPO, Eduardo. Antropología y Colonialidad. En: CASTRO-GÓMEZ, Santiago y GROSFOGUEL, RAMÓN. **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global.** Siglo del Hombre Eds. Bogotá. 2007.
RODRÍGUEZ JIMÉNEZ, Nadia. La etnografía como herramienta en los proyectos de intervención social para el desarrollo. En: **Boletín de Antropología.** Universidad de Antioquia, Medellín. 2012.
ROJEK, Chris. **Ocio y Consumo**. Londres: Routledge, 2000.
SALVADOR, CLAUDIO. **El turismo guaraní como estrategia endógena hacia la reafirmación del teko porã y la consolidación de los territorios comunales.** Tesis de Maestría. Maestría en Gestión del Desarrollo Socio-Territorial. FHyCS-UNaM. 2024.
SMITH, Laurajane. **Usos del Patrimonio.** Londres: Routledge. 2006.

SMITH, Valene. **Anfitriones e invitados: la antropología del turismo**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1977.
SOUSA SANTOS, Boaventura. **Descolonizar el saber, reinventar el poder.** Universidad de la República. Ediciones Trilce. Uruguay. 2010.
SVAMPA, Maristella. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina. Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias.** FLACSO Ecuador. Disponible en: http://calas.lat/sites/default/files/svampa_neoextractivismo.pdf. 2019. Acceso: 22 dic. 2024.
TURGEON, Laurier. **Patrimoines métissés. Contextes coloniaux et postcoloniaux. Éditions de la Maison des Sciences de l´homme.** París: Presses d´Université Laval. 2003.
TURNER, Víctor. El proceso ritual: estructura y antiestructura. Chicago: Aldine Publishing, 1969.
URRY, Jhon. **La Mirada Turística.** Londres: Sage Publications, 1990.
VELTMEYER, Henry; PETRAS, James. **El nuevo extractivismo: ¿un modelo de desarrollo posneoliberal o el imperialismo del siglo XXI?** Londres: Zed Books, 2014.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Jones Dari Goettert
Universidade Federal da Grande Dourados
jonesdari@ufgd.edu.br
https://orcid.org/0000-0002-8571-279X
Professor do curso de Geografia, do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) e do Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em Rede Nacional (PROFGEO), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Pós-Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF, 2010) e pela Cardiff University (Cardiff, País de Gales, Reino Unido, 2020); Doutor e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP, Presidente Prudente, 2004 e 2000); Licenciado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT, Rondonópolis, 1997). Atua e desenvolve pesquisas, sobretudo, nos temas Geografia e População; Geografia e Cultura; Territórios, Identidades e Fronteiras; Geografia e Territórios Indígenas; Espaço e Literatura.

Clovis Antonio Brighenti
Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA
clovisbrighenti@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-8782-2239
Professor de História Indígena na América Latina na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Atua nos programas de Pós-Graduação em História (PPGHIS) e Educação. Doutor em História Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC (2012). Mestrado em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo - USP (2001). Desenvolve pesquisas junto aos povos indígenas Brasil e nos demais países latino-americanos, em temas do movimento indígena, relações interétnicas, territoriais, educacionais e de reparações históricas. Atua na extensão com comunidades Guarani no Brasil, Argentina e Paraguai. Coordena o curso de Licenciatura Intercultura Indígena no Território Yvy Mbyte.

Leonardo Martins Maior
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
leonardomaior@ufgd.edu.br
https://orcid.org/0009-0006-2108-7645
Licenciado em Filosofia (2021) pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). É especialista em Educação de Jovens e Adultos, pela mesma instituição (2022); Especialização em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho (2023) pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Atualmente é discente do Bacharelado em Geografia e Mestrando em Geografia e ocupa o cargo de Técnico de Tecnologia da Informação na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Atua como professor de Filosofia da Educação Básica na Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED-MS). Realiza pesquisas sobre a dinâmica da alteridade no contexto fronteiriço.

Valdelice Pereira da Silva
Secretaria Municipal de Educação de Ponta Porã
wallsilva1@hotmail.com
https://orcid.org/0009-0002-7300-1306
Licenciatura Plena em história em (2010) Pela FAP-Faculdades de Ponta Porã, Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná (2014), mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (2024). Atualmente é diretora da Escola Polo Municipal Graça de Deus no município de Ponta Porã.

Kamila Madureira da Silva
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
kamila_agro@hotmail.com
https://orcid.org/0000-0002-5935-6445
Possui graduação em Agronomia pela Universidade Anhanguera - Uniderp (2010). Graduação em Geografia (licenciatura - 2018) e Mestrado em Geografia (2021) pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Pedagoga pelo Centro Universitário Cidade Verde (UniCV). Atualmente é Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFGD, professora de Geografia da Educação Básica na Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED-MS) e Coordenadora de Políticas Públicas para Mulheres na Prefeitura Municipal de Caarapó.

Vem debatendo os seguintes temas: políticas públicas para mulheres; programa bolsa família; mulheres indígenas e saberes tradicionais.

Alexandre Bergamin Vieira
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
alexandrevieira@ufgd.edu.br
https://orcid.org/0000-0003-3055-3143
Licenciado (2001) e bacharel (2002) em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Presidente Prudente. É mestre e doutor pela mesma instituição (2005 e 2009) Pós-doutorado na Universidad Nacional de Misiones – UNaM (2024). Atualmente é professor associado na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Membro do GESF (Grupo de pesquisa Saúde, Espaço e Fronteira(s)) e coordenador do LAPLAN (Laboratório de Planejamento Regional). Vem debatendo temas de Fronteiras, Geografia da Saúde e Exclusão Social.

Adalberto Vital dos Santos Júnior
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
adalbertojunior@ufgd.edu.br
https://orcid.org/0009-0009-3073-8181
Possui graduação em Psicologia - Campus do Pantanal UFMS (2002) e mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações (PSTO) pela Universidade de Brasília (2009). Atualmente é estatutário da Universidade Federal da Grande Dourados e doutorando do PPGG/UFGD.

Norma Oviedo
Universidad Nacional de Misiones – UNaM
ovinor77@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-5511-6217
Historiadora, Doctora en Ciencias Humanas y Sociales (UNaM), Mestre em Historia Iberoamericana (PUCRS-Brasil) y Profesora en Historia c/o en Ciencias Sociales y Licenciada en Historia (FHyCS-UNaM). Es Docente especialista en el campo de las Historias Regionales (secretaria de Investigación -FHyCS-UNaM) y Profesora en las carreras de Posgrado: Doctorado en Ciencias Humanas y Sociales. Directora de varios Proyectos de Investigación y Extensión referidos a líneas temáticas sobre historia regional

y local, historias de pueblos, historias de mujeres, ocupación y poblamiento y colonización e inmigración en la región de frontera, entre otros.

Laura Mabel Zang
IESyH (CONICET/UNaM)
lauramabelzang@yahoo.com.ar
https://orcid.org/0000-0002-5384-6654
Doctora en Geografía por la Universidad Nacional del Nordeste (UNNE), Magíster en Historia por la Universidad Nacional de Tres de Febrero (UNTREF) y Licenciada y Profesora en Historia con orientación en Ciencias Sociales por la Universidad Nacional de Misiones (UNaM). Becaria Posdoctoral del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) en el Instituto de Estudios Sociales y Humanos (IESyH) de la UNaM y Jefe de Trabajos Prácticos en la misma universidad.

Ana Belén Medina
CEHyC-FHyCS-UNaM
belen.medina@unam.edu.ar
https://orcid.org/0000-0002-1803-9558
Auxiliar y consejera de investigación en la Secretaría de Investigación de la FHyCS-UNaM. Integrante del Centro de Estudios Históricos y Culturales y del Programa INREFRO de la FHyCS-UNaM. Participa en proyectos de extensión de la FHyCS-UNaM y estudia la Licenciatura en Antropología Social en la UNaM.

Carla Melisa Páez
CEHyC-FHyCS-UNaM
carla.paez@unam.edu.ar
https://orcid.org/0009-0009-4317-5381
Auxiliar de investigación en la Secretaría de Investigación de la FHyCS-UNaM. Integrante del Centro de Estudios Históricos y Culturales y del Programa INREFRO. Participa en proyectos de extensión de la FHyCS-UNaM y estudia la Licenciatura en Antropología Social en la UNaM.

Miriam Cristina Franco Mateu
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS
miriammateu@uems.br
https://orcid.org/0000-0001-9602-4397
Graduada, Mestre e Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), na linha de pesquisa Fronteiras, Identidades e Representações. Servidora Pública na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Debate temas relativos a Brasil e Paraguai em especial sobre a situação de trabalhadores/as informais em regiões fronteiriças e as políticas de liberalização, exportação e mercado.

Leandro Baller
Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD
lballer@ufgd.edu.br
https://orcid.org/0000-0003-2323-5032
Professor Associado da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), atuando na Graduação e na Pós-Graduação em História. Licenciado e Bacharel em História, Mestre e Doutor em História pela UFGD. Líder do Grupo de Pesquisa Leituras de Fronteiras, pesquisador da Cátedra da Unesco Gênero, Diversidade Cultural e Fronteiras. Atua em temas relativos as disputas em regiões de fronteiras entre Brasil e Paraguai, bem como a relação com a terra, trabalho, cultura, identidades.

Alejandra Aurora Zorrilla
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
alejandraaurorazorrilla@gmail.com
https://orcid.org/0009-0007-1977-4486
Licenciada en Historia por la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales- Universidad Nacional de Misiones (Argentina). Mestranda em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (Brasil). Bolsista CAPES. Investigadora del Centro estudios Históricos y Culturales- Secretaría de Investigación (FHyCS-UNaM). Integrante del Programa INREFRO (Investigaciones Interdisciplinarias sobre Regiones de Frontera). Los trabajos realizados se enfocan en la perspectiva de la Historia Regional y Local, en territorios de Fronteras. Desde el análisis microhistórico, se centra en el estudio y la visibilización de sujetos particulares.

Gabriel Horacio Leal
CEHyC – FHyCS – UNaM
ghleal@fhycs.unam.edu.ar
https://orcid.org/0009-0001-8582-9808
Profesor en Historia con Orientación en Ciencias Sociales, tesista de la Licenciatura en Historia y estudiante de la Especialización en Gestión Curricular en el Sistema Educativo de la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales – Universidad Nacional de Misiones (FHyCs - UNaM), Posadas. Actualmente, es integrante del Programa INREFRO (Investigaciones Interdisciplinarias sobre Regiones de Frontera) y de ALEF (Asociación Latinoamericana y Caribeña de Estudios Fronterizos). Docente dentro del Departamento de Historia de la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Misiones, es Ayudante de Primera en las cátedras de Didáctica, Curriculum y Aprendizaje I y II en el Seminario específico del profesorado en Historia con Orientación en Ciencias Sociales.

Ana Paula Azevedo da Rocha
Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Marechal Cândido Rondon - UNIOESTE
anapaula_azevedo31@hotmail.com
https://orcid.org/0000-0001-8186-3593
Doutora em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-oeste. - UNICENTRO. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Marechal Cândido Rondon. Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual do Paraná - Campo Mourão. Tem experiência na área de Geografia, nos seguintes temas: envelhecimento populacional, políticas públicas para população idosa, mobilidade dos consumidores, consumo, geografia política e da fronteira, educação ambiental e ensino de geografia. Membra do Grupo de Estudos sobre Fronteira Território e Ambiente (GEFTA). Docente efetiva da Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul - SED MS e Professora temporária na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Marechal Cândido Rondon.

Maristela Ferrari
Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Marechal Cândido Rondon - UNIOESTE
maristela7ferrari@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-1010-7202.
Professora Adjunta (nível D) na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Marechal Cândido Rondon. Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2011). Entre outubro de 2008 a julho de 2009 realizou estágio sanduíche pelo Projeto CAPES\COFECUB, no Laboratoire SET - Societé Environnement Territoire (UMR) Unité Mixte de Rechherche 5603 du CNRS - Centre National De La Recherche Sientifique et Université De Pau Et Des Pays De LAdour, sob orientação do Dr. Vincent Berdoulay. Mestre em Geografia Regional e Urbana pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003). É Líder do Grupo de Pesquisa Fronteira Território e Ambiente (GEFTA). Tem experiência na área de pesquisa e Ensino em Geografia. Seus temas de maior interesse estão relacionados a Geografia Humana, com ênfase em Geografia Política e Geografia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Política e da Fronteira.

Anderson Wesley de Lima Souza
Secretaria de Educação do Estado do Paraná
limabacharel@gmail.com
https://orcid.org/0009-0000-7696-906X
Graduado em Geografia (Licenciatura e Bacharel) pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão – Fecilcam, cursado entre 2008 a 2012. Especialista pela mesma Faculdade cursada entre 2013 a 2014, com ênfase em educação e meio ambiente. Mestre pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), sendo a pesquisa intitulada: Evolução do uso da terra na Bacia do Rio Claro, Paraná: 1985-2015, Cursado entre 2015 a 2017, com enfoque na dinâmica da análise ambiental. Atua como docente na rede privada e pública de ensino básico.

Diana Mabel Arellano
Universidad Nacional de Misiones - UNaM
dmarellano@fhycs.unam.edu.ar
https://orcid.org/0000-0001-5661-4798
Antropóloga Social, Profesora Titular Regular de las Facultades de Humanidades y Ciencias Sociales y de la Facultad de Ciencias Económicas, Investigadora Principal, Codirectora del Programa INREFRO Investigaciones Interdisciplinarias sobre regiones de frontera y directora de la Maestría en Gestión del Desarrollo Socio Territorial de la Universidad Nacional de Misiones, Argentina. Actualmente, es vicepresidente de ALEF Asociación Latinoamericana y Caribeña de Estudios Fronterizos.

Bruno Rogério Silva Cavalcante
Instituto Federal do Amapá – IFAP
bruno.cavalcante@ifap.edu.br
https://orcid.org/0000-0001-5992-7335
Professor e Pesquisador no Instituto Federal do Amapá (IFAP), com Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteira (UNIOESTE), Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Extensão (UFLA-MG), e Especialização em Gestão Agroindustrial. Graduado em Administração com habilitação em Gestão Ambiental. Vem desenvolvendo pesquisas e consultorias com a Embrapa-AP em manejo florestal comunitário e mercado de produtos madeireiros e não madeireiros. Expandiu suas pesquisas para questões transfronteiriças na Região das Guianas, com projetos aprovados em editais nacionais e internacionais.

Luciana Uchôa Ribeiro
Universidade de Lísboa
Lucianauchoar@gmail.com
https://orcid.org/0009-0008-0625-5342
Advogada (OAB/AP 3138), Doutoranda em Direito pela Universidade de Lisboa (ULISBOA), Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas (UNIFAP) e Especialista em Direito Ambiental (UCAM). Bacharel em Direito pela Faculdade Asseama (Estácio/SEAMA), atua como Diretora Científica do IBDFAM/AP e integra o Núcleo Socioambiental do TJAP. Com experiência em assessoria jurídica no TJAP, presidiu a Comissão de Mediação do IBDFAM/AP (2023-2024). Na docência, ministrou disciplinas

como Direito Ambiental e Processual Ambiental no CEAP e Damásio, além de coordenar projetos interdisciplinares. Foi Diretora da ESA/AP (2019-2020) e professora na UNIFAP (2011-2013). Palestrante e escritora, com foco em Direito Ambiental e Mediação.

Tiago Madureira Araújo
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
tiagomadureiraaraujo@gmail.com
https://orcid.org/0009-0000-9010-9234
Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás/UFG (2023). Atualmente é graduando em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD.

Luci Meire Correa Anastácio
Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul – SED-MS
lucimeirecorrea@hotmail.com
https://orcid.org/0000-0002-2079-1087
Tem graduação em Normal Superior pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, Ponta Porã. Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, Campo Grande. Especialista em Psicopedagogia - Clínica e Institucional e Prática Pedagógica para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Tem experiência na área de Educação Básica, com ênfase em Língua Estrangeira Espanhola, e atua como professora efetiva da Rede Municipal de Ponta Porã-MS e da rede estadual de Mato Grosso do Sul.

Juliana Ferreira Hurtado
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
juhurtado.cageo@gmail.com
https://orcid.org/0000-0003-1007-5009
Egressa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Licenciada (2019) em Geografia, pela UFMS. Analista ambiental. Vem atuando na área de educação ambiental, Análise ambiental e Geoprocessamento.

Edgar Aparecido da Costa
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
edgarac10@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-0043-2642
Professor Titular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Licenciado e bacharel (1990) em Geografia pela FUCMAT, atual UCDB, mestre (1998) e doutor (2004) em Geografia pela UNESP-Presidente Prudente. Coordenador do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica do Pantanal (NEAP). Vem debatendo temas de Agroecologia, Fronteiras e Desenvolvimento territorial.

Cláudia Araújo de Lima
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
claudiaaraujolima@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-0712-9101
Professora Associada da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário de Brasília (1991), mestra em Saúde Pública, pela FIOCRUZ (2004) e doutora em Ciências/Saúde Pública FIOCRUZ (2014). Coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares – NEPI/PANTANAL/UFMS. Vem debatendo temas de Saúde da Mulher, Violência doméstica e sexual contra mulheres e meninas, Organização de Redes e Serviços de Atenção à Mulheres e Meninas em situação de violência.

Edevagno Pereira da Silva
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
edevagno.silva799@academico.ufgd.edu.br
https://orcid.org/0009-0000-2363-3028
Mestrando em Geografia (UFGD) Graduado em Economia (UNIGRAN - Dourados), Pós Graduação em Educação Ambiental nos Espaços Educadores Sustentáveis (UFMS), MBA Executivo em Economia e Gestão de Agronegócio (UNIFAVENI), MBA em ESG e Gestão em Inovação (Faculdade Iguaçu), Pós Graduação Lato Sensu em Gestão da Produção e Recursos Humanos, Licenciado em Letras e Literatura (UNIGRAN), Licenciado em Pedagogia (UNIGRAN), Licenciado em História (FIA), Tecnólogo em Produção Publicitária (UNIGRAN), Pós Graduado em Metodologia De Ensino De Língua Portuguesa (FAVENI) , Literatura E

Língua Espanhola, Pós graduado em História (FAVENI), Pós graduado em Educação Infantil (FAVENI). Professor de Ensino Médio e Profissional na rede Pública de Mato Grosso do Sul, Diretor de Ensino Superior no Município de Aral Moreira - MS.

Carla Cossi
FHyCS-UNaM
cacossi@fhycs.unam.edu.ar
https://orcid.org/0000-0002-3309-2912
Doctora en Antropología Social por la Universidad Nacional de Misiones. Investigadora del Programa "Investigaciones interdisciplinarias sobre las regiones de frontera: Estados, sistemas socioculturales y territorios" INREFRO. Coordinadora del Observatorio Permanente de Trabajo Decente de la Triple Frontera Argentina – Brasil y Paraguay. Docente Regular e Investigadora de la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, Universidad Nacional de Misione, Argentina.

ÍNDICE REMISSIVO

Alteridade: 7, 12, 16, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 69, 70, 71, 72, 73, 374, 448.
Archivos: 139, 140, 141, 143, 144, 145, 147, 151, 152, 153, 157, 158, 159, 160, 161.
Cidades gêmeas: 71, 321, 322, 323, 324, 330, 343, 344, 345, 346, 357, 363, 371, 372, 373.
Colonización: 75, 76, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 91, 92, 94, 96, 103, 106, 108, 113, 138, 149, 204, 205, 208, 221, 222, 227, 236, 237, 238, 240, 252, 256, 263, 264, 265, 266.
Crime: 7, 12, 17, 360, 364, 374, 375, 376, 377, 381, 382, 383, 384, 385, 386.
Desarrollo sostenibl: 7, 187, 293, 294, 295, 306, 313, 445, 454
Direitos: 4, 23, 26, 47, 48, 51, 172, 173, 182, 192, 193, 339, 364, 365, 369, 411, 429, 432.
Estado: 11, 12, 22, 23, 24, 25, 27, 29, 33, 36, 38, 39, 40, 41, 43, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 57, 58, 61, 64, 65, 69, 70, 76, 77, 83, 86, 87, 97, 110, 114, 116, 117, 118, 120, 144, 145, 160, 171, 176, 179, 182, 190, 194, 195, 196, 199, 205, 208, 227, 228, 230,236, 237, 243, 266, 273, 275, 276, 278, 285, 294, 296, 298, 300, 303, 306, 309, 312, 314, 324, 325, 327, 334, 338, 339, 341, 342, 354, 360, 361, 362, 363, 364, 366, 367, 368, 369, 370, 373, 376, 380, 381, 396, 397, 398, 399, 400, 403, 404, 406, 410, 411, 413, 418, 419, 422, 423, 425, 426, 427, 428, 431, 432, 433, 434, 436, 437, 438, 440.
Estrangeiros: 7, 11, 15, 17, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 38, 40, 41, 42, 50, 52, 115, 117, 119, 166, 394, 397, 398, 399, 400, 401, 404, 406, 407, 410, 411, 412, 414, 415.
Familia: 7, 16, 28, 63, 69, 70, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 83, 85, 86, 92, 93, 94, 95, 96, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 137, 138, 160, 167, 168, 171, 173, 177, 186, 192, 194, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 233, 234, 235, 237, 241, 243, 245, 247, 248, 250, 252, 253,

254, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 264, 266, 267, 283, 285, 299, 373, 407, 408, 411, 428, 440.
Fronteira: 5, 7, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 32, 34, 35, 36, 39, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 109, 114, 117, 120, 125, 131, 132, 134, 163, 165, 169, 170, 171, 172, 178, 267, 268, 269, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 281, 286, 288, 289, 290, 321, 322, 323, 324, 325, 329, 333, 334, 338, 340, 341, 342, 346, 347, 348, 354, 355, 357, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 392, 394, 395, 396, 397, 399, 400, 408, 409, 410, 413, 414, 415, 416, 418, 419, 420, 421, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 430, 431, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443.
Frontera: 7, 76, 81, 84, 96, 105, 107, 137, 138, 142, 144, 145, 147, 151, 156, 157, 158, 160, 199, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 212, 214, 215, 218, 221, 224, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 255, 263, 266, 267, 268, 292, 295, 296, 297, 298, 300, 301, 314, 317, 413, 415, 425, 429, 430, 441, 442, 443, 445.
Guarani: 7, 15, 17, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 61, 64, 69, 70, 71, 120, 121, 123, 124, 127, 128, 135, 136, 183, 317, 318, 374, 432, 434, 437, 438.
Inmigración: 7, 75, 77, 83, 93, 108, 110, 149, 204, 205, 236, 237, 240, 264, 265, 266, 268, 269.
Migraciones: 7, 83, 93, 95, 105, 111, 165, 168, 229, 233, 243, 263, 265, 266, 268, 429, 430.
Mobilidade: 7, 12, 16, 31, 32, 45, 117, 135, 163, 285, 394, 395, 396, 409, 410, 414, 432, 435, 438, 439, 440, 441.
Movilidad: 7, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 89, 92, 93, 106, 138, 205, 208, 209, 222, 224, 226, 227, 228, 230, 231, 233, 234, 236, 240, 266, 268, 413.
Rede: 7, 12, 16, 17, 69, 75, 76, 78, 80, 82, 85, 86, 93, 95, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 143, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 155, 160, 167, 169, 171, 183, 187, 204, 206, 207, 208, 209, 221, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 234, 235, 236, 252, 256, 257, 259,261, 263, 264, 265, 266,

267, 268, 272, 273, 274, 277, 278, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 288, 289, 290, 309, 365, 373, 387, 414, 418, 427, 441, 442.
Região de fronteira: 26, 57, 115, 135, 273, 277, 341, 379, 382, 388, 395, 406, 420, 421, 432, 437
Región de Frontera: 7, 75, 77, 79, 80, 82, 83, 84, 109, 140, 142, 144, 147, 149, 151, 153, 160, 204, 205, 227, 231, 232, 236, 264, 267, 476.
Saúde: 7, 12, 17, 18, 49, 171, 182, 183, 184, 278, 281, 282, 286, 340, 347, 348, 354, 356, 357, 388, 390, 392, 394, 395, 396, 397, 398, 400, 402, 404, 406, 407, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 429.
Territorialidades: 7, 21, 23, 27, 43, 44, 45, 50, 80, 81, 84, 86, 92, 107, 117, 136, 138, 142, 158, 159, 160, 205, 208, 221, 224, 227, 231, 232, 236, 263, 264, 267, 277, 286, 361, 395, 399, 404, 409, 410, 414, 419, 425, 427, 431, 435, 436, 441, 443.
Território: 5, 7, 11, 12, 18, 21, 22, 24, 27, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 42, 47, 49, 50, 53, 59, 64, 65, 74, 109, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 125, 130, 135, 267, 268, 269, 273, 275, 276, 277, 278, 285, 289, 290, 321, 325, 327, 338, 339, 345, 346, 358, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 373, 375, 376, 377, 378, 381, 382, 383, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 395, 397, 404, 409, 410, 419, 420, 423, 425, 426, 428, 430, 431, 432, 433, 435, 437, 438, 440, 441, 442.
Violência: 7, 11, 12, 13, 17, 38, 44, 47, 50, 51, 57, 73, 360, 364, 365, 369, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388.

"Entre Espaços de Fronteiras" explora as dinâmicas complexas das regiões fronteiriças no Cone Sul, reunindo pesquisas interdisciplinares sobre identidade, economia, governança e saúde. Ao analisar conflitos e cooperações entre Brasil, Argentina, Paraguai e outros países, o livro revela como essas zonas são territórios vivos de transformação. Uma obra essencial para entender os desafios e oportunidades desses espaços, oferecendo insights para políticas públicas e um futuro mais sustentável.

Pedro & João Editores
20 AÑOS
pedroejoaoeditores.com.br